n.º 132 JULHO // 2025

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA



© Câmara Municipal de Braga · Arquivo Municipal

EDIÇÃO ESPECIAL
COMEMORAÇÃO DOS 75 ANOS

BRAGA
SOA A FUTURO.

n. 132 // 2025

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

BRAGA
SOA A FUTURO.

Identidade editorial: *Bracara Augusta* – Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga teve a sua origem no «Boletim do Arquivo Municipal». Esta sua primeira série é composta por 11 fascículos distribuídos por oito edições, publicadas entre 1935 e 1945. As duas edições do ano de 1949 constituem a segunda série da revista com a designação «Braga – Boletim do Arquivo Municipal». A terceira série, com o título «Bracara Augusta», teve início em 1950. Em 2025, a publicação modernizou-se mantendo o rigor, a identidade histórica e a matriz cultural. A imagem gráfica foi alterada e o sistema de submissão, avaliação, publicação e disseminação dos trabalhos foi ajustado pelos padrões internacionais e pelos princípios da globalização, digitalização e livre acesso à ciência.
O longo legado historiográfico e cultural da revista *Bracara Augusta* salienta-se pelo conteúdo científico rigoroso dos seus artigos e recensões que abrangem diversos temas, cronologias e campos da História, da Arqueologia e do Património, divulgando, sobretudo, assuntos de história local e regional respeitantes a Braga, ao Minho e à região norte de Portugal. Os trabalhos publicados prescrevem estas coordenadas geográficas de forma direta, quando as problemáticas em estudo se desenvolvem nestes espaços, ou indiretamente, quando se debatem sujeitos, instituições ou património de alguma forma relacionados com a cidade e a região.
Nascida por iniciativa e sob orientações da Câmara Municipal de Braga, no âmbito da promoção do acervo do Arquivo Municipal, a Revista *Bracara Augusta* é, atualmente, uma fonte informativa de referência nacional e internacional.

Editorial Identity: *Bracara Augusta* – a cultural journal published by Braga City Council – has its origins in the '*Boletim do Arquivo Municipal*'. This first series, comprised 11 issues across eight editions, published between 1935 and 1945. The two editions published in 1949 form the journal's second series, bearing the title 'Braga – Boletim do Arquivo Municipal'. The third series, titled 'Bracara Augusta', began in 1950. In 2025, the publication was modernised while maintaining its rigour, historical identity and cultural roots. The graphic design was updated and the system for submitting, evaluating, publishing and disseminating works was aligned with international standards, as well as the principles of globalisation, digitisation and open access to science.
The long historiographical and cultural legacy of the *Bracara Augusta* journal is underscored by the rigorous scientific content of its articles and reviews, which cover a wide range of topics, chronologies, and fields including History, Archaeology and Heritage, primarily focused on local and regional history related to Braga, Minho, and northern Portugal. The published works address these geographical areas either directly, when the topics under study take place within them, or indirectly, when discussing subjects, institutions, or heritage that are in some way connected to the city and the region.
Founded on the initiative and under the guidance of Braga City Council, as part of efforts to promote the holdings of the Municipal Archive, the *Bracara Augusta* journal is today a nationally and internationally recognised source of information.

Diretora / Director: Maria Marta Lobo de Araújo (U. Minho)

Comissão Diretiva / Executive Board: Francisco Azevedo Mendes (U. Minho) · Luís Ferreira (U. Minho) · João Cabeleira (U. Minho) · Porfírio Correia (C.M. Braga)

Comissão Científica / Scientific Committee: Agueda García Garrido (U. Caen) · Alexandra Esteves (U. Minho) · Andoni Artola (U. do País Vasco) · Armando Malheiro (U. Porto) · Arnaldo Melo (U. Minho) · Aurélio de Oliveira (U. Porto) · Cláudia Rodrigues (U. Federal do Estado do Rio de Janeiro) · Helena Paula Carvalho (U. Minho) · Hermenegildo Fernandes (U. Lisboa) · José d´Assunção Barros (U. Federal Rural do Rio de Janeiro) · Laurinda Abreu (U. Évora) · Luís Carlos Amaral (U. Porto) · Margarita Torremocha Hérnandez (U. Valladolid) · Maria Antónia Lopes (U. Coimbra) · Maria do Carmo Ribeiro (U. Minho) · Miguel Sopas Bandeira (U. Minho) · Ofelia Rey Castelao (U. Santiago de Compostela) · Paulo Teodoro de Matos (Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE) · Raffaella Sarti (U. Urbino) · Sandra Saldanha (U. Coimbra) · Susana Serpa Silva (U. Açores) · Susani Lemos Franca (U. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho)

n.132
BRACARA AUGUSTA
Julho 2025

Edição / Edition
©Câmara Municipal de Braga
Praça Municipal
4700-435 Braga
Tel. 253 616 060

Coordenação / Coordination
Divisão de Arquivo Municipal
revistabracaraaugusta@cm-braga.pt

Secretariado / Secretary
Epifânia Oliveira

Design / Design
Ana Brandão

Capa / Cover
Praça da República, Braga, AMB, Fundo Casa Pelicano

Praça da República, Braga, AMB, Fundo Casa Pelicano

Depósito Legal n.º 27697/89
ISSN 0006-8640

DOI: https://doi.org/10.82564/revista-bracaraaugusta.v72i132%20(145)

revistabracaraaugusta.cm-braga.pt

BRAGA
SOA A FUTURO.

ÍNDICE

7 **Editorial**
Maria Marta Lobo de Araújo

ARTIGOS

15 **Habitar *Bracar*a Augusta: um olhar para dentro das casas romanas**
Fernanda Magalhães

37 **Sobre a decoração arquitetónica de *Bracara Augusta* (Braga,Portugal) através de um conjunto de elementos descobertos na cidade**
Jorge Ribeiro

69 **Contribuições para o estudo da assistência em Braga nos finais da Idade Média (sécs. XII-XV): estruturas, instituições e representações**
Raquel de Oliveira Martins

91 **Práticas documentais e administração das capelas na Sé de Braga (finais do século XIV - inícios do século XV)**
Mário Farelo

123 **Enclausuradas bracarenses durante a Idade Moderna: uma primeira aproximação documental aos seus comportamentos sociais**
Alberto Morán Corte

139 **Conhecimento científico e práticas agrícolas nos mosteiros beneditinos a norte de Portugal (sécs. XVI-XIX)**
Anabela Ramos

163 **A construção do património da Congregação do Oratório de Braga: dificuldades, conflitos e resoluções (sécs. XVII-XIX)**
Isabel Peixoto

183 **Os legados pios perpétuos nas confrarias do Bom Jesus dos Santos Passos e das Santas Chagas de Braga (séc. XVIII)**
Norberto Tiago G. Ferraz

199 **As práticas creditícias na Ordem Terceira de São Francisco em Braga entre os séculos XVIII e XIX**
Juliana de Mello Moraes

213 **Vender «gato por lebre»: a alimentação e os seus problemas em Braga no século XIX**
Inês Pimenta Fernandes Rodrigues

233 **A epidemia do medo: os surtos de cólera no Baixo Minho ao longo do século XIX**
Sílvia Pinto

251 **Entre luz e trevas: a iluminação pública na cidade e no distrito de Braga (da década de 1830 a 1956)**
Maria João Pires Martins

271 **A Regulação da Organização Corporativa Primária no Minho e Trás-os-Montes: narrativas de ação e omissão (1933-1948)**
Natália Pereira | Jorge Mano Torres

293 **Habitação e marginalidade: Braga e os seus bairros sociais**
Paula Andreia Magalhães Grenha

RECENSÕES

313 **Taín Guzmán, M., & Fra López, P. (Eds.) (2024). *Georgiana Goddard King y The way of Saint James (1920). La primera peregrinación erudita por el Camino de Santiago.* Akal.**
Domingo Luís González Lopo

315 **Cruz, M. A. L. (2024). *Entre Marrocos e a Ásia: Caminhos e descaminhos da expansão marítima portuguesa.* Edições Húmus.**
António Manuel Lázaro

318 **Torgal, L. R. (2024). *Vigias da Inquisição*. Temas e Debates.**
Maria de Fátima Reis

320 **Zozaya-Montes, M. (Coord.) (2023). *De la sociabilidad al patrimonio material e inmaterial.* Comares.**
María Pilar Calvo Caballero

322 **Oliveira, M. M. (2019). *Abrir «o Paço» à cidade.* UMinho Editora, LAB2PT.**
João Cabeleira

Maria Marta Lobo de Araújo
Universidade do Minho

EDITORIAL

Bracara Augusta, 132 (2025), 7-12 | ISSN 0006-8640
DOI: https://doi.org/10.82564/revistabracaraaugusta.v72i132%20(145).21

O ano de 2025 há-de ficar na memória da cultura da «civitas» como aquele em que Braga é eleita como Capital Portuguesa da Cultura coincidindo com os 75 anos da fundação da revista *Bracara Augusta*. Inicia-se, assim, com o número que agora se publica, uma nova fase da sua vida sublinhando o seu papel enquanto fonte informativa de referência nacional e internacional. É nosso desejo não somente aprofundar o seu capital simbólico já acumulado, como preservá-lo, enquanto uma mais valia de um longo percurso, de modo a projetar um futuro auspicioso. Deste modo, empreendemos várias alterações, no sentido de a modernizar, mas mantendo a sua exigência, identidade histórica e matriz cultural. A imagem gráfica foi alterada e o sistema de submissão, avaliação, publicação e disseminação dos trabalhos foi ajustado pelos padrões internacionais e pelos princípios da globalização, digitalização e livre acesso à ciência. Encetamos também um caminho de renovação da historiografia da cidade de Braga e da região, atraindo novos e experientes investigadores, aumentando o nível da qualidade dos trabalhos publicados, através da sua avaliação por dois revisores científicos independentes em regime de revisão cega por pares. Em termos de corpo editorial, introduzimos também processos de inovação: criámos uma Comissão Diretiva e uma Comissão Científica, esta última integrando investigadores de renome nacional e internacional, das áreas da Arqueologia, da História e do Património. E, neste leque de renovações, é também novidade o convite dirigido a uma mulher para assumir o cargo diretivo. Em 75 anos, sou a primeira a assumir este cargo e é, nessa qualidade, que me apresento através deste Editorial a todos os seus colaboradores e leitores. Agradeço à Câmara Municipal de Braga, na pessoa do Dr. Ricardo Rio, o convite que me foi dirigido para assumir estas funções. Estou consciente das dificuldades do lugar que passo a ocupar, e tudo farei para não defraudar as expectativas. Assumo-o com natural alegria e convicção profunda de que é possível honrar o legado que recebi de todos os anteriores diretores e seguir em frente abraçando a modernidade que os tempos atuais implicam. Estou consciente do trabalho acrescido que urge ainda efetuar, no sentido de conferir à Revista maior atratividade e projetação, certa de que, com passos firmes e seguros, almejaremos os resultados que pretendemos. As colaborações, produzidas até 2024, por mais de 500 autores portugueses e estrangeiros em mais de 900 títulos, divulgam,

sobretudo, assuntos de história local e regional respeitantes a Braga, ao Minho e à região norte de Portugal.

Este volume contém 14 trabalhos e cinco recensões, uma outra novidade que introduzimos na revista *Bracara Augusta*. Dedicamos, para tanto, um apartado a recensões de obras nacionais e internacionais, maioritariamente provenientes de jovens investigadores, que neste número refletem a renovação historiográfica que está em curso nos universos da História, do Património e da Arqueologia da cidade de Braga e da sua região.

Fernanda Magalhães brinda a cidade com uma análise da evolução urbanística da *Bracara Augusta* fornecendo ao leitor aspetos variados, como o sistema hidráulico, as atividades económicas e os ritos funerários, para além da arquitetura pública e privada. O texto oferece ainda uma visão do pulsar da cidade romana, com informação relativa ao urbanismo e ao povoamento, debruçando-se igualmente sobre a vida quotidiana e as relações sociais, apresentando-a em tempos diferentes e com aspetos diversos, facto que configura o dinamismo do núcleo urbano, em diferentes tempos históricos. Simultaneamente, o leitor ganha consciência das dificuldades do arqueólogo na reconstituição da cidade, através das diferentes camadas da História com que trabalha.

Também Jorge Ribeiro reflete sobre *Bracara Augusta*, tendo escolhido para o seu estudo analisar o programa decorativo da cidade romana, usando diversos elementos arquitetónicos. Com base na informação recolhida nas escavações analisa a representatividade das principais ordens clássicas na arquitetura da cidade, assim como a cronologia e a funcionalidade das peças estudadas, maioritariamente trabalhadas, em granito situadas no período do Alto-Império. Através delas, e após um diálogo com os materiais, fornece, ainda que de forma parcial, os programas decorativos da Bracara Augusta, replicados a partir de Roma. Este trabalho que possibilitou identificar os elementos arquitetónicos das casas particulares e dos espaços e equipamentos públicos implicou a identificação dos materiais e dos locais de extração, permitindo novos conhecimentos sobre a paisagem urbana, como ainda dos artesãos que os produziram e ainda dos seus mercadores. O texto situa a presença destes elementos arquitetónicos em diferentes locais da cidade e, igualmente, em locais públicos e privados, permitindo ao leitor um acompanhamento próximo da antiga cidade.

A assistência em Braga na Idade Média (sécs. XII-XV), com particular incidência sobre o desempenho das albergarias, hospitais, confrarias e gafarias, constitui o trabalho de Raquel Oliveira Martins. Entendendo a assistência como parte integrante da cidade Medieval, a autora identifica o surgimento de instituições capazes de minimizar o sofrimento dos mais desfavorecidos, o que proporcionava aos poderes públicos o controlo dos pobres, de modo a evitar que perturbassem a ordem vigente. Identificando as instituições de assistência existentes, a autora procura inseri-las no contexto do poder religioso da cidade, dando também a conhecer as dinâmicas que estas conheceram e alguns dos seus benfeitores. Por fim, é ainda possível conhecer o estado em que estas instituições se encontravam, nos finais da Idade Média, e as medidas ordenadas pelos monarcas, no sentido de o conhecer e de ordenar mudanças. Era tempo de reorganizar as instituições de assistência, o que já se encontrava em curso noutras cidades portuguesas e europeias, uma vez que o mundo da pobreza estava em acentuada mudança.

A temática das capelas da Sé de Braga, entre os finais do século XIV e inícios da centúria seguinte, é tratada por Mário Farelo, num trabalho que pretende, de sobremodo, estudá-las numa vertente diferente das que têm sido aplicadas, priorizando a operacionalização do registo. Tomando como vértices de análise o contexto económico e demográfico, o autor caracteriza o ambiente de crise vivido na região nas décadas de 20 e 30 do século XIV, agudizado pela Peste Negra, causando desorganização na diocese e implicações nas capelas da Sé de Braga. A conjuntura depressiva manteve-se na segunda metade de trezentos, a que estiveram associadas crises alimentares, pestes e guerras, com consequências nefastas,no rendimento das capelas e na redução das suas obrigações. Para fazer face às dificuldades, o cabido promoveu novos registos documentais, de que resultaram, entre outros, o *Livro das capelas* e o *Livro das sentenças das capelas e sucessões*. O trabalho repousa na análise destes dois primeiros códices, pelo estudo dos processos de registo dessas fontes, através de uma análise particular.

O enclausuramento de mulheres na Idade Moderna, em Braga, é a temática trabalhada por Alberto Morán Corte. Estudando as visitas e as devassas de alguns dos conventos femininos da cidade, o autor debruça-se sobre as recomendações deixadas pelos visitadores, demonstrando as tentativas de controlo de corpos e almas das mulheres que os habitavam. A repetição das menções exaradas pelos visitadores faz suportar o incumprimento e a rebeldia das freiras que não desejavam vergar-se às vontades masculinas, nem ser controladas. Uma das preocupações candentes prendia-se com o vestuário, calçado e maquilhagem das freiras, sendo muitas as proibições a que estavam sujeitas. As reiteradas menções são demonstrativas das preocupações das autoridades eclesiásticas bracarenses, com o hábito e apresentação das religiosas, pelo facto de a imagem constituir um poderoso código de identificação. Tendo em conta a observância da clausura, os contactos com o exterior constituíram outro motivo de preocupação, sendo as religiosas submetidas a uma estrita vigilância, quer através de contactos diretos com pessoas exteriores aos cenóbios, quer da correspondência. A ação das autoridades diocesanas deve ser integrada no disciplinamento social e religioso pós-tridentino das ordens regulares femininas, tão valorizado no pós-Trento.

A seu turno, o trabalho de Anabela Ramos dá a conhecer as alterações constatadas, no campo da agronomia, nos mosteiros beneditinos do Norte de Portugal durante a Idade Moderna. Constata-se, por um lado, o aumento da administração direta das propriedades, provavelmente para um melhor controlo e, por outro, investimentos, em termos tecnológicos e agrícolas, numa tentativa de acompanhar a modernidade. As mudanças verificadas estão diretamente associadas aos conhecimentos que os monges adquiriam, através das obras compradas que enriqueciam as suas bibliotecas, o que demonstra o investimento efetuado, numa área de charneira para os seus projetos agrícolas, cujos frutos vertiam diretamente para a sua vida religiosa.

Por outro lado, a construção do património dos Oratorianos da cidade de Braga, entre os séculos XVII e XIX, é analisada por Isabel Peixoto. A autora estuda a instalação dos Oratorianos na cidade, situando-a em termos nacionais e europeus e pretende demonstra as doações recebidas, mas igualmente as propriedades adquiridas pela comunidade religiosa. Simultaneamente, evidencia os conflitos

e as inimizades que a Ordem enfrentou com autoridades laicas e religiosas. O vasto património adquirido pela congregação contribuiu também para a acumulação de prestígio e poder na comunidade de inserção, embora, em simultâneo, originasse um conjunto de litígios que lhe causaram desgaste e a obrigaram a desembolsar muitos capitais. Tornaram-se mais relevantes as querelas travadas com a Mitra e os beneditinos, mas também com alguns particulares. Quer a compra de propriedades, quer a construção da igreja dos Congregados originaram dissabores, alguns deles decorrentes da receção de legados e da grande morosidade, o que resultou num período alargado de grandes desafios para a ordem religiosa.

Tiago Ferraz centra a sua análise nos legados pios perpétuos nas confrarias do Bom Jesus dos Santos Passos e das Santas Chagas de Braga, durante o século XVIII, buscando conhecer os seus instituidores e as motivações subjacentes a estas instituições. Após uma breve caracterização do ambiente confraternal bracarense e da importância destas instituições para a vida e morte dos fiéis, o autor concentra-se nos legados perpétuos das citadas confrarias e nos instituidores, demonstrando ter sido o sexo masculino o que mais contribuiu para este fenómeno. De entre eles, destacam-se os padres, com 50% destas instituições, mas também pontuam mercadores e outros. Maioritariamente residentes na cidade, estes benfeitores instituíram missas diárias, semanais e bissemanais, sendo também algumas celebradas ao longo do ano, ou em datas escolhidas, de acordo com o que dispusessem para estes legados pios perpétuos. Relativamente às intenções sufragadas, constata-se diferenças assinaláveis. Houve quem privilegiasse somente a sua alma, mas também quem estivesse preocupado com a alma de outros familiares, nomeadamente os seus pais e outros familiares e ainda as almas do Purgatório. Desconhecendo o tempo do Purgatório, estes instituidores atuaram pelo seguro, solicitando missas de forma perpétua, não ousando enfrentar o temor das suas almas ficarem desprotegidas.

O estudo de Juliana de Mello Moraes analisa as práticas creditícias na Ordem Terceira de São Francisco, em Braga, no século XVIII, instituição que conhece bem, dada a investigação que nela efetuou no âmbito da sua tese de doutoramento. A investigadora debruçou-se sobre a importância da atividade creditícia para a instituição, demonstrando o risco de uma atividade lucrativa, numa altura em que não existiam bancos em Portugal. Seguindo os traços comuns do crédito da época, também na Ordem Terceira franciscana bracarense se conhecem meandros menos claros de entrega de dinheiro e de falhas na sua devolução, testemunhando uma sociedade endividada, incumpridora e com dificuldades em honrar o contrato assinado, pese embora as sanções a que os devedores ficavam sujeitos. Apesar disso, quando havia dinheiro disponível, uma das opções era o crédito, com vista à rentabilização do capital.

Inês Rodrigues aborda a questão alimentar em Braga, entre os séculos XVII e XIX, destacando a falta de qualidade de vários alimentos, facto que colocava em perigo a saúde pública. Visa também estabelecer diferenças no regime alimentar dos diferentes grupos sociais, e demonstrar a fiscalização efetuada pela Câmara Municipal e restantes autoridades no sentido de alterar estes procedimentos. A autora centra a sua análise em produtos como o pão, frutas, legumes, peixe, carne e bebidas, demonstrando a importância que tinham para a população, em geral, e a forma como eram, por vezes, vendidos, so-

bretudo em épocas de crise e epidemias. Perante a adulteração dos produtos, a Câmara Municipal de Braga tomava medidas e estabelecia posturas, numa tentativa de alterar procedimentos, intimidando os infratores com multas e até pena de prisão. Este estudo chama a atenção do leitor para a adulteração e a deterioração dos alimentos, o que prejudicava sobretudo os grupos populares, por não terem capacidade económica de acederem a melhores produtos.

Partindo da análise das notícias dos periódicos do Baixo Minho, Sílvia Pinto estuda os diversos surtos de cólera, durante o século XIX, abordando não somente o medo que lhes estava associado, mas igualmente o desconhecimento da doença e as modalidades de prevenção e tratamento. A autora perscruta ainda as mudanças provocadas pela doença, em termos de saúde pública, e a ação dos poderes públicos, no sentido de diminuir os seus efeitos e a debelar. Com grande assiduidade, mas imprevisível, a cólera bateu à porta da população baixo-minhota, com destaque particular para as cidades de Braga e de Guimarães, provocando muito temor e obrigando os poderes públicos a uma intervenção ativa, num setor de grande relevo, mas amiúde desconsiderado. A pobreza, a falta de higiene e o desconhecimento eram grandes e, apesar dos avanços médicos, a mortalidade atingia taxas muito elevadas.

A luz e as trevas serviram de mote a Maria João Pires Martins para abordar os primórdios da iluminação pública na cidade e no distrito de Braga, entre 1830 e 1956, usando como fontes essencialmente as notícias dos jornais e atas camarárias, para estudar o fenómeno. Para além do acompanhamento da instalação pública, o trabalho preocupa-se igualmente em demonstrar a forma como as populações a percecionavam. Esta melhoria deve ser integrada num conjunto de mudanças mais alargado, com vista ao desenvolvimento e ao progresso, tão apregoados, em oitocentos. Apontando as fases por que passou a iluminação, na cidade de Braga e nas zonas urbanas do distrito, mas não só, a autora apresenta um quadro muito dinâmico e comparativo de diferentes realidades, demonstrando os progressivos melhoramentos da iluminação pública, no contexto analisado, bem como o ritmo da sua instalação.

Natália Pereira e Jorge Mano estudam a regulação da organização corporativa primária, no Minho e em Trás-os-Montes, durante a primeira fase do Estado Novo, tomando como objetos de análise as relações entre capital e trabalho, através dos sindicatos nacionais, casas do povo e grémios, instituições altamente controladas pelo Estado. Tratava-se de uma região onde a indústria era limitada e predominava a agricultura. Os três organismos referidos integravam operários industriais e empregados dos serviços privados, como era o caso dos sindicatos, casas dos pescadores, trabalhadores e patrões da agricultura e das pescas, como se verificava nas casas do povo, estando a lavoura, indústria e comércio, incluídos nos grémios. Os autores perscrutam graus de controlo e vigilância por parte dos agentes do Estado Novo sobre essas instituições e apontam um conjunto de limitações aos agentes do Governo Central, no cumprimento das suas funções. Esclarecem, também, sobre o grau de intervenção desses delegados, dando conta da ação reguladora, relativamente aos corpos gerentes, à administração e à quotização. Pese embora os resultados apresentados, os autores sublinham a necessidade do cruzamento de outras fontes para uma compreensão global da estrutura corporativa.

Paula Grenha relaciona, no estudo que apresenta, a questão da habitação com a marginalidade em Braga, tendo como ponto de análise os bairros sociais, locais onde se agregam «populações por simples critérios económicos», como refere. Associados a pessoas com menores capacidades financeiras, os bairros sociais estão ligados à marginalidade e a vários problemas sociais, o que conduz os seus moradores a desafios diários. Com base na habitação e na observação destes bairros, é possível constatar a marginalidade urbana e perceber como ali foi desaguar e se reproduz. Este trabalho chama a atenção para a habitação na configuração das cidades e ainda para as dinâmicas e trajetos que se estabelecem dentro das mesmas. A autora sublinha vivências, dentro dos bairros, e identifica representações culturais e estratégias de inclusão que potenciam novos olhares sobre eles, demonstrando como através de várias ações se pode alterar o quotidiano dos seus moradores, promover uma maior integração e reconverter a marginalidade.

O apartado de recensões integra trabalhos de investigadores das Universidades do Minho, Lisboa, Santiago de Compostela e Valladolid.

As minhas últimas palavras são de agradecimento aos autores que escolheram a revista *Bracara Augusta* para publicar os seus trabalhos, mas também aos avaliadores externos que abraçaram a tarefa de os ler e avaliar. Recordo ainda o apoio incondicional e as palavras de incentivo do Dr. Porfírio Correia, Diretor de Departamento de Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Braga. A todos os colaboradores deste Arquivo que estiveram envolvidos no trabalho deste número da Revista agradeço todo o empenho e dedicação demonstrados. Não posso deixar de recordar também os meus colegas da Comissão Diretiva da Revista que, de maneira tão criteriosa, contribuíram para a sua renovação. Resta-me, por fim, desejar a todos o melhor resultado das leituras por mim anunciadas.

ARTIGOS

Habitar *Bracara Augusta*: um olhar para dentro das casas romanas

Living *Bracara Augusta*: a glimpse into Roman houses

Fernanda Magalhães
Professora auxiliar, Departamento de História
do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho
UAUM / Lab2PT / IN2PAST
fmagalhaes@uaum.uminho.pt
ORCID: 0000-0002-2858-6432

Bracara Augusta, 132 (2025), 15-35 | ISSN 0006-8640
DOI: https://doi.org/10.82564/revistabracaraaugusta.v72i132%20(145).3

Resumo // Ao longo de quase cinco décadas foram realizadas em Braga um número significativo de escavações, dirigidas pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e, a partir de 1992, também pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, no âmbito do Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*. No decorrer deste período, foi reunido um considerável acervo de informação que proporciona a reconstituição da evolução urbanística de *Bracara Augusta*, a caraterização da arquitetura pública e privada, do sistema hidráulico e a análise das atividades económicas e do mundo funerário. Neste trabalho, procuramos analisar seis zonas arqueológicas, que forneceram vestígios de habitações, privilegiando uma abordagem arquitetónica e construtiva, apresentando a interpretação planimétrica das unidades habitacionais, o que nos permitiu reconhecer os modelos de casas que foram introduzidos na cidade e reinterpretados nas soluções construtivas que conseguimos individualizar com base nos dados arqueológicos.

Palavras-Chave
Arquitetura, Braga romana, Cidade romana, Unidade doméstica.

Abstract // Over nearly almost five decades, a large number of excavations have been carried out in Braga, directed by the Archaeology Unit of the University of Minho and, since 1992 onwards, also by the Archaeology Office of Braga City Council, as part of the *Bracara Augusta* Project. During this period, a considerable amount of information has been gathered, enabling us to reconstruct the urban development of the *Bracara Augusta*, characterise its public and private architecture, the hydraulic system and analyse its economic activities and funerary practices. In this context, we have analysed six archaeological areas that provided remains of houses, focusing on an architectural and constructional constructive approach. We present the planimetric interpretation of the housing units, which enabled us to identify the house models introduced to the city and reinterpreted in the constructions solutions we were able to distinguish from the archaeological data.

Keywords
Architecture, Domestic unit, Roman Braga, Roman city.

Introdução

A reorganização administrativa empreendida por Augusto a partir de 19 a.C. irá ter um impacto muito direto no processo de urbanização da Hispânia e muito particularmente no noroeste da Península Ibérica. Assim, a par da promoção de muitos centros urbanos são fundadas várias cidades *ex novo*, sobretudo destinadas a serem capitais de províncias, como acontece com *Augusta Emerita*, capital da Lusitânia, ou de conventos, de que são exemplo as três cidades fundadas por Augusto no NO da Península Ibérica (*Bracara Augusta, Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*).

Fundada entre 15 e 13 a.C., *Bracara Augusta* conheceu um povoamento contínuo ao longo do século I, com uma população significativamente influenciada pelas comunidades indígenas locais. Os dados arqueológicos sugerem que muitos dos primeiros habitantes e da mão-de-obra da cidade eram originários dos povoados da região, indicando uma forte presença indígena na formação da nova urbe romana (Martins et al., 2012, p. 32). As escavações realizadas em vários locais da cidade de Braga, como na periferia, demonstram que a cidade foi fundada *ex novo*, numa colina, de altitude máxima de 199 m, tendo sido organizada segundo uma malha ortogonal, com orientação de N/NNO-S/SSE e O/OSO-E/ENE. A malha urbana de *Bracara Augusta* estava organizada em quarteirões quadrados, com áreas de construção de 120 pés quadrados (1 *actus* / 36 m2), que seriam rodeadas de pórticos com 12 pés (3,6 m), valor igualmente projetado para as ruas, com exceção das vias principais que teriam cerca de 24 pés (7,2 m), conforme foi testemunhado para a parte norte do cardo máximo (Martins et al., 2017a, p. 218). A análise planimétrica da cidade revela uma organização espacial rigorosa, com um sistema viário hierarquizado e uma clara divisão entre espaços públicos, concretamente termas e um teatro, e privados, especificamente *domus*. Os silhares encontrados na zona do ex-Albergue Distrital testemunham as primeiras etapas da construção da cidade, datadas de meados do século I. Esses elementos arquitetónicos, que delimitavam as ruas e os quarteirões, indicam uma organização urbana precoce, com o cardo máximo como eixo central. A análise desses vestígios sugere que a construção das *domus* nos quarteirões limítrofes ocorreu numa fase posterior, revelando a evolução e consolidação da cidade (Martins et al., 2017a, p. 219).

Apesar do avanço nos conhecimentos relativos ao urbanismo e povoamento de *Bracara Augusta*, ainda existem lacunas na compreensão das primeiras fases de ocupação dos quarteirões residenciais. As evidências arqueológicas indicam que, entre o período de Augusto e meados do século I, houve uma evolução gradual na urbanização da cidade. A construção das primeiras *domus*, a partir de meados do século I, coincide com a implantação da rede de saneamento, representada pelas cloacas que corriam sob o cardo e o decumano máximos. No entanto, os materiais encontrados nas fundações dessas construções, datados de momentos mais avançados, não

permitem uma compreensão clara da primeira fase de ocupação dos quarteirões (Martins et al., 2017b, p. 260).

A organização espacial de *Bracara Augusta*, com uma malha urbana ortogonal e quarteirões bem definidos para futura construção, foi estabelecida durante o período de Augusto. Ao longo do período júlio-claudiano, essa estrutura foi sendo consolidada, com a construção de edifícios públicos e privados que preenchiam os espaços delimitados pelos eixos viários.

O planeamento urbano de *Bracara Augusta* parece ter permitido uma certa flexibilidade na definição das áreas edificáveis dos quarteirões. As evidências arqueológicas sugerem que a área de cada quarteirão poderia variar de 1 *actus* quadrado à metade desse valor. A parcela de construção de cada quarteirão pode ter sido influenciada por diversos fatores, como a topografia do terreno e as necessidades específicas de cada proprietário.

A partir de meados do século I, a estrutura dos pórticos, anexos às casas, implantados em articulação com a construção das casas, assinala a marcação dos limites das áreas construídas dos quarteirões e das ruas, muito embora essas fronteiras tenham variado nos séculos seguintes.

Assim, em meados do século I parece registar-se um período de consolidação da estrutura urbana de *Bracara Augusta*, evidenciado pela construção da cloaca do cardo máximo (Torres, 2014, p. 20) e pelo surgimento das primeiras edificações nos quarteirões, muito embora a grande maioria das *domus* que conhecemos date já do período flávio, como acontece com a *domus* das Carvalheiras.

Terminado o enquadramento relativo aos conhecimentos do urbanismo da cidade romana, é imperioso articular estes dados com o desenvolvimento da Arqueologia Urbana na cidade de Braga, a partir de 1976, para posteriormente realizarmos uma sistematização das características das casas romanas de *Bracara Augusta.*

1. Os desafios da interpretação dos dados arqueológicos em contextos urbanos

A interpretação e a divulgação da arquitetura doméstica romana no noroeste da Península Ibérica apresentam um atraso significativo em relação a outras regiões da Hispânia. Esse descompasso é, em grande medida, resultado do desenvolvimento tardio da Arqueologia Urbana na região, que em Braga, por exemplo, só se intensificou a partir da década de 70 do século XX. No entanto, os estudos mais recentes têm revelado a riqueza e a complexidade da arquitetura doméstica de *Bracara Augusta*, contribuindo para uma melhor compreensão da vida quotidiana e das relações sociais desta cidade provincial.

A maioria das evidências da arquitetura doméstica romana em Braga resultou de descobertas fortuitas, durante obras de construção civil ou de infraestrutura. Essa

natureza acidental das descobertas e o caráter fragmentário das ruínas limita a compreensão da organização espacial das habitações romanas. Apenas as escavações sistemáticas na Zona Arqueológica das Carvalheiras permitiram a exumação completa de uma unidade doméstica, proporcionando uma oportunidade única de estudar uma *domus*, revelando detalhes sobre a planimetria, decoração e relação com o espaço urbano.

A partir da década de 70 do século passado, a Arqueologia Urbana ganhou um impulso em Portugal e na Europa, mas a maioria das cidades romanas foi descoberta gradualmente, através de intervenções urbanas. Na verdade, apesar da Arqueologia Urbana ter revelado uma notável capacidade de rasgar novos horizontes de investigação e de trazer à luz do dia uma realidade científica insuspeita, articulada com a descoberta de largas dezenas de cidades romanas, praticamente desconhecidas das fontes escritas, estamos perante um domínio da prática arqueológica que possui constrangimentos diversos que importa identificar. Alguns deles relacionam-se claramente com as fortes limitações de atuação da arqueologia nas áreas residenciais das cidades, outros com o caráter descontínuo das intervenções preventivas e, outros ainda, com o consequente carácter truncado dos dados que são obtidos, que precisam de ser compreendidos no contexto mais amplo em que se inserem. Ora esse contexto é aquele que resulta do progressivo somatório dos dados que vão sendo conhecidos e interpretados, num trabalho consequente e imparável de juntar as peças de um *puzzle* que nunca estará completo. Por isso, o maior constrangimento da Arqueologia Urbana está relacionado com o suporte de dados que se possui sobre as cidades que se investigam, o que significa que saberemos tanto mais, quanto mais conseguirmos sistematizar o que soubermos. Assim, a progressão no conhecimento não é tanto aritmética quanto geométrica. Neste apartado importa compreender que os conhecimentos relativos à arquitetura romana progridem mais quando conhecemos melhor o urbanismo do sítio. Em parte, é essa a experiência de Braga, pois o estudo dos edifícios romanos tornou-se mais fácil quando, nos finais da década de 80 do século XX, foi possível projetar, pela primeira vez, o módulo urbano da cidade de *Bracara Augusta* (Martins & Delgado, 1989-90, p. 23), o qual veio a ser progressivamente precisado ao longo das décadas seguintes (Martins et al., 2017a, p. 214).

Embora a identificação da malha urbana tenha sido crucial para o avanço dos estudos sobre edifícios públicos, como as termas do Alto da Cividade (Martins, 2005, p. 1) e o teatro (Martins et al., 2013, p. 42), a sua importância é ainda mais evidente no caso das habitações romanas. A compreensão da organização espacial da cidade, com as ruas e quarteirões, permite situar as casas romanas no contexto urbano e compreender aspetos como a distribuição, tamanho e tipologia das unidades domésticas. Quando situamos as habitações na malha urbana, conseguimos analisar aspetos como a relação entre os espaços públicos e privados, a hierarquização social e as dinâmicas da vida quotidiana.

Na realidade, apesar do conhecimento da malha urbana da cidade romana ter beneficiado muito particularmente com a identificação de ruas e respetivos cruza-

mentos, quer na «Zona arqueológica das Carvalheiras», quer na «Zona arqueológica do ex-Albergue Distrital», que se viriam a revelar duas áreas arqueológicas de grandes dimensões, foi possível, a partir de então, compreender melhor a natureza dos vestígios que iam sendo identificados em vários locais da cidade de Braga, os quais passaram a ser inseridos numa malha teórica de quarteirões quadrados, que passou a permitir uma primeira aproximação à natureza pública ou privada dos vestígios que iam sendo descobertos (Martins, 2014, p. 166). Ao longo das décadas seguintes não só essa malha foi sendo consolidada, à medida que foram sendo identificados vestígios que a documentavam, como também aumentou o grau de precisão, graças aos novos meios de georreferenciação que se foram tornando comuns nas décadas mais recentes e que permitiram perceber que o módulo que foi marcado em *Bracara Augusta* teria 156 pés (46,8 m) (Martins et al., 2017a, p. 218) entre os eixos das ruas, e não de 150 pés (45 m) como inicialmente tinha sido projetado (Martins et al., 1994, p. 20). A compreensão da malha urbana romana foi crucial para o avanço dos estudos sobre a arquitetura doméstica, especialmente as casas de elite ou *domus.* Os vestígios, antes fragmentados e desconexos, ganharam significado quando inseridos no contexto dos quarteirões romanos. No entanto, a consolidação desses estudos levou cerca de uma década, com os primeiros trabalhos sobre a *domus* das Carvalheiras (Martins, 1997-98, p. 24; Silva, 2000, p. 10).

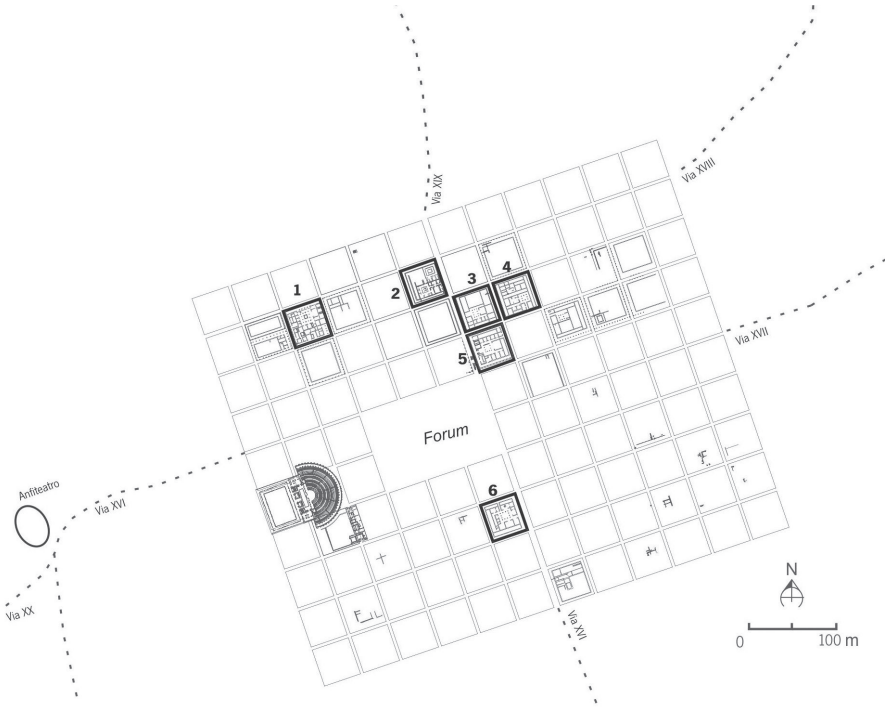
Apesar de mais de quatro décadas de escavações no âmbito do «Projeto de Bracara Augusta», da responsabilidade da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, a arqueologia em Braga ainda enfrenta desafios significativos. Embora o projeto tenha garantido a integridade dos dados e a sua correlação para estudos mais amplos sobre urbanismo e arquitetura, a natureza fragmentada das intervenções arqueológicas, muitas vezes vinculadas a obras preventivas, limita a compreensão global da cidade romana. De facto, a maior parte das intervenções arqueológicas em áreas urbanas ocorre em lotes específicos, muitas vezes de dimensões reduzidas. A natureza pontual e limitada dessas intervenções, condicionada pelas necessidades dos projetos de construção ou infraestrutura, restringe a compreensão global da ocupação do solo ao longo do tempo. Assim, raramente é possível garantir a identificação dos limites dos edifícios romanos, sendo comum que essas intervenções mais não permitam senão identificar um conjunto reduzido de muros, cuja interpretação é substancialmente limitada pelo seu carácter circunscrito e, não raro, em mau estado de conservação. Acresce a estes constrangimentos que, muitas vezes, é necessário esperar anos para que alguns vestígios ganhem sentido, através da escavação de terrenos anexos, os quais podem, circunstancialmente, tornar possível reconhecer a natureza e dimensões dos edifícios, um aspeto importante na hora de valorizar a arquitetura doméstica de uma cidade romana, em que a classificação tipológica das casas depende muito da sua dimensão e do reconhecimento de determinado tipo de espaços, como o átrio, ou o peristilo, que não podem ser simplesmente inferidos.

Os constrangimentos inerentes à Arqueologia Urbana em Braga, como a natureza fragmentada das intervenções e a limitação dos espaços escavados, explicam em grande medida o avanço relativamente lento no conhecimento da arquitetura doméstica romana na cidade. A obtenção de dados completos e representativos sobre as habitações romanas é dificultada por essas condições, limitando a capacidade de reconstruir a organização espacial das casas e compreender a sua evolução ao longo do tempo. Por isso, é bastante circunscrito o número de casas romanas para as quais foi possível identificar os limites, o que só aconteceu, até ao momento, em seis zonas arqueológicas para as quais conseguimos propor hipóteses planimétricas mais ou menos consistentes, permitindo uma compreensão mais aprofundada da organização espacial dessas habitações. É importante ressaltar que apenas dispomos da planta completa de uma única *domus* em Braga: a das Carvalheiras. Trata-se de um caso exemplar que ocupava um quarteirão romano inteiro, com os limites claramente definidos pelas quatro ruas circundantes. A quantidade e a qualidade da informação obtida para esta unidade doméstica superam significativamente os dados disponíveis para as demais habitações romanas da cidade, permitindo uma análise mais detalhada e segura da organização espacial e funcional.

2. Os modelos de casa romana em *Bracara Augusta*

Cada proprietário romano, com as suas preferências e status social, procurava imprimir a sua personalidade na sua *domus*. Por sua vez, os arquitetos e os engenheiros utilizavam os seus conhecimentos e criatividade para atender aos desejos dos clientes, resultando em projetos únicos, não existindo modelos rígidos e predefinidos. A planta de cada *domus* era adaptada às necessidades e ao gosto do proprietário, assim como às características do terreno. A forma e o tamanho dos terrenos, assim como as características do solo, influenciavam diretamente a planta das casas. Em áreas com declives acentuados, por exemplo, as casas eram adaptadas à topografia, enquanto em áreas planas, as plantas tendiam a ser mais regulares. A diversidade de plantas encontradas nas *domus* romanas é um reflexo da adaptação às condições locais e às necessidades dos moradores. Não existia um modelo único de *domus*, mas sim uma série de soluções arquitetónicas que respondiam a diferentes condicionantes de natureza topográfica, económica e social. Apesar da grande diversidade de plantas, existiam algumas características que eram comuns à maioria das *domus*, como o átrio e o peristilo. Esses elementos, juntamente com outros, formavam uma espécie de «gramática» da arquitetura doméstica romana (Magalhães, 2019, p. 271).

Figura 1. Planta de *Bracara Augusta*, com a localização das unidades domésticas



Nota: 1. *Domus* das Carvalheiras. 2. *Domus* da Escola Velha da Sé/Rua Frei Caetano Brandão nºs 166-168. 3. *Domus* Frei Caetano Brandão nºs 183-185 / Santo António das Travessas nºs 20-26. 4. *Domus* Afonso Henriques nºs 42-56. 5. *Domus* do ex-Albergue Distrital. 6. *Domus* das Cavalariças.
Fonte: Magalhães, 2019, p. 7.

Em *Bracara Augusta*, apenas uma unidade habitacional apresenta uma planta completa, elemento fundamental para a análise arquitetónica, já que revela a disposição dos compartimentos, as relações espaciais entre eles e as características construtivas do edifício, pois os restantes exemplares que podem ser valorizados são conhecidos apenas de forma parcelar, circunstância que limita e dificulta a classificação dos modelos em que podem ser integrados, uma vez que o nosso desconhecimento de partes das casas, por exemplo o átrio e o peristilo, impede-nos de garantir que não existiriam espaços e elementos construtivos que seriam fundamentais na hora de classificar as *domus* em modelos específicos.

As tipologias das casas romanas foram definidas com base na presença de espaços abertos como o átrio e o peristilo. Esses elementos, além de distribuir e organizar

os restantes compartimentos, desempenhavam um papel crucial na iluminação, ventilação e estética das habitações, conferindo às casas uma identidade visual característica. A existência ou não de espaços abertos, e as suas respetivas configurações, permitiu identificar diferentes modelos de casas romanas, cada uma com as suas características e funções específicas. Em *Bracara Augusta*, na *domus* das Carvalheiras, a organização dos espaços era definida pelos papéis do átrio e do peristilo. O átrio, com o *tablinum,* compunha a área pública da casa, enquanto o peristilo, com os quartos (*cubicula*) localizados a oeste e os espaços de receção (*triclinium* e *exedra*) a leste, definia a área privada.

A análise das unidades habitacionais de *Bracara Augusta* sugere que a casa de peristilo era o modelo mais comum, sendo menos frequente a casa de átrio e peristilo. A *domus* das Carvalheiras é um exemplo dessa última tipologia, mas a falta de dados completos para muitas habitações impede uma generalização. No entanto, a falta de dados completos impede uma classificação definitiva, pois algumas casas, aparentemente de peristilo, poderiam ter um átrio não identificado (Magalhães, 2019, p. 272).

Analisando cinco *domus* de *Bracara Augusta*, concluímos que elas se enquadram no modelo de casa de peristilo, uma tipologia que teve origem nas cidades helenizadas e que se difundiu no mundo romano, especialmente entre as elites, devido às suas características e funcionalidades (Figura 1). O crescimento da vida social nas famílias romanas, com o aumento do número de escravos, libertos e clientes, exigiu uma reestruturação das casas. A partir do século III a.C., o átrio, tradicionalmente o centro da casa, deixou de ser suficiente para atender a essas novas necessidades. A adoção do peristilo, de origem helenística, permitiu criar espaços mais adequados para a vida social, permitindo a criação de áreas de convívio e representação, complementares ao átrio (Guillen, 1997, p. 60). O peristilo, com a sua organização simétrica e harmoniosa, trouxe um novo conceito de espaço para a casa romana, oferecendo um ambiente de lazer e contemplação da natureza, além de contribuir para a melhor distribuição dos ambientes internos.

2.1. A casa de átrio e peristilo das Carvalheiras

A escavação completa da *domus* das Carvalheiras, única casa romana de Braga com átrio e peristilo, permitiu reconstruir detalhadamente a planta e a organização espacial da casa, tornando-a um exemplo paradigmático das habitações das elites romanas (Martins, 1997-98, p. 24). A casa, construída em um terreno com desnível acentuado, foi organizada em duas plataformas. No nível superior, localizava-se o átrio e os compartimentos adjacentes. No nível inferior, o peristilo, um pátio aberto e luminoso, que servia como centro de convívio e lazer, congregava vários ambientes, tanto públicos quanto privados. O átrio e o peristilo desempenhavam funções distintas e complementares, sendo interligados por umas escadas internas.

Figura 2. Planta da *domus* das Carvalheiras



Nota: Planta da *domus* de átrio e peristilo da zona arqueológica das Carvalheiras. Assinaladas a azul as áreas de recolha de água e o sistema de abastecimento e drenagem.
Fonte: Autora.

O átrio era um espaço versátil que servia tanto para receber visitas quanto para outras atividades. Era ali que os visitantes aguardavam para serem recebidos pelo dono da casa, geralmente no *tablinum*. Mesmo localizado próximo à entrada, o átrio era considerado o centro da habitação (Fernández Vega, 1999, p. 111). Com base na análise dos elementos preservados, conclui-se que o átrio da *domus* das Carvalheiras se enquadra no modelo toscano, determinado pelo tamanho mais modesto (figura 2).

O acesso ao átrio era realizado por um pequeno corredor (*fauces*) localizado na fachada sul, entre duas lojas, que se dispunham a poente e nascente. A *taberna* oeste tinha uma entrada interna para a casa, indicando que possivelmente era administrada pelo próprio dono da casa, uma prática bastante comum em outras cidades romanas. A área pública do átrio era constituída por três compartimentos, servidos pelo estreito *ambulacrum.* A sala disposta a norte, no alinhamento da entrada, apresentava dimensões compatíveis com a sua presumível função de *tablinum*, constituindo a sala de receção onde teria lugar o *salutatio* matinal do dono da casa. A nascente do átrio desenhava-se um amplo compartimento, de morfologia irregular, o qual poderia ter comportado uma subdivisão plausível na parte nascente, hipótese que formalizaria um espaço de receção perfeitamente quadrado, cujas dimensões se ajustariam a uma possível *exedra*, que poderia ter funcionado como sala de receção dos clientes que diariamente se apresentavam na casa, enquanto aguardavam a sua vez de ser recebidos pelo *dominus* (Magalhães, 2019, p. 274). A nascente desta sala, dispunha-se um compartimento que permitia o acesso ao vão de escadas que, pelo interior da casa, conduzia à área do peristilo; a norte dispunham-se dois compartimentos, que supomos de natureza privada, correspondendo muito provavelmente a dois *cubicula*, de razoáveis dimensões. A análise da plataforma sul evidencia uma organização espacial que separa os espaços públicos dos privados, separa os espaços de convívio social dos espaços mais íntimos do *paterfamilias* e da sua família.

A área do peristilo estava estruturada com um deambulatório de circulação porticado, com uma disposição retangular, que se desenvolvia em torno de uma área ajardinada, que seria, presumivelmente, decorada com um tanque. O acesso a esta área podia fazer-se pelo interior da casa, através do vão de escadas ou a entrada direta pare este espaço rasgada na fachada norte. A sul e nascente do peristilo encontramos os espaços de receção e banquete da *domus*, destacando-se o *triclinium* e uma *exedra*, enquanto na ala poente deveriam estar localizados os *cubicula*, correspondendo a uma área mais privada da casa. A sul do conjunto de compartimentos associados aos banquetes, dispunha-se um espaço, que pode corresponder a uma cozinha (*culina*).

Assim como em outras casas romanas urbanas, a *domus* das Carvalheiras possuía diversos espaços comerciais localizados nas fachadas que davam para as ruas, integrados nos pórticos que circundavam o quarteirão. As 10 lojas dispostas ao longo das fachadas sul e poente permitem concluir que a área reservada a espaços de natureza comercial ocupava cerca de 47% do total da área construída (Magalhães, 2019, p. 276). Este dado pode evidenciar que boa parte da atividade comercial da cidade, bem como, da pequena produção artesanal, poderia realizar-se ao longo das ruas, decorrendo essas atividades em íntima articulação com os espaços construídos dos quarteirões (Martins et al., 2012, p. 40).

A presença de pórticos, que se articulavam com as casas e delimitavam as ruas, era uma característica fundamental da organização urbana de *Bracara Augusta* no Alto Império. Essa solução arquitetónica, comum em muitas cidades romanas do Ocidente, especialmente aquelas fundadas por Augusto na Hispânia, conferia às cidades um aspeto unitário e contribuía para a criação de um espaço público vibrante e dinâmico, fundamentais na vida económica das cidades, separando os pedestres do tráfico, permitindo que os potenciais compradores avaliassem os serviços ou os produtos oferecidos nas lojas anexas.

2.2. As casas de peristilo

A evolução da planta da casa romana no final do século I foi marcada pela diversificação dos espaços. Enquanto o átrio perdeu sua função central, o peristilo ganhou destaque como novo espaço organizador da casa. O núcleo central da nova casa era o peristilo, um pátio aberto, rodeado por um pórtico colunado, em volta do qual se dispunham diversos compartimentos, quase sempre luxuosos e amplos, sendo a característica principal desse espaço aberto a presença de um jardim, quase sempre de razoável dimensão, onde poderiam existir tanques e fontes, ornamentos que surgem como elementos sumptuosos das habitações (Guillen, 1997, p. 64).

A evolução da arquitetura doméstica em *Bracara Augusta* acompanhou a tendência geral do Império Romano, com a crescente popularidade das *domus* de peristilo. A

partir de meados do século I, esse tipo de casa passou a ser o mais comum na cidade, substituindo gradualmente as tradicionais casas com átrio. No entanto, a coexistência de ambos os tipos de casas pode ser observada até o final do período flávio, como demonstra a *domus* das Carvalheiras. Através da análise dos vestígios arqueológicos conseguimos identificar várias casas de peristilo que passamos a referir a «*domus* da Rua Frei Caetano Brandão/ Santo António das Travessas» e as «*domus* 1 e 2 da Rua Afonso Henriques», cuja construção pode ser situada a partir de meados do século I, com grande probabilidade previamente aos flávios, momento a que podemos reportar as outras *domus*, designadamente, a «*domus* do ex-Albergue Distrital», a «*domus* das Cavalariças» e as «*domus* 1 e 2 da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão».

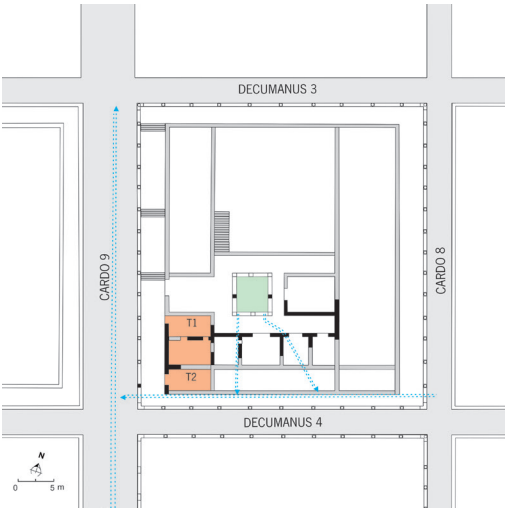
2.2.1 A «domus da Rua Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas»

A área compreendida entre as ruas Frei Caetano Brandão nºs 183-185 e Santo António das Travessas nºs 20-26, no centro histórico de Braga, foi objeto de escavações entre 1998 e 2001. Localizada no quadrante nordeste da antiga *Bracara Augusta*, esta zona arqueológica revela uma ocupação contínua desde a época romana até aos dias de hoje.

Esta unidade habitacional estava situada em uma zona de grande prestígio da cidade, com a entrada principal, rasgada na fachada ocidental, voltada para o *cardo maximus*. Na fachada poente identificaram-se duas lojas (T1 e T2) localizadas a sul do acesso principal à residência (Figura 3). A partir de um vestíbulo, era possível adentrar o ambulacro do peristilo, que constituía o núcleo central da casa. Os vestígios arqueológicos encontrados permitem presumir que o pórtico do peristilo era coberto por um telhado sustentado por três colunas de cada lado (Magalhães, 2019, p. 165).

Conhecemos apenas a parte sul do peristilo, onde havia quatro compartimentos. O compartimento do limite sudoeste apresentava uma clara articulação funcional

Figura 3. Planta da domus da zona arqueológica «Frei Caetano Brandão/ Santo António das Travessas»



Nota: Planta da *domus* de peristilo da zona arqueológica «Frei Caetano Brandão/ Santo António das Travessas», com a localização das tabernae (T1 e T2) na fachada oeste.
Fonte: Magalhães, 2019, p. 165.

com uma das lojas da fachada oeste, o que parece indicar que o proprietário possuía interesses diretos na exploração da loja, e com o compartimento localizado a este, uma ampla sala provavelmente de receção. A leste situavam-se dois pequenos compartimentos, provavelmente utilizados como *cubicula*. Esses compartimentos eram acessíveis por um corredor de aproximadamente 7 metros de extensão, com ligação direta com o lado sul do peristilo. As paredes desse corredor apresentavam vestígios de pinturas murais com motivos geométricos e uma variedade de cores, que foram parcialmente destruídas por as construções posteriores. No lado nascente do peristilo situava-se uma grande sala de jantar, que deveria corresponder ao *triclinium.* Apesar da reduzida área que foi intervencionada foi possível, por um lado, compreender a planta de uma *domus* de *Bracara Augusta* e, por outro, confirmar a proposta de restituição do módulo urbano fundacional da cidade (Martins et al., 2017a, p. 218).

2.2.2 A «domus 1 e 2 da Rua Afonso Henriques»

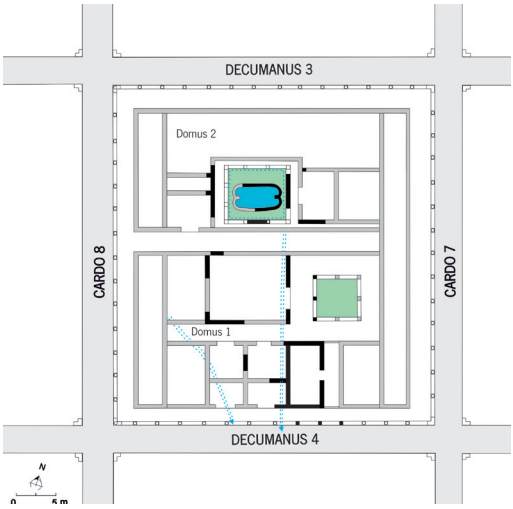
As escavações nos lotes 42/46 da Rua Afonso Henriques revelaram duas casas de peristilo, datadas de meados do século I. As *domus* encontravam-se distribuídas em dois lotes retangulares, os quais dividiam ao meio o quarteirão romano localizado entre os decumanos D3 e D4 e os cardos K8 e K7.

A *domus* 1, localizada na parte sul do quarteirão, possuía um peristilo lateral, situado a leste. A única entrada identificada encontrava-se na fachada sul, adjacente ao pórtico, oferecendo o acesso a um corredor de circulação que conduzia ao lado oeste do peristilo. O corredor era delimitado a oeste pela parede de um compartimento retangular que, dada a sua posição estratégica em relação à entrada e ao peristilo, poderia ter funcionado como *tablinum.* A poente do corredor dispunha-se um *cubiculum* da casa, enquanto que a norte daqueles compartimentos foi identificado um outro corredor, com 10 pés (3 m) de largura, que conjeturámos limitado a norte por um possível espaço de representação, de grandes dimensões, presumivelmente um *triclinium*, que deveria possuir uma articulação visual com o peristilo que estava disposto a nascente. A fachada sul da casa, a única parte visível, apresentava um pórtico sustentado por colunas, conectado com o decumano D4. Nessa área, era provável a existência de *tabernae*, que se localizariam na parte inferior da unidade habitacional. Contudo, o número preciso dessas *tabernae* não pode ser estabelecido com base nos dados arqueológicos existentes.

A *domus* de peristilo situada no lote norte do quarteirão, cuja construção remonta a meados do século I, é pouco conhecida. A casa seria delimitada a sul pela parede que correspondia à divisória entre as *domus* 1 e 2 (Figura 4).

O elemento central desta *domus* era um peristilo quadrado, com uma área aberta de aproximadamente 7,4 metros de lado. Neste espaço, encontrava-se um tanque, delimitado por um muro construído em *opus latericium*. O fundo do tanque era revestido com *opus signinum*, sobre o qual se colocava, provavelmente, um revestimento

Figura 4. Planta das *domus* da zona arqueológica «Afonso Henriques»



Nota: Planta da *domus* 1 e *domus* 2 de peristilo da zona arqueológica «Afonso Henriques».
Fonte: Autora.

com tesselas. Na parte da casa que ficava a leste do peristilo, foi identificado um compartimento cujas características são difíceis de determinar devido à preservação das estruturas. Já na parte oeste do peristilo, foram identificados, no mínimo, dois compartimentos, cuja função original permanece desconhecida (Magalhães, 2019, p. 178).

Apesar da limitação dos dados arqueológicos, decorrente da área escavada não corresponder à totalidade do quarteirão, a presença de um desnível de cerca de 2 metros entre as duas estruturas, representado por uma parede que deveria ter estabelecido o desnível entre as duas plataformas, bem como a existência de dois peristilos independentes, indica que se tratavam de duas *domus* independentes.

2.2.3. A «domus do ex-Albergue Distrital»

A *domus* localizada no antigo Albergue Distrital, datada do período flávio, era uma residência romana com peristilo que ocupava a totalidade do quarteirão delimitado pelos cardos K8 e K9 e pelos decumanos D4 e D5. A parte mais bem preservada e estudada da *domus* é a que se localiza na parte oeste, estando diretamente ligada ao cardo máximo (cardo K9) e ao pórtico que o acompanhava, bem como uma sequência de lojas que definia a fachada ocidental da casa. A parte sul da *domus* também foi descoberta, revelando um conjunto de lojas que se localizavam ao longo do pórtico sul, que corria paralelo ao decumano D5. A área sul, mais pública, com o peristilo a uma altura de 193 metros, era acedida pela entrada principal localizada no lado oeste, ligada ao cardo K9. A área norte, mais privada, a uma altura de 190 metros, era acedida pela entrada norte (Magalhães, 2019, p. 194).

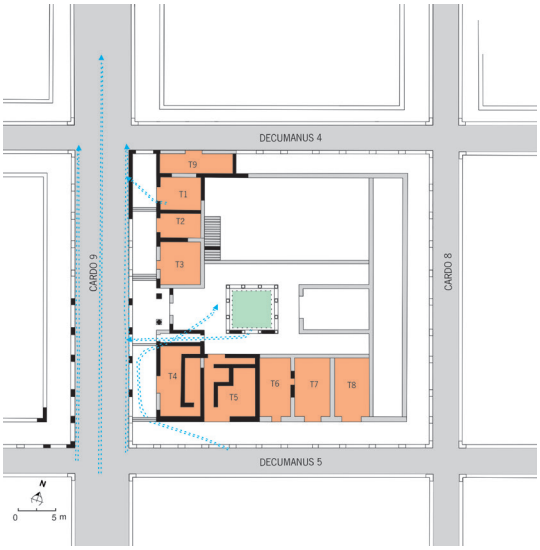
O peristilo ocupava a parte central da *domus*, sendo acessível por uma porta principal localizada na fachada oeste, relacionada com o pórtico que acompanhava o cardo máximo. A entrada, recuada em relação à fachada, possuía um pequeno pórtico delimitado por duas colunas. A sul desta entrada, desenvolvia-se uma estreita passagem, configurando um corredor de circulação que além de permitir o acesso

secundário à habitação, poderia também definir o vão de uma escada que conduzia a um piso superior. A entrada principal conduzia a um vestíbulo, que se organizava a partir do muro reentrante da fachada. Esta sala de entrada dava acesso a um deambulatório colunado, que circundava o peristilo, constituindo a principal via de circulação da *domus*.

O peristilo, de planta quadrangular, com área aproximada de 40 m², era delimitado por uma colunata. O *ambulacrum* que o circundava possuía uma largura de cerca de 10 pés (3 m) ao sul e ao norte, reduzindo-se para aproximadamente 9 pés (2,7 m) a oeste e a leste. A presença de estruturas de drenagem de água na área descoberta, certamente ajardinada, sugere a existência de um tanque.

As características da maioria dos espaços que circundavam o peristilo, bem como as suas funções específicas, permanecem indeterminadas. Contudo, a presença de um compartimento situado a leste, alinhado com a área ajardinada e com o vestíbulo, permite algumas inferências. Devido à ampla vista sobre a entrada, presume-se que este compartimento podia cumprir funções de receção, possivelmente associado à *salutatio* ao senhor da *domus* e à reunião com os seus clientes, sugerindo a sua função como *tablinum.* As características desta *domus*, marcada pela divisão em duas plataformas, indicam que a área do peristilo tinha um caráter eminentemente público.

Figura 5. Planta da *domus* da zona arqueológica do «ex-Albergue Distrital»



Nota: Planta da *domus* da zona arqueológica do «ex-Albergue Distrital», com as *tabernae* viradas para o pórtico sul e oeste.
Fonte: Magalhães, 2019, p. 211.

A respeito da área situada ao norte do peristilo, não dispomos de informações suficientes para determinar a sua função. Na parte sul, os compartimentos alinhados não apresentavam articulação com o peristilo, mas sim com a rua, configurando um conjunto de quatro *tabernae* que se dispunham ao longo da fachada e que beneficiavam do pórtico limítrofe do decumano D5. Essa interpretação é corroborada pela proximidade deste setor do quarteirão em relação à área do *forum*, o que proporcionaria um bom rendimento para as lojas localizadas nas proximidades. De facto, um número significativo de lojas foi identificado também na fachada oeste da casa, articulada com o pórtico e o cardo K9, uma das principais

vias da cidade. Assim como na *domus* das Carvalheiras, a extensão da área destinada aos espaços comerciais é surpreendente, sugerindo a possível existência de outras lojas ao longo das fachadas sul, nascente e norte. A localização e dimensão dos espaços dedicados ao comércio que foram integrados na *domus* permitem considerar que o seu proprietário deveria auferir um bom nível de rendas com o seu aluguer, ou com a exploração direta, como verificado com uma das lojas, um possível *thermopolium*, voltado ao pórtico sul.

A *domus* seria circundada por pórticos que apresentavam características distintivas em relação ao tipo de pórtico mais comum em *Bracara Augusta*. A configuração retangular dos silhares conservados no local sugere que a solução arquitetónica dos pórticos oeste e sul seria formalizada com silhares sobrepostos, encimados por arcos, possivelmente construídos em material laterício, conferindo-lhes maior leveza, e possibilitava a construção de vãos maiores, o que proporcionava maior luminosidade aos espaços interiores. O telhado não seria corrido, mas sim desnivelado, acompanhando as sucessivas plataformas em que se organizaria o piso de circulação (Magalhães, 2019, p. 218).

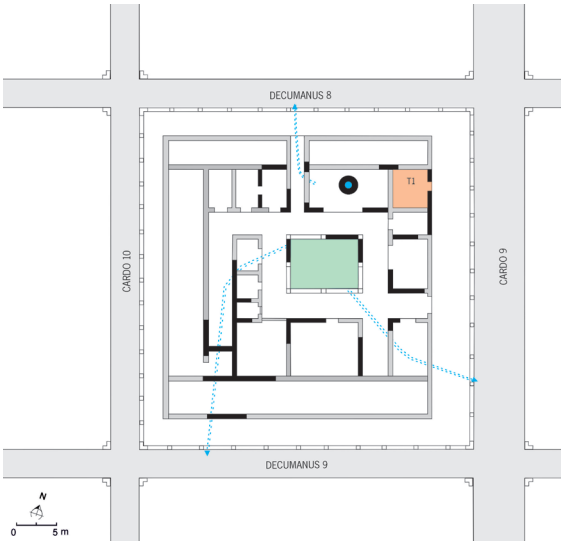
Esta zona arqueológica está localizada a nordeste do *forum*, considerado o centro da vida pública da cidade romana. A partir desta praça, partia o cardo máximo, a principal rua da cidade, que também foi identificado nas escavações desta área, o que evidência a importância estratégica deste local na organização urbana de *Bracara Augusta*.

2.2.4. A «domus das Cavalariças»

As escavações realizadas na zona arqueológica das Cavalariças, onde se localiza atualmente o Museu D. Diogo de Sousa, permitiram identificar uma *domus* de peristilo que ocupava a totalidade de um quarteirão da cidade. Os vestígios encontrados permitem afirmar que o peristilo ocupava a área central da habitação, funcionando como elemento organizador e distribuidor dos diversos compartimentos. A área ocupada pelo peristilo de forma retangular, tendo o seu eixo maior o sentido E/O, com colunata organizada com 3 colunas, correspondia praticamente ao centro da *domus*, sendo acessível por várias entradas localizadas nas fachadas. Uma dessas entradas, situada na fachada nascente, articulava o pórtico anexo ao cardo máximo (K9) com o interior da casa. Conjeturamos que o acesso a um conjunto importante de espaços de representação localizados no lado nascente e sul do peristilo se fizesse a partir deste ponto, permitindo a realização de receções e banquetes. A outra entrada situava-se na fachada norte, sensivelmente no centro da habitação, permitindo ligar o pórtico anexo ao decumano (D8) ao peristilo através de um longo corredor. Presume-se a existência de uma terceira entrada localizada na fachada sul, articulando o pórtico sul, anexo ao decumano (D9), com o interior da habitação, facilitando o acesso ao *tablinum*, um espaço de representação situado no limite nascente.

No lado nascente e centrado com o peristilo localizava-se o *triclinium,* uma ampla sala jantar retangular, enquanto que no lado oposto e na ala norte estavam organizados os compartimentos mais íntimos, os *cubicula*. A norte do peristilo também se localizava um pátio aberto, certamente ajardinado, que complementava as funções do peristilo, proporcionando uma maior entrada de luz e ar na habitação. A duplicação da área aberta de arejamento e iluminação, além de conferir maior conforto aos moradores, era um indicativo do elevado estatuto social do proprietário da casa (Magalhães, 2019, p. 244).

Figura 6. Planta da *domus* da zona arqueológica das «Cavalariças»



Nota: Planta da *domus* da zona arqueológica das «Cavalariças», com a localização da taberna T1, rasgada na fachada este.
Fonte: Magalhães, 2019, p. 248.

Do lado esquerdo da entrada sul, havia uma sala grande que provavelmente era usada pelo proprietário para receber visitas, podendo ser comparada a uma *exedra*. A oeste localizava-se outro compartimento quadrado, que julgamos acomodar uma sala de estar mais privada, cumprindo talvez as funções de *oecus*, um espaço destinado ao lazer e à convivência familiar, possivelmente utilizado para refeições mais informais (Magalhães, 2019, p. 244).

A ausência de escavações nas áreas dos pórticos e das fachadas impede uma análise detalhada das lojas que ali deveriam existir. No entanto, acreditamos que o espaço ao lado do pátio era uma loja, já que desfrutava de uma localização privilegiada, aberta para a rua principal (cardo K9).

A zona arqueológica das Antigas Cavalariças corresponde à maior área escavada na parte sul da cidade romana, permitindo uma compreensão aprofundada da organização urbana deste setor desde a sua fundação até ao final da Antiguidade Tardia.

2.2.5. As «domus 1 e 2 da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão»

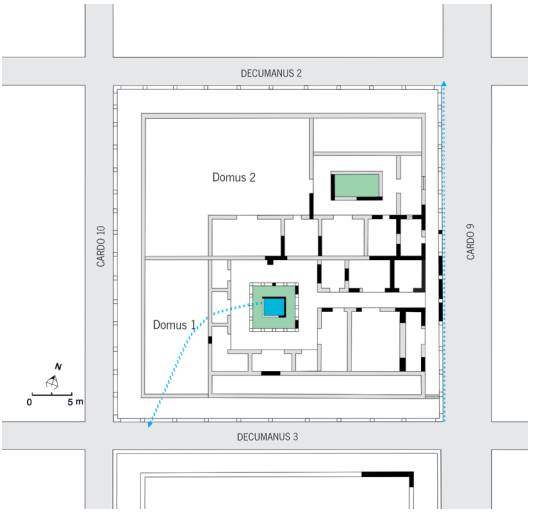
Nesta zona arqueológica foi identificado um quarteirão romano, que se encontra delimitado a nascente pelo cardo máximo (K9), a sul pelo decumano D3, a poente pelo cardo K10 e a norte pelo decumano D2 (Martins et al., 2017a). O quarteirão terá sido dividido em dois lotes, ocupados por duas habitações distintas, uma na fração norte e outra naquela que se situava a sul.

A «*domus* 1 da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão», construída na época flávia, preenchia o lote sul do quarteirão edificado entre os decumanos D2 e D3 e os cardos K9 e K10, desenvolvendo-se no sentido E/O, ao longo do corredor que estabelecia a relação entre o pórtico e a rua anexa, o cardo 9 e a área do peristilo, revelando uma organização espacial típica das habitações romanas. Da *domus* conhecemos apenas a parte leste e o lado norte da casa, representado pelo muro que estabelecia a divisória com a *domus* 2 também de peristilo, que se situava no lote disposto na parte norte do quarteirão.

Um corredor estreito ligava a entrada da casa até à área do peristilo, o qual dava acesso a um conjunto de cinco compartimentos dispostos a norte e a sul. A norte estavam organizados três *cubicula*, enquanto a sul se dispunham dois compartimentos, o maior pode ser interpretado como *tablinum*, um espaço de representação, enquanto o outro pode ter correspondido a uma sala de receção, ou de banquete.

A parte central da casa, a área do peristilo, era aberta com um tanque no meio, mas não temos a certeza de como os outros compartimentos estavam organizados ao redor dele. Infelizmente, os dados disponíveis são muito reduzidos o que não permite caracterizar a natureza e funções dos espaços que ladeavam a área aberta da unidade habitacional. No entanto, é possível avançar que na parte norte do peristilo, na área do pórtico, podia estar situado um espaço dedicado à *religio priuata,* tendo em conta que o silhar que

Figura 7. Planta das *domus* da zona arqueológica da «Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão»



Nota: Planta da *domus* 1 e *domus* 2 da zona arqueológica da «Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão».
Fonte: Autora.

foi caraterizado poderia estar relacionado com um *lararium*, ou uma ala com os símbolos do culto doméstico (Magalhães, 2019, p. 125).

A casa tinha a entrada principal a partir do cardo máximo (K9), o que terá influenciado a presença de espaços comerciais na fachada nascente e sul, o que demonstra a importância da atividade comercial para a economia doméstica romana e a sua integração na vida urbana.

A *domus* 2 ocupa a metade norte do quarteirão, para o qual dispomos de poucos dados, uma vez que ainda não foi possível escavar a metade poente, permitindo apenas a projeção da parte nascente.

Com base nos dados conhecidos, entende-se que estamos perante uma *domus* de peristilo lateral, aberto para o cardo máximo. O acesso ao interior da casa fazia-se a partir de um *uestibulum*, contíguo à entrada, flanqueada por lojas, abertas na fachada leste tendo sido possível reconhecer pelo menos uma delas, localizada a sul da porta principal.

A área aberta do peristilo era ladeada por um *ambulacrum* a sul do qual se desenhavam dois compartimentos que cumpriam funções de receção, o espaço próximo da porta da casa e com uma articulação com uma *tabernae* poderia corresponder a um *tablinum,* enquanto o compartimento ao lado, de forma retangular, deveria corresponder a uma sala de jantar. As salas de jantar e visitas tinham as portas que se abriam para o peristilo, o que possibilitava uma relação visual com a sua colunata, permitindo aos ocupantes desfrutar da luminosidade e da ventilação proporcionadas pelo pátio aberto, além de estabelecer uma conexão visual com os restantes espaços da *domus* (Magalhães, 2019, p. 133).

As habitações, caracterizadas na zona arqueológica da Escola Velha Sé/Rua Frei Caetano Brandão nº166/168, configuravam as típicas *domus* romanas, cujas planimetrias são difíceis de restituir na totalidade devido à profunda reforma que o quarteirão conheceu nos finais do século III/inícios do século IV, onde se construiu um balneário privado, que modificou expressivamente a organização espacial original das casas. Nesta fase os dois anteriores lotes vão-se unir, passando a existir uma única *domus*, que tirou partido de grande parte dos espaços das construções anteriores.

Conclusão

A construção de uma *domus* era um empreendimento que exigia uma adaptação rigorosa à estrutura urbana pré-existente. Os quarteirões e lotes, com os seus perímetros e dimensões já estabelecidos, delimitavam o espaço disponível para a construção. Essa restrição espacial influenciava diretamente as dimensões da *domus*. A flexibilidade na divisão dos quarteirões era variável, podendo ou não ser subdivididos em lotes menores, como observamos nos exemplos de *Bracara Augusta***.**

Em Braga, observamos a subdivisão de quarteirões em duas *domus* nas zonas arqueológica da «Escola Velha da Sé/Rua Frei Caetano Brandão» e da «Rua Afonso Henriques». Cada quarteirão, com área de 1 *actus*, foi dividido em dois lotes. Contudo, essa não era a única possibilidade. Outras *domus*, como as das Carvalheiras, do ex-Albergue Distrital e das Cavalariças, ocupavam a totalidade do espaço de um quarteirão, indicando uma maior flexibilidade na organização espacial da cidade.

As características únicas de cada cidade romana impunham restrições específicas aos proprietários que desejavam construir. O tamanho dos terrenos, os direitos dos moradores vizinhos, a proporção da área que poderia ser construída e a obrigatoriedade de manter pórticos eram apenas alguns dos exemplos dessas normas. Essas restrições, que variavam de cidade para cidade, moldavam significativamente as características das casas e a fisionomia urbana. É importante ressaltar que a casa romana não deve ser vista como um modelo único e imutável, mas sim como um conjunto de soluções arquitetónicas com uma linguagem e um léxico que se adaptam a diferentes contextos.

A arquitetura doméstica romana apresenta uma notável variedade de soluções construtivas, moldadas pelas particularidades de cada região, período histórico e classe social. As casas romanas, como as de *Bracara Augusta*, são reflexo dessa complexidade, revelando a influência de fatores como o clima, os materiais disponíveis, as crenças e os gostos pessoais. A heterogeneidade das cidades romanas e das suas suas elites, aliada às mudanças nos paradigmas sociais, políticos e estéticos, contribuiu para a constante evolução da arquitetura doméstica, onde cada casa se torna um testemunho singular do seu contexto histórico e cultural.

Bibliografia

Fernández Vega, P. A. (1999). *La casa romana*. Ediciones Akal.

Guillen, J. (1997). *Urbs Roma. Vida y costumbres de los romanos − La vida privada*. Vol. I. Quarta Edición. Ediciones Sígueme.

Magalhães, F. (2019). *A domus romana no NO peninsular.* Arquitetura, construção e sociabilidades. [Tese de Doutoramento em Arqueologia. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho. https://hdl.handle.net/1822/64109.

Martins**,** M. (2005). As termas romanas do Alto da Cividade. Um exemplo de arquitectura pública de Bracara Augusta. UAUM /NARQ. *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas 1.*

Martins, M. (1997/98). A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto. *Cadernos de Arqueologia,* 14 /15, Série II, 23-45.

Martins, M. (2014). Projeto de Bracara Augusta. 38 anos de descoberta e estudo de uma cidade romana. *Ciências e Técnicas do Património*, 159-169.

Martins, M., & Delgado, M. (1989-90). História e arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta. *Cadernos de Arqueologia*, 6/7, Série II, 11-39.

Martins, M., Delgado, M., & Alarcão, J. (1994). Urbanismo e Arquitectura de Bracara Augusta: Balanço dos Resultados. Em *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular* (pp. 303–319). Porto.

Martins, M., Mar, R., Ribeiro, J., & Magalhães, F. (2013). A construção do teatro romano de Bracara Augusta. Em A. Melo & M. Ribeiro (Coords.), *História da construção: Arquiteturas e técnicas construtivas* (pp. 41–76). CITCEM/LAMOP.

Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., & Braga, C. (2012). Urbanismo e Arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer. Em M. C. Ribeiro & A. Melo (Coords.), *Evolução da paisagem urbana: Sociedade e economia* (pp. 29–69). CITCEM.

Martins, M., Ribeiro, M., Ribeiro, J., & Mar, R. (2017a). Topografia e urbanismo fundacional de Bracara Augusta. Em M. Dopico Caínzos & M. Villanueva Acuña (Eds.), In *Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat: A cidade romana no noroeste: Novas perspectivas* (Vol. 2, pp. 203–226). Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo.

Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., Braga, C., & Ribeiro, M. (2017b). O espaço construído de Bracara Augusta no Alto Império. In M. Dopico Caínzos & M. Villanueva Acuña (Eds.), In *Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat: A cidade romana no noroeste: Novas perspectivas* (Vol. 2, pp. 251–276). Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo.

Silva**,** J. R. C. (2000). A insula das Carvalheiras. Estudo de um exemplo de arquitectura privada em Bracara Augusta [Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga].

Torres, A. C. (2014). Sequência de ocupação da Zona Arqueológica do Ex-Albergue Distrital. Contributo para a análise evolutiva e funcional de uma unidade doméstica em Bracara Augusta [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho. http://hdl.handle.net/1822/33817.

Sobre a decoração arquitetónica de *Bracara Augusta* (Braga, Portugal) através de um conjunto de elementos descobertos na cidade

About the architectural decoration of *Bracara Augusta* (Braga, Portugal) through a set of uncovered elements in the city

Jorge Ribeiro
Professor auxiliar, Departamento de História
do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho
Lab2PT / IN2PAST
jribeiro@ics.uminho.pt
ORCID: 0000-0002-1792-9145

Bracara Augusta, 132 (2025), 37-67 | ISSN 0006-8640
DOI: https://doi.org/10.82564/revistabracaraaugusta.v72i132%20(145).2

Resumo // Este estudo pretende apresentar os grandes traços do programa decorativo da cidade romana de Braga com base num conjunto de elementos arquitetónicos recolhidos nas escavações realizadas nas últimas décadas. Trata-se de um domínio inicialmente desvalorizado pela investigação, situação que veio a alterar-se substancialmente a partir da década de 80 do século passado. Sempre que possível procede-se ao enquadramento arquitetónico dos elementos com base na especificidade de cada peça, no seu contexto de achado e nas prescrições de Vitrúvio. A caracterização das peças segue as propostas de María Ángeles Gutiérrez Behemerid e de María Isabel Escrivà Chover para capitéis e bases, respetivamente, complementadas com tipologia elaborada por Pierre Broise, no caso específico da ordem toscana. Os dados recolhidos permitem tecer algumas considerações acerca da representatividade das principais ordens clássicas na arquitetura da cidade, bem como da cronologia e funcionalidade das peças estudadas, dando a conhecer, parcialmente, os programas decorativos de *Bracara Augusta*. Pretende-se ainda contribuir para o conhecimento da sociedade bracarense ao longo da época romana.

Palavras-Chave:
Arqueologia, arquitetura, Bracara Augusta, decoração arquitetónica.

Abstract // This article aims to present the main features of the decorative programme of the Roman city of Braga, based on a set of architectural elements recovered from excavations conducted over the past few decades. This was initially an undervalued area of research, but the situation has changed significantly since the 1980s. Whenever possible, the architectural framework of the elements is analysed, taking into account the specificity of each piece, its discovery context and Vitruvius' guidelines. The characterisation of the pieces follows the proposals of María Ángeles Gutiérrez Behemerid and María Isabel Escrivà Choder for capitals and bases, respectively, supplemented by the typology outlined drawn up by Pierre Broise in the specific case of the Tuscan order. The data collected enables us to make several observations regarding the representativity of the main classical orders in the city's architecture, as well as the chronology and functionality of the studied pieces studied, partially revealing the decorative programmes of *Bracara Augusta*. This article also aims to contribute to towards the understanding of «*Bracarense*» society during the Roman era.

Keywords:
Archaeology, architectural decoration, architecture, Bracara Augusta.

Introdução

O estudo dos programas construtivos e decorativos constitui uma das abordagens que permitem estudar as cidades clássicas, através de uma agenda renovada que implica um questionamento específico dos materiais. Roma difundiu os seus modelos construtivos por todos os territórios conquistados, os quais foram adaptados às condições específicas de cada região. A arquitetura romana provincial constitui, dessa forma, o resultado de uma combinação de técnicas e estilos desenvolvidos pelos construtores romanos com os conhecimentos de outros substratos culturais. Neste breve estudo propomos «visitar» a cidade de *Bracara Augusta* através do seu programa decorativo. Trata-se de uma temática algo desvalorizada pela arqueologia até à década de 80 do século passado e que, a partir desse momento, conheceu um desenvolvimento importante, muito devido ao contributo de trabalhos pioneiros, como o de Patrizio Pensabene dedicado aos capitéis de Óstia (1973). No contexto português merece destaque o trabalho de Lídia Fernandes (1997) sobre os capitéis romanos da Lusitânia Ocidental. Em Braga, a sistematização da arqueologia urbana a partir de 1976, com a criação do Campo Arqueológico, e a larga dezena de escavações realizadas revelaram centenas de elementos arquitetónicos e uma paisagem monumental notável. Tendo por base um conjunto de elementos arquitetónicos recolhidos fundamentalmente nas escavações realizadas na cidade pretendemos refletir acerca da decoração arquitetural de *Bracara Augusta*. A respeito da localização e do papel destes elementos para o contexto geral das províncias ocidentais (Tardy, 2010, p. 263) diz que muitas destas peças «dormem» nos vários museus e espaços arqueológicos das cidades e constituem, em alguns casos, os únicos testemunhos das produções arquitetónicas romanas. Em Braga também se observa esta situação. No presente trabalho, valorizámos o seu contexto original procurando, na medida do possível, estabelecer a sua restituição com base nos dados que dele subsistem de modo a acrescentar algo, mesmo no caso das peças descontextualizadas.

A descrição dos elementos arquitetónicos é feita com base no trabalho de M. A. Gutiérrez Behemerid (1992) para os capitéis, reforçada com a proposta metodológica de P. Broise (1969) para o caso específico dos elementos toscanos e de M. I. Escrivà Chover (2005) para a análise das bases de coluna. Adicionalmente, e em particular na análise de outros elementos constituintes da decoração arquitetónica, como aqueles ligados aos entablamentos, apoiámo-nos no trabalho de J. L. de La Barrera (2000). Os cálculos das dimensões das colunatas resultaram da aplicação dos princípios desenvolvidos por Vitrúvio no seu tratado de arquitetura (Maciel & Howe, 2006), com base num sistema de proporções elaborado, definido pela espessura da coluna representado pelo diâmetro da sua circunferência, tendo em consideração as dimensões dos elementos preservados. O enquadramento arquitetónico tem por base as características específicas dos elementos, articulado com as interpretações

produzidas para cada sítio arqueológico. As nossas fontes são fundamentalmente os dados arqueológicos que articulámos com as informações que os materiais recolhidos na cidade proporcionam.

A monumentalização da arquitetura constitui um excelente indicador da penetração da cultura romana nas províncias. Apesar da sua posição periférica, *Bracara Augusta* dotou-se, em todas as épocas, de uma arquitetura monumental e dinâmica, evidenciando a perfeita transmissão das diversas correntes arquitetónicas emanadas por Roma. Todas as ordens clássicas foram usadas nos programas decorativos da cidade revelando o trabalho de artesãos qualificados, a adaptação das ordens clássicas a uma arquitetura de granito beneficiando de sólidas tradições anteriores e uma boa adesão da população às novas modas veiculadas no Império.

1. Os materiais e as pedreiras

Os elementos arquitetónicos romanos descobertos em Braga são, salvo raros exemplos, essencialmente em granito. Com efeito, na análise efetuada foram contabilizadas apenas seis peças em mármore, contra cerca de 350 em granito. Sabemos que foram exploradas várias pedreiras em época romana, muito embora a sua identificação ainda não tenha sido possível. Conforme explicado por Bessac & Sablayrolles (2002, p. 3) a extração da pedra provocou nas províncias uma mutação económica de primeira ordem, com o fenómeno urbano, e o seu entorno, bem como as *villae*, a conduzirem a uma dinâmica construtiva única, extremamente exigente em matéria prima. O estudo das pedreiras carece de uma abordagem específica que combine trabalhos de arqueologia, de arqueometria e petrografia (Pizzo, 2011, p. 388), um dos aspetos mais desafiantes para a investigação futura.

2. Caracterização da amostragem e proveniência das peças

As escavações e recolhas efetuadas na cidade e arredores proporcionaram elementos variados, essencialmente pertencentes às colunatas: bases, fustes, tambores, pilastras e capitéis. Em menor quantidade detetaram-se elementos associados aos entablamentos, mormente alguns frisos e cornijas.

Quanto à sua proveniência, trata-se de elementos oriundos de vários locais. Alguns foram encontrados em Braga, enquanto outros procedem dos arredores da cidade, como de Dume, Adaúfe e Tibães, para onde podem ter sido deslocados.

Os elementos estudados para além do seu valor individual, embora vários exemplares sejam descontextualizados, constituem um conjunto significativo de vestígios arquitetónicos que nos ajudam a caracterizar alguns aspetos da arquitetura e do programa decorativo da cidade romana.

3. Os elementos estudados

O grande objetivo desta proposta visa apresentar alguns dos elementos arquitetónicos romanos conhecidos através de uma breve descrição dos mesmos, mas sobretudo tecer algumas considerações sobre a arquitetura da cidade. Este tipo de material constitui, indubitavelmente, uma fonte de informação fundamental para o estudo da arquitetura romana, muito embora seja necessário aprofundar e desenvolver o seu estudo.

Este conjunto é constituído por elementos variados, com exemplares representativos das diferentes ordens usadas na época romana e na Antiguidade Tardia.

Foram identificados 66 capitéis toscanos, ordem que não parece ter sido muito divulgada na Península Ibérica por rapidamente ter sido preterida em benefício da ordem coríntia. Quanto à sua funcionalidade, os capitéis toscanos terão sido preferencialmente utilizados em contexto privado, associados aos pórticos interiores e exteriores das casas. Curiosamente o modelo toscano é o mais representado no total dos elementos estudados, dos quais se expõe aqui uma amostra representativa, com cerca de 55% das peças. Refira-se que a sua classificação constitui por vezes um processo delicado, dado que um capitel toscano pode ser facilmente confundido com uma base de coluna (Fernandes, 2008, p. 236).

Foram ainda identificados 19 capitéis coríntios, alguns deles com uma execução notável, em particular os capitéis C11 e C12 (Apêndice gráfico, doravante AP, 2), depositados no Museu Pio XII. Dentro dos capitéis coríntios haverá que acrescentar seis exemplares de folhas lisas, dois deles realizados em mármore.

Detetámos ainda quatro capitéis jónicos integrados no tipo 6 definido por Gutiérrez Behemerid (1992, p. 47), que engloba os exemplares lisos. Para além dos exemplares referidos considerámos igualmente dois capitéis jónicos, do tipo 3, com *kyma* de três óvulos, provenientes de um dos andares da fachada da Igreja do Convento dos Remédios. No que respeita à questão cronológica, Gutiérrez Behemerid (1992, p. 47) considera que os capitéis jónicos do tipo liso constituem uma forma característica dos séculos (doravante sécs.) III e IV d.C., existindo, no entanto, exemplares já de épocas anteriores. Repare-se, ainda, que os capitéis jónicos com equino decorado estão normalmente associados a cronologias anteriores, designadamente aos sécs. I/II.

Finalmente, este trabalho contempla ainda um conjunto de bases áticas e outras mais singelas, em toro, com ou sem plinto; fustes; bem como uma série de elementos ligados aos entablamentos e a outros elementos arquiteturais de remate.

Cada um dos elementos estudados encontra-se referenciado com um código alfanumérico, em que a letra varia em função da tipologia da peça: «C» para capitéis, «B» para bases, «F» para fustes, e «R» para elementos de coroamento/remate; e o número, sequencial, de acordo com a ordem de entrada no texto.

No que respeita à componente gráfica uma parte significativa das peças apresentadas encontra-se fotografada, em alguns casos com escala, estando compilada no final do texto, num apêndice gráfico constituído por oito figuras ordenadas de acordo com a tipologia arquitetónica – capitéis de coluna, bases de coluna, fustes de coluna e elementos de coroamento/remate.

4. Proposta de enquadramento arquitetónico de alguns elementos

Para além da descrição e caracterização dos elementos é importante tentar estabelecer algumas aproximações relativamente ao seu enquadramento arquitetónico, de forma a retirar alguns ensinamentos acerca da paisagem urbana, mas igualmente das pessoas que os produziram, que os encomendaram, ou que os apreciavam colocados num ou outro edifício.

A este respeito Vitrúvio esclarece-nos acerca do sistema modular usado na arquitetura romana, centrado no diâmetro da circunferência da coluna que servia para estabelecer as partes de uma ordem. De acordo com a ordem, cada coluna devia ter tantos módulos ou frações de módulos. Nos templos refere que as colunas jónicas, lisas, devem ter uma altura total de oito diâmetros e as colunas toscanas sete diâmetros (Maciel & Howe, 2006, p. 169).

A verdade é que o estudo deste tipo de elementos pode permitir a restituição, ainda que parcial, do conjunto arquitetónico do qual formavam parte. Não é, todavia, uma tarefa fácil e para tal é necessário que determinadas condições se verifiquem. Assim, o estado de conservação das peças, podendo impedir a recuperação das dimensões, é um elemento que deve ser tido em linha de conta.

A identificação das medidas originais apesar de revestir uma grande importância, pode mesmo assim não ser suficiente, uma vez que esses elementos podem ter sido reaproveitados ainda em época romana e inseridos em programas decorativos posteriores aos que integravam originalmente.

Neste ensaio, a amostragem foi selecionada no conjunto dos elementos recolhidos e analisados em *Bracara Augusta*, individualizando aqueles em que determinadas recorrências ornamentais e dimensionais permitem associá-los a certos edifícios públicos e privados da cidade (Figura 1), muito embora seja igualmente dado destaque a outros elementos/conjuntos particulares.

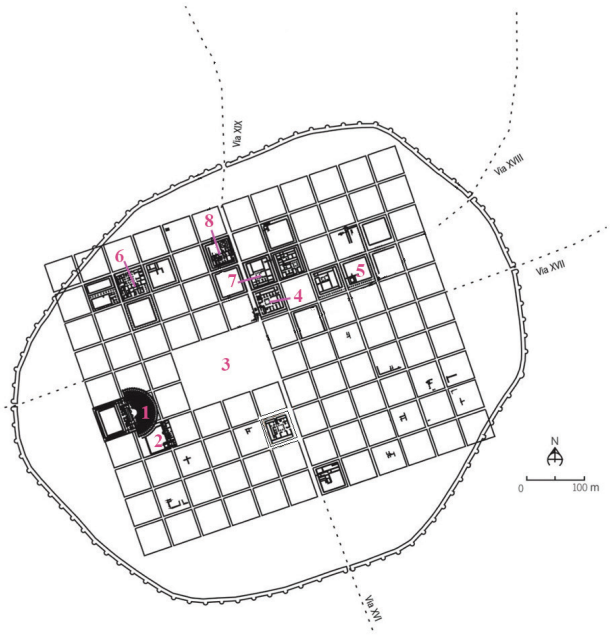
4.1. O caso dos edifícios públicos

4.1.1. O teatro romano

O teatro romano da cidade foi identificado no ano de 1999 (Martins et al., 2015, p. 321) estando ainda em curso o seu estudo. Os trabalhos realizados permitiram recuperar uma série de elementos arquitetónicos variados, quase todos eles relacionados com o muro de cena do edifício.

No que respeita aos capitéis foram descobertos seis exemplares, dois da ordem coríntia e quatro da toscana. O capitel coríntio C1 (AP1), com uma cronologia dos sécs. III/IV, deverá corresponder a uma fase tardia do edifício pertencendo possivelmente à *scaenae frons*. De outro exemplar, identificado com o C2 (AP1), conservou-se apenas uma das extremidades do ábaco, revelando uma peça de grande dimensão. Relativamente aos capitéis toscanos estes apresentam todos formas e medidas diferentes, o que os relaciona certamente com espaços distintos. Os exemplares C3 e C4

Figura 1. Planta da cidade romana com implantação da muralha baixo imperial



Nota: Localização dos sítios arqueológicos referidos no texto na planta da cidade romana com implantação da muralha baixo imperial. 1 – «Zona arqueológica do teatro romano», 2 – «Zona arqueológica das Termas do Alto da Cividade», 3 – *Forum*, 4 - «Zona arqueológica do ex-Albergue Distrital», 5 – «Zona arqueológica do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago», 6 – «Zona arqueológica das Carvalheiras», 7 – «Zona arqueológica da Rua Frei Caetano Brandão n.º 183-185 e Rua Santo António das Travessas n.º 20-26», 8 – «Zona arqueológica da Escola Velha da Sé».
Fonte: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

(AP1) são os mais parecidos, diferindo, contudo, ligeiramente nas medidas e na forma do equino. Apresentam cerca de 0.25 metros (doravante m) de diâmetro no sumoscapo, sobrepondo, portanto, fustes com a mesma medida superior. Outro exemplar, identificado com o C5 (AP1), já maior, com um sumoscapo alto (0.21 m) e com um diâmetro imponente (0.40 m) estaria associado a uma coluna de grande dimensão, com praticamente 3.70 m de altura. Um último exemplar, C6 (AP1), é algo mais simples, exibindo um diâmetro inferior, com 0.29 m, podendo eventualmente estar associado a vários dos fustes detetados (F7 e F8, por exemplo).

Quanto às bases foram descobertos quatro elementos, todos diferentes: uma base ática (B1), uma base com plinto e toro (B2) e duas bases em toro (B3 e B4) (para todas, AP5), com medidas distintas. A base B2 é um elemento muito simples, apenas constituído por um plinto encimado por um toro. As outras duas são formadas por um toro e uma moldura em forma de *kyma* que o une com um imoscapo cilíndrico, com diâmetros de 0.35 m e 0.335 m, respetivamente, o que nos dá alguma indicação acerca da largura, na parte inferior, dos fustes que as sobreporiam.

Dentro dos fustes exumados cabe destacar dois poderosos exemplares monolíticos (F1 e F2) (AP7) encontrados tombados sobre a cena, que integrariam um dos andares da *scaenae frons*. Apresentam uma forma troncocónica, diâmetro na base de 0.43 m e de 0.37 m no topo, e uma altura de 3 m. Durante os trabalhos de escavação descobriram-se fragmentos de fustes semelhantes, partidos nas duas extremidades, com diâmetro a rondar os 0.40 m, que possivelmente se encontram associados aos fustes do primeiro andar da frente cénica. A base ática B1, já introduzida, poderia constituir um dos apoios dos fustes referidos acima, de acordo com o seu diâmetro superior de 0.44 m. Por sua vez, um fuste (F6) (AP7) descoberto no limite norte do *aditus* norte, troncocónico, com 0.30 m de diâmetro na base e 0.28 m na parte superior e uma altura de 1.83 m, faria parte de uma pequena colunata ainda por identificar, mas que poderia ter feito parte do *porticus in summa cavea*. Foram ainda recolhidos outros exemplares de fustes com diâmetros a rondar os 0.30 m não exibindo, contudo, a mesma qualidade de acabamento que os elementos associados ao primeiro andar da frente cénica.

As bases, fustes e capitéis aqui referidos, por serem diferentes, correspondem assim a espaços do teatro igualmente diversos não sendo possível, de momento, adiantar algo mais acerca das suas funções respetivas.

Fazem ainda parte do sistema decorativo do teatro um conjunto de elementos graníticos moldurados que parecem constituir remates de estruturas, possivelmente cornijas e molduras de coroamento. Dentro destes os elementos R1 e R2 (AP8) apresentam-se algo fraturados, sendo possível, no entanto, observar que se trata de peças de forma retangular (com 0.20 m de espessura), molduradas na face externa, pertencendo originalmente à mesma estrutura. As peças R3, R4, R5 (AP8) e R6 apresentam a mesma morfologia correspondendo a elementos do mesmo conjunto. Exibem várias fraturas revelando, contudo, a sua forma original, em paralelepípedo,

preservando-se praticamente apenas a face moldurada formada por uma moldura convexa, um fino listel e uma moldura côncava. Destaca-se, ainda, outro conjunto de nove elementos semelhantes (R7 a R15) (AP8), na forma e nas dimensões, que formaria uma moldura de coroamento, eventualmente do *podium*. Exibem uma morfologia paralelepipedal, moldurada na face externa com *cavetto* invertido sobre moldura em banda, *kyma* reversa e fino listel inferior. A peça R15 merece ser individualizada devido ao facto de ter sido trabalhada em duas faces, na face principal e numa das faces laterais, constituindo, como tal, um elemento de remate lateral. Muitos destes elementos integrariam a frente cénica do teatro, formando jogos de cores com granitos diferentes, alguns deles provavelmente revestidos com pinturas.

4.1.2. As termas do Alto da Cividade

As termas do Alto da Cividade constituem outro dos exemplares mais significativos da arquitetura pública da cidade. Situadas no quadrante sudoeste da urbe romana, próximo do *forum*, foram edificadas nos inícios do séc. II sobre um anterior complexo de funcionalidade pouco clara, datado de finais do séc. I a.C. à primeira metade do séc. II (Martins, 2005, p. XVII).

Desta zona arqueológica provém um capitel jónico liso (C7) (AP1), modalidade característica dos sécs. III e IV (Gutiérrez Behemerid, 1992, p. 47), muito semelhante a um exemplar da casa do anfiteatro de Mérida, datado do séc. III (Pizzo, 2001, p. 341). A presença de um sumoscapo bem desenvolvido permitirá recuar a cronologia do capitel das termas, eventualmente para o séc. II, situação reforçada pelo facto de este elemento ter sido reutilizado na Fase III do edifício (finais do séc. III – inícios do séc. IV) na parede de uma canalização (Martins, 2005, p. 50), o que sugere a sua utilização na Fase I (inícios do séc. II) ou fase II (finais do séc. II – inícios do séc. III). Este elemento estaria associado a um dos fustes que forma o hipocausto tardio do edifício fazendo parte, originalmente, de uma das janelas da fachada oeste das Termas nas Fases I ou II, tendo em conta a sua pequena dimensão.

Foram igualmente recolhidas duas bases de coluna (B5 e B6) (AP5), bastante simples, constituídas por um toro, uma moldura e imoscapos altos (0.16 m e 0.20 m), característica normalmente associada a cronologias mais altas. São, contudo, diferentes, tanto nas dimensões como na forma. A primeira (B5) estaria associada a uma coluna com cerca de 2.20 m de altura, enquanto a outra (B6) estaria relacionada com uma coluna de menor altura, com cerca de 1.90 m. Corresponderão assim a espaços distintos da construção, que não foi possível determinar.

Nos hipocaustos tardios as *pilae* são constituídas por elementos arquitetónicos reaproveitados, essencialmente fustes e algumas bases de coluna. Os fustes apresentam-se normalmente partidos, conservando uma extremidade original, tendo sido adaptados a uma altura pré-definida. Exibem diâmetros distintos e alguns deles uma forma troncocónica. A grande maioria dos elementos apresenta um diâmetro

de aproximadamente 0.35 m, existindo outros com um diâmetro próximo dos 0.25m. Conservou-se um elemento completo (F10) com 0.64 m de altura e um diâmetro de 0.25 m que formaria certamente um dos elementos de um fuste de uma coluna.

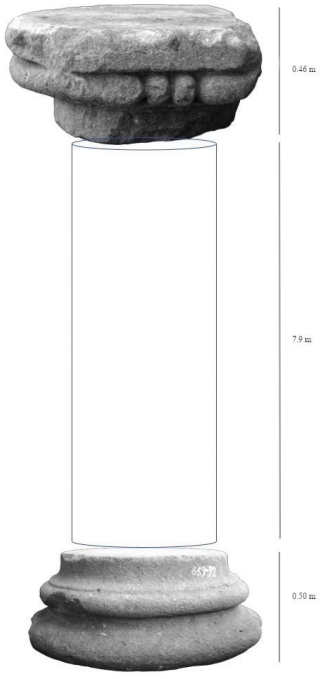
Assim, consideramos que a maioria dos elementos acima referidos terá que ser relacionada com as Fases I e II das termas, correspondendo ao séc. II e inícios do séc. III. Uma grande base de pilastra (B15) (AP6), um fragmento de cornija (R16) (AP8) e uma pilastra (F9), possivelmente associada à base B15, completam os elementos arquitetónicos recuperados nas escavações realizadas nas termas do Alto da Cividade.

4.1.3. Os elementos arquitetónicos monumentais do forum

O *forum* administrativo e religioso era o espaço público mais importante das cidades romanas. Em *Bracara Augusta* a sua localização é sugerida por uma planta publicada em 1594, atribuída a Georgius Braun, que o situa na sua zona mais alta, nas proximidades da capela de S. Sebastião, ou seja, perto do Largo Paulo Orósio (Martins, 2004, p. 153). O local é revelado por um conjunto de 16 elementos arquitetónicos de grande dimensão formado por 13 grandes bases áticas de colunas e três capitéis, dois toscanos e um jónico, conservadas no Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa (MADDS), na Casa do Avelar e na Câmara Municipal de Braga (CMB).

O capitel jónico C8 exibe um diâmetro no sumoscapo compatível com três das bases áticas – B7, B8 (AP5) e B9 (AP6) – formando colunas com uma altura estimada entre 8.40 m e 8.90 m, integrando um edifício imponente (Figura 2). Os dois capitéis toscanos, C9 e C10 (AP1), apresentam muitas semelhanças e, como tal, integrariam provavelmente o mesmo edifício. O diâmetro que exibem no sumoscapo (0.60 m) faz com que possam ser associados a várias das bases assinaladas. O fuste que os unia podia ser troncocónico ou cilíndrico, o que aponta para tipos de base diferentes. De qualquer modo, e escolhendo um ou outro determinado tipo de base, calculámos que a altura

Figura 2. Coluna jónica do forum da cidade



Nota: Restituição da altura de uma das colunatas do *forum* da cidade, com base em dois elementos com medidas compatíveis (capitel C8 e base B8) e nos princípios desenvolvidos por Vitrúvio.
Fonte: Fotografias da autoria de Manuel Santos | Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa.

total da colunata situar-se-ia entre 4.20 m e 5.30 m. Os fustes que suportaram estes elementos não se preservaram, contudo, seriam peças de altura considerável, não forçosamente monolíticas. Com efeito, as pedreiras que possibilitavam a extração de elementos deste género não eram abundantes. Além disso, será necessário ter em conta que os romanos recorriam frequentemente a fustes compostos, como tambores em pedra, mármore ou tijolo, cuja forma era circular, solução muito praticada principalmente pela sua comodidade. Assim, seria certamente mais fácil erguer, passo a passo, uma coluna formada por vários tambores do que levantar um poderoso fuste monolítico.

Feita a análise pormenorizada das peças, designadamente do granito, morfologia, dimensões e proveniência, no conjunto das bases, foram individualizados dois tipos: (1) toro, escócia, toro, *apophigè* (TETA) e (2) toro, escócia, toro, caveto, imoscapo (TETCI), subdivididos respetivamente em cinco e três variantes, com diâmetros que oscilam entre 0.57 m e 0.94 m, na parte superior, local onde assentava o fuste. Refira-se que o primeiro critério seguido foi a forma e o segundo as dimensões.

4.2. A construção privada

4.2.1. A domus da «Zona arqueológica do Ex-Albergue Distrital»

Na zona arqueológica do Ex Albergue Distrital foram identificadas ocupações de várias épocas, nomeadamente uma *domus* datada da época flávia e alvo de sucessivas remodelações até ao séc. VII, decorrendo de diferentes formas de viver o espaço doméstico urbano (Lemos & Leite, 2000; Magalhães, 2019, pp. 185-193; Martins et al., 2017, p. 261). Esta casa situa-se na proximidade do *forum*, a nordeste desse espaço.

Dois capitéis coríntios, C11 e C12 (AP2), estariam possivelmente relacionados com a fase alto-imperial desta construção. Estes exemplares integrariam a colunata do peristilo da casa. Estimámos a altura dessa colunata com base na altura dos capitéis, que deverá corresponder ao diâmetro do imoscapo da coluna, propondo um valor aproximado de 3.20 m (base, fuste e capitel). Uma base monotórica, B10 (AP6), em dois elementos com plinto separado, com imoscapo alto, conservada *in situ*, parece definir a entrada principal da *domus*, acessível a partir do cardo oeste, que seria constituída por duas colunas e respetivo lintel. Calculámos para esta coluna, com base no diâmetro do imoscapo, uma altura de aproximadamente 3 m. A esta entrada, poderá estar associado um capitel toscano, C13 (AP2), com um diâmetro de 0.37 m, que poderia encimar um fuste troncocónico com 0.42 m na base, semelhante ao elemento identificado com o número F11.

4.2.2. A domus da «Zona arqueológica do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago»

Na zona arqueológica do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago, igualmente situada no quadrante nordeste da cidade, foram identificadas ruínas pertencentes a um conjunto habitacional. Este espaço, correspondente ao peristilo da casa, terá resultado de uma remodelação executada entre finais do séc. III/início do séc. IV (Magalhães, 2010, pp. 85-87; Martins et al., 2012, p. 60). Dele provêm dois capitéis coríntios de folhas lisas, C14 e C15 (AP2), em mármore, exemplares de grande dimensão e requinte, normalmente associados a edifícios de prestígio. Estes capitéis revelam uma forte ligação com duas bases áticas (B11 e B12 – AP6), produzidas no mesmo material, visíveis no claustro do seminário. Estas peças estariam muito provavelmente associadas à colunata do peristilo da *domus* que aí existia. Julgamos que estes quatro elementos deveriam integrar originalmente um espaço aberto anterior, possivelmente um pátio, e terão sido reutilizados para formar a colunata do peristilo tardio. Os fustes das colunas não foram encontrados, contudo, de acordo com os elementos identificados, teriam uma forma troncocónica e cerca de 3 m de altura, configurando uma colunata com cerca de 4 m. No que respeita à matéria-prima utilizada, e dado que o mármore não estava disponível em Braga, trata-se naturalmente de elementos de importação, possivelmente de Estremoz/Vila Viçosa, situação a confirmar com uma análise mais aprofundada. Foram ainda recuperados três capitéis toscanos, com formas e medidas diferentes, talvez associados aos pórticos exteriores ou interiores da *domus*. Um deles, identificado com o C16 (AP2) integraria uma coluna com cerca de 2.80 m.

4.2.3. A domus da «Zona arqueológica das Carvalheiras»

Na zona arqueológica das Carvalheiras, intervencionada entre 1983 e 2002, foram identificados vários edifícios habitacionais da época romana, nomeadamente uma *domus*, construída sob os flávios, que ocupou a totalidade de um quarteirão do quadrante noroeste da cidade (Magalhães, 2019, pp. 52-63; Martins, 2004, pp. 260-261). Associados a esta habitação, foram individualizados dois capitéis, um coríntio (C17) e um toscano (C18) (AP2). O exemplar toscano foi encontrado na zona do pórtico sul da casa e poderá estar relacionado com a sua colunata, para a qual estimámos uma altura total de 2.40 m. O exemplar coríntio, com cronologia dos sécs. III/IV, terá já que ver com uma fase tardia de remodelação do edifício.

Uma base em toro (B13) (AP6), descoberta no corredor sul do peristilo, exibindo 0.40 m de diâmetro e um imoscapo bastante pronunciado, sinal de cronologia alta, admitia certamente um fuste troncocónico encimado por um capitel toscano, formando uma coluna com cerca de 2.80 m.

Foram encontrados alguns fustes na escavação, mas todos com um diâmetro superior a 0.30 m, alguns dos quais (F12 e F13) passíveis de serem associados ao capitel coríntio referido acima. Com efeito, estes dois elementos, localizados atualmente numa sala a sul do peristilo, exibem um diâmetro próximo desse valor e foram produzidos num granito leucocrático semelhante ao do capitel. Estimámos para este conjunto uma altura total de cerca de 2.60 m (considerando a altura dos fustes referidos). Dois outros fustes (F14 e F15), com 0.93 m de altura e ligeiramente troncocónicos (0.32 m na base e 0.30 m no topo), integrariam o mesmo espaço da habitação. Os restantes fustes encontrados em derrube estarão relacionados com a colunata do peristilo da casa, que contempla ainda alguns elementos *in situ*.

Entre os elementos de arquitetura detetados nas escavações desta *domus*, merece destaque um lintel de granito trabalhado (R17) (AP8), decorado com losangos incisos, que recobria certamente um dos vãos da casa, provavelmente uma porta, tendo em conta o seu comprimento de 1.93 m. Esta peça apresenta uma altura de 0.26 m e uma espessura de 0.25 m.

4.2.4. A domus da «Zona arqueológica da Rua Frei Caetano Brandão n.º 183-185 e Rua Santo António das Travessas n.º 20-26»

Esta área, situada no quadrante nordeste da cidade romana, foi intervencionada entre 1998 e 2001, evidenciando um grande número de estruturas associadas a uma *domus*, datada da época flávia, e a um grande edifício público posterior (Magalhães, 2019, pp. 148-155; Martins et al., 2017, pp. 261-262).

No decurso dos trabalhos, foram recolhidos um capitel toscano (C19) (AP2), uma base em toro (B14) (AP6) e um fuste monolítico troncocónico (F16), provavelmente associados, que poderiam estar relacionados com um dos pórticos da habitação privada. Estes três elementos formariam uma colunata com uma elevação total de 2.64 m. Em duas paredes do edifício (muros M4 e M10), observa-se ainda a inclusão de um conjunto de fustes. Terão sido reaproveitados no aparelho de uma fase tardia do edificado, servindo simultaneamente de pedras de travamento. A maioria desses elementos apresenta um diâmetro visível de 0.37 m, o que sugere elevações maiores do que o conjunto referido inicialmente (a base B14 exibe um diâmetro de 0.315m), correspondendo, consequentemente, a espaços diferentes. Falta assinalar ainda outro elemento toscano (C20) (AP2), com equino em arco de círculo, cujo diâmetro de 0.39 m no sumoscapo poderia eventualmente adequar-se aos fustes acima referidos. Este exemplar é formado por um colarinho muito alto, o que o distingue dos restantes capitéis com equino em arco de círculo (Guttiérez Behemerid, 1992, p. 121).

Grande parte da casa foi arrasada sob os Antoninos para a construção de um edifício termal (Magalhães, 2019, p. 157). Este grande edifício público seria ornamentado com pilastras, tal como o sugerem os elementos F17 e F18, com 0.46 m de largura

e 0.23 de profundidade, e uma das peças integrada num dos muros da construção (muro M4).

4.2.5. A domus da «Zona arqueológica da Escola Velha da Sé»

Na zona arqueológica da Escola Velha da Sé, situada no quadrante noroeste da cidade romana, identificou-se parte de um quarteirão residencial de *Bracara Augusta* (Magalhães, 2019, pp. 114-124; Martins et al., 2017, p. 262). As escavações arqueológicas, realizadas entre 1998 e 2003, permitiram exumar dois capitéis toscanos muito semelhantes (C21 e C22) (AP3). Um deles foi descoberto num compartimento localizado próximo do pórtico este e do possível peristilo da casa. Com base nesses elementos, estimámos a altura da colunata desse pórtico em cerca de 2.70 m.

4.3. Outros conjuntos de destaque

Trataremos, em seguida, um conjunto de elementos arquitetónicos que, embora careçam de contextualização, exibem características notáveis, merecendo, como tal, serem destacados.

4.3.1. Os elementos arquitetónicos do jardim da Casa do Avelar – Braga

A Casa do Avelar é uma construção quinhentista localizada a sul do centro histórico da cidade (Figura 3). Nos seus jardins, conserva-se um conjunto de elementos arquitetónicos notáveis, muito embora no essencial de proveniência aproximada (Ribeiro, 2013). Destaca-se um conjunto de quatro capitéis toscanos com fuste, sem base (C23/F19, C24/F20, C25/F21, C26/F22) (AP3), oriundos provavelmente do mesmo edifício. Estes elementos, segundo o proprietário, Vasco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos, terão sido recolhidos na quinta da família, que ocupava um amplo espaço situado na zona sudeste da cidade romana, ultrapassando o limite sul da muralha tardia. O espaço antigo da quinta (Figura 3) correspondia a uma área limitada hoje em dia pela Rua S. Geraldo e Rua Monsenhor Areosa, a oeste, prolongando-se a sul até as traseiras da Avenida da Imaculada Conceição. A este, o limite seria praticamente o início da rua Sá de Miranda e a norte o meio da Rua S. Geraldo. Estas quatro colunas poderiam pertencer a um pórtico de uma habitação privada localizada num dos quarteirões romanos sobreposto pela quinta. Calculámos para este pórtico uma altura interior total de cerca 2.70 m. Na mesma propriedade, encontram-se mais dois conjuntos toscanos constituídos por capitel e respetivo fuste (C27/F23 e C28/F24) (AP3). A sua interpretação causou algumas dúvidas, na medida em que estes elementos

Figura 3. Mapa da cidade de Braga de José Teixeira (1910) (adaptado)



Nota: Localização da Quinta do Avelar no mapa de José Teixeira (1910), que inclui a primeira proposta de traçado da muralha romana (1) e a projeção da muralha medieval (2).
Fonte: Biblioteca Pública de Braga, Fundo Manuel Monteiro.

parecem estar dispostos ao contrário, com o capitel a servir de base, o que pode induzir em erro. Contudo, a largura excessiva do ábaco, com cerca de 0.68 m, não é esclarecedora, podendo eventualmente corresponder a um plinto. Estes elementos apresentam dimensões diferentes do conjunto anterior, com diâmetros mais largos (fustes com diâmetro de 0.43/0.405 m contra 0.38 m/0.32 m) e alturas menores (fuste com 1.80 m contra 2.20 m). Calculámos assim que a altura total das colunas seria de aproximadamente 2.60 m. Estes quatro elementos corresponderiam, assim, certamente, a outro espaço porticado, situado possivelmente na mesma zona da cidade. Os vários capitéis referidos apresentam-se muito elaborados e exibem um equino em arco de círculo, elementos que parecem ser característicos dos exemplares mais antigos. Será possível assim atribuir a estes conjuntos uma cronologia do séc. I.

4.3.2. Os capitéis da Rua dos Marchantes

Na Rua dos Marchantes foram recolhidos dois capitéis toscanos (C29 e C30) (AP 3) (Ribeiro, 2013, p. 298). Estes dois exemplares apresentam medidas algo semelhantes, formando aparentemente parte do mesmo conjunto. Contudo, uma observação mais cuidada das peças permite diferenciá-las. Trata-se de exemplares com equino em forma de toro, no entanto o capitel C29 é ligeiramente mais alto e exibe um sumoscapo com diâmetro maior. Sabemos que essas diferenças até poderiam não ser impeditivas de associar as peças, dado que é admissível uma variação de 5% nas dimensões, contudo, muito mais importante é um detalhe observado no equino, que se revela reentrante em relação ao ábaco em 0.025 m no caso do exemplar C30. Estes elementos corresponderão assim a colunatas diferentes, possivelmente associadas a edifícios localizados no *decumanus* oeste da cidade.

4.3.3. Um conjunto de capitéis compósitos de Braga

Outro conjunto de capitéis, conservados em diversas instituições, nomeadamente no Tesouro do Museu da Sé de Braga e no Museu Pio XII, e com proveniência distinta, merece especial atenção (Ribeiro, 2013, p. 298). Com efeito, estes exemplares, C31 a C39 (AP4), os dois últimos evidenciando algumas diferenças na decoração do *kalathos*, parecem revelar uma interpretação bracarense do modelo compósito clássico, pois obedece rigorosamente às características canónicas com exceção do *kyma*. Este é bastante esquemático, com molduras espessas a rodear os óvulos. Estas molduras detêm nestas peças um peso decorativo tão grande como o dos próprios óvulos ou mesmo das setas, também muito esquemáticas. Parecem peças algo tardias, embora contemplem ainda bastantes elementos da forma tradicional. Dada a sua proveniência, não é possível relacioná-los com nenhum edifício. Além disso, apresentam-se bastante erodidos, pelo que não se consegue recuperar as suas medidas exatas. Trata-se assim de elementos provavelmente colocados em edifícios diferentes, mas que merecem destaque pelo facto de possivelmente terem sido elaborados por uma mesma oficina. Apesar de tudo notámos algumas semelhanças entre os capitéis C31, C32 e C33 e entre os exemplares C38 e C39. Os exemplares C31 e C32, encontrados em Tibães, terão provavelmente sido reutilizados no mosteiro primitivo, podendo ser provenientes de *Bracara Augusta*. Os dois elementos do segundo conjunto são feitos no mesmo granito, apresentam a mesma forma, decoração e dimensões. Verificámos ainda que vários desses capitéis (C35, C36, C37 e C39) foram realizados numa variante de granito claro, com grão muito fino, designado de aplito, que parece sugerir uma mesma proveniência.

4.3.4. A cornija jónica da Igreja da Senhora-a-Branca

Uma última referência é dedicada a uma cornija jónica (R18) (AP8) descoberta numa intervenção realizada pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga (GACMB) na Igreja da Senhora-a-Branca, elemento partido em quatro partes, reaproveitado como escadaria neste edifício do séc. XVIII (Ribeiro, 2013, pp. 299-300). Apresenta duas faces laterais aplanadas, tendo-se conservado integralmente. É decorado com um *kyma* jónico, constituído por uma linha denticulada, encimada por uma fiada de óvulos, contidos em conchas e separados por dardos. Fica aqui a faltar o *cymatium* lésbico, que faria a transição com o friso, que eventualmente terá sido partido. Esta peça exibe 3.54 m de comprimento, 0.20 m de altura e uma profundidade de 0.43 m. Segundo Vitrúvio, a altura dos epistílios deverá ser obtida proporcionalmente à altura das colunas que os suportam. Com base nas suas indicações calculámos para este entablamento uma altura total de 0.55 m (arquitrave: 0.18 m, cimacio: 0.026 m, friso: 0.135m e cornija: 0.20 m).

Conclusão

A análise deste conjunto de elementos arquitetónicos, com base nas suas características, bem como no enquadramento arquitetónico possível, permite extrair alguns dados preliminares.

A arquitetura representada na cidade é logicamente uma arquitetura de granito, apenas tendo chegado aos nossos dias seis peças em mármore. O granito é uma pedra dura, difícil de trabalhar, como tal, consideramos plausível que as peças analisadas sejam a expressão de uma mão-de-obra qualificada, talvez resultante de importação, conforme se pode verificar através da qualidade de execução de alguns capitéis (*e.g.* C11 e C12).

A ordem toscana encontra-se muito representada, estando bem presente já no séc. I, conforme o comprova um conjunto de exemplares cujas características apontam para uma cronologia bastante alta. Este tipo de elementos devia ser utilizado preferencialmente em edifícios privados, designadamente nos pórticos internos e externos das casas. Os exemplares recolhidos em Braga correspondem praticamente todos ao tipo 3 definido por Gutiérrez Behemerid (1992, pp. 23-24), modalidade mais comum na Península Ibérica e constatada em vários pontos no norte de África, com ábaco quadrado e liso sobre equino em forma de toro, unido com um *hypotrachelium* cilíndrico, frequentemente bem pronunciado, através de um colarinho em forma de gola. Existem ainda alguns exemplares do tipo 2, caracterizado por um equino em forma de arco de círculo, que é o mais representativo do toscano clássico. De referir que estas tipologias por si só não definem cronologias, tendo sido os vários tipos

utilizados ao longo de toda a época romana. A maioria das peças recolhidas em Braga pode, contudo, ser situada cronologicamente no Alto-Império, dado que obedece globalmente à constituição canónica definida por Vitrúvio, com a presença de ábaco, equino alinhado pelo ábaco, colarinho e sumoscapo. Este facto poderá ser explicado pela circunstância de o capitel toscano ter sido gradualmente relegado a um papel muito secundário na decoração arquitetónica, em detrimento de outras ordens, particularmente a ordem coríntia. Muito embora o seu uso tenha sido limitado quase exclusivamente à construção privada, e é facto que os exemplares bracarenses surgem frequentemente associados aos pórticos das *domus*, temos igualmente evidências da sua utilização em edifícios públicos, tal como o comprova o conjunto de quatro elementos detetados no teatro, assim como os dois grandes exemplares que integrariam um dos grandes edifícios presentes no *forum* da cidade.

Os capitéis coríntios encontram-se em grande número, constituindo o segundo grupo maioritário, a seguir aos exemplares toscanos. As peças recolhidas sugerem uma introdução no séc. I, com uma permanência ao longo de todo o período romano, notando-se uma certa proeminência desta ordem nos sécs. III/IV. As peças mais antigas, embora pouco numerosas, exibem o peso da tradição clássica, com todos os seus elementos constituintes bem definidos. Os sécs. II/III parecem proporcionar a maior parte dos capitéis detetados. Neste período, as peças apresentam as folhas de acanto já algo aderidas ao *kalathos*, uma diminuição do tamanho dos caulículos, assim como o desaparecimento de alguns elementos clássicos, tal como o pé da flor do ábaco, que passa a ser bastante simplificada. As peças mais tardias mantêm ainda toda a linguagem clássica, embora adulterada. Trata-se de peças geralmente de pequena dimensão com morfologia mais compacta decoradas com duas coroas de folhas de acanto, bastante aderidas ao corpo do capitel, onde figuram ainda caulículos, rosetas, ábaco moldurado e flores centrais do mesmo. Estes elementos são particularmente interessantes uma vez que demonstram um certo regionalismo, que comprova a chegada de todos os processos, léxicos e modismos decorativos dos capitéis (tal como verificado nos elementos mais antigos) que, com algumas alterações pontuais, não são esquecidos até ao final da romanização. De referir ainda a presença de alguns exemplares lisos introduzidos na Península Ibérica em meados do séc. II e com grande desenvolvimento nos sécs. III e IV (Gutiérrez Behemerid, 1992, p. 240). Gutiérrez Behemerid (1992, p. 154) refere que no contexto da Península Ibérica este tipo de capitel surge por norma associado a edifícios privados ou de menor importância e nunca a construções religiosas.

No que respeita ao seu processo de fabrico será pertinente recordar que os capitéis coríntios eram frequentemente transportados para o seu edifício de destino apenas esboçados, de forma a evitar que as partes mais salientes sofressem danos. A sua execução exigia centenas de horas de trabalho e um acidente podia comprometer definitivamente todo o esforço anterior, para além da questão económica.

Em Braga foi identificado um conjunto de seis elementos deste tipo, situados cronologicamente nos sécs. II e III. Os exemplares mais antigos terão que ser relacionados com o peristilo de uma *domus* situada na proximidade do *forum* da cidade. Trata-se de peças bem elaboradas cuja morfologia responde globalmente aos preceitos vitruvianos, com a diagonal do ábaco a corresponder a duas vezes a altura da peça. Exibem todos os elementos vegetais completos, com o *kalathos* decorado com duas coroas de folhas de acanto que ocupam sensivelmente metade do corpo do capitel, caulículos, cálices e volutas bem definidos. O ábaco, côncavo e moldurado, é decorado com uma flor central. Por sua vez, as peças mais tardias, já dos sécs. III/IV, exibem normalmente uma menor dimensão e formas menos proporcionais. Perdem ainda alguns elementos desaparecendo assim, por vezes, uma das coroas de folhas que decora o cesto, o pé da flor do ábaco e outros elementos que caracterizam os modelos antigos. É no capitel coríntio que se encontram documentados os únicos exemplares realizados noutro material que não o granito, designadamente o mármore. Estas peças resultariam certamente de importação de Roma ou diretamente de outras províncias do Império.

De acordo com Gutiérrez Behemerid (1992, p. 229) o capitel coríntio goza na Península Ibérica de uma supremacia inquestionável, com uma utilização sobretudo em edifícios públicos e religiosos, tais como teatros e templos. Os dados recolhidos sugerem que em Braga ter-se-á mantido esta tendência, tal como o comprova o exemplar descoberto nas escavações do Teatro, provavelmente pertencente a *scaenae frons* do mesmo, ainda que inserido numa das renovações às quais este edifício foi sujeito. No entanto, verificámos igualmente a sua forte utilização em construções privadas, conforme o denunciam os exemplares associados aos programas decorativos de vários edifícios habitacionais da cidade, como as *domus* das Carvalheiras, do Ex Albergue Distrital e do Seminário de Santiago, provavelmente relacionados com as suas divisões mais nobres.

A ordem jónica aparece muito pouco documentada com apenas quatro capitéis, um deles de dimensão monumental. Os restantes exemplares integram o tipo 6 definido por M. A. Gutiérrez Behemerid (1992, p. 47), variante que esta autora associa aos sécs. III/IV na Península Ibérica. Dos quatro exemplares bracarenses apenas dois podem ser relacionados com edifícios concretos, nomeadamente o capitel C7, que integrava umas termas públicas, e o capitel C8, que estaria associado a um grande edifício público do *forum* da cidade. Apesar de a nossa amostra ser pouco representativa parece existir, contudo, uma utilização preferencial dos elementos desta ordem em edifícios públicos, contrariamente ao que acontece em geral no mundo romano (Gutiérrez Behemerid, 1992, p. 229). De referir ainda que os exemplares bracarenses apresentam dimensões muito semelhantes, com exceção do capitel monumental já mencionado acima, e cronologias do séc. II, tendo por referência o capitel descoberto nas termas do Alto da Cividade.

Para concluir, a existência de exemplares de capitéis reproduzindo os modelos canónicos em voga no Império traduz uma divulgação de certos gostos arquitetónicos, bem como um elevado grau de adesão da população bracarense e da região envolvente aos modelos emitidos por Roma. Por outro lado, a grande qualidade de execução evidenciada por algumas das peças que formam parte deste conjunto revela o dinamismo dos ateliers bracarenses ao longo do período romano. Um estudo individual de cada ordem clássica, nomeadamente da toscana, ajudará a melhor entender os programas decorativos que a cidade romana recebeu ao longo das suas diversas fases de monumentalização.

Fontes e Bibliografia

Barrera**,** J. L. (2000). *La Decoración arquitectónica de los foros de* Augusta Emerita. L'Erma di Bretschneider.

Bessac**,** J. C., & Sablayrolles, R. (2002). Problématique archéologique des carrières antiques en Gaule. *Gallia, 59*, 3-9.

Broise, P. (1969). Éléments d'un ordre toscan provincial en Haute-Savoie. *Gallia, 27*, 15-22.

De la Barrera, J. L. (2000). *La decoración arquitectónica de los foros de* Augusta Emerita. Roma.

Escrivà Chover, M. I. (2005). *Bases Romanas de la Provincia de la Tarraconensis*. Institució Alfons el Magnànim.

Fernandes, L. (1997). Capitéis romanos da Lusitânia Ocidental [Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova de Lisboa. http://hdl.handle.net/10362/27979

Fernandes, L. (2008). A ordem toscana na Lusitânia ocidental: problemática e caracterização do seu emprego: a propósito das peças reutilizadas da igreja de S. Pedro de Lourosa (Coimbra). *Revista Portuguesa de Arqueologia, 11, 2*, 231-270.

Gutiérrez Behemerid, M. A. (1992). *Capiteles Romanos de la Península Ibérica*. Universidad de Valladolid.

Lemos, F.S., & Leite, J. M. F. (2000). Trabalhos Arqueológicos no logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas. *Forum, 27*, 15-38.

Maciel, F. J., & Howe, T. (2006). *Vitrúvio. Tratado de Arquitectura*. IST Press.

Magalhães, F. (2010). Arquitetura doméstica em *Bracara Augusta* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho. https://hdl.handle.net/1822/13619.

Magalhães, F. (2019). A *domus* romana no NO Peninsular [Tese de Doutoramento. Universidade do Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho. https://hdl.handle.net/1822/64109.

Martins, M. (2004). Urbanismo e Arquitectura em *Bracara Augusta*. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana. Em J. Ruiz de Arbulo (Ed.), Simulacra Romae*. Roma y las capitales Provinciales del Occidente Europeo. Estudios Arqueológicos* (pp. 149-173). El Mèdol.

Martins, M. (2005). *As termas romanas do Alto da Cividade. Um exemplo de arquitectura pública em* Bracara Augusta. UAUM/ Narq.

Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., & Braga, C. (2012). Urbanismo e Arquitetura de *Bracara Augusta*, Sociedade, Economia e Lazer. Em A. Melo, & M. C. Ribeiro (Coords.), *Evolução da Paisagem Urbana. Sociedade e Economia* (pp. 29-68). CITCEM.

Martins, M., Ribeiro, J., Mar, R., Magalhães, F., & Martínez-Peñín, R. (2015). El teatro romano de *Bracara Augusta* y la urbanización del noroeste peninsular. *Férvedes, 8*, 321-330.

Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., Braga, C., & Ribeiro, M. C. (2017). O espaço construído de *Bracara Augusta* no Alto Império. Em M.D. Dopico Caínzos, & M. V. Acuña (Eds.), Roma Nata, per Italiam fusa, in provincias manat. *La ciudad romana en el Noroeste: nuevas perspectivas* (Colección *Philtáte, Studiae et acta antiquae Callaeciae*, 2, pp. 251-274). Deputación de Lugo.

Pensabene, P. (1973). *Scavi di Ostia, VII, I capitelli*. Rome.

Pizzo, A. (2001). La casa del anfiteatro de Merida. *Mérida, excavaciones arqueológicas,* 7, 335-350.

Pizzo, A. (2011). La canteras de granito de *Augusta Emerita*: localización y sistemas de explotación. Em J. M. Álvarez Martínez & P. Mateos Cruz (Coord.), *Actas del Congreso Internacional 1910-2010. El yacimiento emeritense. 100 años de Escavaciones Arqueológicas*, (365-389). Ayuntamiento de Mérida.

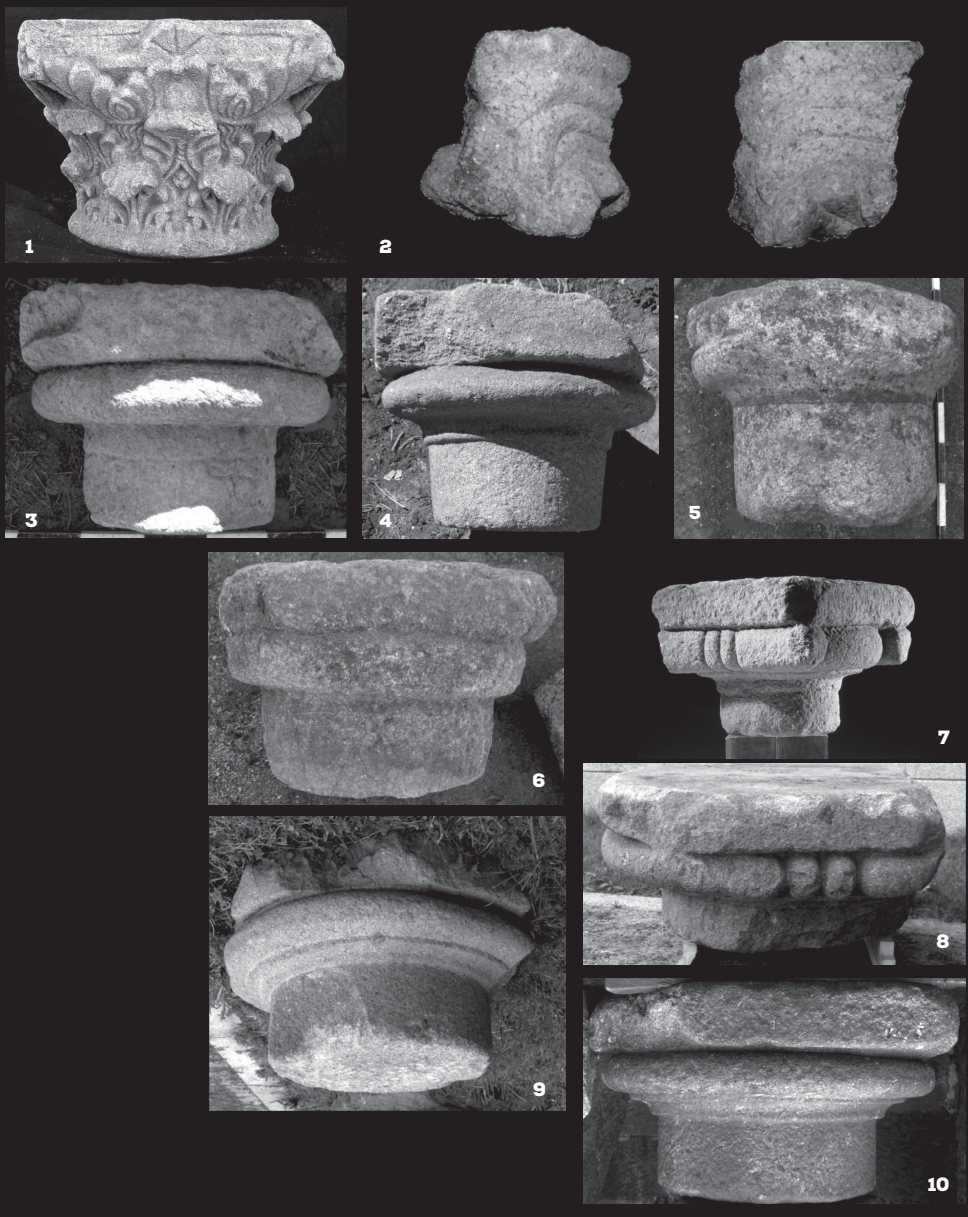
Ribeiro, J. (2013). *Arquitectura romana em* Bracara Augusta*. Uma análise das técnicas edilícias* (Colecção ‹‹Teses Universitárias››, nº 5). CITCEM.

Tardy, D. (2010). L´ornementation architecturale dans les provinces occidentales de l´Empire romain, une approche renouvelée. *Perspective*, 2, 257-263.

Teixeira, J. (1910). Apontamentos arqueológicos da cidade de Braga, [texto manuscrito pertencente à Biblioteca Pública de Braga].

Apêndice gráfico 1

Capitéis de coluna recolhidos em *Bracara Augusta* (A)

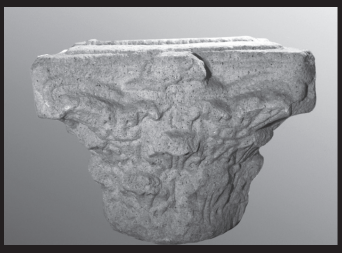


1. Capitel C1; **2.** Capitel C2; **3.** Capitel C3; **4.** Capitel C4; **5.** Capitel C5; **6.** Capitel C6; **7.** Capitel C7; **8.** Capitel C8; **9.** Capitel C9; **10.** Capitel C10.

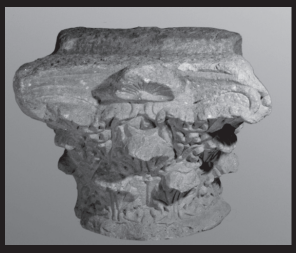
Fonte: Fotografias 1 - 6 © autor; 7 - 10 © Manuel Santos | MADDS.

Apêndice gráfico 2

Capitéis de coluna recolhidos em *Bracara Augusta* (B)



1



2



3



4



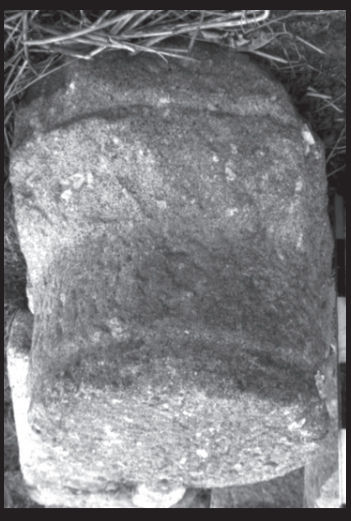
5



6



7



10



8



9

1. Capitel C11; **2.** Capitel C12; **3.** Capitel C13 ; **4.** Capitel C14; **5.** Capitel C15; **6.** Capitel C16; **7.** Capitel C17; **8.** Capitel C18; **9.** Capitel C19; **10.** Capitel C20.

Fonte: Fotografias 1 - 3, 6 © Manuel Pitães; Pio XII; 4, 5, 9 © autor; 7 - 8, 10 © Manuel Santos | MADDS.

Apêndice gráfico 3

Capitéis de coluna recolhidos em *Bracara Augusta* (C)



1



2



3



4



5



6



7



8



9



10

1. Capitel C21; **2.** Capitel C22; **3.** Capitel C23; **4.** Capitel C24; **5.**Capitel C25; **6.** Capitel C26; **7.** Capitel C27; **8.** Capitel C28; **9.** Capitel C29; **10.** Capitel C30.

Fonte: Fotografias 1, 3 - 8 © autor; 2, 9 - 10 © Manuel Santos | MADDS.

Apêndice gráfico 4

Capitéis de coluna recolhidos em *Bracara Augusta* (D)



1



2



3



4



5



6



7



8



9

1. Capitel C31; **2.** Capitel C32; **3.** Capitel C33; **4.** Capitel C34; **5.** Capitel C35; **6.** Capitel C36; **7.** Capitel C37; **8.** Capitel C38; **9.** Capitel C39.

Fonte: Fotografias 1, 4 - 8 © Manuel Pitães | Pio XII; 5 - 7, 9 © autor.

Apêndice gráfico 5

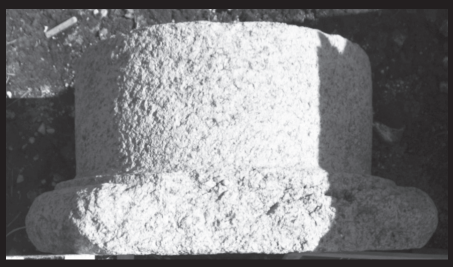
Bases de coluna recolhidas em *Bracara Augusta* (A)



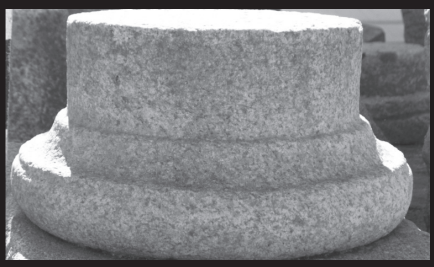
1



2



3



4



5



6



7



8

1. base B1; **2.** base B2; **3.** base B3; **4.** base B4; **5.** base B5; **6.** base B6; **7.** base B7; **8.** base B8.
Fonte: Fotografias 1 - 6 © autor; 7 - 8 © Manuel Santos | MADDS.

Apêndice gráfico 6

Bases de coluna recolhidas em *Bracara Augusta* (B)



1



2



3



4



5



6

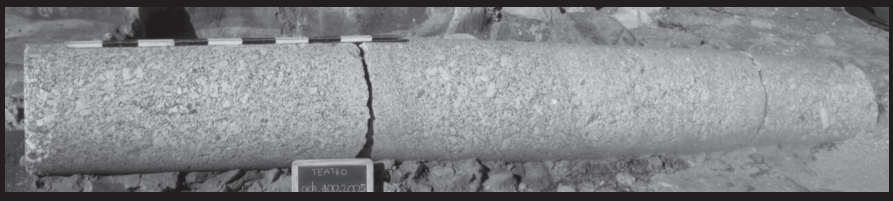
1. base B9; **2.** base B10; **3.** base B12; **4.** base B13; **5.** base B14; **6.** base B15.
Fonte: Fotografias 1, 4, 6 © Manuel Santos | MADDS; 2-3, 5 © autor.

Apêndice gráfico 7

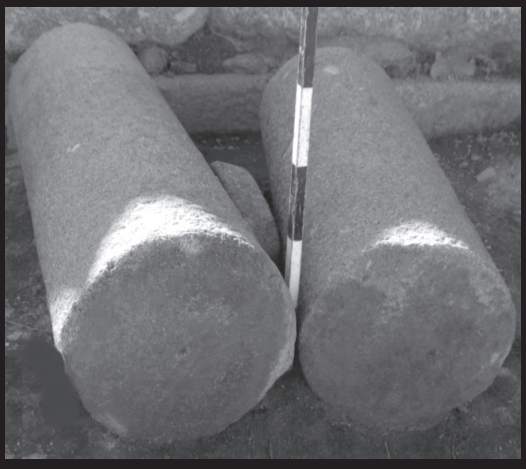
Fustes de coluna recolhidas em *Bracara Augusta*



1



2



3



4

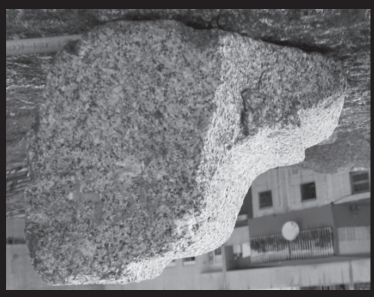
1. fuste F; **2**. fuste F2; **3**. fuste F6; **4**. fuste F19.
Fonte: Fotografias © autor.

Apêndice gráfico 8

Elementos de coroamento/remate recolhidos em *Bracara Augusta*



1



2



3



4



5



6



7

1. cornija R2; **2.** cornija R5; **3.** moldura R8; **4.** moldura R15; **5.** cornija R16; **6.** lintel R17; **7.** friso R18.

Fonte: Fotografias 1-4, 7 © autor; 5-6 © Manuel Santos | MADDS.

Contribuições para o estudo da assistência em Braga nos finais da Idade Média (sécs. XII-XV): estruturas, instituições e representações

Contributions on the study of assistence in Braga at the end of Middle Age (XII-XVth centuries): structures, institutions and representations

Raquel de Oliveira Martins
Lab2PT – Universidade do Minho / IN2PAST
raqueldeoliveiramartins@gmail.com
ORCID: 0000-0003-0213-2229

Bracara Augusta, 132 (2025), 69-89 | ISSN 0006-8640
DOI: https://doi.org/10.82564/revistabracaraaugusta.v72i132%20(145).4

Resumo // Este estudo pretende dar um contributo para a historiografia da assistência, em Braga, nos séculos XII a XV, numa perspetiva evolutiva, e de longo tempo. Partindo de uma análise documental e bibliográfica identificar-se-ão as principais instituições e estruturas assistenciais, a sua articulação com o espaço físico da cidade, no sentido de compreender as relações políticas, sociais e económicas entre estas e as instituições de governo religiosas e civis. Ao mesmo tempo, debruçar-nos-emos sobre a maneira em que estas instituições de assistência funcionavam como elemento agregador da sociedade, desempenhando muitas vezes um papel de controlo social.

Palavras-Chave:
Assistência, Braga medieval, concelho, senhorio, poder político.

Abstract // This study aims to contribute to the historiography of Christian assistance and charity in Braga from the 12th to 15th centuries, adopting an evolutionary perspective over an extended period. Based on a documentary and bibliographical analysis, this study will identify the main institutions and assistance structures, as well as their connection to the city's physical and symbolic space, to understand the political, social and economic relationships between them and the institutions of religious and civil governance and administration. At the same time, this study will examine how these assistance institutions functioned as a unifying force in society, often playing a role in mass control.

Keywords:
Assistance, lordship, medieval Braga, political power, town council.

Introdução

No espaço público medieval assistiu-se ao aparecimento e fundação de instituições e estruturas capazes de providenciar auxílio e alívio físico, para além de espiritual, àqueles que pouco ou nada tinham de seu. Hospitais, albergarias, confrarias e asilos desempenharam, para além da função assistencial, uma função de agregação e enquadramento social, evitando que pobres e marginalizados perturbassem a ordem, fornecendo-lhes, para isso, o mínimo para a sua sobrevivência.

Nalguns casos, a assistência institucionalizada, enquadrada nas instituições políticas da cidade, fossem de natureza laica ou religiosa, funcionava como *subestrutura* de poder, fazendo parte de um complexo xadrez social, cujo objetivo era o *bem comum.*

Muitas dessas estruturas serviram, para alguns, como um veículo de prestígio social e político. Em Braga, isso aconteceu, e é particularmente notório a partir do final do século XIV. Nos parágrafos que se seguem pretendemos identificar e refletir sobre as várias instituições e estruturas assistenciais presentes na Braga medieval, o seu enquadramento e relevância social e política, numa perspetiva de *tempo longo*.

Os estudos relativos à assistência na Idade Média e Moderna contam, no panorama português, com significativas e relevantes contribuições, sejam de carácter mais geral, ou estudos monográficos. Para a Idade Média, os trabalhos de Luís Mata (1999) e Jorge Custódio (2000), sobre hospitais medievais, de Maria Helena da Cruz Coelho (1993), sobre o papel assistencial das confrarias na Idade Média (1993), bem como de Ana Rita Rocha (2011 e 2019), sobre os leprosos e as leprosarias de Coimbra medieval, revelam-se muito importantes.

Para a Braga medieval, em concreto, destaquem-se os incontornáveis traballhos de José Marques (1989, 1991, 1997, 2001, 2013), de António Domingos de Sousa e Costa (1973), e ainda de Maria do Carmo Ribeiro (2016). Para a Idade Moderna, os trabalhos de Marta Lobo de Araújo e de Maria de Fátima Castro (2006) são mandatórios.

1. Estruturas e instituições medievais

De fundação laica ou religiosa, as estruturas assistenciais bracarenses encontravam-se, nos séculos XII a XIV, subordinadas à Igreja, o que não é de admirar dado o facto de Braga ser, desde inícios do século XII, um senhorio episcopal. Para além de pastor de almas, o arcebispo era também senhor de homens, sendo que todos os aspetos relacionados com a vida quotidiana, desde a administração e governo da cidade às práticas de caridade, estavam ligados ao seu senhor (Martins, 2024, pp. 47-49).

Braga e o seu território transformaram-se em couto episcopal em 1112, por doação dos condes D. Henrique e D. Teresa. Esta doação traduziu-se na criação de um senhorio eclesiástico, jurisdicionalmente imune. Este estatuto foi mantido durante

séculos, excepto num curto período de setenta anos (1402-1472) em que Braga foi do senhorio régio. A maior parte das estruturas políticas e sociais da cidade estava sujeita ao poder maior - o do arcebispo, e enquadrada na jurisdição da Igreja de Braga (Martins, 2014, pp. 41, 42).

A edificação em Braga de hospitais, albergarias, leprosarias e outras estruturas assistenciais, esteve quase sempre ligada à benfeitoria eclesiástica, com algumas exceções, claro. Infelizmente, não possuímos, para Braga, informações documentais ou arqueológicas sobre grandes edificados medievais de natureza assistencial, para além da Albergaria do arcebispo D. Martinho de Oliveira, no século XIII (Silva, 2017, pp. 48-49; Ribeiro, 2016, pp. 51-79). As dificuldades económicas, aliadas à simplicidade da estrutura assistencial, podem explicar este cenário. De qualquer forma desde que estes edificados carregassem o nome do seu benfeitor eclesiástico, seriam marcadores da paisagem urbana, testemunhos perenes da caridade cristã. Sobre a marcação arquitetónica da cidade pelos poderes políticos, na Idade Média, escreveu Patrick Boucheron (2013, p. 15):

> En parlant d'empreinte monumentale du pouvoir sur la ville, sans doute envisage-t-on d'abord la capacité des pouvoirs souverains à faire corps avec la ville qu'ils dominent ou qu'ils gouvernent. Encore doit-on pouvoir distinguer deux stratégies d'investissement politique de l'espace, notamment par l'empreinte palatiale: la première est d'empilement, où il s'agit de construire la ville sur la ville en réinvestissant ses lieux de pouvoir, la seconde est d'extension, répugnant au contraire à imposer son autorité autrement que par la consommation d'espace.

2. Os hospitais medievais em Braga

Na panóplia de estruturas assistenciais existentes na Idade Média, o hospital medieval ocuparia um lugar importante, com funções heterogéneas, que iam do acolhimento dos pobres e peregrinos doentes, ao simples alojamento dos mesmos (Marques, 1997, p. 9). Seriam estruturas simples, funcionando em casas comuns, diferentes dos grandes hospitais e asilos do Renascimento. Raramente tinham um médico (físico ou cirurgião), sendo que frequentemente os pobres iam neles morrer. O lento progresso da medicina durante este período potenciava a aceitação da doença e da morte como parte natural da vida.

Nos hospitais, como nas albergarias e asilos, a hospitalidade confundia-se com a assistência, presidida pela caridade cristã, sendo um misto de várias coisas, conforme a necessidade do momento o exigia. Só a partir dos finais do século XV e sobretudo século XVI, com o aparecimento de hospitais renascentistas, como o Hospital de S.

Marcos em Braga, é que se começam a distinguir os espaços de hospitalidade e os espaços de tratamento, havendo médicos e enfermeiros a realizar cirurgias e a administrar remédios, com o objetivo de salvar vidas (Araújo, 2017).

Em Braga, a primeira referência a um hospital que encontramos na documentação analisada diz respeito ao Hospital da Ordem do Templo que teria sido dotado de bens imóveis, por D. Paio Mendes, arcebispo de Braga entre 1118 e 1128, com o objetivo «*ad curam pauperum*». A cronologia desta doação permite, sobretudo, situar a presença dos templários muito cedo na cidade, isto porque as primeiras doações à Ordem do Templo, feitas por D. Teresa, foram realizadas por volta de 1126, das terras de Fonte Arcada, no atual distrito de Viseu (Pinto, 2013). Nesta doação, um terço das rendas era para ajudar a cuidar dos pobres da cidade, o que não era inusitado, pois era pedido aos cristãos que cuidassem dos seus irmãos mais fracos e desvalidos. Lemos:

> Ego Pelagius licet indignus Bracarensis archiepiscopus facio testamentum (...) Et tali tenore damus istas hereditates ad Hospitale ut due partes de fructu ad illum pontem de Catavo dentur usque perficiatur et tercia pars detur hospitali ad curam pauperum. (*Liber Fidei*, 2016, tomo II, doc. 560, p. 309)

Nos finais do século XII, mais concretamente em 1190, os templários ainda possuíam imóveis na cidade. Numa carta de venda de uma propriedade rural, lê-se que uma das confrontações, ou demarcações, era precisamente um casal pertencente aos frades do Templo, «et casale Templensium fratrum»[1]. Se o Hospital dos Templários, ou albergaria, ainda existiria nesta altura, como estrutura assistencial funcionante e operacional, não sabemos. Mas a menção, no testamento do cónego D. Gomes Domingues, realizado em 1278, a uma «mansioni Templi domum quam comparavi de Dominico Martini et domno Geraldo (...) et mando ad refeccionem ipsius X morabitinos» (*Testamenti Ecclesiae Portugaliae*, 2010, p.156), parece indicar-nos que sim. A palavra usada aqui – *mansione* – poderá indicar a Casa da Ordem, ou até a própria Ordem em si. Assim, talvez não seja descabido assumirmos que existiria algum tipo de albergaria ou o hospital, ligado à Ordem do Templo, ainda nos finais do século XIII[2]. O legado do cónego à Ordem, de 10 morabitinos para refeições, parece corroborar isso mesmo, ou, pelo menos, mostra-nos que esta *mansione e*ra frequentada por pessoas necessitadas de agasalho e comida. E, dez anos mais tarde, em 1288, nas Inquirições Gerais de D. Dinis, existem ainda na cidade de Braga casas da Ordem do Templo. Por serem honradas, ou seja, pertencerem a nobres ou fidalgos, não podiam nelas entrar os oficiais do arcebispo, nomeadamente o juiz e o alcaide (*Portugaliae Monumenta Historica*, Vol. IV/1, p. 455). Não esqueçamos que neste período da Idade Média, ou

[1] Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), *Fundo Diocesano*, *Propriedades Particulares*, doc. 195.
[2] *Mansionis* - [3] *pousada, estalagem, albergue*. Em *Dicionário de Latim-Português*. Porto Editora, 3ª edição, p. 404.

seja, nos séculos XII e XIII, as ordens militares eram lideradas por nobres e fidalgos, como era o caso da Ordem do Hospital que, em 1268, tinha como grão comendador dos *cinco reinos de espanha*, D. Gonçalo Pires Pereira, pai de D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga entre 1326 e 1348, e bisavô do condestável Nuno Álvares Pereira (Monteiro, 2017, cap. 3). Tudo aponta para que nos finais do século XIII, a Ordem do Templo ainda mantivesse, na cidade de Braga, algumas das estruturas de assistência do início do século XII.

A sentença papal emitida em 1308 contra a Ordem do Templo poderá ter ditado o fim desta albergaria/hospital templário em Braga, a não ser que se passasse a sua administração para a Ordem de Cristo, a sua sucessora no reino de Portugal. Numa carta de feroz oposição aos templários, dirigida ao arcebispo de Braga, e datada de 12 de agosto de 1308, o Papa Clemente V ordenou que se fizessem inquirições na diocese bracarense, no sentido de se averiguarem os negócios e as redes de influência desta ordem, com o objetivo de serem completamente despojadas. Lemos sobre isso:

> (...) cum quolibet eorum videlicet in suis civitatibus et diocesibus vocatis per publicum citationis edictum per vos et ipsum archiepiscopum et suffraganeos in locis, de quibus vobis et eis videbitur faciendum, qui fuerint evocandi, una vero cum eodem archiepiscopo contra dictum ordinem et magnum preceptorem ipsius ordinis in illis partibus constitutum super articulis, quos vobis sub bulla nostra inclusos transmittimus, et super aliis, de quibus prudentie vestre videretur expedire, inquireretis cum diligentia veritatem (...). (*Regestum Clementis,* 1885-1892, p. 10v.)

Provavelmente, missivas como esta, espalhadas por toda a cristandade latina, ditaram o fim da presença templária, e das estruturas assistenciais de seu patronato e nome, na cidade de Braga, no início do século XIV.

Outro hospital medieval importante em Braga foi o que Pedro Ourives e sua mulher mandaram construir e instituir, ainda na primeira metade do século XII. Em 1145 este hospital foi doado à Ordem dos Freires de S. João de Jerusalém, ou Hospitalários, consolidando o seu carácter assistencial. Esta doação foi confirmada pelo arcebispo D. João Peculiar, em julho de 1145, impondo-lhe o cunho da piedade e da caridade cristã:

> (...) ego Iohannes Bracarensis archiepiscopus et Petrus prior simul et mnis Bracarensis ecclesie clerus quieti ac securitati pauperum Christi pietatis affectu providentes vobis domno Pelagio Hospitalis Iherusalem sollicito procuratori kartam concessionis et fermitudinis facimus de illo hospitali quod Petrus Aurifex simul et uxor eius propriis expensis in Bracara construxerunt et pauperum usui pia devotione contulerunt (...). (*Liber Fidei*, 2016, doc. 767, fl. 204 r.)

Em 1150, o arcebispo bracarense D. João Peculiar concederia à Ordem do Hospital a Igreja de S. João do Souto, acrescentando-lhe também um cemitério, ampliando, ao que parece, o edificado assistencial. Estas estruturas seriam arquitetonicamente simples, excetuando pela Igreja que, por mais humilde, serviria de marcador da paisagem urbana bracarense. Lemos no seguinte excerto:

> (...) vobis domno pelagio hospitalis iherusalem sollicito procuratori, carta concessionis seu largicionis et firmitudinis facimus de illa ecclesia quam vos et Petrus Aurifex et uxor eius Gelvira Midiz construxistis in suburbio Bracarensi. Et eg ad honorem Sancto Ihoannis vobis consecravi cum suo cimiterio (...). (*Liber Fidei*, 2016, doc. 770, fls. 204 v.-205r.)

O hospital, igreja e cemitério ficavam assim todos juntos, conforme lemos na escritura: «(...) circa ipsam ecclesiam... cum suo casali et cum suis edificiis (...)» (*Liber Fidei*, 2016, doc. 770, fls. 204 v.-205r.)

A natureza desta doação não seria somente piedosa, mas também política, dada a importância das Ordens Militares na defesa e no povoamento do ainda incipiente Reino de Portugal. A própria diocese de Braga tinha sido restaurada há pouco mais de meio século, necessitando de liderança experiente na questão do povoamento e organização social do espaço, para além de defesa contra o perigo que a ameaça muçulmana representava para o movimento da Reconquista (Pinto, 2013).

O cabido de Braga entrou em conflito com os frades hospitalários sobre a herança de Pedro Ourives (atrás mencionado), em 1173, sendo necessária a intervenção do núncio apostólico na Península Ibérica, o conhecido cardeal Jacinto. Como resultado, os capitulares bracarenses foram obrigados a pagar 180 morabitinos aos hospitalários, para que estes renunciassem aos seus direitos na Igreja, hospital e cemitério de S. João do Souto, bem como aos seus respetivos bens (*Liber Fidei*, 2016, doc. 793, fl. 210 r.). Já nas mãos da Igreja, a administração desta instituição foi entregue à Confraria de S. João do Souto, onde permaneceu até os finais da Idade Média (Marques, 1982, p. 75).

Com o dealbar do século XIII agravaram-se, em Portugal, os problemas socioeconómicos, para além de politicos e militares. A lepra, juntamente com outras epidemias, e a fome atingiram toda a Europa de forma severa. Braga não foi uma exceção. Num documento de hipoteca datado do ano 1206 refere-se a *gravíssima fome q*ue grassava na cidade, a qual levou o cabido de Braga a penhorar alguns bens imóveis, como um forno que tinha dentro das muralhas. O objetivo seria de realizar capital para comprar alimentos, cujos preços estariam muito inflacionados (*Liber Fidei*, 2016, doc. 498, fls. 136-136v.). Paralelamente a isto, a instabilidade política vivida no reinado de D. Sancho II trouxe às instituições religiosas (com o saque e despojo das igrejas, capelas e mosteiros da diocese bracarense), a ruína financeira (Fernandes, 2006, pp. 131-138).

No mês de outubro de 1234, o Papa Gregório IX, escreveu ao bispo e ao deão de Zamora - juízes na contenda entre D. Sancho II e o clero português -, acusando os nobres portugueses de rapinarem as Igrejas - «(...) cum plerique nobiles et alii Bracarensis dioecesis, propter rapinas et alia quae in ecclesiis aut monasteriis et rebus eorum commiserant (...)» (*Les registres de Grégoire IX*, 1890-1955, p. 1157). As instituições políticas e religiosas, bem como as estruturas de assistência, não devem ter tido mãos a medir neste período conturbado.

Com a chegada do *longo século XIV*, as crises económicas, sociais e políticas agravaram-se ainda mais, colocando enorme pressão nas instituições de assistência, que lutavam para chegar a todos. À peste negra que flagelou o reino de Portugal em geral, e Braga em particular, acentuou-se a grave crise económica resultante do cenário de acentuada quebra demográfica, e potenciada pelas sucessivas guerras travadas com Castela, no final do século XIV.

Um cenário desolador. Falta de gente, de dinheiro, insegurança, e má administração dos bens ditariam a decadência e posterior fim de algumas das instituições de assistência em Braga. Mas em cada fim há sempre um novo começo, e novas instituições e formas de assistência surgiriam em Braga, nos séculos XIV, XV e XVI.

Segundo Alberto Feio, na sua obra *Coisas Memoráveis de Braga (1984),* para além dos dois hospitais medievais referidos anteriormente, existiram ainda outros hospitais em Braga, como o Hospital de S. Bartolomeu, que foi fundado na Rua da Corredoira, junto da igreja de S. Bartolomeu, pelo deão de Braga, D. Domingos, em 1329, o de Santa Maria do Rocamador, situado na Rua de Janes, e administrado pela confraria com o mesmo nome, até 1402 (ano em que passa a ser administrado pelo concelho de Braga), e ainda o Hospital de Rocidevallis, referido num testamento de 1346, como Hospital de Santa Maria de Roças Vales. Note-se, porém, que as confrarias com os mesmos nomes já existiam desde o século XIII, aparecendo na documentação da época. O Hospital-Albergaria da Rua Nova, instituído como albergaria, em 1278, é designado no século XV como Hospital da Rua Nova (Marques, 1989, p. 49).

Na Tabela 1 listam-se os principais hospitais e albergarias conhecidos na documentação, que existiram em Braga, entre os séculos XII e XVI.

Todos estes hospitais medievais unir-se-iam, no início do século XVI, ao Hospital de S. Marcos. Este foi instituído pelo arcebispo D. Diogo de Sousa em 1508, e, para além dos hospitais, anexou também todas as albergarias e gafarias da cidade. A instituição do Hospital de S. Marcos em Braga, em 1508, estaria em linha com a política régia de criação de grandes hospitais, que unissem, numa só estrutura, os albergues e pequenos hospitais medievais.

Tabela 1. Instituições de assistência em Braga, nos sécs. XII-XV

Instituição: Hospital/Albergaria	Local	1ª ref. doc. conhecida	Última ref. doc. conhecida
Cabido da Sé	Braga	1213	——
D. Martinho	Braga	1271	1291
Maximinos	Braga	1291	1343
Nova da Cidade	Braga	Séc. XIII	1324
Pelipatis? Peliteiros?	Braga	1239	——
S. João do Souto	Braga	1145	1343
Rocamador	Braga	1119	1508
Rocidevallis	Braga	1211	1346
Rua Nova	Braga	Séc. XII	1508
S. Bartolomeu	Braga	1329	——
S. Marcos	Braga	1465	1468
S. Marcos (Hospital)	Braga	1508	——
Santiago	Braga	1249	1343
Santos do Paraíso	Braga	1267	1325
Velha	Braga	1467	——

Fonte: Adaptado de Silva (2017), pp. 48-49.

O Hospital de Todos os Santos em Lisboa, fundado em 1492, por D. João II, fez isso mesmo ao absorver cerca de 43 dessas estruturas assistenciais, espalhadas por toda a Lisboa (Ramos, 2019, p. 336). O arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, provavelmente, inspirou-se neste modelo de assistência. Como senhor da cidade tinha a autoridade, o poder e a capacidade financeira de executar um projeto semelhante para Braga.

3. Pobres, viajantes e os peregrinos

Nas ruas e caminhos da cidade medieval circulavam muitas pessoas de toda a sorte. Muitas vezes varridas por pobres pedintes, que andavam à mercê da caridade dos outros, eram também ponto de passagem de peregrinos e estrangeiros. Estes últimos eram uma parte importante da cidade medieval, contribuindo para o dinamis-

mo económico e cultural. Braga não era exceção. A sua proximidade a Santiago de Compostela fazia dela um lugar privilegiado de passagem. As albergarias e hospitais da cidade serviam como local de acolhimento desses peregrinos, fornecendo-lhes, na maioria das vezes, a palha e a lenha para passarem a noite, ou noites. A peregrinação aos lugares santos era aconselhada aos cristãos que o pudessem fazer, sendo uma das provas máximas da fé cristã (Marques, 1997, Neves, 2022).

Sobre este particular é interessante analisar o que nos dizem os documentos sobre a circulação e permanência de peregrinos na Braga medieval. Em março de 1289, o Papa Nicolau IV concedeu uma indulgência à Sé de Braga, a qual atraiu muitos peregrinos, de longe e perto, os quais dependiam dos albergues e estalagens da cidade para permanecerem. Numa missiva dirigida ao arcebispo, o Papa informava que todos os penitentes e confessos que fossem, cada ano, à Igreja de Santa Maria de Braga, na Anunciação, Natal, Purificação e Assunção, obteriam indulgências. Isso era muito importante para a cidade, sobretudo se alguns peregrinos fossem mais abastados financeiramente. Lemos nesta carta:

> (...) Venerabili fratri (...) archiepiscopo et dilectis filiis capitulo Bracharensibus. Indulgentiam unius anni et quadraginta dierum concedit omnibus vere poenitentibus et confessis qui ecclesiam Bracharensem, Beatae Mariae vocabulo insignitam, in Nativitatis, Purificationis, Annuntiationis et Assumptionis ipsius virginis festivitatibus, et per octo dies festivitates ipsas immediate sequentes, singulis annis visitaverint (...). (*Les Registres de Nicolas IV*, 1887-1893, p. 170)

As albergarias eram, à semelhança dos hospitais, muito importantes na cidade medieval. Eram um espaço onde não só se acolhia os pobres de «casa», os quais podiam ficar por longos períodos de tempo, mas também os de fora, assim como os peregrinos e forasteiros que necessitavam da segurança que estes locais proporcionavam, especialmente quando localizados dentro dos muros da cidade. Apesar de Braga ter, no espaço urbano, algumas albergarias e hospitais, estas podiam tornar-se insuficientes em tempos de peregrinação.

Como acontecia com os hospitais, também as albergarias em Braga dependiam da generosidade da comunidade cristã para se manter a funcionar. Os legados testamentários visavam, com frequência, as necessidades dessas estruturas, deixando-lhes dinheiro, pão, panos de lã e linho, rendas, bens imóveis, etc., para seu sustento. Eram administradas muitas vezes por confrarias com o mesmo nome, como era o caso das confrarias da Rua Nova, de Maximinos, dos Santos do Paraíso, do Rocamador, entre outras.

A caridade com os menos afortunados na vida podia vir também de fora da cidade, como mostra um testamento de 1305. Domingas Fernandez e Estevão Anes, seu marido, moradores em Guimarães, deixaram à Albergaria de S. João meio maravedi para ajudar a manter os pobres que nela habitavam. As albergarias de S. Tiago da

Cividade, da Rua Nova e a de Maximinos também receberam neste testamento meio maravedi cada uma, para os pobres[3].

Entre os necessitados de ajuda e assistência, encontravam-se os pobres envergonhados de Braga ou «pauperibus verecundis de Bracara», como aparecem designados nos documentos. Este grupo causava muita preocupação aos «piedosos» da cidade, dado se tratarem de pessoas que, por infortúnio, tinham caído na pobreza. Neste particular, trazemos o exemplo do testamento de Vicente Anes, cónego de Braga, feito em novembro de 1238, o qual deixou aos «pauperibus verecundis de Bracara LX soldos» (*Testamenti Ecclesiae Portugaliae*, 2010, p. 77), para sua subsistência. Também Pedro Pais Eixegas, cónego de Braga, deixou em testamento, em 1255, aos «pauperibus verecundis pannos meos de bruneta» (*Testamenti Ecclesiae Portugaliae*, 2010, p. 100), e, em 1281, Domingos Peres Vinagre, mestre-escola de Braga deixou a estes «pauperibus verecundis X modios de pane distribuendos ad arbitrium meorum executorum» (*Testamenti Ecclesiae Portugaliae*, 2010, p. 168). Estes homens e mulheres viviam da generosidade dos seus irmãos e irmãs em Cristo, os quais lhes legavam esmolas nos seus testamentos. Estas ajudas iam desde dinheiro, a tecidos de lã ou linho, para fazerem roupa de vestir. A sua condição era considerada transitória, temporária, sendo que cabia à cidade cuidar para que estes restabelecessem o quanto antes o seu estatuto. Na cidade medieval, à semelhança da Jerusalém celestial, todos tinham um lugar, e todos desempenhavam um papel. Quando um cidadão honrado, bom cristão, caía na miséria económica e financeira, a cidade perdia um elemento valioso, que ao invés de contribuir para o *bem comum*, desfalcava-o.

4. A dotação patrimonial

A dotação financeira das principais estruturas assistenciais da Braga medieval foi feita com recurso à doação de bens imóveis vindos, na maior parte dos casos, de benfeitores eclesiásticos e leigos, dentro e fora de Braga, que legavam em testamento esses bens. O Hospital da Rua Nova (ou do Rocamador como era também conhecido no século XV) construiu, com este expediente, um considerável património imobiliário dentro e fora de muros da cidade, aumentando não só o seu prestígio económico, mas também político e social. Todas estas dimensões estavam profundamente ligadas entre si e alimentavam-se mutuamente, não havendo grandes distinções entre as ambições políticas, económicas e sociais.

Pedro Pais Eixegas, já atrás evocado, deixou à albergaria do Rocamador, no ano de 1255, onde se encontravam alojados os pobres, duas partes de uma casa na Cividade, conforme se lê: «(...) do in presenti duas partes domus quam habeo in Civitate juxta domum domni Arie albergarie Sancti Jacobi ut habeant inde pauperes in eadem

[3] ADB, *Fundo Diocesano, Livro II dos Testamentos*, fl. 3 r.

albergaria habitants (...)» (Testamenti Ecclesiae Portugaliae, 2010, pp. 98-101). Em 1279, esta mesma albergaria recebeu em testamento outra casa na Cividade, a qual se juntou às outras anexas, alargando o albergue dos pobres nesta parte da cidade (Testamenti Ecclesiae Portugaliae, 2010, pp. 151-157). Já no século XIV, mais concretamente em 1325, encontramos referência à «albergarie nove de Civitate» (Testamenti Ecclesiae Portugaliae, 2010, p. 227), indicando que, provavelmente, houve uma renovação das infraestruturas assistenciais ligadas a esta albergaria.

A partir do século XV, o concelho de Braga passou a administrar e gerir as mais relevantes instituições de assistência em Braga. O valor das doações, e a boa gestão das mesmas, assegurou a sobrevivência de algumas destas estruturas em detrimento de outras. A Albergaria da Rua Nova, por exemplo, mandada fazer por testamento de Pedro Garcia, arcediago de Neiva na Sé de Braga, em 1278, foi dotada na sua fundação, de casas, camas, óleo e lume. Lemos sobre a sua dotação inicial:

> (...) Mando eciam fieri unam albergariam in Rua Nova in domo que fuit Petri Fernandi filii quondam Fernandi Caridade et mando ibi ponere sex lectos paratos prout consuevit fieri communiter talibus albergariis. Et mando dari singulis annis tantum de oleo albergarii quod habeat ad lumen et ad e (...) quam suam et pauperum (...) . (Testamenti Ecclesiae Portugaliae, 2010, pp. 159-160)

É claro que para esta albergaria chegar ao século XV dotada de rendas e património imóvel, foi imperativo que: a) tivesse bons administradores; b) continuasse a receber dotações. Estes dois aspetos evitaram o seu desaparecimento, como aconteceu com outras albergarias, como, por exemplo, a albergaria de peliteiros, documentada em Braga, no século XIII. Referida num documento de venda em 1239, como *Albergaria de Pellipatijs*[4], situava-se dentro dos muros da cidade. A referência documental que temos sobre esta albergaria não nos elucida sobre a sua origem, finalidade, e longevidade.

5. Outras estruturas assistenciais

Para além dos hospitais e albergarias, as confrarias ocupavam um lugar importante na cidade medieval. Associações de carácter semi-laico e semi-religioso estariam, em Braga, subordinadas ao senhor da cidade, o arcebispo, que consignava a sua existência. Decalcavam, na maior parte das vezes, os modelos organizativos das instituições nas quais estavam inseridas – como os cabidos catedralícios, ou os concelhos. A sua atividade assistencial tinha como motivação o espírito de caridade cristã consubstanciado na instituição de obras pias, como a construção, gestão e adminis-

[4] ADB, *Fundo Diocesano, Propriedades Particulares*, doc. 486.

tração de albergarias e hospitais, capelas e igrejas. Paralelamente, outra das funções importantes da vida das confrarias era a de acompanhar e enterrar os mortos.

Existiam muitas confrarias religiosas na Braga medieval. Uma dessas era a Companhia de Companheiros e Companheiras da Santíssima Trindade, instituída em 1373. Era uma confraria de teor religioso, e não temos indícios de que estivesse associada a um mester em particular. O documento original da sua instituição contém a lista dos companheiros e companheiras, solteiros e casados que estiveram presentes no momento da instituição. Os seus estatutos revelam preocupações com a assistência na morte dos companheiros e companheiras, estipulando rigorosos protocolos para o acompanhamento dos defuntos e procissões anuais. Administrada por dois juízes e um mordomo, estipulava que a entrada de novos membros tinha de ser aprovada por todos, demonstrando um certo nivelamento social dentro deste organismo. O montante da jóia anual era diferente para os casados e solteiros, aliás como seria expectável[5].

A documentação que subsiste da instituição desta companhia revela-nos alguma riqueza, conforme se comprova pelos pergaminhos iluminados com os estatutos desta.

Outras confrarias, como a Rua Nova, de Maximinos e Santos do Paraíso, teriam associadas a si albergarias ou hospitais, cumprindo assim uma das suas mais importantes funções. O mesmo para a Confraria de S. João do Souto, S. Tiago de Braga (Cividade), do Rocamador e de Rocidevalles (Rencesvales). Segundo José Marques haveria, no século XV, uma albergaria designada de S. Marcos, administrada pela Confraria de S. João do Souto, e que em 1466 estava em ruínas (Marques, 1989). Não sabemos se esta precedeu o Hospital de S. Marcos, fundado, como atrás referido, em 1508.

Para além dos hospitais e albergarias já mencionados, consideramos relevante fazer uma breve reflexão sobre a presença das ordens mendicantes na Braga medieval. A nossa atenção vai recair sobretudo sobre os franciscanos e, possivelmente, clarissas, os quais aparecem na documentação analisada.

É em 1291 que nos aparece a primeira e única referencia à confraria de São Francisco, podendo esta estar relacionada com um hospício mandado construir pela ordem franciscana, em Braga, por volta de 1273 (Andrade, 1999). Não sabemos, porém, se a proibição que em 1279, o cabido e o concelho de Braga, em conjunto, decretaram aos franciscanos, e que os impedia de construírem um mosteiro na cidade, foi feita em resposta à construção desse hospicio. Vejamos o que diz o documento:

> (...) quantum posum dampnificari ecclesia et civitas et cautum Bracarensem si Religiosi et aliquo maxime fratris predicatores et minores construerent seu edificarent monasteria seu domos ad habitandum in civitate ut cauto Bracarensem (...) omnis domos que sunt in civitati Bracarensem sunt censuales capelanium (...) omno herediatis qui sunt in cautu Bracarensem sunt dictj capelanium censuales tunc que virix leprosi et femem leprosi et pauperes verecundis propter tenues helemosinas possent sustentarj (...)[6].

[5] ADB, *Fundo não tratado arquivisticamente*. Os estatutos desta Companhia, bem como fotografias dos pergaminhos iluminados encontram-se em: Martins (2024).

[6] ADB, *Fundo Diocesano, Gaveta das Religiões e Mosteiros*, docs. 16 e 17.

Figura 1. Iluminura da Santíssima Trindade (séc. XIV)



Nota: Pergaminho Iluminado, com a representação da Santíssima Trindade, pertencente à Companhia de Companheiros e Companheiras da Santíssima Trindade de Braga. Sem data.
Fonte: ADB, Fundo não tratado arquivisticamente. Foto da autora.

A justificação aqui apresentada para a dita proibição prendia-se com a potencial carestia das esmolas, que, se aos fransciscanos fosse permitida a permanência na cidade, não chegariam para os pedintes e os leprosos, bem como os pobres envergonhados. Se uma das preocupações do cabido e concelho de Braga era que haveria muitas mãos a pedir e pouco dinheiro para dar, a outra seria a concorrência religiosa dentro da urbe. Os franciscanos aumentavam cada dia o seu protagonismo e relevância na cidade medieval, ao pregarem e aplicarem na sua vida os valores da simplicidade, despojamento e pobreza em Cristo. Atraíam doações avultadas para a sua causa, e em Braga, isso poderia significar menos dinheiro nas igrejas da cidade.

Isto não significa que os frades de S. Francisco abandonaram Braga, após esta proibição de 1279. A sua presença encontra-se documentada em Braga, nos inícios do século XVI. Viveriam numa zona periurbana, e estariam alojados em casa de particulares, sem estrutura residencial própria. Numa vereação concelhia de 10 de junho de 1509, somos informados do seu paradeiro concreto. Lemos num excerto dessa vereação:

Figura 2. Iluminura da Santíssima Trindade (finais do séc. XIV, início do séc. XV)



Nota: Pergaminho Iluminado, com a representação da Santíssima Trindade, do Tetramorfo, bem como de Maria e Marta. Contém também o texto da Instituição da Companhia dos Companheiros e Companheiras da Santíssima Trindade, de 1373.
Fonte: ADB, Fundo não tratado arquivisticamente. Foto da autora.

> (...) Joham Bras çapateiro morador na rua de Meiximinhos apresentou huum privilegio dado a elle per o reverendissimo senhor arcebispo Dom Diego de Sousa porquanto elle tem por devaçam de em sua casa agasalhar os frades de Sam Francisco o dicto senhor a por bem de o privilegiar de todas as cousas asi mandadas por elle (...)[7].

Estes frades não só viviam em Braga, na freguesia de Maximinos, como tinham a proteção do arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, que inclusive, privilegiou o homem que lhes deu guarida, isentando-o dos cargos concelhios.

Haveria também, nos finais da Idade Média, uma comunidade mendicante feminina. Documentada em 1278 no testamento de D. Gomes Domingues, cónego de Braga, foi descrita como «(...) mulieribus que portant pannos securitatis in Bracara (...)», recebem em testamento, «(...) singulos alqueires de milio (...)» (*Testamenti Ecclesiae*

[7] Arquivo Municipal de Braga (doravante AMB), *Livro de Vereações 1509-1511*, fl. 17 v.

Portugaliae, 2010, p. 154). O *pannos securitatis* designaria aqui provavelmente (e sem certezas) o hábito das clarissas, cujo primeiro convento em Portugal foi fundado em 1258, em Lamego. Se estas mulheres eram clarissas ou beguinas, não sabemos. Mas a referência a mulheres portadoras do hábito religioso é muito interessante, dado ser raro encontrar na documentação medieval de Braga este tipo de informação. A preocupação de legar a estas mulheres pão para comer diz-nos que as mesmas viveriam na cidade ou arredores, e que dependiam da caridade cristã para sobreviver. Nada mais sabemos sobre a sua vida ou permanência na cidade de Braga.

6. Gafos e gafarias

A lepra foi um dos flagelos da Idade Média, sendo a profilaxia a única forma de evitar o contágio e propagação da doença. Em Braga, como em tantas outras cidades e vilas medievais, existia uma comunidade de gafos, que não passa despercebida na documentação, principalmente nos testamentos dos cónegos bracarenses. Viveriam fora das muralhas da cidade, em comunidades femininas/masculinas ou mistas.

Para compreendermos o impacto desta doença na comunidade bracarense, no longo tempo, bem como a preocupação dos cristãos mais afortunados para com as vítimas desta doença, analisámos 25 testamentos dos cónegos de Braga, balizados entre 1188/91 e 1325. Verificamos que 21 desses 25, ou seja, 84% dos testamentos, legam aos lázaros e lázaras de Braga, dinheiro, pão e roupa. A cronologia longa dos testamentos e a elevada percentagem de legados aos lázaros revelam a secular permanência desta doença na cidade de Braga[8].

Os lázaros em Braga estariam, nos finais do século XIII, situados na paróquia de S. Frutuoso, fora da cidade, no caminho que ia para o Mosteiro de Tibães. Num documento de 1272 lemos: «(...) de tota hereditate mostram quam habemus in conclauso de Montelos subtum domus leprosori de Bracara in parrochia sti ffrutuosi (...)»[9]. Esta comunidade tinha uma igreja, designada de S. Lourenço, e manteve-se no mesmo local até finais do século XV. Numa missiva do Papa Clemente V, de 31 de agosto de 1310, dirigida à igreja de Santa Margarida, em Braga, é revelada a existência de uma gafaria feminina, localizada na atual Capela de Guadalupe, no alto da atual Rua de Santa Margarida. O Papa concedia indulgência a todos os que praticassem a caridade para com as leprosas que pediam esmola à noite, bem como no dia da festa da Santa Margarida, como se lê:

> (...) Vt ecclesia sanctae Margaritae Bracharen. in qua nonnullae mulieres morbo leprae percussae, separatae a communi habitatione hominum, secundum ter-

[8] Foram analisados todos os testamentos transcritos em *Testamenti Ecclesiae Portugaliae* (2010).
[9] ADB, *Fundo Diocesano, Propriedades particulares*, doc. 669.

> rae consuetudinem, commorantur, congruis honoribus frequentetur, omnibus vere poenitentibus et confessis, qui ad ecclesiam ipsam in vespera et in die festivitatis eiusdem sanctae, et per octo dies festivitatem ipsam immediate sequentes, caussa devotionis accesserint annuatim, vel eisdem mulieribus manum porrexerint caritatis, centum dies de iniunctis eis poenitentiis relaxat (...). (*Regestum Clementis papae V*, 1885-1892, fl. 10 v.)

O mesmo privilégio obtiveram os lázaros da Igreja de S. Lourenço, por carta de 15 de setembro de 1310. Lê-se:

> (...) Vt capella seu oratorium s. Laurentii domus leprosorum Bracharen. in qua nunnulli morbo leprae percussi, separati a comuni habitatione aliorum hominum secundum terrae consuetudinem commorantur, et vitam communem ducunt, congruis honoribus frequentetur, omnibus, vere poenitentibus et confessis qui ad capellam seu oratorium praedictum in vesperis et in die festivitatis eiusdem sancti et per octo dies festivitatem ipsam immediate sequentes, caussa devotionis accesserint annuatim, et eisdem leprosis manus porrexerint caritatis, centum dies de iniunctis eis poenitentiis relaxat (...). (*Regestum Clementis papae V*, 1885-1892, fl. 10 v.)

Estas informações são importantes, pois permitem-nos situar no espaço bracarense as comunidades de lazaretos, percebendo de quem dependiam para sobreviver, e que tipo de administração tinham. Assim, sabemos que as duas comunidades de gafos em Braga estavam ligadas às Igrejas de S. Lourenço e de Santa Margarida, e os seus locais de permanência localizavam-se em direções diametralmente opostas.

7. Mudança de paradigma

Em 1402 dá-se a transferência do senhorio de Braga dos arcebispos para a coroa do Reino. Com essa mudança, o concelho de Braga ficou responsável por todos os assuntos relacionados com o governo e administração da cidade, incluindo a gestão financeira das principais estruturas assistenciais de Braga. Num emprazamento feito na vereação de 22 de fevereiro de 1505, de casas da Confraria/Albergaria do Rocamador, lê-se:

> (...) no paaço do Conçelho fazendo vereaçom (...) a metade da casa (...) que pertence aa Confraria do Rocamador de que os oficiaaes da dicta çidade som administradores (...) dizendo os dictos Regedores e homens boons admjnistradores e gouernantes do dicto esprital da rua noua (...)[10].

[10] ADB, *Fundo da Misericórdia*, *Prazos Primordiais, 419*, doc. 24 e doc. 55.

O que sabemos sobre a administração destas instituições, ao longo do século XV, resulta sobretudo de transações imobiliárias realizadas nas vereações e registadas no *Livro de Prazos da Camara*[11]. Não dispomos de atas de vereação sequenciais e completas para este período, as quais nos dariam informações mais concretas sobre a administração concelhia destas estruturas assistenciais. Existem, no entanto, outras fontes documentais valiosas como as cortes régias. Por exemplo, nas Cortes de Évora de 1436, nos capítulos especiais de Braga, o concelho queixou-se ao rei dizendo que «certas gafarias e albergarias que rendiam» 14 ou 15 mil reais ano, eram mal geridas pelos seus provedores, sendo o dinheiro «mal gastado e despesos pellos mordomos que dellas som» (*Cortes Portuguesas*, *Reinado de D. Duarte*, p. 34.). Os oficiais concelhios propuseram que se efetuasse uma auditoria às contas das gafarias e albergarias de Braga, calculando-se o património imobiliário e financeiro, assim como as dívidas. Era necessário realizar obras importantes nas estruturas físicas das instituições de assistência, pois estas encontravam-se em ruína. O rei ordenou aos juízes do concelho uma auditoria financeira às instituições de assistência bracarenses, concedendo autorização para gastar o que fosse necessário na boa administração destas estruturas. (*Cortes Portuguesas*, *Reinado de D. Duarte*, p. 34.)

Em 1477 o concelho de Braga ordenou que se efetuasse um levantamento e arrolamento escrito de todas as propriedades imóveis pertencentes às gafarias e hospitais da cidade. O objetivo era saber a quantidade, a tipologia e a natureza desses bens. Lemos:

> (...) Liuro das herdades E cabedaaes E rrendas E prazos e trellados dos prazos antijgos que os vereadores da çidade de bragaa acordarom em uereaçom com os juízes E homes boos E procurador da dicta çidade a rrequerimento de Vasco gill alfayate procurador das gafarias (...) rrequerio que se treladasem todos os prazos antijgos (...) das herdades das dictas gafarias (...) E asij todollos prazos que se ora nouamente ffezerem (...)[12].

Este cadastro foi atualizado em 1510, dois anos depois de D. Diogo, arcebispo de Braga, ter instituído o Hospital de S. Marcos. O concelho ordenou ao escrivão Afonso Lopez que, juntamente com os vereadores, fizessem o levantamento, *in loco*, de todas as propriedades afetas à instituição concelhia. Neste arrolamento podemos verificar que a propriedade imóvel dispersa pela cidade e termo era considerável, bem como os rendimentos que estas davam aos hospitais, albergarias e gafarias. Lemos:

> (...) Liuro das apegaçõees que fezerom (...) e procurador do ospital de sam marcos e gafaria das pertencas e propriedades que perteecam a dicta gafarja e santa

[11] AMB, *Livro dos Prazos da Camara Secular 1445-1509.*
[12] AMB, *Livro dos Prazos da Camara Secular 1445-1509*, fl.1 r.

> maria do recamador e ospital que foy da Rua noua e da confrarja do corpo de deos (...) aos vinte e sees dias do mees d agosto de mil e vc e dez (...) per mandado do Reverendissimo Señnor arcebispo dom diogo de sousa primas etc (...)[13].

Com o Hospital de S. Marcos, D. Diogo procurava centralizar e melhorar a assistência em Braga, providenciando melhores condições na prestação de cuidados aos doentes. Este hospital estava localizado fora de portas, no Campo dos Remédios, e foi, desde o início, administrado e gerido pelo concelho de Braga, passando, por ordem de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, em outubro de 1559, para a Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Conclusão

Quisemos, com este trabalho, apresentar um quadro mais abrangente e de evolução no longo tempo das estruturas de assistência em Braga, nos séculos XII a XV. É inegável o seu papel fundamental na cidade e fora dela, especialmente porque estas estruturas serviram ao mesmo tempo de veículo de devoção piedosa, e agentes agregadores da sociedade. Intimamente ligadas ao poder senhorial eclesiástico, necessitavam da sua proteção para sobreviver, institucional, financeira e economicamente. Mesmo depois de passarem para a administração concelhia, a sua pertinência não esmoreceu, nem o seu lugar na paisagem física e simbólica de Braga medieval.

[13] AMB, *Livros dos Acordãos e Vereações da Camara de Braga, 1509-1513,* fl. 2 r.

Fontes e Bibliografia

Andrade, M. F. (1999). As clarissas em Portugal: dimensões regionais de uma corrente de espiritualidade europeia (Sécs. XIII-XIV). *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III Série, 1, 109-127.

Araújo, M. M. L. (2017). O hospital e a cidade: o hospital de São Marcos da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XIX). Em *História da assistência à saúde e à pobreza: olhares sobre suas instituições e seus atores* (pp. 147-167). Oikos.

Boucheron, P. (2013). *Marquer la ville. Signes, traces, empreintes du poivoir (XIII-XVI siècle)*. Publications de la Sorbonne/École Française de Rome.

Castro, M. F. (2006). *A Misericórdia de Braga – Assistência material e espiritual (Das Origens a cerca de 1910)*. Edição do autor.

Coelho, M. H. C. (1993). As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedade na vida e na morte. Em *Cofradías, gremios y solidaridades en la Europa Medieval, Actas XIX Semana de Estudios Medievales*, *Estella*. Gobierno de Navarra, Departamento de educación y cultura, 61-100.

Cortes Portuguesas, Reinado de D. Duarte. Cortes de 1434 e 1438 (2004). CEH, Universidade Nova de Lisboa.

Costa, A. D. S. (1973). Hospitais e albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV. Em *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1.as Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval,* vol. I. CEH/Universidade de Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 288-305.

Custódio, J. (2000). O palácio da doença em Santarém. O hospital de Jesus Cristo (1426-1840). Subsídios. Em *João Afonso de Santarém e a assistência hospitalar escalabitana durante o Antigo Regime*. Câmara Municipal, 16-64.

Feio, A. (1984). *Coisas Memoráveis de Braga e Outros Textos*. Universidade de Minho, Biblioteca Pública de Braga.

Fernandes, H. (2006). *D. Sancho II*. Círculo de Leitores.

Les registres de Grégoire IX (1227-1241) (1890-1955). L. Auvray (éd.). Ed. Befar.

Les Registres de Nicolas IV (1288-1292) (1887-1893). E. Langlois (éd.). Ed. Befar.

Liber Fidei – Sanctae Bracarensis Ecclesiae (2016). A. J. Costa (ed. crítica). J. Marques (revisão). Arquidiocese de Braga.

Marques, J. (1982). *Os pergaminhos da Confraria de S. João do Souto da cidade de Braga (1186-1545)*. Braga.

Marques, J. (1989). A assistência no Norte de Portugal, nos finais da Idade Média. *Revista da Faculdade de Letras do Porto: História*, II Série, vol. VI, 11-93.

Marques, J. (1991). A assistência aos peregrinos, no Norte de Portugal, na Idade Média. *Revista de História,* vol. 11, 9-22.

Marques, J. (1997). Viajar em Portugal nos séculos XV e XVI. *Revista da Faculdade de Letras: História* série II, vol. 14, 91-122.

Marques, J. (2001). Peregrinos e peregrinações medievais do ocidente peninsular nos caminhos da Terra Santa. Em *Estudos em homenagem a João Francisco Marques* (vol. II, pp. 101-122).

Marques, J. (2013). A Confraria e o Hospital dos Sapateiros de Guimarães: património e inserção social, em 1499. *Boletim de Trabalhos Históricos*. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Série III, vol, 2, 9-57.

Martins, R. O. (2024). *O Poder de Governar. Instituições, Ideologias e Representações em Braga, nos finais da Idade Média (séc. XIV e XV)*. [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho. https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/92691.

Mata, L. (1999). *O Hospital do Espírito Santo de Santarém nos finais da Idade Média: ser, ter e poder*. Policopiada.

Neves, L. A. V. (2022). *Peregrinos e viajantes. O auxílio das Misericórdias de Braga e Ponte de Lima (séculos XVII-XVIII)*. Edições Humus.

Portugaliae Monumenta Historica - Inquisitiones. Inquirições Gerais de D. Dinis 1288. Vol. IV/1. Transcrição de José Augusto de Sottomayor Pizarro. INCM.

Pinto, P. (2013). Templários no condado portucalense antes do reconhecimento formal da ordem: O caso de Braga no início do séc. XII. *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*, vol. XII, 231-243.

Ramos, L. A. O. (2019). Do Hospital Real de Todos os Santos à história hospitalar. História. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 10*. Obtido de https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5690.

Regestum Clementis papae V: ex vaticanis archetypis sanctissimi domini nostri Leonis XIII pontificis maximi iussu et munificentia (1885-1892). Typographia Vaticana.

Ribeiro, M. C. (2016). A implantação das instituições de assistência na paisagem urbana medieval: Reflexões sobre os processos de urbanização das cidades de Braga e Guimarães (Norte de Portugal). Em *Civitas Bendita: encrucijada de las relaciones sociales y de poder en la ciudad medieval* (pp. 51-79). Universidad de León, Área de Publicaciones.

Rocha, A. R. S. (2011). *A institucionalização dos leprosos. O Hospital de S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra].

Rocha, A. R. S. (2019). *A assistência em Coimbra na Idade Média: Dimensão urbana, religiosa e socioeconómica (séculos XII a XIV)* [Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da UC. https://hdl.handle.net/10316/88788.

Silva, L. (2017) - *Arquitetura das estruturas de assistência no Norte de Portugal (século XII a XVI)* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto].

Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325) (2010). Edição de M. R. Morujão. Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa.

Práticas documentais e administração das capelas na Sé de Braga (finais do século XIV – inícios do século XV)

Documentary practices and chapels' administration in Braga Cathedral (late 14th century – early 15th century)

Mário Farelo
Professor auxiliar, Departamento de História
do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho
Lab2PT / IN2PAST
mariofarelo@ics.uminho.pt
ORCID: 0000-0002-2905-6564

Bracara Augusta, 132 (2025), 91-121 | ISSN 0006-8640
DOI: https://doi.org/10.82564/revistabracaraaugusta.v72i132%20(145).5

Resumo // A crise da segunda metade do século XIV abalou a estrutura económica, demográfica e social do Entre-Douro-e-Minho, incluindo Braga. A má gestão de bens, a redução de rendimentos e o despovoamento afetaram a administração das capelas fúnebres na Sé de Braga. Em resposta, o Cabido implementou sistemas administrativos mais avançados, criando instrumentos escritos como o *Livro das Capelas* e o *Livro das Sentenças das Capelas e Sucessões*, ambos preservados no Arquivo Distrital de Braga. Esta adaptação permitiu melhorar a gestão das capelas e assegurar o cumprimento das obrigações espirituais, preservando o papel essencial destes vínculos.

Palavras-Chave:
Capelas fúnebres, Crise, Gestão documental, Património eclesiástico, Sé de Braga.

Abstract // The crisis in the second half of the 14th century disrupted the economic, demographic, and social structure of the Entre-Douro-e-Minho region, including Braga. Poor management of assets, a decline in revenues, and depopulation affected the administration of funeral chapels at Braga Cathedral. In response, the Chapter implemented more advanced administrative systems, creating written instruments such as the *Livro das Capelas* (*Book of Chapels*) and the *Livro das Sentenças das Capelas e Sucessões* (*Book of Judgments on Chapels and Successions*), both preserved in the Braga District Archive. This adaptation improved the management of the chapels and ensured the fulfilment of spiritual obligations, thereby preserving the essential role of these endowments.

Keywords:
Cathedral of Braga, Crisis, Document management, Ecclesiastical heritage, Funerary chapels.

Introdução

Os reinados de D. João I e de D. Duarte marcaram o início de um processo de clarificação jurisdicional sobre a gestão dos «bens das almas» entre a Coroa e a Igreja portuguesas, no qual se inclui o património adscrito às capelas fúnebres fundadas por clérigos e leigos (por todos, Rosa, 2012, pp. 168-200). Conhecido nas suas principais facetas ao longo do restante período do Antigo Regime e até ao seu desmantelamento durante a Revolução liberal (Ventura, 1997, pp. 331-352; Rosa, 2012), desconhece-se sobretudo as raízes deste processo, em termos da ação das autoridades diocesanas e dos seus oficiais sobre o cumprimento da vontade dos defuntos, *maxime* na execução dos legados pios destinados a assegurar a salvação das almas, tanto dos instituidores como dos beneficiários nos finais da Idade Média.

A legitimidade e a capacidade dos prelados em intervir a este nível decorreram, em grande medida, de um processo histórico de definição e redefinição de competências partilhadas com o poder régio supracitado (Rosa, 2012, pp. 165-340). Contudo, a sua operacionalização ao nível diocesano tem, de modo geral, escapado ao escrutínio historiográfico, com exceção do caso da Sé de Braga. Este último oferece um raro exemplo de análise mais detalhada de uma administração eclesiástica de capelas e «sucessões». Importa sublinhar, desde já, que este último vocábulo, possivelmente associado a formas de sucessão vincular de tipo linhagístico, é recorrente na documentação aqui analisada, ao contrário do termo usado geralmente para esse efeito – o morgadio/morgado (Rosa, 1995) – totalmente ausente dessa mesma documentação.

Com efeito, o tema da gestão das capelas fúnebres fez parte de um programa de investigação, lançado nos finais dos anos 1990 por Ana Maria Rodrigues, para estudar o Cabido da Sé de Braga no período medieval. Este projeto, desenvolvido em torno de quatro linhas de ação, assentes em documentação quase sempre específica, resultou na realização de múltiplas dissertações de Mestrado, no âmbito do então Curso de Mestrado em História e Cultura Medievais da Universidade do Minho, no qual o tema das capelas da Sé de Braga foi enquadrado e estudado no âmbito mais lato da comemoração da morte e do património capitulares (Rodrigues, 1998a, 1998b e 2003).

Elaboradas com o objetivo de estudar o impacto da instituição capitular bracarense no «processo de construção do Estado Moderno em Portugal» (Rodrigues, 1998a, p. 337), as dissertações produzidas incidiram, bem entendido, na exploração do manancial de informação fornecido pela documentação capitular e episcopal bracarenses para cada um dos temas definidos no âmbito do referido projeto, e não tanto nos processos de gestão documental que o Cabido mobilizou, ao longo do período medieval, para obter/recuperar, compilar, disponibilizar e conservar a documentação necessária ao desenvolvimento das suas atividades. Estes processos de gestão, tal como são perspetivados hoje – e restringindo as referências ao caso português, sem

intenções de exaustividade – constituem uma área profícua de estudo no âmbito da organização histórica dos arquivos diocesanos e de alguns dos seus cartulários (Meneses, 2006; Cunha, 2010; *Liber Fidei,* 2016; Lourenço, 2018; Farrica, 2021, Silva, 2021; Silva & Lencart, 2024; Coelho, 2025) e da produção da memória documental de instituições eclesiásticas, mormente as pertencentes à forma de vida monástica (Cunha & Silva, 2023; Pinto, 2023).

Este volume da revista *Bracara Augusta* afigura-se, portanto, uma boa oportunidade para revisitar a questão das capelas medievais da Sé de Braga, não ao nível da sua identificação e do respetivo percurso histórico (Feio, 1923; Pina, 1965; Veloso, 1988; Barbosa, 1990; Coelho, 1990; Marques, 1990; Pereira, 1990; Antunes, 1993; Santos, 1993; Gonçalves, 2001 e 2001-2002; Ventura, 2008), mas, sobretudo, à luz do paradigma da operacionalização do registo e do uso da informação pelo Cabido bracarense sobre a gestão administrativa e patrimonial dessas mesmas capelas, o qual assumiu contornos específicos durante a segunda metade do século XIV. Para tal, é necessário, antes de mais, uma abordagem ao contexto histórico-económico da Arquidiocese de Braga nesse período.

1. A crise no Entre-Douro-e-Minho na 2ª metade do século XIV

No seguimento de um século XIII marcado por uma expansão demográfica, uma conjuntura de crise instalou-se no Entre-Douro-e-Minho nas décadas de 1320 e 1330, à semelhança de outras regiões do reino e mesmo além-Pirinéus (Marques, 1988, p. 269; Ribeiro, 2019, p. 184 e bibliografia citada). Esse período foi marcado pela escassez de alimentos, uma consequência da destruição das colheitas devido a chuvas intensas. Esta crise afetou grande parte da Cristandade ocidental até 1322 e, no território bracarense, deixou registos na documentação eclesiástica, especialmente no que diz respeito à escassez de cereais (Silva, 2021, pp. 205-207).

A fome regressou em 1333, trazendo com ela o aumento de preços e, sobretudo, uma mortalidade excecional. Esta última afetou o grupo clerical arquidiocesano bracarense, como se depreende da legislação promulgada pelo arcebispo D. Gonçalo Peres, no sínodo realizado em 11 de setembro desse mesmo ano: a ausência de párocos nas igrejas paroquiais («moytas dessas eigrejas som hermas e despovoadas») acarretava a ausência das celebrações do ofício divino e a ministração dos sacramentos aos fiéis (Marques, 1983, p. 51; Silva, 2021, pp. 207-208).

Segundo André Silva, que estudou esta problemática para o período em análise, os «maus anos» agrícolas, verificados ao longo dos anos 1330, tiveram um impacto negativo no Entre-Douro-e-Minho na década seguinte. Nesse sentido, as consequências da Peste Negra, entrada nesse território no verão de 1348, pelo Porto ou por

Tui-Valença, e disseminada de forma pronunciada no último trimestre desse ano, não criou um contexto de crise, antes agudizou-o, gerando uma fase que pode ser considerada como depressiva, do ponto de vista económico e demográfico, a partir dessa altura até aos meados do século XV (Silva, 2021, pp. 213, 229-230, 269-270). Essa mortalidade teve efeitos sobre a administração das capelas da Sé bracarense, como se depreende de várias mudanças de administradores de algumas delas, como no caso da capelania instituída pelo barbeiro Pedro Esteves e por sua mulher Maria Mendes ou do fim da ocupação ilegal da «sucessão» de Montariol, instituída pelo arcebispo D. Martinho Geraldes (Nogueira, 1998, pp. 69, 86, 90)[1].

O contexto de desorganização social e económica, agudizado pela Peste Negra, resultou no agravamento da crise ao longo da década seguinte. A escassez de mão-de-obra e o contexto de seca levaram ao abandono das terras e a uma diminuição da produtividade, o que se refletiu na queda dos montantes das rendas e dos tributos provenientes da terratenência (Coelho, 2021; Silva, 2021, p. 530). O arcebispo de Braga, D. Guilherme de la Garde, reconheceu este cenário, em novembro de 1355, ao justificar com o decréscimo das rendas capitulares, causado pelo despovoamento resultante da mortalidade proveniente da peste, das guerras e da discórdia, o perdão de um quarto das dízimas que o Cabido lhe devia. No ano seguinte, foi a vez deste último argumentar com a peste e a mortalidade, a renovação da sua posse do couto da Apúlia (Silva, 2021, pp. 530, 539). As anexações de igrejas constituem outro sintoma desta situação à época: em 1358, o mesmo D. Guilherme autorizou a anexação da Igreja de São Miguel de Cepães e Marinhas à de São Martinho de Gandra, devido ao despovoamento da paróquia causado pela mortalidade decorrente da peste; em 1360, foi a vez da anexação da Igreja de Santo Tirso de Prazins ao Mosteiro de São Salvador de Souto, em virtude de as rendas do mosteiro terem decaído a tal ponto que já não era possível manter financeiramente a instituição (Silva, 2021, pp. 543-544).

A situação não teria melhorado nos anos seguintes, sobretudo após o novo surto pestífero no verão de 1362. Para além de uma nova pressão financeira gerada por iniciativa régia sobre as instituições eclesiásticas da arquidiocese, a escassez de mão-de-obra é documentada em 1364, enquanto o Mosteiro de Grijó se queixa, pouco depois, de que muitas das suas herdades estão desertas devido à morte dos povoadores «nestas pestilências» (Marques, 1978, p. 158; Marques, 1988, p. 271; Silva, 2021, pp. 534, 589). Este contexto acabou por afetar o funcionamento das capelas fúnebres, uma vez que o despovoamento e a diminuição da rentabilidade tornaram menos atrativa a exploração dos respetivos bens e, por consequência, a remuneração dos capelães, que já não se sentiam devidamente motivados a satisfazer os encargos litúrgicos aos quais estavam obrigados.

Não dispomos de um conhecimento efetivo sobre os mecanismos desenvolvidos pelos administradores e pelas autoridades eclesiásticas para remediar a situação,

[1] Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), *Gaveta das capelas, sucessões e vínculos,* n.º 27 (1384); *Gaveta 1ª das propriedades e rendas do Cabido de Braga,* n.º 278 (1363).

para além da junção de capelas e da tentativa de manter a ligação com os foreiros, ainda que com perdas para a instituição eclesiástica (Nogueira, 1998, p. 85). Um exemplo associado à catedral bracarense é a união das capelas fundadas por João Miguéis, outrora raçoeiro da Sé de Braga, e por sua irmã Francisca Miguéis, cujas capelas «agora não se cantam porque as herdades não valem o que valiam e porque estavam despovoadas e desbaratadas»[2].

À destabilização social, económica e financeira causada pela fome e pela peste, o reinado de D. Fernando I (1367-1383) adicionou as nefastas consequências das três guerras que o rei manteve com o reino de Castela em 1369-1371, 1372-1373 e 1381-1382, as chamadas Guerras Fernandinas (Ferreira, 2015). O contexto de guerra teve consequências diretas em termos do aumento da destruição das colheitas e de infraestruturas militares e civis que se encontravam no caminho dos exércitos e dos aglomerados cercados, mas também indiretas pelo acréscimo das tensões sociais (abusos senhoriais, revoltas mesteirais) e do aumento da inflação (Silva, 2021, pp. 451, 453, 535; Coelho, 2025, pp. 45-46). A toda esta conjuntura acresceu ainda uma escassez frumentária, motivada pela guerra em 1371, pelas inundações em 1372, por um mau ano agrícola e pelo início de um novo surto de peste em 1374, bem como por uma seca pronunciada em 1375. Todos estes fatores contribuíram para justificar a promulgação de uma conhecida legislação fernandina de promoção agrícola, a Lei das Sesmarias (Marques, 1978, pp. 159-160; Silva, 2021, pp. 535-536; Coelho, 2025, p. 47).

No caso do Entre-Douro-e-Minho e, em particular, da cidade bracarense, a operação militar mais destrutiva teve lugar durante a Primeira Guerra Fernandina, quando as forças de D. Henrique, rei de Castela, cercaram e tomaram momentaneamente a urbe (Marques, 1994, pp. 237-239). A permanência castelhana nesta última resultou na destruição efetiva de uma parte da malha urbana, não somente no intramuros, mas especialmente no casario e nas culturas fora da muralha, como se depreende das informações registadas no *Tombo 1º do Cabido* da Sé de Braga (Marques, 1994, p. 239; Ribeiro, 2019, p. 185). Como seria de esperar, essa ação militar teve efeitos imediatos na ruína do património fundiário das capelas, afetando tanto as culturas como os equipamentos contidos nas referidas parcelas agrícolas. Em alguns casos, os impactos foram tão significativos que o restabelecimento demoraria décadas. Com efeito, ainda em 1392, o Cabido de Braga autorizava Vasco Domingues a manter a posse de metade da «sucessão» de Montariol, mas sem auferir os frutos e pagar as rendas até que ele refizesse as vinhas e reconstruísse o respetivo lagar e as casas «ao estado que estavam antes que aqui viesse Dom Henrique» (Nogueira, 1998, p. 69)[3]. Mas a invasão castelhana teria ainda uma outra consequência duradoura nesta questão. A destruição do casario promovida por D. Henrique levou à destruição dos arquivos mantidos por alguns dos administradores das capelas. Este argumento foi

[2] ADB, *Livro das sentenças das capelas e sucessões (doravante LSCS),* n.º 4 (veja-se o anexo deste trabalho para a correspondência com os fólios).

[3] ADB, *Gaveta das capelas, sucessões e vínculos,* n.º 39 (1392).

apresentado, como veremos, por dois administradores para justificar a não apresentação, em juízo, dos instrumentos de fundação das respetivas capelas[4].

Todo este contexto de crise generalizada não contribuiu para incentivar a boa gestão das capelas da Sé bracarense, pelo que as autoridades diocesanas procuraram adaptar-se. Por exemplo, foi com o argumento da delapidação das rendas das capelas do chantre D. Domingos [Peres] Perro e do arcediago D. Geraldo, que o vigário-geral do arcebispo D. Lourenço justificou o ajustamento quantitativo dos sufrágios a celebrar nas referidas capelas, ordenando que o administrador das mesmas mandasse celebrar duas missas semanais pelas almas dos fundadores[5].

Datado de 8 de agosto de 1377, este documento foi redigido pouco depois da suspensão do referido arcebispo, ocorrida nesse mesmo mês por uma comissão de visitadores apostólicos. Essa suspensão interrompeu as reformas que o prelado vinha promovendo desde a sua eleição em 1373, as quais seriam retomadas após a sua reintegração na cátedra bracarense em 14 de fevereiro de 1379 (Marques, 1988, pp. 642-644; Marques, 2023, pp. 87-90).

O período do Interregno (1383-1385) e os inícios do reinado de D. João I tiveram um impacto severo sobre as gentes de Portugal ao prolongarem a crise anterior. À devastação das colheitas, provocada pelo contexto bélico da guerra luso-castelhana no período 1384-1387, juntava-se agora uma tremenda desvalorização monetária, iniciada em 1384 (Marques, 1978, p. 260; Silva, 2021, p. 525). Esta realidade era sentida por todos, incluindo os administradores das capelas da Sé bracarense. Por exemplo, em documento datado de 12 de março de 1384, o «teedor» e administrador da capela do barbeiro Pedro Esteves e de sua mulher Maria Mendes justificou a diminuição dos encargos litúrgicos a uma «meia-capela» (seis meses de missas) com a quebra de rendimentos e a consequente falta de atratividade da capelania, das quais resultava a interrupção das celebrações diárias pelas almas dos fundadores (Nogueira, 1998, p. 86)[6].

É, pois, neste cenário de uma «tempestade perfeita», causada pela diminuição das rendas e pela falta de celebrantes, que o arcebispo D. Lourenço Vicente procurou um paliativo para o incumprimento da principal função das capelas fundadas na sua arquidiocese. Este «remédio» consistiu na criação de uma comissão específica, outorgada a Rodrigo Álvares, arcediago de Neiva, para este exercer o julgado das capelas e sucessões ao longo da última década do seu governo da diocese (Gonçalves, 2001, pp. 21, 138-139, 145-147 e 2001-2002, pp. 199-204). O assunto foi posteriormente retomado pelo seu sucessor, D. Martinho Pires da Charneca, ao nomear uma comissão semelhante, em 1409, desta vez em favor de Pedro Eanes, arcediago do Couto, renovada seis anos mais tarde, na pessoa de Afonso Eanes, arcediago de Barroso e cónego de Braga.

---

[4] ADB, *LSCS,* n.º 11, 4, 15.
[5] ADB, *Gaveta das capelas, sucessões e vínculos,* n.º 41 (original de 1377); *LSCS,* n.º 16.
[6] ADB, *Gaveta das capelas, sucessões e vínculos,* n.º 27.

Do ponto de vista processual e documental, as comissões concedidas por D. Martinho distinguiram-se das atribuídas pelo seu antecessor. Enquanto D. Lourenço encarregou o arcediago de Neiva de um verdadeiro inquérito «geral», cujo resultado foi consignado em registo próprio no Livro das sentenças das capelas e sucessões (*LSCS*), D. Martinho utilizou o trabalho do seu antecessor como referência e como ponto de partida para a verificação do trabalho dos administradores e da competência e assiduidade dos capelães. De facto, os inquéritos promovidos pelos arcediagos do Couto e, depois, do Barroso, partiram ambos do *LSCS* (designado como *Livro das Ordinações das Capelas que se Hão de Cantar na Nossa Igreja de Braga* nas respetivas cartas de comissão). Porventura, a transformação deste último, de livro de registo em livro de referência, terá justificado o facto de nele não se terem consignado as sentenças produzidas pelos comissários do arcebispo D. Martinho, mas apenas as respetivas cartas de comissão, certamente para memória futura.

Desta forma, sem esta consignação em registo específico, torna-se difícil avaliar o trabalho destes últimos dois comissários. Ainda assim, não será impossível que o acréscimo de documentos sobre as capelas da Sé, verificada nos anos de 1410-1415, possa constituir um sinal indireto dessa atividade (Nogueira, 1998, pp. 68, 88, 101)[7].

2. A gestão escriturária da informação relativa às capelas da Sé bracarense

A temática das capelas medievais da Sé de Braga mereceu atenção no âmbito do projeto de Ana Maria Rodrigues, anteriormente referido, tanto de uma forma específica (Gonçalves, 2001, 2001-2002), como de uma forma mais lateral, através do estudo de fontes associadas à celebração da morte (testamentos e livros de aniversários) (Carvalho, 1999, 2001-2002; Soares, 2000) e ao património capitular (tombos, livros dos prebendeiros [*Tombo 2º e 3º do Cabido*], livros de prazos ou documentação avulsa) (Carvalho, 1998; Cerqueira, 1998; Nogueira, 1998; Barros, 1999; Carvalho, 1999; Rodrigues, 1990).

Esse trabalho heurístico permitiu delimitar, exemplarmente, um núcleo de documentação específica sobre as capelas da Catedral bracarense, composto por um *Livro das capelas*[8], um *Livro das sentenças das capelas e sucessões*[9], um pequeno tombo dos bens das Capelas[10] e documentação avulsa (Gonçalves, 2001, p. 14; Rodrigues, 2003, p. 185). Com a exceção desta última tipologia, estas fontes apontam para uma cronologia bastante específica – a segunda metade do século XIV e os inícios da cen-

[7] ADB, *Gaveta das capelas, sucessões e vínculos,* n.º 18, 37, 47.
[8] Doravante designado de *LC*. ADB, *Gaveta das capelas, sucessões e vínculos,* n.º 79.
[9] ADB, *LSCS.*
[10] Doravante designado de *TC*. ADB*, Livro 3º do Tombo do Cabido,* fls. 139-143.

túria seguinte – o que legitima assim o seu estudo específico. Dada a complexidade e a extensão da documentação pertinente para o estudo deste assunto, sobretudo ao nível da documentação avulsa, restringiremos a nossa análise aos dois primeiros códices, com o intuito de perscrutar os processos escriturais de elaboração de cada uma dessas fontes, no âmbito do que se poderia designar como um processo de gestão documental, desenvolvido pelo Cabido bracarense, em torno da gestão da informação associada à administração das capelas fundadas na catedral ou por benfeitores da Sé de Braga.

2.1. O livro das capelas

Este códice procurou centralizar a informação existente para cada capela e sucessão, em termos da identificação dos respetivos administradores, património e rendas (Gonçalves, 2001, pp. 23-24). Ele tem sido apresentado como um traslado efetuado, entre 1389 e 1403, de um códice datado de 1344, em virtude do frontispício lançado no seu primeiro fólio e da existência de referências feitas ao *LSCS* e a documentos datados de 1403 (Gonçalves, 2001, p. 22). Na verdade, a fonte compõe-se de dois códices distintos e com numeração independente, o primeiro com 42 fólios numerados (designado doravante por *LC*, I) e um segundo, com somente 5 fólios (designado de *LC*, II), como se depreende da sua análise codicológica (Gonçalves, 2001, pp. 25-26).

LC, II foi redigido em letra gótica cursiva e aparenta ser o mais antigo dos dois[11]. A informação sobre as capelas da Sé de Braga encontra-se organizada em função do cumprimento dos respetivos encargos litúrgicos, o que origina duas secções distintas, encabeçada cada uma com o seu título. O primeiro compila as capelas onde os sufrágios por alma não são celebrados e o segundo elenca as capelas onde os mesmos são ordenados pelo Cabido bracarense. O texto aparenta ter sido redigido por um único amanuense (designado de Mão A), com adições posteriores (designadas de Mão B). Foi o copista «principal» que redigiu o último texto do códice, no qual se revela o contexto cronológico e o carácter compilatório da sua produção. Segundo este, as rendas nele recenseadas foram retiradas de um registo anterior (*livro antigo*) e a menção a D. Henrique prova que a sua elaboração é posterior – mas provavelmente não muito – à passagem do exército castelhano por Braga, em 1369. Assim, poderemos apontar esta data como o termo *a quo* da sua elaboração. Já a intervenção da Mão B é mais tardia. O facto de algumas capelas, cuja administração fora sentenciada pelo arcediago de Neiva ao arcebispo de Braga, estarem aí registadas na posse do Cabido, prova que esta intervenção não teria sido anterior aos finais do século XIV ou aos inícios da centúria seguinte.

[11] A sustentação documental da análise que se segue consta de uma tabela publicada como apêndice ao presente trabalho.

Por sua vez, a ausência sistemática do registo do património de cada capela no *LC,* II poderá ter levado à elaboração de *LC*, I, o qual chegou até nós sob a forma de um traslado, cujo frontispício revela ter sido redigido, em 1456, por Afonso Vicente, cónego de Braga, a mando do deão e do Cabido bracarenses[12]. O documento (trasladado) inicia-se no fólio seguinte, com a seguinte identificação: «Este livro he das capellas da Egreia de Bragaa o qual foy trasladado per outro antigo que fazia mençom seer fecto na Era de .1.3.8.2. as quaes capellas traz o cabidoo e as há de fazer cantar»[13]. Trata-se, assim, da cópia, em meados do século XV, de um arrolamento das capelas sob administração capitular, ainda que não seja totalmente claro se a data deste último corresponde a 1344 ou a 1382, uma vez que não é impossível que a designação de «Era» se tenha aplicado a documentos redigidos na Era de Cristo. Esta última data estaria também em sintonia com as indicações feitas no códice à posse pelo Cabido de capelas que não o seriam antes da comissão do arcediagado de Neiva. Seja como for, a única certeza que podemos ter é que este códice foi construído «às camadas», sendo estas de difícil perceção pelo facto da sua transcrição, em 1456, ter «uniformizado» cada uma delas, as quais teriam ficado consignadas em registos gráficos específicos no original.

Em termos concretos, a primeira informação disponibilizada para cada capela em LC, I corresponde, *grosso modo,* à identificação dos respetivos administradores registada em *LC*, II. Refira-se, no entanto, que não existe uma correspondência exata, pois quase duas dezenas de capelas identificadas em *LC*, I estão ausentes de *LC*, II. Ainda que o assunto careça de um estudo específico, podemos avançar uma explicação para algumas discrepâncias, como no caso das capelas sob administração de quatro confrarias (Santa Maria de Rocamador, da Rua Nova, de Santiago da Cividade e de S. João do Souto) (Gonçalves, 2001, p. 60), as quais surgem anotadas em bloco no *LC*, II, mas já «desdobradas» em *LC*, I. Resta saber se esta última compilação foi feita diretamente a partir de *LC*, II ou a partir do texto que lhe serviu de base – um *livro antigo* como vimos–, o qual poderá ser assim identificado com o códice-fonte, datado da «Era de 1382».

Após a identificação inicial, a segunda «camada» corresponde ao registo dos bens imobiliários associados a cada capela, com a indicação do usufrutuário e das respetivas rendas. Este registo foi certamente realizado a partir do referido códice-base, ficando em aberto se o redator procedeu ou não à atualização dos montantes referentes às rendas e aos rendimentos dos bens das capelas. Ao longo das margens do traslado, são frequentemente anotadas expressões como «saibasse quem traz (os bens)», «saibasse se canta», «citem os que trazem (as herdades)», redigidas com

[12] O texto é antecedido de um índice das capelas contidas no mesmo, do fólio 1 ao fólio 42, em letra coeva.

[13] ADB, *LC,* fl. 1.

uma grafia similar à do corpo do texto, ainda que com um módulo mais pequeno, resquícios muito provavelmente do seu uso a nível processual nas comissões lançadas pelos arcebispos D. Lourenço ou D. Martinho[14]. Uma última informação, aposta no final de várias «entradas», respeita às fontes de informação utilizadas pelo autor, verificando-se uma diminuição do seu uso – ou pelo menos da sua referência – ao longo do códice. O trabalho de cruzamento de dados parece exaustivo até ao fólio 4, uma vez que nessa secção se fazem remissões, com indicação de folhas, para um «tombo das capelas adiante escrito» (códice hoje desconhecido e que teria feito parte do códice-fonte, mas que não foi transcrito por Afonso Vicente)[15], para um «livro dos testamentos grande», que a referência à capela de D. Estêvão Eanes de Rates permite identificar com o atual *Livro 1º de testamentos* conservado no ADB[16], e para um «livro novo» que permanece por identificar[17]. Entre os fólios 1v e 9, foram igualmente arrolados cinco reconhecimentos dos bens das capelas efetuados pelos administradores perante o vigário Gomes Fernandes, nos dias 8 de maio e 7 a 9 de junho de 1403, sem qualquer solução de continuidade[18]. Nesse sentido, a única fonte que foi usada de forma exaustiva ao longo de todo o códice consistiu nas sentenças promulgadas pelo arcediago de Neiva e transcritas no atual *LSCS*[19].

Por fim, na terceira «camada», situada na última parte do registo, é coligida a informação referente às capelas que não se encontravam registadas no códice-fonte, por não se conhecer informação ou porque a capela andava em disputa judicial ou, ainda, porque a capela era dada como «perdida», como no caso do vínculo do cónego Martim Carta[20].

Para concluir esta análise da tipologia documental, parece seguro afirmar que, no final do arquiepiscopado de D. Martinho, o Cabido bracarense dispunha de um instrumento compilatório atualizado para a gestão das suas capelas. É possível que tenha sido essa atualização que justificou a utilização desse códice como base para o novo registo ordenado pelo Cabido, em 1456, embora se desconheça a razão pela qual este último não foi posteriormente atualizado[21].

---

[14] Infelizmente, o facto de o códice conservado ser um traslado, fez que o corpo do texto e as anotações tivessem sido copiados da mesma altura, inviabilizando uma análise das grafias como a que é possível efetuar para o *LC*, II.

[15] ADB, *LC,* fl. 3 (Capela de Capela de D. Estêvão Eanes de Rates, arcediago [folhas 26]; Capela de Domingos Geraldes [folhas 27]; Capela de Fernão Durães [folhas 26]; Capela de Estêvão Mendes [folhas 26]); fl. 3v (Capela de Santa Luzia [folha 20]).

[16] ADB, *LC,* fl. 3 (Capela de Capela de D. Estêvão Eanes de Rates, arcediago [folha 17]; Capela de Estêvão Mendes [folha (espaço em branco)]).

[17] ADB, *LC,* fl. 4 (Capela de Maria Gonçalves Feytiboa [folhas 3]).

[18] ADB, *LC,* fls. 1v, 4v, 5v, 8, 9.

[19] ADB, *LC,* fls. 2v-3, 6v, 7v, 8v, 9v, 10v, 11v-13, 17v-18, 21, 23, 24v, 25v, 26v, 29-29v, 30v, 34v, 40v.

[20] ADB, *LC,* 40v-42. LC, I, fl. 41v).

[21] Para além de eventuais notas marginais mais cursivas a tinta mais escura, o único documento registado posteriormente consiste numa carta de venda ordenada pelo juiz dos resíduos nomeado pelo arcebispo D. Jorge da Costa, datada de novembro de 1497 (ADB, *LC,* fl. 42).

2.2. O livro das sentenças das capelas e sucessões

Durante a última década do seu governo, o arcebispo D. Lourenço criou um julgado específico para resolver questões relacionadas com a administração das capelas da sua catedral, convocando os respetivos administradores ou pseudo-administradores a juízo. Para este propósito, nomeou Rodrigo Álvares, cónego de Braga e arcediago de Neiva, o qual foi acompanhado, ao longo do processo, por João Lourenço como promotor/procurador e Vasco Martins como recebedor. Embora os detalhes exatos que levaram o arcebispo a agir sejam desconhecidos – pois apenas se conservam as cartas de nomeação destes oficiais, datadas de 25 de agosto de 1389 (arcediago de Neiva) e 28 de abril de 1390 (promotor e recebedor) – estas cartas oferecem informações importantes sobre as origens da iniciativa.

A carta de comissão a Rodrigo Álvares indica que a ação havia começado anteriormente, uma vez que o arcebispo D. Lourenço confirmara, nessa altura, «todas as coisas que até aqui foram feitas por vós (arcediago) e julgadas nos ditos feitos». De facto, em 1389 e 1390, o arcebispo nomeara Gonçalo Domingues, tercenário de Braga e abade de Caniçada, como procurador/promotor *ad casu*, sendo este posteriormente substituído por João Lourenço[22]. Este tema constituía uma grande preocupação para o arcebispo, pelo que, para aliviar a sua consciência, delegou a responsabilidade da questão no arcediago (Gonçalves, 2001, p. 28).

As cartas de nomeação do promotor João Lourenço e do recebedor Vasco Martins, abade da igreja de Tebosa e tercenário da Sé de Braga, são similares e concretizam um contexto específico. O arcebispo refere que alguns fiéis de Deus, por saúde de suas almas, haviam fundado muitas capelas na Sé, na cidade e arcebispado de Braga, com património para pagar missas por suas almas. Como muitas destas capelas e «sucessões» se encontravam sem administrador, cabia-lhe por direito proceder à gestão dos respetivos bens e recuperar os que estivessem alienados. Como ele tinha outros assuntos mais prementes («muitos árduos negócios da sua Igreja e do seu Arcebispado»), o arcebispo cometia ao referido promotor diversas competências relacionadas com a tramitação dos processos e ao recebedor a capacidade de receber as rendas das capelas e sucessões e de conceder cartas de quitação (Gonçalves, 2001, pp. 16-17).

O trabalho do arcediago de Neiva foi registado num conjunto de sentenças transcritas no *Livro das Sentenças das Capelas e Sucessões* (*LSCS*) (Gonçalves, 2001, pp. 139-148; Rodrigues, 2003, pp. 209-210). Este códice evidencia três fases do trabalho no âmbito desse julgado: duas primeiras referentes à comissão atribuída por D. Lourenço a Rodrigo Álvares e uma terceira relativa às comissões concedidas pelo sucessor, D. Martinho, embora com poucos detalhes preservados.

[22] ADB, *LSCS,* n.º 1 e 2.

A primeira fase do trabalho do arcediago de Neiva, documentada no *LSCS*, resultou no registo de 19 sentenças entre 1389 e 1395, sendo em todas elas o arcebispo representado pelo promotor. A segunda fase, iniciada em 1396, teve Vasco Martins como recebedor e responsável pelos 13 processos judiciais, cuja tramitação já foi descrita nos seus contornos gerais (Gonçalves, 2001, pp. 138-139)[23].

O códice em análise, escrito em 91 fólios de pergaminho, organizados em 13 cadernos e dotado de uma encadernação coeva, regista 33 sentenças datadas entre 1389 e 1410 (segundo uma distribuição cronológica apresentada no Anexo ao presente trabalho), seguidos de uma carta de comissão (1414) (Gonçalves, 2001, pp. 16-17, 21). Os títulos de cada «entrada» apresentam os nomes dos fundadores e dos administradores da capela ou da sucessão à data da sentença, tendo sido atualizado o nome do novo administrador em 18 casos, com uma outra mão. Somente com o cruzamento da informação com *LC* será possível aferir a cronologia desse processo de atualização informacional.

As sentenças promulgadas por Rodrigo Álvares, na primeira fase da sua comissão, caracterizam-se por uma grande semelhança do respetivo teor diplomático, refletindo a tramitação típica de um processo judicial à época (García y García, 2003). Deixaremos esta análise específica para uma outra ocasião. Para o caso vertente, importa referir que as diversas fases do processo – plasmadas na carta de sentença – implicaram a apresentação de diversos documentos relacionados com a administração da capela. Aquando da resposta à petição ou ao libelo apresentado pelo autor, três administradores exibiram, respetivamente, sentenças dos arcebispos D. João de Cardaillac e D. Lourenço; dois testamentos, sendo um deles proveniente do *Livro de Testamentos,* e uma relação escrita dos bens da capela, acompanhada do traslado do testamento do fundador[24]. Dois outros argumentaram a impossibilidade de apresentação do documento de fundação pelo facto da sua queima, aquando da destruição dos seus domicílios pelos exércitos castelhanos em 1369 (Gonçalves, 2001, p. 140)[25]. Após a apresentação dos artigos, novos documentos puderam ser apresentados na fase de apresentação dos argumentos (testamentos, lista de rendas, uma sentença e um «escrito», difícil de precisar)[26]. Passada a fase da apresentação dos argumentos, Rodrigo Álvares pronunciou uma ou mais sentenças interlocutórias. Na maioria das vezes, ele solicitou aos réus a apresentação de mais provas. Aparte os raros casos em que não foi possível aduzir outros argumentos, esta fase processual permitiu, assim, a apresentação de «razões» sobre a história da sucessão, testamentos, «escrituras» e sentenças[27]. Após o veredicto, e na maior parte dos diplomas trasladados no *LSCS,* o

[23] Ver Anexo. A listagem dos 13 administradores só aparece completa na primeira sentença deste núcleo lançada no códice, a da capela de João Domingues, pai de Martim Eanes, abade de «Turis», numa sequência que deu origem, com algumas alterações, à ordem da respetiva redação no LSCS.

[24] ADB, LSCS, n.º 5, 16, 17 e 18.

[25] ADB, *LSCS,* n.º 4 e 11.

[26] Respetivamente ADB, *LSCS,* n.º 1, 4, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 12 e 19.

[27] ADB, *LSCS,* n.º 4, 5, 11, 15, 16.

promotor pediu para que a sentença fosse conservada no referido códice, localizado e identificado de diversas formas (*livro do tesouro, livro das sentenças e sucessões, livro das capelas*)[28]. Por fim, depois do registo das testemunhas – que seria interessante estudar pelo número restrito de indivíduos recenseados – procedeu-se ao arrolamento das rendas, ainda que esse procedimento não tenha sido a regra[29].

Este códice teve um valor simultaneamente probatório e arquivístico na gestão das capelas da Sé bracarense. As sentenças aí trasladadas atestaram uma etapa importante na «vida» do vínculo: a mudança ou a confirmação da titularidade de administração. E, de facto, sabemos que estas sentenças chegaram a ser mobilizadas como meio de prova para autenticar a posse da administração, de modo a viabilizar negócios relacionados com o património das capelas e para justificar a legitimidade de sucessão entre o antigo e o novo administrador[30]. Para além disso, estas sentenças funcionaram como verdadeiros «mini-arquivos», conservando documentos trasladados, o registo do património e da sua gestão[31]. Trata-se de uma função pensada e operacionalizada desde a origem, uma vez que, na maior parte dos casos, o traslado das sentenças neste códice foi feito por ordem específica de Rodrigo Álvares.

Percebe-se, desde modo, o cuidado demonstrado com a dupla conservação destes diplomas no tesouro da Sé, seja sob a forma de original – o que permitiu a subsistência de alguns originais, maioritariamente, mas não de forma exclusiva, na coleção intitulada *Gaveta das Capelas e Sucessões e Vínculos*[32] – e do respetivo traslado no *LSCS* (Nogueira, 1998, p. 86).

A elaboração do *LC* e do *LSCS* atendeu a necessidades específicas de gestão da informação. Nenhum deles contém, de forma sistemática, os instrumentos relativos à fundação de capelas ou sucessões, provavelmente porque essa memória documental era garantida pelos *Livros de Testamentos*, preservados no tesouro catedralício. Isso explica, para além da sua apresentação pontual em juízo, a existência de índices no primeiro desses códices. Redigidos possivelmente na segunda metade do século XIV, os testamentos registados no primeiro e segundo desses livros foram relacionados com a existência ou não de uma capela, evidenciando a funcionalidade do documento nesse contexto[33].

Quanto aos tombos de propriedade, os quais exigiriam uma análise mais detalhada sobre as suas lógicas de constituição e interligação, é certo que *LSCS* serviu

[28] ADB, *LSCS,* n.º 4, 3, 12, 8 e 11, 14, 15, 33, segundo a ordem cronológica dos documentos.

[29] Listagem das rendas no final da sentença em ADB, *LSCS,* n.º 1-3, 12, 14, 16-33 e falta dessa listagem nos n.º 4-11, 13, 15.

[30] ADB, *Gaveta das capelas, sucessões e vínculos,* n.º 45 (1403).

[31] Uma sentença arquiepiscopal de 1388, inserida numa das sentenças do *LSCS,* denota as mesmas preocupações, ordenando que o réu faça o inventário dos bens e faça escrever o «danificamento» e o «aproveitamento» dos respetivos bens (ADB, *LSCS,* n.º 4).

[32] ADB, *Gaveta das capelas, sucessões e vínculos,* n.º 36, 41, 42, 45; *Coleção Cronológica,* n.º 1076, 1092.

[33] ADB, *Livro 1º de Testamentos,* fl. 2 (índice do *Livro 2º dos testamentos*), 2v (índice do *Livro 1º de testamentos*).

como fonte para a elaboração do *TC.* Este é o único tombo conhecido das capelas medievais do Cabido e constitui a penúltima parte do *Livro do Prebendeiro* para o ano de 1403-1404, atualmente identificado como o *Tombo 3º do Cabido* (Gonçalves, 2001, p. 27). A identificação das capelas e a ordem de redação das propriedades de cada capela em ambos os documentos confirmam essa relação.

Conclusão

Na segunda metade do século XIV, a nova realidade económico-financeira levou a mudanças na gestão dos vínculos no Entre-Douro-e-Minho, incluindo as capelas e as «sucessões» fundadas até então. A queda no valor das rendas tornou pouco atrativo o recrutamento de foreiros e capelães, o que resultou na interrupção dos serviços litúrgicos, no abandono e na usurpação do respetivo património. Para enfrentar esta situação, as autoridades diocesanas promoveram inquéritos judiciais para identificar administradores, assegurar o cumprimento das obrigações litúrgicas e gerir o património das capelas e sucessões da Sé de Braga.

Face à desvalorização do património e ao aumento de capelas a administrar, o Cabido implantou ações de gestão documental, incluindo a criação de novos instrumentos de registo, como o *Livro 1º do Tombo* (1369-1380). A instituição capitular procedeu igualmente à atualização de um *Livro de Capelas* para recensear informação sobre as capelas do Cabido e todas as fundadas na Sé, identificando administradores e registando propriedades e rendimentos.

Resta determinar se esta proatividade do Cabido reflete uma abordagem estrutural e experiente ou uma reação específica às circunstâncias da época. Tal investigação exige o estudo de centenas de documentos preservados no Arquivo Distrital de Braga, esperando-se que futuros investigadores aceitem este desafio.

Fontes e Bibliografia

Antunes, J. (1993). O testamento de Fernando Joanes de Portocarreiro, deão da Sé de Braga e prior de Guimarães (de 1272). Em *Avelino de Jesus da Costa: Homenagem. Estudos de História Religiosa* (pp. 407-432). Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia de Braga.

Barbosa, I. M. L. (1990). Os estatutos da Capela de D. Diogo de Sousa da Sé de Braga. Em *Actas do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga – Congresso Internacional* (Vol. II/1, pp. 661-668). Universidade Católica Portuguesa – Cabido Metropolitano e Primacial de Braga.

Barros, A. S. (1999). *A aquisição e gestão de bens pelo Cabido de Braga na primeira metade da centúria de Trezentos (1300-1350)* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho].

Carvalho, C. M. P. (1998). *O património do Cabido da Sé de Braga nos finais do século XIV*) [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho].

Carvalho, E. M. D. C. (1999). *A morte do alto clero bracarense (séculos XII a XV)* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho].

Carvalho, E. M. D. C. (2001-2002). A fortuna ao serviço da salvação da alma, da família e da memória, através dos testamentos dos arcebispos e dignitários de Braga na Idade Média (séculos XII-XV). *Lusitania Sacra*, 2ª série, 13/14, 15-40.

Censual do Cabido: cartulário medieval da Sé do Porto – edição crítica (2024). Coord. M. J. O e Silva & J. Lencart. UCP Editora – Universidade Católica.

Cerqueira, J. S. (1998). *A exploração económica das propriedades do Cabido da Sé de Braga nos finais da Idade Média (1465-1515)* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho].

Coelho, M. H. C. (1990). O arcebispo D. Gonçalo Pereira: Um querer, um agir. Em *Actas do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga – Congresso Internacional* (Vol. II/1, pp. 389-463). Universidade Católica Portuguesa – Cabido Metropolitano e Primacial de Braga.

Coelho, M. H. C. (2021). «Fugir depressa, para longe e por muito tempo»: comportamentos dos homens acossados pela Peste. Em *Memórias 2020* (Vol. L, pp. 435-449). Academia de Marinha.

Coelho, M. H. C. (2025). A crise dos vivos: uma crise na comemoração dos mortos? A propósito do «Livro das Capelas» da catedral de Coimbra (século XIV). *Medievalista,* 37, 43-69. https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt.

Cunha, M. C. A. (2010). Um Cartulário Bracarense do Século XIV: o «Livro das Cadeias». *Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA – Porto, III série,* 11, 277-292.

Cunha, C., & Silva, M. J. O. (2023). Tumbos modernos y documentación medieval de Grijó: El caso de tres diplomas reales. *Historia Instituciones Documentos*, 50, 107-120.

Farrica, F. J. F. (2021). D*ioceses do Sul de Portugal: Estruturas administrativas e arquivos (séculos XVI-XVII)* [Tese de doutoramento, Universidade de Évora].

Feio, A. (1923). *A catedral de Braga e a capela dos «Coimbras»*. Tipografia do Arquivo Distrital.

Ferreira, L. R. (2015). Recrutar. Produzir. Abastecer: Repensar a produção e o comércio agrícolas em tempo de guerras (1369-1400). *Medievalista*, 18. https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/201/187.

García y García, A. (1993). El proceso canónico medieval en los Archivos Españoles. *Memoria Ecclesiae*, 4, 65-84.

Gonçalves, I. M. P. (2001). *As capelas em Braga na Baixa Idade Média* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho].

Gonçalves, I. P. (2001/2002). As capelas na Sé de Braga na Baixa Idade Média: A questão da administração. *Bracara Augusta*, 50 (104-105), 195-208.

Liber Fidei Sanctae Bracarensiis Ecclesie (2016), Ed. A. J. da Costa, reedição melhorada e ampliada por J. Marques (2 Vols.). Arquidiocese de Braga.

Lourenço, J. (2018). *O sistema de informação da Diocese de Lamego* [Relatório de estágio, Universidade do Porto].

Marques, A. H. O. (1978). *Introdução à História da Agricultura em Portugal*. Cosmos.

Marques, J. (1983). *Braga Medieval.* Tipografia Cruz.

Marques, J. (1988). *A arquidiocese de Braga no século XV*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

MARQUES, J. (1993). O testamento de D. Lourenço Vicente e as suas capelas na Sé de Braga e na Lourinhã. Em *Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da sua dedicação da catedral* (pp. 185-239). Academia Portuguesa da História.

Marques, J. (1994). Braga na Crise de 1383-1385. Em *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média* (pp. 235-256). FCG-JNICT.

Meneses, A. S. (2006). Arquivo do Arcebispo Primaz de Braga. *Forum*, 40, 119–158.

Nogueira, A. M. M. (1998). *A formação e defesa do património do Cabido de Braga nos finais da Idade Média (1351-1500)* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho].

Pereira, I. R. (1990). O testamento de D. Urraca Lourenço, sepultada na Sé de Braga. Em *Actas do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga – Congresso Internacional* (Vol. II/1, pp. 89-99). Universidade Católica Portuguesa – Cabido Metropolitano e Primacial de Braga.

Pinto, A. C. F. (2023). *Um tombo setecentista do Mosteiro de São Salvador de Grijó: Contributos para reconstituição de um cartório medieval* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto].

Ribeiro, M. C. (2019). População e espaço urbano. Braga em finais do século XIV. Em *Atas do II Congresso Internacional. As Cidades na História: Sociedade* (Vol. IV, pp. 179-217). Câmara Municipal.

Rodrigues, A. M. S. A. (1990). Os prazos do cabido de Braga nos séculos XIV e XV. Em *Actas do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga – Congresso Internacional* (Vol. II/1, pp. 463-483). Universidade Católica Portuguesa – Cabido Metropolitano e Primacial de Braga.

Rodrigues, A. M. S. A. (1998a). Un projet de recherche en histoire religieuse et sociale: Le chapitre de la cathédrale de Braga à la fin du Moyen Âge. *Revue d'Histoire Ecclésiastique*, 93 (3-4), 450-460.

Rodrigues, A. M. S. A. (1998b). O poder económico, social e político do Cabido da Sé de Braga nos finais da Idade Média (séculos XIII-XVI). *Lusitania Sacra*, 2ª série, 10, 335-345.

Rodrigues, A. M. S. A. (2003). A morte e a comemoração dos defuntos na Sé de Braga nos finais da Idade Média. *Cadernos do Noroeste – Série História*, 3, 183-218.

Rosa, M. L. (1995). *O morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV: Modelos e práticas de comportamento linhagístico*. Editorial Estampa.

Rosa, M. L. (2012). *As almas herdeiras: Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Santos, D. L. A. (1993). D. Egas Lourenço, chantre do Cabido de Braga (1331). Em *Livro Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da dedicação da catedral de Braga* (pp. 275-283). Academia Portuguesa da História.

Silva, A. (2021). *A Peste Negra em Portugal. Os casos do Entre-Douro-e-Minho e do Entre-Tejo-e--Odiana* [Tese de Doutoramento, Universidade do Porto].

Silva, M. J. (2021). O cartório do Cabido da Sé do Porto: Da época medieval à atualidade. Em A. F. Abreu & L. C. Amaral (Coords.), *Catedrais, cabidos e capitulares: Um longo percurso institucional e cultural* (pp. 13-28). CEHR.

Soares, A. M. O. (2000). *Os aniversários na Sé de Braga nos séculos XIV e XV* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho].

Ventura, M. G. (1997). *Igreja e poder no século XV: Dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1383-1450)*. Edições Colibri.

Ventura, M. G. (2008). *A administração de capelas na 1ª metade do século XV: Breves notas a propósito da capela de João Silvestre na Sé de Braga*. *IACOBVS*, 23-24, 385-394.

ANEXO – Cronologia e sistema de referenciação das sentenças das capelas no *Livro das Sentenças das Capelas e Sucessões*

Capela/sucessão	Data da sentença definitiva	Nº de doc.	Fólio
Vasco Esteves, abade de Neiva	1389.12.17	1	1-2v
João Homem	1390.06.02	2	3-5
João Ratom	1391.01.22	12	30-30v
D. Bartolomeu, bispo da Guarda	1391.02.18	9	20-23v
Tomé Peres	1391.09.12	11	27-30
Mestre Durão [cónego]	1391.09.12	4	6v-9
Domingos Peres [Perro, chantre]	1392.01.26	15	37-42
Estevão André	1392.03.28	3	5-6v
João Miguéis e Estêvão Vicente	1392.04.3	5	9-12
D. Silvestre, arcebispo	1392.08.21	10	24-27
D. Silvestre, arcebispo	1392.08.31	6	12-14v
D. Geraldo, arcediago	1392.12.14	16	42-45
D. Gomes [Domingues, cónego]	1393.02.13	7	14v-16v
D. Pedro Fernandes da Obra	1393.05.20	8	17-19v
Maria Miguéis Frada [Espada]	1393.07.23	17	45-46v
Domingos Peres Cabanete	1393.10.24	19	51-56v
D. Pedro Garcia, arcediago, em Gouteriz	1393.11.08	14	33v-36v
João Ratom [cónego]	1395.07.05	13	30v-33
Bernal Martins	1395.09.13	18	47-50v
Geraldo Eanes do tesouro	1396.10.27	21	59v-61v
Urraca da Cunha	1396.10.27	22	61v-63
Martim Parada, clérigo	1396.10.27	23	63v-65
D. Sancha	1396.10.27	24	65-66v
João Fortes	1396.10.27	25	66v-68
Rodrigo Esteves [cónego]	1396.10.27	26	68v-70
D. Fernando [Eanes de Portocarreiro], deão	1396.10.27	27	70-71
Pedro Bragas	1396.10.27	28	71v-73
Fernando Eanes, cónego	1396.10.27	29	73-74v
D. Garcia alias Egas Mendes	1396.10.27	30	74v-76
Vasco Esteves e Vicente Miguéis	1396.10.27	31	76-77v
Paio Dias [de Vermuim]	1396.10.27	32	77v-78v
João Domingues, pai de Martim Eanes, abade de Turi	1396.10.27	20	57-58v
Mestre Tomé, arcediago que foi de Braga	1410.01.04?	33	79-80v

APÊNDICE - *Os administradores das capelas da Sé de Braga de acordo com o Livro das Capelas*[1].

Capela	LC,II (Mão A)	LC,I	LC,II (Mão B)	LC,I e II, fl.[2]
Bernardo Martins, cónego e sua irmã Teresa Martins	Abade de Lamas; ~~tragia Vasco Martins, abade de Tavaoosa~~	Estêvão Vasques abade de Lamas		II, 1, 2v; I, 1-1v
D. Roberto, cónego			[Cabido] esta capela canta Fernão Gonçalves abade de Santiago da cidade	II, 4; I, 1v
D. Mateus, cónego			[Cabido] esta capela canta João Fernandes clérigo do abade de Antas	II, 4; I, 1v-2
D. Domingos Domingues, deão		«e soiam a ser tres capelas» (LC, I)	[Cabido] estas capelas cantam Afonso Fernandes ~~<tercenário> e Gonçalo Domingues, tercenários abbade~~ tercenário e abade de Nabais e a outra canta João Lourenço Abade de Piscos	II, 4v; I, 2
Martim Barrosas, cónego (2 capelas)	[Cabido] canta-a ~~Gil Lourenço~~		abade de Foroços	II, 4v; I, 2v
Francisco do Rio, cónego de Braga		Constança Eanes de Lisboa, sua neta	[Cabido] esta capela canta Gil Martins abade de Leitões	II, 4v, I, 2v
D. Pedro Viegas, arcediago do Couto		Cabido	[Cabido] canta-a Lopo Peres, abade de Cabanelas	II, 1v. 4v; I, 2v-3, 42
D. Estêvão Eanes de Rates, arcediago	[Cabido] e canta Geraldo Domingues abade de Panóias	Chantre	a este trage huma sucessom boa	II, 4, I, 3, 23

[1] Nomeclatura: LC, I = ADB, *Gaveta das capelas, sucessões e vínculos,* n.º 1-42 (i-xlii); LC, II = ADB, *Gaveta das capelas, sucessões e vínculos,* n.º 79, fls. 1-5 (I-V).

[2] Referenciaremos os documentos a partir da numeração original, lançada na margem superior de cada fólio, ao centro.

Capela	LC,II (Mão A)	LC,I	LC,II (Mão B)	LC,I e II, fl.
Durão Esteves, cónego (capelas de Santa Luzia no claustro da Sé)		Rodrigo Álvares, arcediago de Neiva por devido		I, 3v
Pedro Eicheguez, cónego		Cabido		I, 3v
D. João Viegas, arcebispo (sucessão de Semelhe)	[Cabido] e cantam-as ~~Rodrigo Anes e~~ João Gonçalves canta um o abade de Santo André de Velle e a outra o abade de S. Sadorninho e este abade <canta [mão B]> outra capela	Trouxe D. Estêvão Peres, deão e agora o Cabido de Braga (...) tirarom na ao Cabido e anda ora malinha [margem em letra posterior]	de São Marco	II, 3v; I, 3v, 31-32v
João Rodrigues				I, 4
Airas Pais, cónego (2 capelas)		O que for arcediago de Neiva (...) já as procura e faz cantar o cabido	[Cabido] canta-as ambas Fernão Martins clerigo que non tem igreja	II, 4v; I, 4, 18
Vicente Eanes				I, 4
Maria Gonçalves Feitiboa		Gonçalo Domingues; João Peres, abade de Nogueira do couto de Braga		I, 4-4v
João Homem	João Peres, abade de Nogueira	*Idem*		II, 2v; I, 5-5v
Lourenço Domingues Cabeça dagulhó	Álvaro Eanes, seu neto, filho de João Lourenço Cabeça dagulhó	*Idem*	Álvaro da Oliveira que ora no Porto	
João Domingues, pai de Martim Eanes, abade de «Toris»		Álvaro Esteves, cónego	non sabemos parte»	II, 2v; I, f6v
Miguel Eanes, juiz		Gafaria de São Lourenço (...) canta-a o prior de Dume um dia cada semana	Prior de S. Martinho de Dume	II, 1; I, 6v-7

Capela	LC,II (Mão A)	LC,I	LC,II (Mão B)	LC,I e II, fl.
Paio Cotão e João Pais (capelas de)	Vasco Peres Maça, filho de Geraldo Peres Maça	*Idem*; o cabido depois da morte de Vasco Peres	Cabido	II, 1, 2v; I, 7v-8
Geraldo Eanes, clérigo do tesouro	Gonçalo Afonso Gontino	Julgada ao arcebispo por sentença do arcediago [de Neiva]	[Cabido] esta capela canta Vasco Martins, abade de Fradelos	II, 1, 3, 4v; I, 8-8v
Domingos Peres Dente e de Aldonça Lourenço	Vasco Peres Furtado; ~~Vasco Peres Furtado~~	Vasco Peres Furtado (...) Já a traz o cabido; Gonçalo Lourenço		II, 1, 2v; I, 8v-9
Vicente Peres Jaraz	Confraria de São João	Confraria de São João do Souto		II, 1; II, 9
Martim Martins, arcediago	Rodrigo de Alvelo	Soia trazer Gonçalo Eanes do Vale e tragea ora o arcebispo e cantaa Gonçalo Semilhy		II, 1; I, 9
D. Urraca de Cunha (capela e sucessão)	O que for arcediago do Couto	Nuno Martins de Barbosa; [na margem: Martim de Barbosa (...) Julgada ao arcebispo por sentença do arcediago [de Neiva]	«herdades em Monçom non sabemos quem a trage»	II, 3; I, 9v
D. Bartolomeu, chantre de Braga e bispo da Guarda	Afonso Gonçalves, abade da igreja de Aveleda, terra de Sousa	*Idem*; canta-a Geraldo Domingues, abade de Areas; [noutra letra:] ora não sey quem a canta (...) «são julgadas pelo arcediago [de Neiva] aos da linhagem		II, 1, 2v; I, 9v-10v

Capela	LC,II (Mão A)	LC,I	LC,II (Mão B)	LC,I e II, fl.
Martim Parada, clérigo de Braga	«esta non a trage nengem da sua linhagem nem cabidoo»	trazia Vasco Fernandes, cónego e depois Francisco Martins de Braga e agora não a quer trazer ninguém, do seu devido	«non sabemos parte»	II, 1, 3; I, 11-11v
Giral Cateiro alias de João Castaro	Abade de Jugal	Idem; Álvaro Gonçalves, sobrejuiz do rei		II, 1; I, 11v, 42
Martim Carta, cónego		Tragia o abade de Rio Covo seu sobrinho; «Jugal»: «He perduda ca vendeu el Rei as suas herdades porque o lhe elle devia»		I, 11v, 41v
D. Sancha	Domingos Martins ourives; [Cabido] canta Alvaro Esteves abade de Dadim? e capelão em Gualtar	Trazia Gonçalo Vasques, prior de Guimarães e tragea ora Domingos Martins olivez; é julgada a administração ao arcebispo à revelia dos teedores	de cura; «non sabemos quem as trage»	II, 1, 3, 5; I, 11v-12
Martim Domingues, mestre-escola		Vasco Martins seu criado; «(...) não ha ay capella»		II, 1; I, 12-12v
Gontinha Gomes	Maria Eanes Tourinha que mora no	*Idem*		II, 1; I, 12v-13
D. Gomes Domingues, cónego	Maria Eanes filha que foi de Domingos Eanes Touro	*Idem*; «Estas capellas traz Nicolau filho da dita Maria Eanes per sentença de D. Lourenço, arcebispo; Vasco Neto	«esta mora no Porto»	II, 1v; I13, 14v

Capela	LC,II (Mão A)	LC,I	LC,II (Mão B)	LC,I e II, fl.
Capela dos confrades da confraria de São João do Souto		Juízes e mordomos da dita confraria		I, 13-15
Estêvão Peres de Davim (2 capelas) e João Domingues chouseiro (1 capela)		Juízes e mordomos da confraria de Santa Maria de Rocamandor		I, 15v-16v
Domingos ~~Peres~~ Domingues da Cruz		Confraria de Santa Maria de Rocamandor		I, 16v-17v
Vicente Miguéis (sucessão)		Confraria de Santa Maria de Rocamandor		II, 3; I, 17
Estêvão Vicente, tercenário de Braga	Vasco Eanes, abade de São Vicente de Concieiro, neto do dito Estêvão Vicente; ~~Vasco Eanes abade de S. Vicente de Concieiro~~	Estas procura o abade de Maximinos (...) soia trazer Gonçalo Esteves, advogado e agora traze a Vasco Eanes, abade de S. Vicêncio de Concieiro neto do fundador (...) julgada ao abade de S. Vicêncio pelo arcediago [de Neiva]		II, 1v, 2v; I, 17-17v
Martim André	Gonçalo Durães, abade de São Diães	Esta traz Gonçalo Durães, abade de São Diaes (...) e ora traz Gonçalo Domingues abade de oleiros (...) «do cabido he já»	Gonçalo Domingues, abade de Oleiros	II, 1v; I, 17v-18v
Durão Esteves, cónego	Rodrigo Álvares, seu neto, arcediago de Neiva	*Idem*	o abade de Alagoa e tercenário da Sé	II, 1v, 2; I, 18-19
Domingos Peres Vinagre, mestre-escola e Domingos Peres Cabanete	Mestre-escola; ~~Mestre-escola~~	*Idem;* Esta traz Luis Afonso (...) pertence ao mestre-escola por sentença do arcediago		II, 1v, 2v; I, 19-19v

Capela	LC,II (Mão A)	LC,I	LC,II (Mão B)	LC,I e II, fl.
Giral Lourenço, arcediago do Couto alias Pedro Viegas		Qualquer arcediago do Couto		I, 20-20v
Domingos Peres dito Perro, chantre e João Pais de Viseu		Traz Rodrigo Eanes da cónega e he do linhagem de Domingos Durães, tercenário de Braga		I, 2, 20v
D. Geraldo, arcediago	~~Rodrigo Eanes da Cónega~~	*Idem*	«esta canta João da Fonte»	II, 2v; I, 21, 41
Maria Miguéis Espada		Frades de Santo Francisco de Guimarães e canta-a o dito Rodrigo Eanes da Cónega		I, 21-21v
Estêvão Mendes		«Soiam trazer os faiãos e agora trazea o Chantre»		I, 3, 21v-22
Pedro Esteves Reedor e sua mulher Maria Mendes	~~João Lourenço pequeno~~	«E trazea ora João Lourenço pequeno, procurador da audiência e cantasse agora per o abade de Santo André do Vale»	«sabese se se canta»	II, 1v; I, 22-22v
João Ratom, cónego	~~Gonçalo Armom;~~ ~~Gonçalo Armom~~	*Idem*; Cabido (..) Gonçalo Armom em sua vida e depois o Cabido por sentença do arcediago [de Neiva]		II, 1v, 2v; 22v-23
Fernão Durães, cónego		Chantre		I, 3, 23v-24
Maria Guedelha		Confraria de Santiago de cividade		I, 23v-24
João Martins advogado, cónego	~~Rodrigo Eanes clérigo de Cinfães~~	*Idem*	«desta não sabemos nada»	II, 1v; I, 24-24v, 40v

Capela	LC,II (Mão A)	LC,I	LC,II (Mão B)	LC,I e II, fl.
João Fortes	Miguel Martins de Paços	Idem; Cabido, por sentença do arcediago [de Neiva]	«non sabemos quem a trage»	II, 1v, 3; I, 24v
Domingos Geraldes		Chantre		II, 3; I, 24v-25
Rodrigo Esteves, cónego	Vasco Esteves, abade de S. Tomé de Ansede, terra de Entre Homem e Cávado; [Cabido] canta Afonso Peres abade dequiaz	*Idem*; Julgada ao arcebispo por sentença do arcediago [de Neiva]	«non sabemos quem a traz»	II, 1v, 3, 5; I, 25-25v,40v
D. Fernando, deão (2 capelas)		Trazia Rui Vasques de Azevedo e foi julgada a administração ao arcebispo por sentença do arcediago [de Neiva] (...) João Mendes	Joane Mendes	II, 3; I, 25v, 40v
João Miguéis, tercenário de Braga alias Margarida Miguéis	Vasco Eanes, abade de S. Vicêncio de Concieiro, seu sobrinho; ~~Vasco Eanes abade de S. Vicente de Concieiro~~	estas procuram Afonso Fernandes»		II, 2, 2v; I, 25v- 26
Francisca Miguéis, prima do dito João Miguéis	O dito Vasco Eanes, seu sobrinho	A administração é dada ao referido Vasco Eanes por sentença do arcediago [de Neiva]	«Este Vasco Anes abade de Concieiro trage três capelas»	II, 2; I, 26-27
Gonçalo Gonçalves, arcediago e seu tio D. João Viegas, arcebispo	Cabido	Pertencia aos «teedores» da quintá de Campo e de Semelhe e agora tem já o Cabido		II, 2; I, 27-27v

Capela	LC,II (Mão A)	LC,I	LC,II (Mão B)	LC,I e II, fl.
Mestre Tomé, tesoureiro e Pedro Fernandes da Obra, cónego	Gonçalo do Vale, abade de Santa Marinha da Portela, por mandado do arcebispo [Mestre Tomé]; ~~a filha de Geraldo Airas~~ [Pedro Fernandes]	-«Esta capela canta ora Gonçalo do Vale abade de Santa Marinha da Portela per mandado do arcebispo» [Mestre Tomé]; Afonso Geraldes, filho de Geral Airas, mercador, neto de João Peres Pombinho [Pedro Fernandes]		II, 2; I, 27v-28
D. Pedro Garcia, arcediago		João Gonçalves abade de Santa Vaia de Arnoso		I, 28-28v
Pedro Bragas	Pedro Vasques de Lougos	*Idem*; Julgada ao arcebispo a revelia dos teedores por sentença do arcediago [de Neiva]	Igreja de Maximinos	II, 2,3; 28v-29, 41v
Mestre Tomé, arcediago		Confraria de Santiago alias Afonso do Vale» (...) Martim Domingues de Aguas Santas» (...) Gonçalo do Vale per sentença		I, 29- 29v, 41
D. Fernão Eanes, cónego	Cabido	Trouxeram-na os feygoeiros (?) e agora Alvaro Serra (...) Esta procura o abade de Tavoosa (...) Cabido por sentença do arcediago [de Neiva]	canta-a Gonçalo Eanes Tripeiro abade de Nogueiró	II, 3, 4v; I, 29v-30v
Tomé Peres	Vasco Furtado, seu criado	Vasco Furtado em vida e depois o Cabido por sentença do arcediago [de Neiva]	Abade de Sequeira	II, 1; I, 30v-31

Capela	LC,II (Mão A)	LC,I	LC,II (Mão B)	LC,I e II, fl.
Catarina Eanes, mulher de Afonso Vieira, mercador de Braga (2 capelas)	Martim Domingues alfaiate e Geraldo Airas, mercador	*Idem*; Afonso Giraldes, filho do dito Geraldo Aires e depois os juízes das confrarias de Rocamandor e de S. João desta cidade e depois ao Cabido	Gonçalo do Vale a rogo de Lopo Afonso	II, 2; I, 32v-34
D. Silvestre, arcebispo (sucessão)	Nuno Viegas «e apelou pera Roma»	Nuno Viegas cavaleiro e Nuno Gonçalves filho de Gonçalo Esteves vogado e Vasco Martins abade de Tavoosa tercenário; Julgada ao arcebispo por sentença do arcediago [de Neiva]	«non sabemos quem a traz»	II, 2v;I, 34-34v
D. Pedro Eanes, deão e D. Domingos Boi, cónego, seu sobrinho		João de Lamações		I, 34v-35v
D. Egas Lourenço, chantre (2 capelas)	[Cabido] e cantam- nas Martim Lourenço da Varzea? e ~~Gonçalo do Vale~~ avade de Madeiras		Este Gonçalo do Vale canta a capela que foi de Geraldo Airas e lha destes a rogo de Lopo Afonso e esta capela rende muito segundo dizem	II, 4; I, 35v-36
Martim Peres da Cruz, cónego	-[Cabido] (..) canta João Martins abade de Arcos	Cabido		II, 4; I,36
Rui Fafes, cavaleiro	[Cabido] canta João da Fonte		[mão A] abade de Briteiros e trage mais duas capelas que lhe deixou Rodrigo Eanes da Cónega	II, 4; I,36

Capela	LC,II (Mão A)	LC,I	LC,II (Mão B)	LC,I e II, fl.
D. Martinho, arcebispo (meia sucessão que chamam de Montoriol)	Vasco Domingues, abade de São Paio da Pousada	*Idem*; Linhagem de D. Elvira sua sobrinha (..) não se canta para ela capela mais tem de manter a albergaria da Rua verde»	Afonso Leite a metade e a outra metade nos [o cabido] e a albergaria descrita [da Rua Verde]	II, 2; I, 36v-37
D. Martinho, arcebispo (a outra meia sucessão)	Arcediago de Neiva «o que moreo porque não havia aí nenhum da linhagem	Linhagem de Maria Pais de Soutelo e trazia-a João Martins Montariol e o arcebispo deu-a ao arcediago de Neiva pela extinção da linhagem (...) Cabido		II, 2; I,37-37v
Paio Dias de Vermoim (sucessão)		Vasco Peres abade de Santa Maria de Abade terra de Vermoim e Martim Landim abade de S. Pedro de Escudeiros	Cabido; canta esta capela Álvaro Afonso [mão A] abade de Nogueira	II, 3, 4v; I, 38
D. Garcia alias D. Mendes, cónego de Braga (sucessão de Nogueira)		Fernão Vasques da Granja abade de tresmiras»	[Cabido] esta canta Antão Martins capelão da Palmeira	II, 4v; I, 38-39
Capela dos aniversários	Canta-se pelas rendas da mesa do cabido	*Idem*	Canta-a João Peres, tercenário e abade de S. Martinho do Campo»	II, 3v; I, 39v
Capela dos Reis	Canta-se pelas rendas da mesa do cabido	*Idem*	Canta-a Gonçalo Peres, tercenário e abade de São Pais de Ribeira de Verdezela	II, 3v; I, 39v
D. Martim Zote, deão			[Cabido]; canta-a Fernando Afonso abade de Fereiros	II, 3v; I, 39v
João Silvestre, cónego e D. Dinis, rei	[Cabido] estas canta Gabriel Domingues, abade de Grisande		Item trage outra capela de Santa Luzia que rende	II, 3v, I, 39v

Capela	LC,II (Mão A)	LC,I	LC,II (Mão B)	LC,I e II, fl.
D. João de Soalhães, arcebispo	[Cabido] (...) canta- a Gonçalo Afonso, tercenário abade de Santiago da Sé etc			II, 4; I, 40
Mestre Durão, cónego	Alvaro Esteves, ~~clérigo~~ <cónego [mão B]> e depois Estêvão Vasques, abade de Lamas e João Gonçalves, abade de São Sadorninho; sua filha Clara Esteves que mora no Porto; ~~Abade de São Sadordinho~~	*Idem*; a dita capela canta Estevão Vasques, abade de Lamas e João Gonçalves abade de São Sadorninho (...) à linhagem por sentença do arcediago [de Neiva]		II, 2, 2v; I; 40- 40v
D. Francisco		«non escrita em este livro e non há dela recado»		I, 40v
D. Elvira		«non escrita dizem que trazem os machados e non podem haver entrada nem prova»		I, 40v-41
D. André		Vasco Martins abade de tavoosa (...) «non escrita e non acha entrada nem prova nem sabem parte das herdades saybam quem a canta»	Fl. 143	I, 41
Pedro Pais, porteiro		«non escrita nem acham entrada nem provas/ nem sabem per quais herdades»		I, 41
Salvado Martins		Afonso Fernandes		I, 41- 41v

Capela	LC,II (Mão A)	LC,I	LC,II (Mão B)	LC,I e II, fl.
Lourenço Domingues, filho do deão D. Domingos Domingues		Confraria de Santiago		I, 41v
Domingos Eanes, cónego		«non aconhoçe por capela»		I, 41v
Pedro Domingues, mestre-escola da Guarda				I, 41v
Estêvão André	~~Gonçalo Domingues, abade de Oleiros~~		Canta ele	II, 2v
Confraria de São João do Souto	«fezerem na dicta egreia cinque capellas segundo acho scripto no livro de tonbo e as capellas per todas am de seer ix»			II, 3
Confraria de Rocamador	«há daver tres capellas (...) secundo acho no livro do tonbo que am de seer vii capellas»			II, 3- 3v
Confraria da Rua nova	«ham de sser viii capellas»			II, 3v
Confraria de Santiago	«am de sser ix capellas»			II, 3v
Martim Peres da Cónega	[Cabido] esta capela canta		João Geraldes abade de Vila Cova	II, 4
Martim Rodrigues	[Cabido] canta Gonçalo Domingues abade de Alagoa e tercenário		e tem a capela de nós?	II; 4v
Egas Mendes			-[Cabido] cantam Gonçalo Martins e ~~João Afonso~~; abade de Aveleda e João Afonso clerigo de Bartolomeu Fernandes	II, 5

Fonte: ADB, *Gaveta das capelas, sucessões e vínculos*, n.º 79.

Enclausuradas bracarenses durante a Idade Moderna: uma primeira aproximação documental aos seus comportamentos sociais

Confined women from Braga during the Early Modern Age: an initial documentary approach to their social behaviour

Alberto Morán Corte
Profesor ayudante doctor
Universidad de León
amorc@unileon.es
ORCID: 0000-0003-1603-9834

Bracara Augusta, 132 (2025), 123-138 | ISSN 0006-8640
DOI: https://doi.org/10.82564/revistabracaraaugusta.v72i132%20(145).6

Resumo // A partir das informações contidas em algumas das visitas e devassas conservadas no Arquivo Distrital de Braga, o objetivo deste trabalho é realizar uma primeira abordagem às múltiplas questões que as autoridades eclesiásticas tentaram controlar em relação ao comportamento das freiras enclausuradas bracarenses. Alguns desses assuntos foram um aspecto recorrente nas sucessivas inspeções, pois eram considerados elementos importantes que poderiam culminar em episódios de rebeldia dentro dos muros das comunidades.

Palavras-Chave:
Braga, Claustro, Controlo, Desobediência, Freiras, Idade Moderna.

Abstract // Based on the information contained in some of the visits and ecclesiastical inquires (devassas) preserved in the Braga District Archive, the aim of this paper is to make an initial approach to the various issues that ecclesiastical authorities sought to control concerning the behaviour of the cloistered nuns of Braga. Some of these issues were a recurring theme in the successive inspections, as they were considered important factors that could lead to episodes of rebellion within the walls of the institutions.

Keywords:
Braga, Cloisters, Control, Defiance, Early Modern History, Nuns.

Este trabalho insere-se no âmbito do projeto de investigação «Violencia, conflictividad y mecanismos de control en el noroeste de la Península Ibérica (siglos XVI-XIX)», financiado pela Agencia Estatal de Investigación, Ministerio de Ciencia e Innovación (Ref. PID2021-124970NB-I00).

This work is part of the research project «Violence, conflict and control mechanisms in the northwest of the Iberian Peninsula (16th - 19th centuries)», funded by the State Research Agency, Ministry of Science and Innovation (Ref. PID2021-124970NB-I00).

Introdução

No início do século XVIII, a palavra desordem era definida como *«falta de ordem. Desarranjo de cousas que não estão no estado e no lugar que houverão de ter»* (Bluteau, 1713, p. 160). Se, por sua vez, ordem era definida como *«Disposição, assento, ou colocação das cousas no lugar que lhe convem»* (Bluteau, 1713, p. 102), devemos pensar que desordem era aquilo que não estava como devia estar, aquilo que não estava correto. Precisamente um dos exemplos a utilizar como referência, no significado de desordem, dizia que *«tirada do mundo a santidade e a religião, tudo na vida são desordens»* (Bluteau, 1713, p. 160), pelo que o objetivo deste trabalho foi o de fazer uma primeira abordagem às razões, às causas várias, que, ao longo da Idade Moderna, poderiam levar à desordem[1] e, posteriormente, conduzir a episódios de excessos, tensões e até de rejeição da disciplina eclesiástica dentro dos muros das comunidades religiosas femininas bracarenses.

Neste sentido, a entrada em vigor do Concílio de Trento (1545-1563) constituiu um marco importante, na medida em que na última das suas sessões, realizada em dezembro de 1563, foram tomadas várias medidas destinadas a reformar as casas de religião. Concretamente, uma delas, no Capítulo V, intitulava-se *«Da-se providencia á clausura das freiras, particularmente das que habitaõ fora das cidades»*[2]. Os encerramentos que esta provisão proporcionava, e a consequente separação do mundo para as freiras, era considerada um elemento fundamental para a realização de um verdadeiro exercício de contemplação e oração. Actividades a que, desta forma, se reduziria a vida das freiras.

O estabelecimento teórico desta clausura feminina após o concílio tridentino seria protagonista de conflitos permanentes que se desenvolveram ao longo dos séculos[3], e que, segundo Ángela Atienza López (2018, pp. 103-104), não foi algo circunscrito apenas aos territórios da Monarquia Hispânica. Foi precisamente a procura de incidentes relacionados com a quebra desta clausura que nos levou a localizar outro tipo de episódios de desordem ocorridos nos claustros bracarenses durante a Idade Moderna.

[1] O objetivo do presente trabalho não é, portanto, estudar estes episódios em pormenor. Esse é um assunto que pode e deve ser tratado noutro momento e noutro lugar. Aqui, apenas tentamos uma primeira abordagem a algumas das razões que, nalgumas comunidades específicas, podem ter conduzido a determinados incidentes.

[2] *O sacrosanto e ecumenico Concilio de Trento em latim e portuguez* (1781).

[3] De acordo com Mendes Drumond (2010, p. 306), os problemas mais significativos eram geralmente causados pelas próprias freiras, e não tanto pelas restantes mulheres que permaneciam nos cenóbios.

1. As fontes documentais

No caso da província do Minho, para nos aproximarmos do conhecimento destes episódios de insubordinação claustral, temos, fundamentalmente, a existência de duas fontes documentais de natureza distinta, que são aquelas com que temos vindo a trabalhar até ao momento, embora se deva referir que estas ainda não foram completamente suficientemente analisadas. São elas as visitas e as devassas, conservadas no Arquivo Distrital de Braga, que dão, elas próprias, o nome à coleção em que se encontram.

Quanto às devassas, podem ser definidas como uma espécie de processo ou questionário inquisitorial, através do qual se pretendia apurar a existência de infracções ou crimes cometidos na área a que o processo se destinava. Nas palavras de Maria Marta Lobo de Araújo (2014, pp. 22-23), poder-se-á dizer que esta tipologia documental, embora de grande interesse tanto pela sua raridade, como pelo seu conteúdo, deve ser estudada com cuidado. Não é em vão que se tratava de inquéritos em que os depoimentos apresentados podiam, por vezes, esconder o objetivo de desacreditar e descredibilizar a imagem das pessoas envolvidas nos inquéritos. No caso das casas de religião, e pelo que vimos até agora, poderíamos dividir as devassas em dois tipos ou categorias, a saber: as gerais ou de rotina, que não seriam mais do que uma espécie de inspeção preventiva; e outras que seriam motivadas por algum comportamento escandaloso ou por uma denúncia prévia de um determinado acontecimento em particular. Estas devassas realizadas nos claustros bracarenses costumavam manter o desembargador e o escrivão ocupados durante vários dias. Durante esse tempo, tinham de interrogar, uma a uma, todas as freiras enclausuradas no convento ou mosteiro sobre o qual tinha sido feita uma acusação ou no qual se realizava a devassa, a que poderíamos chamar devassa de rotina ou de controlo. No que diz respeito à sua estrutura interna, é de salientar que, enquanto estas últimas eram constituídas por um número variável de perguntas relativas à vida quotidiana e ao funcionamento da comunidade, naquelas que eram motivadas por um problema específico, eram apresentados alguns factos com base nos quais se investigava tudo o que as freiras sabiam sobre eles.

As visitas, por seu lado, eram uma espécie de ato de gestão, *a priori,* totalmente rotineiro, que tinha por objetivo conhecer o funcionamento das comunidades religiosas para tomar as medidas necessárias à manutenção de um bom serviço e, há que ter em conta, de uma boa imagem externa da casa. Tratava-se, afinal, de um exercício de vigilância que as instituições diocesanas exerciam sobre as casas sob a sua jurisdição ou proteção. Ou, nos mesmos termos usados pelo arcebispo Rodrigo de Moura Telles (1704-1728), na sua visita ao Convento dos Remédios, em 1705, uma

obrigação do ofício pastoral[4]. Estas visitas, embora efectuadas com uma certa regularidade, podiam variar no número de epígrafes que continham. Ou seja, no número de questões, suspeitas ou tensões para as quais o responsável episcopal pelo controlo pastoral das casas de religião considerava necessário chamar a atenção, de modo a que fossem tomadas medidas para encaminhar a correção das freiras desviadas na direção imposta pelas altas esferas diocesanas.

Para a abordagem dos comportamentos intramuros, basear-nos-emos em duas das seis comunidades femininas existentes na Braga moderna. Por um lado, o já referido Convento de Nossa Senhora dos Remédios, a primeira instituição feminina fundada na cidade em meados do século XVI, sob a observância da terceira regra franciscana (Ferreira, 2014). A segunda comunidade a ser observada é o Mosteiro do Salvador, estabelecido em Braga entre finais do século XVI e inícios do século XVII, devido à transferência da comunidade beneditina da freguesia de Vitorino das Donas.

2. Controlo e imposição eclesiástica de certos hábitos femininos

Recentemente, alguns especialistas têm chamado a atenção (Atienza López, 2018, p. 105) para o valor que o rigor da clausura feminina e, quando apropriado, a sua aceitação como manifestação de integridade e dignidade podem ter tido como elemento de uma certa superioridade moral para as freiras se governarem a si próprias face às intervenções dos superiores masculinos. Este foi um aspeto que, sem dúvida, nos influenciou a centrar a nossa investigação inicial em descobrir se esta aceitação como reflexo de retidão e superioridade moral era mesmo assim entre as freiras bracarenses.

Para levar a cabo este exercício neófito de aproximação às tensões, insubordinações ou desobediências que poderiam contradizer estas afirmações quanto à aceitação da clausura e do seu rigor como símbolo de empoderamento (não tanto quanto ao seu valor político[5]), tomamos como ponto de partida os pontos que María Luisa Candáu Chacón (2018, p. 289) estabeleceu para o caso sevilhano a partir de um questionário de 1624. Nele, os visitadores de freiras eram instados a prestar especial atenção a quatro aspetos, que resumiriam perfeitamente o que poderiam ser as principais preocupações da hierarquia eclesiástica:

[4] Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), *Fundo das Visitas e Devassas,* Cota 28.

[5] Neste artigo, não avaliaremos a luta política pelo poder, mas sim os possíveis comportamentos dissolutos das freiras que poderiam ser vistos como contraditórios com esta aceitação.

1 – A aplicação da clausura.
2 – A questão do namoro e das devoções.
3 – A existência de amizades particulares entre as freiras.
4 – A liberdade de profissão das noviças.

Todas estas preocupações do provisor andaluz nos pareceram estar presentes na documentação bracarense[6] consultada. Se é verdade que, no que respeita ao quarto destes pontos, apontado por vários investigadores como um dos que mais poderia ter influenciado os comportamentos sediciosos no interior das casas de religião, talvez se devesse fazer alguma ressalva.

O Concílio de Trento estabeleceu nos pontos XVII e XVIII da sua quinta sessão que as noviças deveriam professar voluntariamente e não ser forçadas por ninguém a entrar na religião. Também não era aceitável que se tentasse impedir qualquer rapariga que o desejasse de o fazer. Apesar disso, nas visitas ao Convento de Nossa Senhora dos Remédios, a possibilidade de profissão por obrigação é pouco abordada, o que poderia levar-nos a pensar que talvez praticamente todas fossem assumidas como voluntárias. De facto, na primeira visita que se conserva para os Remédios, do ano de 1620[7], há pelo menos sete pontos referentes à profissão das noviças, embora em nenhum deles sejam abordadas as questões contidas no concílio tridentino. No entanto, não podemos atribuir este facto à ignorância ou esquecimento, mas talvez a uma omissão intencional, uma vez que quando trataram dos dotes das noviças, esclarecendo que não deviam receber apenas o que correspondia à alimentação e vestuário, fizeram-no em conformidade com o sagrado Concílio de Trento. Esta visita tratou ainda de outros assuntos relacionados com o dote, uma vez que, por exemplo, foi feita uma avaliação do valor da alimentação de uma noviça, fixando-o em 12.000 reis e trinta alqueires de trigo, bem como indicando a forma de pagamento destas quantias. Continuando com os aspectos económicos[8], o dote mínimo para professar foi também estabelecido em 400.000 réis, o que, na prática, significaria que a noviça teria de ser de uma família muito nobre ou irmã, sobrinha ou parente de uma freira da casa[9].

Por outro lado, e de acordo com esta mesma visita, o Convento dos Remédios preocupava-se com um aspeto que não foi tratado no concílio tridentino, pois era in-

[6] Relativamente às comunidades religiosas femininas em Braga, é fundamental consultar a tese de doutoramento de Silva (2011) sobre os conventos de Nossa Senhora da Penha de França, Nossa Senhora dos Remédios e Nossa Senhora da Conceição.

[7] ADB, *Fundo das Visitas e Devassas*, Cota 19.

[8] Relativamente aos dotes das freiras, é interessante o exemplo de Évora em Conde (2013, pp. 13-36).

[9] A transferência do estilo de vida secular para o convento prolongou-se, sobretudo entre as mulheres dos grupos sociais mais influentes, até as próprias comunidades não assumirem plenamente os preceitos tridentinos. Neste sentido, tanto o tempo decorrido como a incompatibilidade das novas disposições com os costumes anteriores originaram numerosos problemas (Candáu Chacón, 2024, pp. 184-185).

dicado que, antes de receber a noviça, se informasse se ela sofria de alguma doença contagiosa. Era também necessário saber se ela teria força e capacidade suficientes para enfrentar o trabalho da religião.

Mas, voltando a esta ausência de referências à possibilidade de professar por obrigação, é algo que pode ser particularmente significativo se tivermos em conta que, na ausência de estatutos ou constituições particulares para esta comunidade, o arcebispo Afonso Furtado de Mendoça (1618-1626) incentivaria a que esta visita fosse considerada como tal, até à elaboração de um texto específico que se comprometeu a produzir num curto espaço de tempo. Embora, em visitas posteriores, continuasse a referir-se à necessidade de observar as visitas com maior atenção, na medida em que não havia constituições próprias, nem apareciam em lado nenhum as dos seus antecessores. E, no entanto, nelas não se menciona nenhum aspeto da necessidade de o noviciado das jovens ser inteiramente voluntário.

No caso das visitas consultadas no Mosteiro do Salvador, a situação é relativamente semelhante, pois embora em 1637 se contemple, ainda que de forma muito superficial, a possibilidade de profissão sem consentimento dos pais (recordemos que em Trento se estabelecia que ninguém podia impedir a vontade das raparigas de professar); já quanto à probabilidade de algumas jovens terem sido obrigadas a entrar, é apenas mencionada em poucas palavras reduzidas a uma nota residual neste mesmo ponto da visita, que diz «Isto agora sucede, mas dizem que por vontade de sus pais»[10]. Esta epígrafe específica aludia à educação das noviças, dizendo que era muito diferente do que deveria ser na realidade, e que essa era a razão pela qual, com o passar do tempo, se tornavam estranhos às leis e preceitos dos prelados e procediam com pouca reverência para com os seus superiores. A maior parte deles queixava-se também de não lhes ter sido mostrada «todo o aspero da religiaõ para poder eleger estado que milhor lhe parecesse comforme todo o direito e sagrado Concilio de Trento»[11]. E é precisamente neste contexto de desobediência e descontentamento que se insinua que algumas destas raparigas terão professado «contra vontade de seus pais»[12]. Além disso, estava previsto nestes casos que, se algum dos pais destas noviças descontentes com a decisão dos mais velhos pedisse para falar com a sua filha, ser-lhe-ia negada a possibilidade de o fazer.

O preceito tridentino contido no capítulo XVII da XXV sessão parece estar contemplado neste caso, ainda que parcial e superficialmente, onde se indicava que a voluntariedade da donzela deveria ser explorada tanto no momento de entrar no noviciado como antes de professar. Na visita, ordena-se à mãe abadessa «se facaõ preguntas antes de professarem na forma do sagrado concilio tridentino»[13], embora se acrescente que também se deve verificar a sua capacidade de leitura, oração

[10] ADB, *Fundo das Visitas e Devassas*, *Cota* 30.
[11] ADB, *Fundo das Visitas e Devassas*, *Cota* 30.
[12] ADB, *Fundo das Visitas e Devassas*, *Cota* 30.
[13] ADB, *Fundo das Visitas e Devassas, Cota* 30.

e conhecimento das cerimónias, informando ao prelado dos resultados, sem o que não dará autorização para a noviça professar. Este documento contém ainda outras questões interessantes relacionadas com esta fase da vida das freiras. Assim, nesta mesma visita de 1637, é indicado o processo a seguir para aceitar as novas noviças na comunidade, bem como as que tinham tomado a decisão de professar. Em ambos os casos, toda a comunidade tinha de se reunir e, através de um voto secreto com feijões brancos e pretos, manifestar a sua opinião sobre a aceitação ou rejeição da candidata, tendo o prelado deixado claro à consciência das religiosas que, no caso das noviças «não é nossa tencão dar licença para entrar na religião mulher alguã que padessa ma fama no rédito de sua pessoa»[14]. Quanto ao voto para a profissão, foi considerado como «os mais necessarios votos, porque já se tem notiçia do sugeito e se pode fazer mais dezenganado juizo dos merecimentos de elle, e averiguar se convem sous costumes e modestia para a religião»[15].

No entanto, durante o resto do século XVII e ao longo da centúria seguinte, ambas as comunidades continuam a aludir (embora de forma menos constante e em termos mais imprecisos) a aspectos relacionados com o noviciado; embora estes girem sempre em torno do seu ensino e instrução, do cumprimento das suas obrigações comunitárias, da insistência em não levar o seu dote durante o noviciado e, finalmente, de questões relacionadas com o decoro na forma de vestir.

Precisamente o traje devia ser considerado como o principal sinal exterior de diferenciação social, de pertença a um grupo, como sinal de abandono da vida secular. E, talvez pela dificuldade de renunciar a certos vestígios da vida no século atrás referida, Braga (2010, p. 317) aponta o traje, as jóias, etc., como as principais razões para os desvios de comportamento das freiras. A preocupação com o decoro no vestir e as consequências que daí poderiam advir, é uma das constantes que podemos perceber tanto nas visitas arquiepiscopais como nas devassas ao longo do período estudado. E este aspeto, aliás, consideramos, viria a confrontar-se com a ideia de pudor e modéstia como forma de empoderamento das freiras face aos superiores masculinos exteriores à comunidade.

Através das visitas do Convento dos Remédios percebe-se a preocupação permanente com esta questão, pois desde a primeira visita conservada em 1620, as referências à necessidade de decência no traje das freiras são repetidas. Assim, começam por referir que era proibido às freiras usar qualquer aparência de profanação e ligeireza[16], acrescentando que não seriam permitidas sedas, corrimões, transparências, finórios, mantilhas de peles, luvas, escapulários de seda, enfeites de punhos e toucados, engomados, nem anéis ou qualquer outra peça ornamental de ouro ou prata. Apenas se permitia o uso de uma cruz de ouro ou prata, bem como de um relicário,

[14] ADB, *Fundo das Visitas e Devassas,* Cota 30.
[15] ADB, *Fundo das Visitas e Devassas,* Cota 30.
[16] ADB, *Fundo das Visitas e Devassas,* Cota 19.

desde que não fosse visível[17]. Mas as proibições iam mais longe, uma vez que só era aceitável o uso de cores honestas no hábito, que não eram outras senão o castanho, o preto ou tons semelhantes. Além disso, como parece lógico nesta situação, era estritamente proibido qualquer tipo de maquilhagem, e a toalha ou o pente deviam ser usados tão apertados à volta do pescoço que nenhuma parte da garganta fosse visível[18].

No entanto, todas estas disposições não eram cumpridas com a devida obediência, pois as advertências a este respeito continuavam. Em 1626, a madre abadessa foi obrigada a impor o cumprimento, sobretudo no que respeita à honestidade e composição dos rostos, vestidos e toucados das freiras. Foi-lhe dada a liberdade de aplicar as penas que considerasse necessárias, de acordo com a culpa e a perseverança na desobediência. Devia também dar conta aos seus superiores daqueles que ignoravam estas condições e não se emendavam, para poder proceder contra eles com maior rigor[19].

Esta situação iria manter-se ao longo do tempo, já que, em 1705, o arcebispo Rodrigo de Moura Teles iniciava uma das epígrafes dedicadas a este tema com um tom incisivo e de alerta

> (...) devem as religiosas por razão de seu estado ser em tudo objecto de exemplar edificacão aos fieis, não so na interior perfeissaão das virtudes que devem obrar como pessoas especialmente dedicadas a Deus, mas tambem na exterior modestia e composicão dos rostros, toucados, vestidos e alhayas. No que tudo se devem saver com aquella moderacão e decencia que convem a quem, pellos votos de sua profissão, deve dar as costas a toda a vaidade para se empregar no amor divino pello caminho do desprezo do mundo (...)[20].

Reitera o que já foi observado em visitas anteriores, especificando, no entanto, que a cor dos hábitos deve ser castanha e não preta, «porque esta é muy alheya e repugnante âs constituições y regra de São Francisco». Por fim, exorta a madre abadessa, em virtude da santa obediência, a ter especial cuidado com este ponto e a aplicar as penas que entender. O prelado destaca um ponto que mais uma vez nos interessa no que diz respeito ao cumprimento destas normas, quando assinala que

> (...) não aplicamos castigo específicamente, porque esperamos que esta nossa advertencia será bastante para que as pessoas religiosas de quem confiamos tanto, sem outra coação mais que o conhecimiento das obrigações do seu estado se le formem de sorte que em nenhum tempo nos obrigue a fazermos demostração de

[17] ADB, *Fundo das Visitas e Devassas,* Cota 19.
[18] Sobre a aparência das mulheres, especialmente em termos de vestuário, e a transgressão que isso poderia implicar (Candáu Chacón 2022, pp. 9-44).
[19] ADB, *Fundo das Visitas e Devassas,* Cota 19.
[20] ADB, *Fundo das Visitas e Devassas,* Cota 28.

> sentirmos que esta nossa paternal administração se mal logra, não havendo o efeito que pertendemos e nos seja preciso usar dos meios dos legos, quando se use mal da brandura com que as exhortamos. E se por hora ouver algua que seja tam rebelde que não obedeca neste particular a Madre Abbadesa nos darâ conta para lhe aplicaramos remedio conveniente (...)[21].

Na mesma linha, pensamos que uma das notas do arcebispo Sebastião de Matos de Noronha, aquando da sua visita ao Mosteiro do Salvador, em 1637, poderia resumir perfeitamente a preocupação e a importância que as autoridades diocesanas davam ao hábito das religiosas:

> (...) Mandamos a todas as religiosas que andem sempre com hábitos, asii por obrigação e modéstia, como por authoridade de suas pessoas. Não se entenda de nenhua manera que nassem alguns descuidos seus de não trazer sempre diante dos olhos o seu hábito, que serve de mortalha e memoria viva de sua obrigação. E o vir âs gradas ou as rodas ou ao coro e partes públicas sem hábitos, castigaremos como atto de maiores indecençias. E â madre abbadesa se o consentir (...)[22].

Esta epígrafe, em jeito de advertência, parece apontar para a existência de certos lapsos que poderiam ser provocados pela tibieza do vestuário das freiras. E, à luz do ponto seguinte da mesma visita, poderíamos corroborar que assim era. Nele se diz claramente que foram recebidas grandes queixas sobre este assunto por parte de pessoas de espírito piedoso e zelosas do bem da religião. Este facto levou o prelado a fazer um inquérito particular sobre os trajes das freiras[23] e, nas suas pesquisas, encontrou algum descuido na forma como estavam vestidas. Como não considerava este facto um motivo justo para falar do bem da religião, foi firme nas medidas indicadas na referida visita, ordenando à madre abadessa (e às que viessem a ser abadessas no futuro) que não permitisse que nenhuma freira rebelde desobedecesse aos códigos de vestuário que especificou a seguir. Exortava-a ainda a prestar atenção àquelas que fossem menos cumpridoras, sobretudo quando fossem às bancas, mas também no seu modo de estar em casa. E tudo isto sob pena de excomunhão *ipso facto.*

Parece, pois, que esta questão do vestuário (diretamente relacionada com outras preocupações das hierarquias eclesiásticas, como o namoro e as devoções), que também poderia ser considerada exponencialmente mais perigosa se conjugada com a quebra da clausura, se tornou uma preocupação permanente das autoridades diocesanas. Este facto pode ser confirmado pelos interrogatórios para devassas que pudemos consultar até agora, uma vez que nesta documentação existem sempre várias

[21] ADB, *Fundo das Visitas e Devassas,* Cota 28.
[22] ADB, *Fundo das Visitas e Devassas,* Cota 30.
[23] Investigação que, infelizmente, pelo menos até agora, ainda não conseguimos localizar.

rubricas dedicadas a esta casuística. Assim, pelo menos até meados do século XVIII, questões relacionadas com o facto de as freiras usarem roupas ou sapatos menos decorosos do que deviam, se eram de cores honestas, se usavam seda ou outros tecidos proibidos, se usavam brincos ou jóias, se usavam maquilhagem, se usavam o cabelo comprido ou à vista[24], se usavam toucados excessivamente vistosos, e até se andavam sem hábito, eram perguntas obrigatórias nas devassas de rotina de todas as comunidades femininas bracarenses. Não foi em vão que tanto os discursos moralistas como os tratados pedagógicos da época consideraram o luxo, o uso de maquilhagem e a ostentação no vestuário, como uma estratégia de sedução feminina (Braga, 2010, p. 319).

O perigo que se acreditava que o rompimento da clausura pelas freiras poderia gerar era uma grande preocupação dos superiores eclesiásticos. Não em vão, como se afirmava num catecismo do início do século XIX (*Catecismo Regular*, 1817, p. 46), uma freira que rompesse a clausura estaria a cometer um pecado mortal e incorreria também numa pena maior de excomunhão. No entanto, isto era uma via de dois sentidos, pois qualquer homem ou mulher que, sem licença expressa, transpusesse os limites da clausura era também considerado como estando a cometer um pecado mortal. Parece lógico supor, portanto, que a hierarquia considerava qualquer contacto com o mundo exterior como um perigo iminente para as freiras e, por isso, temendo que conduzisse a um fim trágico, o cuidado na observância da clausura era rigoroso e constante.

Por isso, não nos devemos surpreender com medidas como as impostas pelo arcebispo Afonso Furtado de Mendoça, em 1620, que proibia qualquer freira (com exceção da mãe abadessa ou das oficiais em matéria dos seus ofícios) de falar com qualquer homem em qualquer dos lugares de sociabilidade (grades, locutórios, rodas...) do Convento dos Remédios, fosse ele secular ou regular. Tal só deveria ser possível com autorização expressa por escrito ou quando se tratasse de parentes de primeiro ou segundo grau[25].

Preceitos deste tipo aparecem incessantemente em todas e cada uma das visitas e devassas consultadas. Assim, tanto os mandatos que talvez pudessem ser considerados como mais diretamente relacionados com a observância da clausura, como outras regras que estariam mais relacionadas com os contactos com o exterior, ocupam uma parte importante de todas estas práticas de vigilância exercidas pelas autoridades diocesanas.

Logicamente, sem pretender estabelecer aqui uma divisão exacta de algo que consideramos tão intimamente relacionado, poderíamos destacar entre as primeiras medidas as que se referem à necessidade de que as chaves do claustro fossem

[24] Usar a cabeça descoberta era sinónimo de um pecado grave. De facto, no início do século XIX, chegou a escrever-se que «a cabeça nua, descoberta e libre he signal de ter poder e dominio, o que só compete ao homem» (Lopes, 2017, p. 39).

[25] ADB, *Fundo das Visitas e Devassas,* Cota 19.

entregues à madre abadessa todos os dias antes de as monjas irem para as suas celas; que as chaves de certos espaços como a grade da comunhão ou os miradoiros estivessem sempre na posse da mãe abadessa, não as deixando senão a pessoas que ela julgasse que iam usar religiosamente esses espaços; que não abrisse as portas da portaria senão para coisas muito necessárias, não aceitando receber por elas nada que coubesse na roda; que a porteira não ultrapassasse os limites da portaria para nenhum recado, nem nunca a deixasse sozinha; que nenhuma das criadas de dentro do claustro saísse para fora, nem nenhuma das criadas de fora entrasse, etc.

No que diz respeito ao segundo tipo de preceitos, ou seja, os que se referem ao contacto com o exterior, os exemplos que temos são igualmente numerosos ao longo do tempo. Muitos deles têm o silêncio como denominador comum, e giram em torno de não conceder autorização para falar a qualquer homem fora do primeiro ou segundo grau de consanguinidade; não falar a qualquer mulher se ela estiver ao lado de um homem; a madre porteira não permitir que qualquer freira fale a qualquer pessoa (exceto as que trazem mercadorias) no pórtico; não falar em qualquer lugar da igreja a qualquer pessoa, independentemente da sua condição e qualidade, etc. Em todos estes preceitos, os arcebispos eram particularmente zelosos e categóricos, chegando a assinalar, por vezes, que se alguém pouco temente a Deus contrariasse esta disposição, mesmo que falasse por sinais, seria punido exemplarmente por transgredir tão justa lei e servir de exemplo a outros. Não era em vão que muitos destes comportamentos eram punidos com excomunhão *ipso facto*, embora pareça que o arcebispo Veríssimo de Lencastre (1670-1677) tenha levantado algumas dessas excomunhões.

Mas não é só a palavra o que incluímos nesta «tipologia», pois a visão das freiras também podia levar a uma ofensa. Assim, por exemplo, ordenava-se que nenhuma freira (exceto as velhas, as doentes ou as oficiais) ouvisse música no coro de baixo se houvesse muita gente na igreja; que, quando se cantasse no coro alto, se fechasse a cortina do coro escalonado para evitar que as freiras fossem vistas, etc. Considerou-se que isso poderia causar problemas e escândalos para a comunidade, pelo que as freiras foram proibidas de se apresentarem sem toucados e sem a composição modesta e decente que deviam usar em locais onde pudessem ser vistas por estranhos. Algo de semelhante deve ter acontecido no Mosteiro do Salvador, em meados do século XVII, pois a porta principal estava aberta quase todas as horas, o que dava «ocasião a juizos temerarios dos que não sabem o recato grande com que é asistida [a porta] das porteiras»[26], esta ocupação excessiva que se observava no mosteiro acabou por produzir grande escândalo «assi em todo o povo como nos ánimos mais religiosos». Estes murmúrios foram, sem dúvida, a causa da ordem de que, a partir de então, sob pena de «excomunhao major ipso facto e com pena de privação de officios e suspenção de voz activa e passiva por doce anos», não se abrisse a porta, exceto

[26] ADB, *Fundo das Visitas e Devassas,* Cota 30.

para as coisas que, pelo seu tamanho, não pudessem ser recebidas pelo torno, e, uma vez recebida a mercadoria, devia ser imediatamente fechada de novo, «sem premitirem nem consentirem que pessoa algua de cualquer qualidade e condição que seja, fale na dita porta com religiosa ou servidora algua».

Os murmúrios e o descrédito podem também ser causados pela presença de certos homens dentro dos muros da comunidade, como de facto aconteceu pelo menos no Mosteiro do Salvador. Aqui, pessoas zelosas tinham alertado as autoridades diocesanas para o facto de, sob o pretexto de ensinarem a cantar ou a tocar certos instrumentos, entrarem na clausura vários homens que se diziam professores. Perante estas acusações, o arcebispo Sebastião de Matos de Noronha decretou que não se poderia ensinar música nas grades sem a sua licença particular. No mesmo sentido, foi o também arcebispo Afonso Furtado de Mendoça quem ordenou que o médico não ficasse sozinho na cela de nenhuma freira, nem em qualquer outra parte do mosteiro. Advertiu a freira guardiã (que devia ser idosa e de confiança) sob pena de excomunhão e perda da ração durante três dias.

As advertências nas visitas e as questões de controlo nas devassas destinadas a controlar a existência de devoções e namoros, tal como indicado por María Luisa Candáu Chacón no caso de Sevilha, também parecem ter sido um elemento importante no caso bracarense.

Assim, em 1705, as mulheres enclausuradas no Convento dos Remédios foram avisadas para que

> (...) a culpa que entre as religiosas necessita mais promptamente de medecinal remedio é a de ofenderem as obrigações do seu estado, desmirarem os votos de sua proffisam com correspondencias ilícitas em grande prejuizo de suas conciencias, escandallo dos fieis e menos crédito do convento (...)[27].

Perante estes factos, e para evitar a ruína resultante de tão nefasto comportamento, o arcebispo Rodrigo de Moura Teles determinou que, sob as maiores penas possíveis, a mãe abadessa não concedesse o passo a nenhuma freira para falar com quem pudesse ser suspeito de ter com ela comunicações ilícitas. Além disso, era instada a providenciar para que, se outra freira o solicitasse e o cedesse a uma companheira para o efeito, punisse ambas como delinquentes, dando conta desse comportamento ao próprio arcebispo.

No claustro beneditino do Salvador, estes namoros também eram conhecidos, de tal modo que a mãe abadessa recebia instruções enérgicas para «que não consinta que as religiosas tenhão amizades particulares com que escandelizão o povo e dezauthorizão o convento»[28]. Também foram avisadas para manterem uma vigilância semelhante sobre as freiras, que não deviam poder falar «com pessoa de quem

[27] ADB, *Fundo das Visitas e Devassas,* Cota 28.
[28] ADB, *Fundo das Visitas e Devassas,* Cota 30.

souber ou tiver ouvido que tem amizade particular»[29]. Mas, para além de ter recebido instruções para ir muitas vezes às bancadas verificar se estavam presentes as que realmente o tinham pedido, foi-lhe exigido que, nesta ocasião, não desse facilmente autorização às freiras que mais a pediam. No entanto, o trabalho de controlo da madre abadessa não terminava aqui, pois era também sua obrigação.

> (...) que quando as religiosas forem âs grades vegie como vão, e não lhes consinta que tragão nem fação para si ou para outrem, toucados lavrados com seda de nenhua cor que seja; nem traigão coletes nem cousa que o paressa; nem cintas de ouro com pedras engastadas nem semellar (...)[30].

Tinha de informar as autoridades eclesiásticas de tudo o que descobria, para que estas pudessem atuar como entendessem.

Estes controlos para evitar a existência de relações ilícitas estendiam-se também às partes dos mosteiros viradas para o exterior, por exemplo, no próprio Mosteiro do Salvador, ordenava-se

> (...) com pena de excomunhão mayor ipso facto incurrenda, que das genellas das sellas que caem ao patio, nem das do miradoiro, falem nem deitem cartas dellas abaixo, nem outra cousa algua. Porque alem de procedermos com as penas que se devem a sua dezobediencia, lhes serão tiradas as sellas e serão privadas de poder chegar a ellas (...)[31].

Como exercícios de controlo e vigilância, as devassas de rotina também estavam atentas à existência destas relações ilícitas, de modo a evitar que estas conduzissem a males maiores. Por isso, é comum encontrarmos nelas questões relacionadas com o contacto com os de fora, em que locais era feito, em que circunstâncias, se era permitida a entrada de estranhos, etc. Mas outro dos aspectos que encontramos nesta documentação refere-se à possibilidade de «amizades especiais» entre freiras, ou entre estas e algumas criadas.

Neste sentido, existia também nas visitas consultadas uma disposição férrea contra tais comportamentos suspeitos, ordenando repetidamente, sempre sob pena de excomunhão maior *ipso facto*, a proibição categórica e absoluta de duas ou mais freiras dormirem juntas na mesma cama. Esta medida era geralmente acompanhada de outras no mesmo sentido, ordenando que todas as celas fossem trancadas à noite; que nenhuma criada dormisse no mesmo dormitório que uma freira; que a madre abadessa (ou quem ela delegasse), durante a noite, revisse as celas e reconhecesse cada uma das freiras; mandando-as de volta para os seus quartos quando fossem

[29] ADB, *Fundo das Visitas e Devassas,* Cota 30.
[30] ADB, *Fundo das Visitas e Devassas,* Cota 30.
[31] ADB, *Fundo das Visitas e Devassas,* Cota 30.

encontradas em locais inadequados; a imposição de freiras idosas como guardiãs e vigilantes para garantir o silêncio nos dormitórios, etc.

Conclusão

Com esta primeira abordagem ao tema da resistência das freiras modernas em obedecer a ordens, relaxamentos, desobediências, manifestações de rejeição, insubordinação, etc., não pretendemos fazer um exercício de quantificação e classificação dos conflitos bracarenses. Uma vez que não estamos a trabalhar com fontes judiciais, mas com documentação cuja finalidade era a vigilância das instituições femininas, o objetivo foi tentar mostrar um panorama geral, e verificar quais poderiam ser as principais tensões que revelavam as autoridades diocesanas na sua busca pelo disciplinamento social pós-tridentino das ordens regulares femininas, embora não tenhamos entrado, neste trabalho, no debate sobre o poder político que os mosteiros femininos sem dúvida exerceram e gostariam de alargar.

Pelo menos no caso que aqui nos ocupa, parece intuir-se que o suposto rigor da atuação quotidiana das monjas, sempre zelosas da imagem que projectavam para o exterior para proteger a sua boa reputação e honra, como resposta à imagem de relaxamento ou depravação que por vezes se lhes dava, não parecia cumprir-se de forma completa entre o clero feminino de Braga. Neste sentido, ao longo dos mais de dois séculos estudados, são constantes os apelos para que cumpram as suas obrigações religiosas. E isto numa documentação destinada ao «consumo» interno, que não estava à disposição da população secular. Mas as autoridades pastorais insistiam também na necessidade de dar uma boa imagem para o exterior, de modo a ser um espelho de comportamento.

Se considerarmos a insistência e a repetição (tanto nas visitas como nas devassas) que encontramos ao longo dos anos de certos preceitos para disciplinar o comportamento das monjas, podemos supor que muitas dessas questões não foram cumpridas. De facto, isso é algo que por vezes vemos nas próprias visitas e, logicamente, nas devassas. Afinal, quando os factos eram considerados graves, tinham de ser verificados através desta operação. E, como bem salientou Maria Marta Lobo de Araújo (2014, p. 30), um elevado número de devassas atestaria a desordem que reinava em determinados momentos.

Para já, tudo leva a crer que a freira imaginada pela regra não correspondia à realidade do seu tempo, mesmo antes da lenta agonia final das congregações em finais do século XVIII, quando o modelo desenhado em Trento para os mosteiros já estava totalmente desfigurado (Caldeira, 2021, p. 13). No entanto, a falta de visitas e devassas conservadas, bem como a inexistência de dados sobre as penas ou castigos impostos nas consultadas até ao momento, dificulta a elaboração de um quadro plausível das consequências que poderiam resultar do afastamento da norma.

Fontes e Bibliografia

Araújo, M. M. L. (2014). *Memória e quotidiano: as visitas e as devassas ao hospital de S. Marcos de Braga na Idade Moderna*. Santa Casa de Misericórdia de Braga.

Atienza López, Á. (2018). Autoridad moral y resistencia ejemplar. La defensa del orden y la soberanía en los claustros femeninos. Em Á. Atienza López (Ed.), *Mujeres entre el claustro y el siglo. Autoridad y poder en el mundo religioso femenino, siglos XVI-XVIII* (pp. 103-123). Silex Ediciones.

Bluteau, R. (1713). *Vocabulario portuguez & latino*. Vol. III. Collegio das Artes da Companhia de JESU.

Bluteau, R. (1720). *Vocabulario portuguez & latino*. Vol. VI. Officina de Pascoal da Sylva.

Braga, I. M. R. M. D. (2010). Vaidades nos Conventos Femininos ou das Dificuldades em deixar a Vida Mundana (séculos XVII-XVIII). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 10, Tomo I, 305-322.

Caldeira, A. M. (2021). *Mulheres enclausuradas. As ordens religiosas femininas em Portugal nos séculos XVI a XVIII*. Casa das Letras.

Candáu Chacón, M. L. (2018). «Que no quería ser monja»: el rechazo a la vida conventual en la Sevilla moderna. Em Á. Atienza López (Ed.), *Mujeres entre el claustro y el siglo. Autoridad y poder en el mundo religioso femenino, siglos XVI-XVIII* (pp. 287-308). Silex Ediciones.

Candáu Chacón, M. L. (2022). Adoctrinando mujeres en la España Moderna. *Investigaciones Históricas. Época moderna y contemporánea*, 42, 9-44.

Candáu Chacón, M. L. (2024). Conflictos, insumisión, resistencia y rebeldía en los conventos de monjas. Fuentes, método, propuestas y resultados de investigación desde la historia de las emociones. *Espacio, tiempo y forma. Serie IV, Historia Moderna*, 37, 175-200.

Catecismo regular para instrucción de religiosas en su estado. Igualmente puede servir a los religiosos. (1817). Puerto de Santa María.

Conde, A. F. (2013). La dote monástica en las comunidades religiosas femeninas de Évora en el periodo post-tridentino. *Investigaciones Históricas. Época moderna y contemporánea*, 33, 13-36.

Diccionario de Autoridades. Tomo tercero. (1732). Madrid.

Ferreira, R. (2014). O legado do extincto Convento de Nossa Senhora da Piedade e dos Remédios. *Misericórdia de Braga*, 10, 93-130.

Lopes, M. A. (2017). Estereótipos de "a mulher" em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro). Em M. A. Rossi (a cura di), *Donne, Cultura e Società nel panorama lusitano e internazionale (secoli XVI-XXI)* (pp. 27-44). Viterbo.

O sacrosanto e ecumenico Concilio de Trento em latim e portuguez. (1781). Lisboa.

Silva, R. M. A. (2011). *Casar com Deus: vivências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna* [Tese de Doutoramento, Universidade do Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho. https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19715

Conhecimento científico e práticas agrícolas nos mosteiros beneditinos a norte de Portugal (sécs. XVI-XIX)

Scientific knowledge and agricultural practices in Benedictine monasteries in northern Portugal (16th-19th centuries)

Anabela Ramos
Património Cultural, I.P.
anabelaramos@patrimoniocultural.gov.pt
ORCID: 0000-0003-3953-1805

Bracara Augusta, 132 (2025), 139-161| ISSN 0006-8640
DOI: https://doi.org/10.82564/revistabracaraaugusta.v72i132%20(145).7

Resumo // O presente trabalho visa analisar as mudanças agronómicas que aconteceram nos mosteiros beneditinos, localizados a norte do país, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Depois de instituída, em 1567, a Congregação de São Bento de Portugal, unindo os vinte e dois mosteiros beneditinos masculinos existentes em Portugal, observa-se uma nova organização e gestão da propriedade, que foi impulsionada pelo conhecimento científico que ia chegando às bibliotecas destes mosteiros. Vai-se verificar um alargamento das propriedades de administração direta (quintas, devesas e cercas monásticas), aumentando significativamente a terra arável para produção própria. Nestas, e noutras de administração indireta, vão procurar manter uma prática agronómica inovadora, fazendo grandes investimentos agrícolas e tecnológicos para melhorar e aumentar a produção.
Para todos estes empreendimentos e inovações foi muito importante a atualização constante que foram fazendo através da aquisição de livros sobre estas temáticas. Tratados de agronomia e de botânica, livros de instrução e outra bibliografia relacionada, foram adquiridos e guardados nas suas bibliotecas, chegando hoje até nós através dos catálogos ainda existentes. Livros que importa conhecer e analisar.

Palavras-Chave:
Agricultura, Beneditinos, Bibliotecas monásticas, Mosteiro de Tibães, Ordem de São Bento.

Abstract // This paper aims to analyse the agronomic changes that took place in the Benedictine monasteries located in northern Portugal, during the 16th, 17th and 18th centuries. After the Congregation of Saint Benedict of Portugal, was established in 1567, uniting the twenty-two male Benedictine monasteries, a new organisation and management of property emerged, driven by the scientific knowledge reaching the monasteries' libraries. There will be an increase in properties managed directly (farms, monastic enclosures, and other fields), resulting in a significant expansion of arable land for self-production. In these and other indirectly administered lands, efforts will be made to maintain innovative agronomic practices, making significant agricultural and technological investments to improve and increase production.
For all these efforts and innovations, it was crucial to continually update their knowledge by purchasing books on these subjects. Agronomy and botany treatises, instructional books and other related works were purchased and kept in their libraries, reaching us today through the catalogues that still exist – books that essential for understanding and analysis.

Keywords:
Agriculture, Benedictines, Monastic libraries, Monastery of Tibães, Order of St. Benedict.

Esta investigação foi também desenvolvida no âmbito do Reseed Project, da Universidade de Coimbra, no contexto de um protocolo de colaboração existente entre o Património Cultural, I.P. e aquela Universidade.
This research was also developed within the scope of the Reseed Project, of the University of Coimbra, in the context of a collaboration protocol existing between Património Cultural, I.P. and that University.

Introdução

Depois de instituída a Congregação de São Bento, em 1567, que impôs uma nova organização da propriedade de cada mosteiro e uma gestão mais controlada, a partir da casa mãe e das decisões capitulares, os mosteiros beneditinos portugueses localizados a norte do país, nos séculos seguintes e até à extinção em 1834, procuraram manter uma prática agrícola inovadora nas suas cercas monásticas e nos terrenos que detinham por domínio direto.

Fizeram grandes investimentos agrícolas e tecnológicos para melhorar e aumentar a produção de cereais, vinho e azeite, três alimentos fundamentais para a alimentação e, no caso do azeite, também para a iluminação. Introduziram também novas plantas e diferentes variedades de árvores de fruto. Esses investimentos foram visíveis na ação de alguns monges, os chamados monges agrónomos, que lideraram processos de arroteamento com plantações associadas de olivais, vinhas e pomares, assim como na construção de lagares de azeite, moinhos e toda a tecnologia ligada à produção e conservação do vinho (Oliveira, 2013, vol. 1, pp. 220-239; Oliveira, 2014; Marques, 2011).

Para todos estes empreendimentos e inovações agrícolas foi muito importante a atualização científica que fizeram constantemente, através da aquisição de livros sobre estas temáticas. Tratados agrícolas, livros de botânica e outra bibliografia agronómica foram adquiridos e guardados nas suas bibliotecas, chegando até nós através dos catálogos aí existentes e das listas de inventário, aquando dos processos de extinção realizados em 1834. No caso da biblioteca do Mosteiro de Tibães, damos especial atenção aos livros existentes na chamada estante de «história natural, agricultura e economia rústica», que faz parte do catálogo realizado em 1797-1798 pelo monge, e depois cardeal-patriarca de Lisboa, Frei Francisco de São Luís.

Neste sentido, o presente artigo divide-se em duas partes. Na primeira procura-se perceber as alterações, ao nível da propriedade, que se seguiram à criação da Congregação de São Bento de Portugal e de todas as inovações realizadas, dando-se conta da introdução de novas plantas e novas práticas agrícolas. Seguidamente, analisam-se os tratados agrícolas e botânicos adquiridos pelos monges beneditinos e que estiveram na base de todo o desenvolvimento agrário que se verificou.

1. Os mosteiros beneditinos e uma nova organização da propriedade

1.1. A congregação de São Bento de Portugal

Partiu do Concílio de Trento (1545-1565) uma nova organização dos mosteiros, que garantisse uma melhor gestão e um mais adequado acompanhamento espiritual dos monges. No caso particular dos mosteiros masculinos beneditinos, então sob a alçada de abades comendatários que não residiam no mosteiro, verificava-se um certo abandono das comunidades monásticas e falta de investimento, quer nos edificados, quer na gestão das suas propriedades agrícolas. Aqueles abades arrecadavam a maior parte das suas rendas, deixando as comunidades entregues a si mesmo e sem grandes recursos económicos.

A decisão conciliar vai no sentido de acabar com os abades comendatários, determinando «que todos os mosteiros (...) estejam obrigados a juntar-se a Congregações dentro de um ano contado desde o fim do presente Concílio, e depois de três em três anos» (Ramos & Oliveira, 2003, p. 53). Para ajudar a concretizar este objetivo é determinada, por parte de D. Sebastião e do cardeal Alberto, então legado apostólico, entre 1564-1565, uma visitação aos mosteiros beneditinos portugueses, que avaliasse o estado em que se encontravam. O escolhido para esta missão foi o beneditino Frei Alonso de Zorrilha, representante de Carlos V no Concilio de Trento e, mais tarde, abade geral da Congregação de Castela. As conclusões que retirou foram arrasadoras, constatando a existência de mosteiros arruinados, relaxação dos hábitos monacais e «monges tiranizados por el comendatário» (Zaragoza Pascual, 1981, pp. 275-290).

É neste contexto, e na observância dos decretos tridentinos, que se inicia o processo de criação da «Congregação dos Monges Negros da Ordem de S. Bento de Portugal» (Dias, 1993, pp. 95-124). Processo que se conclui em 1567, com a escolha do Mosteiro de Tibães para casa-mãe de um conjunto de 22 mosteiros e duas casas menores (S. João da Foz do Douro e o Hospício de Braga), e, a partir de 1580, incluindo, também, a província beneditina do Brasil, que chega a ter 13 mosteiros, autonomizando-se em 1827. Deste vasto conjunto monástico fazem parte 17 mosteiros a Norte do Douro, de fundação medieval, o Mosteiro de Cucujães, na região de Aveiro, o Colégio universitário de São Bento de Coimbra, o Mosteiro de Santarém e, na capital, o Mosteiro de São Bento de Lisboa e o Colégio da Estrela.

Nasce uma nova época que transformará os mosteiros beneditinos portugueses, unidos, a partir de agora, numa Congregação sob a direção de um abade geral, eleito, assim como todos os outros abades, visitadores e definidores, em capítulo geral da Ordem, celebrado de três em três anos no Mosteiro de São Martinho de Tibães.

Doravante a Regra de São Bento deixa de ser o único quadro legal para orientação quotidiana dos monges. Definem-se, logo em 1590, as primeiras *Constituições Monásticas*, texto que vai ter uma nova redação, mais completa e alargada, em 1628. Estabelece-se um novo cerimonial monástico, faz-se um plano de estudos e instituem-se visitações regulares a cada cenóbio.

1.2. A reorganização do espaço agrícola dos mosteiros

Perante este novo quadro o monge beneditino tem garantida a sua formação intelectual e espiritual e cada mosteiro pode agora dispor da totalidade das suas rendas para benefício próprio. Assiste-se, por isso, ao longo do século XVII, à renovação e ampliação das igrejas e dos edificados; à aquisição de quintas e propriedades de administração direta e ao alargamento das cercas monásticas, que conduzem a um aumento significativo de terra arável para produção própria. Também se observa o aumento de terras de administração indireta e, necessariamente, à aplicação de novas técnicas e melhoramentos agrícolas, que irão conduzir a um aumento de produção de bens, para sustento das comunidades e para venda ao exterior.

Logo no primeiro capítulo, em 1570, se decide que «nas casas donde se poder fazer tombo da fazenda de raiz dos mosteiros porquanto hay muytas herdades sonegadas, vendidas e tomadas com muyto perjuyzo dos mosteyros, se fação desta maneira que todos os campos se meção a corda e vara (...)»[1]. A necessidade de avaliar a propriedade de cada mosteiro está aqui bem evidente. Por outro lado, nos primeiros anos do século XVII a informação disponível dos relatórios trienais também nos vai informando da aquisição de novas propriedades, a construção de muros para as proteger e a redefinição das áreas das cercas monásticas.

Assim aconteceu no Mosteiro de Tibães. Em 1614 registou-se a compra da «Quinta de Mire por cento cincoenta e hum mil reis» e a execução dos «muros exteriores da cerca», assim como a reforma dos «velhos interiores»[2]. O mesmo se verificou em outras propriedades, aumentadas e transformadas em quintas ou novamente cercadas: a quinta da Eira, anexa à cerca monástica, a quinta do Anjo e das Barrosas, todas compradas no triénio de 1623-25, e a quinta de Pedroso, comprada em 1680 (Oliveira, 2013, vol.1, pp. 61-62). No final do século XVII, este mosteiro totaliza a posse

[1] Arquivo do Mosteiro de Singeverga (doravante AMS), Mosteiro de São Martinho de Tibães (doravante MSMT), *Livro dos capítulos gerais*, cx. 14, lv. 15, p. 17.

[2] Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), Congregação de São Bento (doravante CSB), *Estados,* 38.

de cinco quintas de administração direta[3], todas na área do couto de Tibães, várias tomadias de terrenos de mata nas imediações do mosteiro, inúmeras azenhas, moinhos e pesqueiras no rio Cávado (Oliveira, 2013, vol.1, pp. 51-75) e a sua Cerca aumentada e novamente murada[4].

No Mosteiro de Carvoeiro registou-se, em 1632, a construção «de novo toda a Serca do mosteiro com muro de catorze palmos de alto e de comprido dozentas e cincoenta e duas braças»; a obra de «outra serca de novo assima da portaria do mosteiro com muro de nove palmos em alto, e cento e sesenta braças de comprido carcando-sse com elle a deveza qua já ahi estava posta»; e, ainda, a vedação de toda a «quinta de Santa Anna com muro de catorze palmos de alto e tem em redondo dozentas e sesenta e cinco braças»[5].

Na linha do rio Douro, em Alpendorada, observa-se, no triénio de 1626-29, a compra da «Quinta de Porraes», junto ao mosteiro, e de metade da «Quebrada de Valverde». No triénio seguinte «desfizerão-se duas pedreiras na serca da vinha ficando terra frutífera o que dantes era fraga e os matos dos bacellos rompeos com muitos gastos, e ficarão terras de pão que se semeão todos os anos»[6].

No litoral, onde Tibães detinha o couto da Estela, e onde se localizava o Mosteiro de São Romão de Neiva, foram também efetuadas inúmeras arroteias, contenção das dunas, envolvendo as comunidades na plantação de pinheiros, e drenagens de pântanos de modo a tornar os terrenos cultiváveis. Nesta área foi determinante a ação de Frei João Baptista do Desterro (1760-1810), um monge agrónomo que, a partir do conhecimento científico existente nas bibliotecas de Tibães e São Romão de Neiva, pôs em prática procedimentos verdadeiramente notáveis, alterando definitivamente a paisagem e a agricultura da região (Lopes, 2023).

Com todas estas, e outras, aquisições, arroteias, abertura de minas de água[7], drenagens de novos terrenos para cultura, devidamente cercados e dotados dos mais atualizados quesitos para uma racional exploração agrícola, como a água, o estrume, os acessos e os apoios agrícolas, os mosteiros beneditinos vão tornar-se grandes e modelares proprietários rurais. Vão adotar novas técnicas de fertilização, introduzir novas plantas, adquirir sementes noutras regiões, implementar as tecnologias mais recentes nos sistemas de moagem, fabrico de azeite e drenagem de terrenos, «promovendo uma melhor e mais moderna exploração» (Oliveira, 2013, vol. 1, p. 75).

---

[3] No primeiro triénio do século XVIII irão ainda adquirir a quinta da Amieira, logo abaixo da cerca, e a quinta do rio (1731-1734), junto ao Cávado, onde se irá construir uma casa de recreio (Oliveira, 2013, p. 74).

[4] A cerca de Tibães, com cerca de 40 hectares, foi alargada em 1619 (Ramos, 2009, p. 181). Para um enquadramento deste espaço veja-se: (Mata & Costa, 1998; Costa, 2002; Dias, 2010, pp. 9-74).

[5] ADB, CSB, *Estados,*123.

[6] ADB, CSB, *Estados*, 101.

[7] Tibães vai, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, explorar várias minas de água na cerca monástica: mina de São Bento, da Cabrita, da Preguiça, das Aveleiras, do Moinho da água e do Pevidal (Pereira, 2010, pp. 63-79; Chaminé et al., 2017). Era também servida por águas vindas de uma mina existente na quinta do Anjo.

1.3. Novas tecnologias e novas plantações

Observando de perto algumas ações dos monges beneditinos percebemos que as grandes preocupações estão ao nível da vinha, da oliveira e da fruticultura. A produção de cereais, com o milho maís a tornar-se extensivo em toda a região, pelo contrário, não registou crescimento nas propriedades de domínio direto de Tibães, porque as rendas provenientes dos foreiros aumentaram consideravelmente nos séculos XVII e XVIII (Oliveira, 2013, p. 204).

Vão, sim, apostar na produção de vinho de melhor qualidade pois as *Constituições Monásticas*, aprovadas em 1628, determinavam que se bebesse vinho maduro no refeitório. Tal medida não ia ao encontro da produção exclusiva de vinho verde no Entre Douro e Minho, onde se localizavam a maioria dos mosteiros. Sobre este assunto os trabalhos de Aurélio de Oliveira (2013, 2014, 2016) e Gonçalo Maia Marques (2011) esclarecem que se observa, em todos os mosteiros, um grande esforço na plantação de novas vinhas em locais privilegiados, sendo comuns as referências a «vides das melhores castas», «viveiros de vides» e a uma prática generalizada da enxertia.

Todo este esforço torna-se visível na qualidade dos vinhos de Basto (Oliveira, 2016, pp. 129-143) e, em Tibães, na produção de uma ou outra vinha com vinho de melhor qualidade que se destinava a ser consumido no refeitório, como é o caso de um registo, de 1665, em que se anotou a existência na adega de «3 pipas de vinho verde para o convento e 12 pipas de vinho verde para os criados» (Ramos & Claro, 2013, p. 81). Regista-se inclusive, na cerca de Tibães, a plantação de vides do Douro, 1783-85 e em 1792-94, numa tentativa clara de melhorar a qualidade do vinho que se servia no refeitório (Marques, 2011, pp. 138-140).

Vão igualmente difundir a plantação de oliveiras e construção de lagares de azeite, sendo responsáveis, juntamente com outros mosteiros beneditinos, pela difusão da oliveira na linha a Norte do Douro. Logo nos inícios do século XVII, o Mosteiro de Tibães tem, já, em laboração dois lagares de azeite e nos finais do século assiste-se ao aumento da capacidade das caldeiras, o que denuncia o incremento da produção (Oliveira, 2013, vol. 1, p. 240). O plantio de oliveiras e a renovação dos olivais já existentes foi uma constante ao longo dos séculos XVII e XVIII, assim como a construção e renovação de novos lagares (Oliveira, 2013, vol. 1, pp. 239-246). No triénio de 1795-98, em Tibães, entre várias construções na cerca, vai-se destacar «o engenho de azeite conforme o methodo do Dollabela com huma grande tulha feita por hum lado de perpeanho toda lageada de cantaria, e as paredes forradas de madeira para evitar a corrupção da azeitona»[8]. Uma referência direta a um livro que fazia parte da biblioteca, como veremos adiante,

No que respeita à produção de fruta assiste-se a uma renovação constante das variedades de fruteiras, em especial laranjais e pomares de macieiras e pereiras, cuja

[8] ADB, CSB, *Estados*, 113.

fruta se conservava ao longo de todo o Inverno. Fazem-se novas arroteias e socalcos, introduzem-se novos métodos de plantação e enxertia, com partilha de enxertos entre os vários mosteiros, constituição de viveiros e aquisição de novas variedades, como a laranjeira da china, o limão doce e o coqueiro (Peixoto, 2024, p. 138; Oliveira, 2013, p. 255). É exemplo, no triénio de 1656-1659, na cerca de Tibães, a «grande cantidade de enxertos com que ficão os pumares reformados de todas as fruteiras que pudião ter»[9]; em 1792-1795, no mesmo local, «junto à capella de S. Bento (...) se plantou hum grande pomar de pereiras e macieiras postas à corda não só para formuzura do mesmo pomar, mas tãobem para ser vadeada dos ventos, e do sol»[10]. Em Pombeiro, entre 1729-1732, «fizerão-se quantidade de enxertos de variadades de frutas, e plantarão-se também quantidade de arvores, principalmente pereiras com que daqui a poucos anos se vera este mosteiro com abundância de varias frutas»[11]. Em Bustelo, entre 1804-1807, fizeram-se socalcos e «se augmentarão muito os pomares, fazendo-se de novo à corda hum de pereiras, no que tudo se plantarão cento e quarenta e seis enxertos e alem das muitas larangeiras, limoeiros, serdeiras e pessegueiros»[12].

Aurélio de Oliveira demonstra-nos que, em Tibães, na década de 60 e 70 do século XVIII, se valorizou bastante a fruticultura com a reforma e plantação de vários pomares, novos arroteamentos e vedações, ação que continuou até ao final do século (Oliveira, 2013, vol. 1, pp. 246-254). Estas práticas são visíveis também noutros mosteiros e justificam a edificação de uma casa especificamente para guardar a fruta. Em Tibães e em Bustelo[13] edificou-se no triénio de 1764-1767; em Refojos de Basto temos conhecimento dela em 1725-1728[14]; em Pombeiro no triénio de 1804-1807[15].

Quanto às hortas observa-se a melhoria das condições de cultivo com definição de socalcos e talhões específicos, novas técnicas de fertilização, abertura de minas de água e, acima de tudo, a aquisição de novas sementes, naturalmente mais produtivas e resistentes. Assim, em Tibães, entre 1725-1728, «rompeu-se a mayor parte do melhor pano da horta que dantes era infrutifero por não ter mais que hum palmo de altura de terra, e tudo por baixo era pedra»[16]; Pombeiro fez, em 1759-1761, «hum socalco na horta, em utelidade grande das hortelices, e fruteiras»[17]; Paço de Sousa, em 1804-1807, edifica também um muro «para maior resguardo das frutas, e ortalices»[18].

Na aquisição de sementes assiste-se a uma constante compra de várias sementes, de legumes frescos e secos, referindo-se, em alguns casos e em vários mosteiros, as cidades de Coimbra e Lisboa, sinal claro da procura das melhores variedades. Da-

[9] ADB, CSB, *Estados*, 112.
[10] ADB, CSB, *Estados*, 113.
[11] ADB, CSB, *Estados,* 121.
[12] ADB, CSB, *Estados,* 128.
[13] ADB, CSB, *Estados,* 128.
[14] ADB, CSB, *Estados,* 132.
[15] ADB, CSB, *Estados,* 122.
[16] ADB, CSB, *Estados,* 112.
[17] ADB, CSB, *Estados,* 121.
[18] ADB, CSB, *Estados*, 100.

mos ênfase à compra que Tibães fez em 1704, de «favas e sementes de espinafres e tronchudas que vierão de Coimbra e carreto 2020 reis»[19]; também em julho de 1786 comprou:

> (...) seis onças de semente de repolho grande – 340; e por seis onças de saboya 420; e por hua onça de saboia verde 70; e por seis de couve tronchuda aza de centro – 340; e por coatro de couve morciana – 920 e por duas de couve lombarda – 200; e por duas de couve flor – 800 ; e por duas de couve bruculo – 360 reis; e por duas de couve navo sobre a terra – 200 reis; e – por hua de couve de christo – 240 reis; e por duas de chicória – 60, e por três de espinafres – 120 – 4070 reis. Dei pella condução das ditas sementes – 80 (...)[20].

No mês de dezembro de 1819, gastou 3279 reis em «sementes de hortaliça que vierão de Lisboa»[21]. Da mesma forma, São Romão de Neiva regista a compra, em agosto de 1753, de «hum cartuxo de semente de tronchuda que veio de Lisboa»[22].

A compra de «três razas de castanhas da Índia», em março de 1774[23], e de «dous alqueires de batatas», em março de 1797[24], deixa-nos a dúvida se não se andaria por estes anos e experimentar a plantação destas novas variedades, tão bem descritas em alguns dos livros adquiridos para a biblioteca.

Finalmente, destaque-se a promoção de novas pastagens com uma aquisição constante de erva molar, azevém, serradela e língua de ovelha[25] e grandes obras na construção de prados artificiais (Oliveira, 2013, pp. 264-265) que sustentavam os animais que a abadia necessitava.

2. O conhecimento científico constante das bibliotecas monásticas

Depois de instituída a Congregação, as bibliotecas começaram a emergir de forma organizada dentro dos espaços monásticos. As *Constituições* de 1628 assim o determinam, mandando que «em cada mosteiro aja hua livraria que será tratada com muita coriosidade e concerto»[26]. Em Tibães, não temos conhecimento do espaço

[19] ADB, CSB, *Livro de gasto da casa*, 271, fl. 99v.
[20] ADB, MSMT, *Livro de gasto da casa*, 681, julho.
[21] ADB, MSMT, *Livro de gasto da casa*, 692.
[22] ADB, Mosteiro de São Romão de Neiva, *Livro de gasto da casa,* 116.
[23] ADB, MSMT, *Livro de gasto da casa*, 677. Assim era designada por esta altura a batata solanácea (Tavares & Lopes, 2020, pp. 65-78).
[24] ADB, MSMT, *Livro de gasto da casa*, 684.
[25] Registos da compra de semente destas ervas são muito comuns nos livros de gasto da casa do século XVIII.
[26] ADB, *Coleção de manuscritos,*159, p. 253.

dedicado à biblioteca até 1701, quando terminam as grandes obras de edificação do novo mosteiro. Todavia, Marceliano de Ascensão[27] vai-nos descrever a nova livraria, edificada entre 1701 e 1704, como tendo «huas nobres estantes de pao de Brasil». Livraria esta que o mesmo classifica como «a melhor que se encontra em todas as comonidades religiosas da província do Minho, e no número de livros e qualidade destes he das melhores». Passou a ocupar um lugar nobre no Mosteiro, mesmo ao lado da sala do capítulo, e estava virada a sul, bem iluminada e arejada por três janelas com vidraças.

Ao longo do século, este espaço, vai-se apetrechar com tudo o necessário para guardar e consultar os livros. Observamos a existência de um instrumento de descrição para o registo e controlo das obras existentes, elaborado em 1743[28], e, percebemos, por um inventário de 1750, que apenas quatro pessoas tinham acesso direto à biblioteca, sendo entregue a cada um sua chave: o abade geral, o padre prior, uma terceira ficava a cargo do padre bibliotecário e a última com o padre procurador (Mata & Ramos & Soares, 2000, p. 70).

Na década de 80 vão aqui ser empreendidas novas obras de remodelação e ampliação com novas estantes e novos catálogos de manuscritos e impressos. Entretanto esta biblioteca tinha recebido, em 1772, o privilégio real de poder ter livros proibidos, resultado provável da presença de dois monges beneditinos na Real Mesa Censória, instituída em 1768 pelo marquês de Pombal. Foram eles Frei João Baptista Caetano e Frei Francisco de São Bento, cronista da Congregação entre 1761 e 1768 (Monteiro, 2007, p. 79). Este estatuto, sobremaneira importante, fez apertar as regras de segurança no acesso aos livros, tendo sido colocadas grades nas janelas exteriores, viradas à Cerca. Contudo, permitiu a aquisição de modernas edições em voga na europa.

Pelos finais do século, entre 1797 e 1798, Frei Francisco de São Luís, mais tarde cardeal Saraiva, vai dar corpo a um novo índex dos livros impressos sistematizando a descrição das obras segundo as matérias, facto que implicava cultura e conhecimentos bastantes para poder situar um livro dentro de determinada temática[29].

2.1. A estante de «história natural, agricultura e economia rústica»

De todas as bibliotecas monásticas beneditinas apenas os catálogos da biblioteca de Tibães chegaram até nós. Das restantes conseguimos obter algumas informações das listas de livros existentes nos processos de extinção, realizados em 1834.

[27] AMS, Ascenção, Marceliano de. *Crónica do antigo real e palatino mosteiro de São Martinho de Tibaens desde a sua primeira fundação athe ao presente,* 1745. cx. 16, lv. 19, fls. 503-504.

[28] Trata-se do *Index Bujus Bibliothecae*, elaborado em 1743, agora à guarda do ADB, *Colecção de manuscritos*, 748.

[29] ADB, *Coleção de manuscritos*, 950.

Com base nestas fontes, fomos tentando perceber os livros que as diferentes comunidades monásticas iam adquirindo para as suas bibliotecas e a importância que eles tinham em todas as ações de melhoria da produtividade que temos vindo a elencar.

No «Index da livraria de Tibães», concluído em 1798[30], Frei Francisco de São Luís, integra uma nova estante na Classe III – «Sciencias e Artes», denominando-a por «história natural, agricultura e economia rústica». Aqui vai incluir tratados sobre conchas e pássaros, história dos animais, um tratado sobre pedras preciosas, várias histórias naturais, entre elas os vinte e sete volumes da enciclopédica *Histoire naturelle génerale et particuliére,* da autoria de Georges-Louis Leclerc (1707-1788); e vários outros livros, alguns também de caracter enciclopédico, sobre agricultura e botânica.

Todo este conhecimento chegava a estes mosteiros por ação de alguns abades que se preocupavam em prover as bibliotecas com os livros e as revistas mais atualizadas, fazendo circular entre eles as novas ideias que emergiam na Europa Central (Ramos, 2007, pp. 86-87). Ademais, sabe-se que os livreiros que forneciam Tibães eram quase todos franceses, da região do Delfinado (zona de Lyon), estabelecidos em Lisboa desde os inícios do século XVIII. São eles João José Bertrand, João Baptista Reyced, Claude Du Beux e José Agostinho Borel. Eram, portanto, homens que a partir do centro europeu asseguravam a chegada a Portugal dos mais recentes tratados sobre ciência, direito e história (Monteiro, 2007, pp. 83-85). Razão pela qual a presença de livros franceses desta estante é predominante. Por outro lado, tendo a Congregação de São Bento um colégio universitário em Coimbra, com vários dos seus elementos a usarem o capelo, a atualização científica também chegava por esta via.

A partir destas fontes podemos perceber que, desde o século XVI, os monges beneditinos estiveram na vanguarda do conhecimento científico que circulava pelo país, crucial para todo o desenvolvimento agrícola que foram patrocinando nas suas quintas e cercas monásticas.

Olhemos, então, alguns desses livros, em particular as melhores publicações espanholas, francesas e portuguesas.

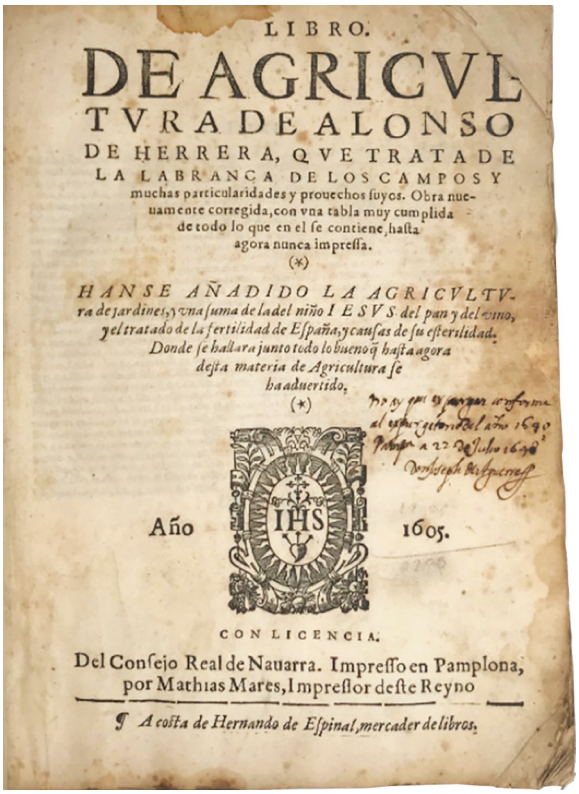
2.1.1. Livros espanhóis

Herrera, Gabriel Alonso. *Libro de Agricultura*. Pamplona, 1605

Esta obra encontra-se já registada no catálogo de 1743[31]. Não sabemos quando foi adquirido, mas a data da edição deixa-nos muita certeza de que tenha chegado a Tibães logo nos inícios do século XVII, quando a comunidade estava a reorganizar a propriedade de exploração direta e a tomar medidas para aumentar e melhorar a produção. Nesta época evidenciou-se o abade Frei António dos Reis (1614-1616) que

[30] ADB, *Coleção de manuscritos*, 950.
[31] ADB, *Coleção de manuscrito*, 748, fl. 4v.

Figura 1. Página de rosto da obra *Libro de Agricultura*. Edição de 1605


LIBRO.

DE AGRICVL-
TVRA DE ALONSO
DE HERRERA, QVE TRATA DE
LA LABRANÇA DE LOS CAMPOS Y
muchas particularidades y prouechos suyos. Obra nueuamente corregida, con vna tabla muy cumplida de todo lo que en el se contiene, hasta agora nunca impressa.
(*)

HANSE AÑADIDO LA AGRICVLTVra de jardines, y vna suma de la del niño IESVS del pan y del vino, y el tratado de la fertilidad de España, y causas de su esterilidad. Donde se hallara junto todo lo bueno q̃ hasta agora dela materia de Agricultura se ha adueritido.
(*)

IHS

Año 1605.

CON LICENCIA.

Del Consejo Real de Nauarra. Impresso en Pamplona, por Mathias Mares, Impressor deste Reyno

¶ A costa de Hernando de Espinal, mercader de libros.

Aurélio de Oliveira (2013, vol.1, p. 240) considera «um notável monge-agrónomo a quem a terra da Abadia e do vale do Cávado muito devem».

Obra publicada em 1513, em pleno Renascimento, a pedido do cardeal Cisnero (1436-1517), arcebispo de Toledo, inquisidor geral de Castela e membro do Conselho Real, foi o primeiro tratado agrícola escrito em língua vulgar, e não no clássico latim, com uma evidente clareza expositiva, tornando-se acessível aos agricultores e divulgado por toda a Europa. Tornou-se, por isso, o melhor tratado de agricultura que circulava por todo o continente, sendo sucessivamente reproduzido até ao século XIX, com edições atualizadas, incorporando novas técnicas de cultivo para aumento da produtividade. Em Espanha teve 14 edições no século XVI, cinco no século XVII e três no século XVIII. Foi ainda traduzido para o latim em 1557, para o francês e teve sete edições em italiano (Baranda, 1989).

Valcárcel, José Antonio. *Agricultura general Y gobierno de la casa de campo*. Valência, 1765-1795, 10 vols.

José Antonio Valcárcel foi um agrónomo espanhol (1720-1801) que exerceu, ao longo da vida, vários cargos e ocupações relacionadas com a promoção agrícola, em especial na região de Valência. A sua grande obra é a *Agricultura general...*, publicada ao longo de trinta anos, apresentando, logo no primeiro volume, um longuíssimo subtítulo que lhe atribuía um carácter enciclopédico no que toca à agricultura. Nela, o autor vai importar as novidades agronómicas holandesas, britânicas e francesas, assim como se deixa influenciar, diretamente, pela obra de Thomas Hale, *A compleat body of husbandry. Containing the Rules for performing (...) the whole Business of the Farmer and a Country Gentleman*, editada em Londres, em 1756 (Cervera Ferri, 2007, pp. 11-29).

Os beneditinos de Tibães vão comprar os primeiros cinco volumes, editados entre 1765 e 1770, e aqui vão colher as modernas técnicas agronómicas aplicadas ao cultivo**,** entre outras, do trigo, da vinha e da oliveira, plantas a que davam tanta importância e que nunca desistem de melhorar na qualidade e na produção.

2.1.2. Livros franceses

L´école du jardim potager. Paris, 1752, 2 vols.

Esta obra apresenta-se com um subtítulo longo que, logo à partida, nos informa do seu caracter enciclopédico no que diz respeito às plantas da horta:

> (...) que compreende a descrição de todas as plantas da horta, a qualidade da terra, os climas mais adequados, as cultura que elas exigem, as suas propriedades para a vida e saúde, os diferentes modos de se multiplicarem, o tempo para recolher as sementes e a sua duração, como preparar os estratos de terra, como criar cogumelos, etc. (...).

Está organizada como se fosse um dicionário, havendo um capítulo para cada planta desde as couves, às cenouras, espinafres, melões, etc. O autor descreve não só a forma como deve ser cultivada, mas, também, as suas propriedades medicinais. Tem ainda a interessante característica de se apresentar num formato «in 12», ou seja, é um pequeno livro de bolso que se podia levar para a horta.

Sendo a primeira edição de 1749, vai ser reeditado em 1752, 1780, 1794, 1807 e em 1822. Enquanto as cinco edições são meras reimpressões, a 6ª edição, de 1822, é corrigida e aumentada pelo agrónomo Louis François du Bois (1773-1855), então, membro de várias academias e sociedades agronómicas francesas.

Como o autor do livro é quase desconhecido, sendo referido na folha de rosto apenas como o autor do *Traité de la culture des pêchers*, editado em 1745, Du Bois vai

iniciar a sua edição dedicando-lhe uma pequena biografia (Du Bois, 1822, pp. V-XVI). Chama-lhe De Combles, dizendo que era natural de uma família nobre de Lyon, dos inícios do século XVIII, não adiantando nem a data de nascimento nem da morte. Esta mesma informação também não é confirmada pela Biblioteca Nacional de França quando faz a catalogação do livro. Considera-o um amante da jardinagem e do campo, dizendo que, para ele, a jardinagem era uma divertida ocupação dos seus tempos livres e a mais sólida da sua vida. Refere-o como um homem viajado, com boa educação e com bom conhecimento das línguas clássicas e inglesa. Sobre este livro diz, ainda, que é a mais conhecida e procurada das suas obras.

Esta interessante obra foi adquirida pelo Mosteiro de Tibães já na sua segunda edição, em 1752. O livreiro que a forneceu tinha, com certeza, indicações da sua utilidade e da sua popularidade. Com ela os beneditinos puderam melhorar as variedades existentes na horta, introduzir novas sementes de outras variedades e aumentar a produção de cada uma. Será, por isso, que observamos em alguns momentos a compra específica de sementes para a horta, vindas de outras localidades?

Ligier, Louis. *La nouvelle maison rustique*. Paris, 1768, 2 vols.

Quando o Mosteiro de Tibães adquire esta obra ela é, já, um grande sucesso editorial em França, tendo vindo a publicar-se desde 1700, com edições sucessivas, corrigidas e aumentadas. O seu autor, Louis Liger (1658-1717), é um agrónomo francês com uma vasta obra na área, tendo escrito livros sobre jardins e cavalos, bem como dois dicionários de economia rural. Inicialmente o livro é publicado sob o nome *Economie générale de la campagne ou nouvelle maison rustique*. Em 1721, aparece já denominado por *La nouvelle maison rustique ou Economie generale de tous les biens de Champagne*, e assim irá continuar até ao século XIX.

Trata-se de uma obra enciclopédica da vida rural e agrícola, tratando de todas as matérias da vida no campo de uma forma prática. Começa pela escolha dos terrenos e termina na colheita e na conservação. Vai dos jardins aos campos agrícolas, construção de lagos e lagoas, pesca e caça, incluindo criação de cães e falcões; criação de todo o tipo de aves, desde as criadas em pombais às de capoeira; e de todos os outros animais de quinta, incluindo abelhas; esclarece sobre as árvores de produção de fruta e árvores de jardim, dando relevo às podas e à construção de sebes e caminhos, através de ilustrações pedagógicas; dedica especial atenção à vinha, com todas as suas fases, começando na escolha do terreno e terminando no fabrico do vinho e de outras bebidas alcoólicas; e termina com um capítulo de receitas culinárias. Ao longo do texto não deixa, também, de falar da importância medicinal das plantas que vai apresentando. Os dois volumes incluem várias ilustrações onde se evidenciam as mais modernas estruturas e alfaias agrícolas, como estufas, armações para acondicionar os animais, ensinamentos de poda de árvores, edifícios, desenhos de jardins e cenas da vida campestre.

Todo o conhecimento aqui incluído, com certeza que constituiu um grande apoio para as modificações que a cerca monástica de Tibães sofreu ao longo do século XVIII, nomeadamente a plantação de pomares, olivais e a construção do lago nos finais do século XVIII.

Rozier, Jean-Baptiste François. *Cours complet d'agriculture: teórique, pratique,* économique *et de medicine rurale et vétérinaire ou dictionaire universel d'agriculture.* Paris, 1781-1800, 12 vols.

As linhas fisiocráticas que viam a agricultura como única fonte de riqueza, estão presentes nesta obra do abade de Rozier (1734-1793), publicada ao longo de dezanove anos, entre 1781-1800. Um conjunto de 12 volumes (nove dos quais escritos pelo autor), em forma de dicionário enciclopédico sobre o mundo rural, considerado o maior do seu tempo. Protagoniza uma nova agricultura, associando a botânica ao melhoramento de algumas práticas agrícolas, como os pousios e a rotação de culturas. Nas ilustrações que apresenta podem observar-se várias plantas e novas estruturas e alfaias agrícolas.

Rozier foi um botânico e agrónomo francês, que fundou a escola veterinária nacional de Lyon, onde foi professor de Botânica e Medicina, e um jardim botânico. Entre as várias obras que publica esta é, sem dúvida, o seu principal contributo para a agricultura europeia.

A importância científica deste dicionário leva a que seja traduzido e adaptado para o castelhano, entre 1798-1803, (Nunes, 2001, p. 245) e para o português, por Francisco Soares Franco, entre 1804-1806. Foi impressa em cinco volumes pela Universidade de Coimbra, com o título *Dicionário de Agricultura, extrahido em grande parte do Cours d'agriculture de Rozier, com muitas mudanças principalmente relativas à teoria, e ao clima de Portugal, e oferecido a sua Alteza Real, o Príncipe Regente* (Nunes, 2001, p. 85).

De toda esta coleção, o Mosteiro de Tibães adquire sete volumes em 1785, muito antes da publicação portuguesa. Uma obra que muito os deve ter ajudado na promoção e desenvolvimento agrícola, que estavam a fazer nas suas propriedades.

La botanique mise à la portée de tout le monde, ou collection des plantes d'usage dans la medicine, dans les alimens e dans les arts. Paris, 1774, 4 vols.

Trata-se de uma obra constituída por 469 gravuras, distribuídas em quatro volumes, das diversas espécies vegetais, desde ervas aromáticas e medicinais, legumes, cereais e árvores de fruto. Cada uma está acompanhada por uma página de texto com uma descrição botânica da planta, seguida das suas utilizações (alimentares e medicinais) incluindo ainda referências históricas. No topo da página inclui-se também uma identificação da planta, de acordo com os sistemas de classificação de Jo-

seph Pitton de Tournefort (botânico francês, 1656-1708), Michael Adanson (botânico francês, 1727-1806) e de Carl von Linée (botânico e zoólogo sueco, 1707-1778).

Todas as gravuras são coloridas à mão e da autoria do casal Regnault, Nicolas François e Geneviève Nangis, contendo uma imagem da planta com uma secção da raiz e pormenores das flores e frutos. Por baixo de cada imagem surge a identificação pelos nomes comuns em francês, latim, espanhol, inglês, italiano e alemão. As dimensões de cada uma são de 47 x 32 cm, o que lhe dá o atributo de obra de luxo, própria para se consultar no sossego de uma biblioteca.

Figura 2. ***Pomme de terre en la botanique mise à la portée de tout le monde*****, 1774**



Todavia, a importância deste conjunto de quatro livros não se fica só no formato e na qualidade da ilustração. Inclui informações botânicas atualizadas à época, insere já as plantas, que, entretanto, chegaram do Novo Mundo, entre outras, o milho, o tomate, o pimento, o ananás, o tabaco e as batatas doce e solanácea; dá, ainda, um destaque especial às funções medicinais de cada planta que descreve.

Uma obra que vamos também localizar no mosteiro de Alcobaça[32] e que constituiu, por certo, um manancial importante de informação, quer para encetar novas culturas, quer para melhoria da saúde e alimentação das comunidades monásticas.

2.1.3. Livros portugueses

Entre os livros portugueses destacamos as «Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, com aditamento de agricultura e artes», editadas entre 1789 e 1791, assim como as «Memórias da agricultura premiadas pela Academia real das Ciências de Lisboa», reunidas em dois volumes e editados entre 1787 e 1791.

[32] Os exemplares desta obra existentes na Biblioteca Nacional de Portugal ostentam um pertence deste mosteiro.

Também a obra de Tomás Sabatino Nirso «Instrução sobre o meio de cultivar as moreiras», editada em Lisboa em 1772, e existente, também, na biblioteca de São Romão de Neiva. Do mesmo modo registamos o «Discurso acerca do modo de fomentar a indústria do povo», traduzido do espanhol, publicado em Lisboa em 1778, que apresenta várias ideias para o desenvolvimento agrícola e industrial do país.

Para além destas, temos ainda a destacar:

Alarte, Vicencio. *Agricultura das vinhas e tudo o que pertence a ellas até perfeito recolhimento do vinho, & refação [sic] das suas virtudes, & da cepa, vides, folhas, & borras.* Lisboa, 1712.

O autor, Silvestre Gomes de Moraes, apresenta-se aqui com o pseudónimo Vicencio Alarte. Os beneditinos conhecem-no pelos dois nomes registando-os nas entradas alfabéticas do catálogo da biblioteca, realizado em 1787[33].

Sendo um pequeno livro, de tamanho «in 12», é, no entanto, dos mais completos publicados em Portugal sobre a cultura das vinhas. O autor disserta sobre todos os assuntos, desde a plantação de uma vinha, o tipo de terra, o bacelo e todos os cuidados que este deve ter e a utilidade ou não de plantar árvores nas vinhas; disserta, também, sobre a cava, a poda e a empa, as enxertias e a fertilização; sobre as doenças e o «esladroar», ou seja, tirar, no início do Verão, os chamados ramos ladrões. Das adegas e das vindimas, da separação de castas, da elaboração de uvas passas, das várias técnicas para melhorar o vinho. Finalmente, disserta sobre o vinagre, o arrobe e as borras de vinho.

Para quem, como os monges beneditinos, estavam a reformular toda a produção de vinho, especialmente a norte do Douro, onde se produzia vinho verde que não era permitido beber no refeitório, este livro revestia-se de enorme importância. Por isso, está presente na livraria de Tibães, mas, muito provavelmente, noutras livrarias beneditinas, pois encontramo-lo também nas listas de livros do Mosteiro do Bustelo[34].

Dalla-Bella, João António. *Memória sobre a manufactura do Azeite de oliveira em Portugal.* Lisboa, 1784; e *Memória sobre a cultura das oliveiras em Portugal.* Coimbra, 1786.

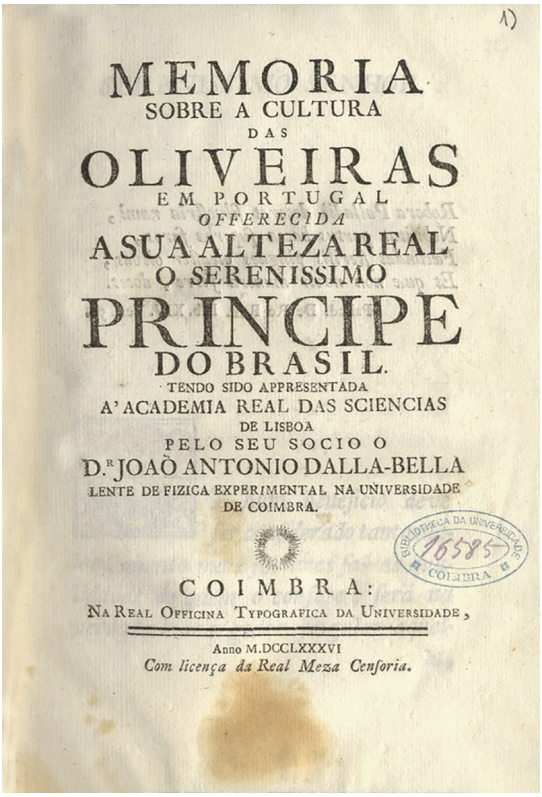
Dalla-Bella (1726-1823) foi professor da Universidade de Pádua (Itália) tendo mais tarde vindo para Portugal no âmbito da reforma pombalina. Em 1772, é nomeado professor de física experimental na Universidade de Coimbra e aqui permanece até 1790.

Colabora com Dominico Vandelli no primeiro projeto do jardim Botânico da mesma Universidade e vai desenvolver estudos sobre agricultura, em particular a cultura

[33] ADB, *Coleção de manuscritos*, 1027.

[34] Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), Ministério das Finanças, *Inventário de extinção do convento de São Miguel de Bustelo,* 1834/36, cx. 2202, fl. 56v.

Figura 3. Folha de rosto da obra *Memória sobre a cultura das oliveiras em Portugal*. Edição de 1786



MEMORIA
SOBRE A CULTURA
DAS
OLIVEIRAS
EM PORTUGAL
OFFERECIDA
A SUA ALTEZA REAL
O SERENISSIMO
PRINCIPE
DO BRASIL.
TENDO SIDO APPRESENTADA
A' ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS
DE LISBOA
PELO SEU SOCIO O
D.R JOAÒ ANTONIO DALLA-BELLA
LENTE DE FIZICA EXPERIMENTAL NA UNIVERSIDADE
DE COIMBRA.
COIMBRA:
NA REAL OFFICINA TYPOGRAFICA DA UNIVERSIDADE,
Anno M.DCCLXXXVI
Com licença da Real Meza Censoria.

da oliveira e produção de azeite. As obras que publica sobre o assunto vão ser de imediato adquiridas pelo Mosteiro de Tibães e os métodos que propõe vão ser também aplicados.

Dá-se especial atenção à feitura do azeite e à multiplicação das oliveiras, com novas técnicas de enxertia e poda, assim como a escolha e o tratamento dos solos, trazendo para a colação os métodos de produção e colheita utilizados em França e Itália (Nunes, 2001, p. 290).

Assim o observamos, por exemplo, no triénio de 1796-98, quando se erigiram várias construções na cerca, onde se destacou, como já referimos acima, a construção de um novo engenho de azeite, e, nos triénios seguintes, com destaque para a ação desenvolvida por frei Manuel de Santa Rita Vasconcelos (1801-1804).

Vandelli, Dominico. *Viridarium grisley lusitanicum Linnaeanis*. Lisboa, 1789

Domenico ou Domingos Vandelli (1735-1816) foi um médico italiano, vindo da Universidade de Pádua para a Universidade de Coimbra, a convite do marquês de Pombal, onde foi lente de história natural e química. Entre os vários trabalhos que efetuou destacam-se a planificação e direção das obras do Real Jardim Botânico da Ajuda (até 1768), do Jardim Botânico de Coimbra, do Museu de História Natural e do Laboratório Químico. Introduziu, ainda, em Portugal o sistema de classificação de Lineu, cientista com quem se correspondeu (1761-1764) enquanto professor em Pádua (Cabral, 2018b).

Em Portugal, vai publicar várias obras, entre as quais anotamos o *Dicionário dos termos técnicos de história natural extraídos das obras de Lineu* (Coimbra, 1788), onde o autor explica que o verdadeiro botânico deve conhecer as propriedades das plantas, os seus usos económicos e medicinais, saber «a sua vegetação», o seu modo de multiplicação, os terrenos mais apropriados e a fertilização mais adequada para se desenvolverem (Vandelli, 1788, p. III). Esta obra não faz parte do catálogo de Tibães, mas encontrava-se no Mosteiro do Bustelo, onde também se localizavam outras obras do autor, como *Memórias de história natural» e uma das suas «epístolas», publicada ainda enquanto professor da Universidade de Pádua*[35].

No ano seguinte, em 1789, Vandelli deu corpo a «Viridarium Grisley lusitanicum, Linnaeanis», onde apresenta uma lista alfabética das plantas da horta e do jardim português, segundo as classificações de Gabriel Grisley (?- depois de 1669) e de Carl von Linné (1707-1778), fazendo a ponte entre o estudo pioneiro, realizado pelo primeiro, com uma proposta de classificação das plantas lusitanas[36], e a classificação de Lineu que, na época, estava a ser largamente aceite pela comunidade científica internacional.

Aquando da publicação deste livro, o secretário da Academia das Ciências e um dos seus fundadores, José Correia da Serra, classifica o livro como o único de botânica que até aquele momento havia em Portugal, dando por isso acordo para que se publicasse (Vandelli, 1789, p. III). Trata-se, por isso, de uma obra pioneira que Tibães fez questão de adquirir e, naturalmente, aplicar o seu conhecimento nos campos que

[35] ANTT, Ministério das Finanças, *Inventário de extinção do convento de São Miguel de Bustelo*, 1834/36, cx. 2202, fls. 54v, 55, 58v.

[36] Gabriel Grisley foi um médico alemão que se estabeleceu em Portugal nos inícios do século XVII e que, em 1656, publica a obra *Desenganos para a medicina, ou botica para todo o pay de família,* onde descreve centenas de plantas medicinais, a maioria da flora portuguesa. Em 1661, edita *Viridarium lusitanum* apresentando uma grande lista de plantas portuguesas. Estas obras seriam o resultado das observações que fez por todo o país e que primeiramente se materializaram na criação de um horto botânico, localizado em Xabregas, o primeiro do género em Portugal (Cabral, 2018b; Cabral, 2020).

administrava diretamente em especial na seleção de novas plantas[37]. O seu formato, «in 12», permitia que os monges aprendizes de botânicos o levassem para o campo e o manuseassem com facilidade.

Deste autor, verificamos que no catálogo da livraria de Tibães, de 1798, está ainda registado um fasciculo denominado «horti regii horticarum plantarum» (jardins régios das plantas hortenses).

Ainda no domínio da botânica importa falar da «Flora Lusitânica», editada em 1804, por Felix Avelar Brotero, o primeiro grande tratado sobre a flora portuguesa seguindo os preceitos taxonómicos de Carl von Linné, que se segue à obra de Vandelli (Castel-Branco, 2007). Não constando da livraria de Tibães, encontramo-lo, no entanto, na biblioteca de São Romão de Neiva[38].

Na biblioteca do Mosteiro do Bustelo vamos ainda encontrar o «systema naturae», e a «species plantarum», de Carl von Linné (1707-1778), embora não saibamos as edições adquiridas[39]. O primeiro, editado 1735, vai ter sucessivas edições atualizadas ao longo do século XVIII. Aqui, apresentou um sistema novo de classificação das plantas, animais e minerais. No que diz respeito às plantas, elegeu a flor como órgão que estabelecia os critérios de classificação, dando origem a um sistema que valorizava a reprodução sexual das plantas. O segundo, datado de 1753, teve também várias edições no século XVIII e XIX. É nele que Lineu estabelece a nomenclatura binomial de cada planta, isto é, o primeiro nome refere-se ao género da espécie, e o segundo ao epíteto específico que é o que caracteriza a espécie em questão (Prestes, Oliveira & Jensen, 2009, p. 115).

Conclusão

Depois de constituída a Congregação de São Bento, em 1567, muita coisa mudou na gestão quotidiana das propriedades rurais detidas pelos mosteiros beneditinos, localizados a norte do país. Ao longo dos séculos que se seguiram tomaram as rédeas das propriedades que detinham em domínio direto, arrotearam-nas, construíram socalcos, promoveram uma boa irrigação e muraram-nas de forma adequada. Paulatinamente, foram-se tornando grandes proprietários agrícolas onde as inovações não pararam de acontecer. O Novo Mundo fez-se também presente com as novidades que chegavam a cada navio que atracava no porto de Lisboa ou, mais a norte, no

[37] Esta obra, pela importância que as plantas tinham na medicina e na ação dos boticários, trazia, também, conhecimento científico para a botica, que se vai edificar em Tibães entre 1795-1798 (Araújo, 2010, pp. 44, 76-84).

[38] ANTT, Ministério das Finanças, *Inventário do Convento de Extinção do Convento de São Romão de Neiva,* 1834/1837, cx. 2240, fl. 13v.

[39] ANTT, Ministério das Finanças, *Inventário do Convento de Extinção do Convento de São Miguel de Bustelo,* 1834/1837, cx. 2202, fl. 53v.

Porto, em Vila do Conde ou em Viana do Castelo. Tudo aqui chegava, e tudo se experimentava. Novas plantas, novas técnicas de fertilização, novas práticas de produção, novos sabores...

Os monges estiveram sempre na vanguarda dos acontecimentos. Foram centros de conhecimento científico que aplicavam, a cada dia, nas suas terras, em prol do desenvolvimento económico do país. Às suas bibliotecas chegavam os livros de agronomia, botânica e história natural, vindos de toda a Europa, que constituíram ferramentas essenciais para melhor cultivarem as suas terras, manipularem as novas plantas, construírem os equipamentos agrícolas mais adequados e assim obterem a produção desejada.

Fontes e Bibliografia

Araújo, A. P. A. D. (2010). *A arte de curar no mosteiro de Tibães.* [Tese de mestrado em história]. Repositório Institucional da Universidade do Minho. https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/28333.

Baranda, C. (1989). Ciência y humanismo: la obra de agricultura de Gabriel Alonso de Herrera (1513). *Criticón*, 46, 95-108.

Cabral, J. P. S. (2018a). Onde estava localizado o Horto Botânico de Xabregas, criado por Gabriel Grisley em Lisboa, no século XVII? *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª série, 9, 43-62.

Cabral, J. P. S. (2018b). *A história natural de Portugal em Domingos Vandelli*. Edições Colibri.

Cabral, J. P. S. (2020). A contribuição de Gabriel Grisley para o conhecimento das plantas de Portugal. Em I. Abrantes, P. M. Callapez, G. P. Correia, E. Gomes, B. Lopes, F. C. Lopes, E. Pires, & A. Rola (Eds.), *Uma visão holística da Terra e do Espaço nas suas vertentes naturais e humanas. Homenagem à Professora Celeste Romualdo Gomes*. CITEUC. http://doi.org/10.5281/zenodo.4409392.

Castel-Branco, C. (2007). *Félix de Avelar Brotero, botânico português (1744-1828): uma história natural*. (1ª ed). Livros Horizonte & Imprensa da Universidade de Coimbra.

Cervera Ferri, P. (2007). En los origenes del reformismo: ilustración y agronomia en Valencia (1765-1812). *Areas: revista internacional de ciencias sociales,* 26, 11-29.

Chaminé, H. I., Marques, J. M., Rocha, F. T., Martins, L., & Fonseca, P. E. (2017). *As minas de Tibães: um património hidrogeológico, geomineiro e monástico*. Instituto Superior de Engenharia do Porto.

Costa, M. J. D. (2002). A Cerca do mosteiro de São Martinho de Tibães. *Património Estudos*, IPPAR, 2, 86-95.

Dias, G. J. A. C. (1993). O mosteiro de Tibães e a reforma dos beneditinos portugueses no século XVI. *Revista de História*, Centro de História da Universidade do Porto, 12, 95-133.

Dias, J. A. C. (2010). *O encanto da Cerca, o silêncio dos monges e os últimos Abades Gerais dos Beneditinos.* Mosteiro de São Martinho de Tibães; Mosteiro de São Bento da Vitória.

Du Bois, M. L. (1822). *l'école du jardin potager*. Raynal Libraire.

Lopes, A. I. (2023). Fighting drift sands with pine trees: Reforestation of coastal areas of NW Portugal at the end of eighteenth century. *Journal of Coastal Conservation,* 27, 42. https://doi.org/10.1007/s11852-023-00969-5.

Mata, A. M. R., & Costa, M. J. D. (1998). *A cerca do mosteiro de São Martinho de Tibães*. Museu do Mosteiro de São Martinho de Tibães.

Mata, A., Ramos, A., & Soares, M. J. (2000). Manuscritos da livraria do mosteiro de São Martinho de Tibães. F*orum,* 27, 60-124.

Nunes, M. F. (2001). *Imprensa periódica científica (1772-1852): leituras de ciência agrícola em Portugal.* Estar editora.

Marques, G. N. R. M. (2011). *Do vinho de Deus ao vinho dos homens: o vinho, os mosteiros e o Entre Douro e Minho* [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório científico da Universidade do Porto. https://hdl.handle.net/10216/57439.

Monteiro, A. I. L. (2007). *Tibães: livros perdidos, elos encontrados.* Conselho Cultural da Universidade do Minho.

Oliveira, A. (2013). *Terra e trabalho: senhorio e gentes do vale do Cávado durante o antigo Regime*. (Vols. 1-2). ISMAI.

Oliveira, A. (2014). *Os bentos e os bacos: os vinhos do Entre Douro e Minho, 1600-1828*. Câmara Municipal de Vila Verde.

Oliveira, A. (2016). Os beneditinos como promotores do desenvolvimento da economia local: agrónomos e adegueiros no mosteiro de Basto (1620-1822). Em *seminário internacional: a ordem beneditina, o papel dos mosteiros e o património da Unesco: Atas* I, (Vol. I, pp. 129–143).

Peixoto, J. C. G. (2024). *Da-porta-da-loja ao mosteiro de Tibães.* Universidade do Minho.

Pereira, S. F. A. C. (2010). *Inventário das minas de água da área do Mosteiro de Tibães: proposta preliminar de hidrogeo-itinerários* [Tese de mestrado, Instituto Superior de Engenharia do Porto]. Repositório científico do Instituto Politécnico do Porto. https://recipp.ipp.pt/entities/publication/a9f0f2c1-9038-4163-b214-dd5de455f450.

Prestes, M. E. B., Oliveira, P., & Jensen, G. M. (2009). As origens da classificação de plantas de Carl von Linné no ensino de biologia. *Filosofia e História da Biologia*, 4, 101-137.

Ramos, A. (2009). Couto de Tibães: Câmara, ouvidor e corregedor. Poderes em confronto do século XVIII à extinção. Em *Congresso Internacional do barroco: do absolutismo ao liberalismo: atas*, (Vol. IV, pp. 173–191).

Ramos, A., & Claro, S. (2013). *Alimentar o corpo, saciar a alma: ritmos alimentares dos monges de Tibães, século XVII*. DRCN; Afrontamento.

Ramos, A., & Oliveira, P. (2003). Mosteiro de São Martinho de Tibães: dos Abades comendatários à afirmação da Congregação de São Bento (1530-1601). *Património estudos*, 5, 51-59.

Ramos, L. A. O. (1988). Os Monges e os livros no século XVIII: o exemplo da biblioteca de Tibães. Em *Sob o signo das «luzes»* (pp. 124-125). Imprensa Nacional casa da Moeda.

Ramos, M. T. C. F. O. (2007). A biblioteca de São Martinho de Tibães no século XVIII. *Bracara Augusta*, 110.

Tavares, P. M., & Lopes, A. I. (2020). Cultivo e consumo de batata em Trás-os-Montes: impacto socioeconómico nos séculos XVIII e XIX. *População e sociedade*, 33, 65-78.

Vandelli, D. (1788). *Dicionário dos termos técnicos de história natural extraídos das obras de Lineu.* Real oficina da Universidade.

Zaragoza Pascual, E. (1981). Reforma de los benedictinos portugueses (1564-1565). *Bracara Augusta*, 35, 275-290.

A construção do património da Congregação do Oratório de Braga: dificuldades, conflitos e resoluções (sécs. XVII a XIX)

The construction of the heritage of the Congregation of the Oratory in Braga: difficulties, conflicts and resolutions (17th to 19th centuries)

Isabel Peixoto
Mestre em História Moderna pela Universidade do Minho
isabel.m.peixoto@hotmail.com
ORCID: 0009-0001-0305-9679

Bracara Augusta, 132 (2025), 163-182 | ISSN 0006-8640
DOI: https://doi.org/10.82564/revistabracaraaugusta.v72i132%20(145).8

Resumo // A Congregação do Oratório de Braga, fundada no ano de 1686, desempenhou um papel significativo na cidade, tanto no plano religioso como no social. Ao longo do tempo, os oratorianos não só consolidaram uma influência espiritual considerável, como também acumularam um vasto património. Muitos dos seus bens foram adquiridos através de doações, refletindo a generosidade da comunidade e a sua ligação à Igreja, mas também através de muitas aquisições necessárias à construção e ampliação do seu templo, convento e demais propriedades. Contudo, a expansão destes domínios não ocorreu sem desafios. A Congregação enfrentou desacordos frequentes com entidades religiosas e laicas, tanto em questões que envolviam a posse, como com a gestão desses mesmos bens. A importância do Oratório na cidade de Braga é inegável, tanto pelo seu contributo religioso, como pelo impacto económico decorrente da gestão do seu vasto património. Este estudo pretende explorar essas dinâmicas, focando-se na aquisição de alguns dos seus bens, dos conflitos daí decorrentes e nas soluções adotadas.

Palavras-Chave:
Braga, conflitos, oratorianos, património.

Abstract // The Congregation of the Oratory in Braga, founded in 1686, has played a significant role in the city, both religiously and socially. Over time, the Oratorians not only consolidated considerable spiritual influence, but also managed to accumulate a vast heritage. Many of their assets were acquired through donations, reflecting the generosity of the community and its connection to the Church, but also through numerous acquisitions necessary for the construction and expansion of their temple, convent, and other properties. However, the expansion of these domains came with challenges. The Congregation faced frequent disagreements with both religious and secular organisations, regarding issues of ownership and the management of those assets. The importance of the Oratory in the city of Braga is undeniable, both for its religious contribution and for the economic impact of managing its vast heritage. This study aims to explore these dynamics, focusing on the acquisition of some assets, the resulting conflicts and the solutions adopted.

Keywords:
Braga, conflicts, heritage, Oratorians.

Introdução

A Congregação do Oratório de Braga desempenhou um papel central na vida religiosa e social da cidade entre os séculos XVII e XIX. Durante este período, acumulou um vasto património imobiliário, proveniente das doações de fiéis, disposições testamentárias, mas também de variados tipos de aquisições. Contudo, a expansão destes bens não foi isenta de problemas. Conflitos diversos, tanto com outras entidades religiosas como com proprietários laicos, surgiram frequentemente, levando a litígios prolongados e à necessidade de dispor de grandes quantias monetárias e influências, para resolver essas disputas e assegurar a manutenção ou aquisição desses mesmos bens. Este artigo tem como objetivo analisar de que forma a Congregação adquiriu as propriedades, para a edificação do seu templo e convento, onde o foco centrar-se-á nos conflitos patrimoniais e nas estratégias adotadas para superá-los, bem como no impacto económico e social que essas ações provocaram, tanto nas suas finanças como no seu prestígio perante a sociedade da época. Esta investigação será apoiada numa fonte primária, depositada no Arquivo Distrital de Braga, sob o nome de *Titulos Dos Bens de Rais*. Trata-se de uma compilação de escrituras relativas a doações, heranças, compra e venda de propriedades diretas e úteis, registos de litígios, empréstimos, bem como, a anotação de todos os proprietários, locatários e subarrendatários, quando era aplicável, que estas propriedades detinham antes de serem adquiridas pelos oratorianos bracarenses. Serão também complementadas por bibliografia nacional e estrangeira, de historiadores recentes e clássicos, que produziram historiografia sobre a congregação, ou sobre as questões abordadas e que servirão para fundamentar todos os conteúdos evocados, de modo a fornecer um enquadramento teórico sólido. A metodologia será essencialmente qualitativa, feita através de uma minuciosa análise documental que nos permita compreender a influência da Congregação não só no domínio espiritual, mas na forma como geriu com outras importantes instituições existentes na cidade e proprietários diversos, os conflitos que se viram obrigados a resolver para a obtenção do seu objetivo, ou seja, o terreno suficiente para a construção do um imponente templo, como para um melhor aproveitamento dos seus próprios benefícios.

1. Ventos de mudança

O movimento de renovação espiritual que culminaria na fundação de novas ordens religiosas no período da Reforma Católica tem as suas raízes ainda nos finais do período medieval conhecido como *Devotio Moderna*, uma corrente espiritual vinda dos Países Baixos (Delumeau, 1973, pp. 196-197). Tratava-se de um movimento de piedade laica, que valorizava a prática de uma vida interior devota, concentrada na

meditação pessoal, oração e num regresso aos ideais de simplicidade e disciplina das primeiras comunidades monásticas, que terá começado muito antes das resoluções que saíram do Concílio de Trento. Além de deliberar sobre outros importantes assuntos, veio trazer algumas respostas às críticas protestantes e seculares, que acusavam o clero de não corresponder aos ideais de santidade propostos pelos antigos ideais cristãos (Carvalho, 2016, pp. 17-18). Segundo Pina (2011, pp. 37-41), a renovação espiritual começou com o reconhecimento da necessidade de uma purificação e revitalização da fé, uma prática religiosa mais austera, centrada na simplicidade e santidade de vida, que desencadeou por toda a Europa mudanças significativas, principalmente, na forma como os leigos interferiram nesta mudança de paradigma religioso. Em síntese, muitos dos seus movimentos expressavam o desejo por uma vivência religiosa autêntica, e que se distanciasse dos valores mundanos.

A 15 de julho de 1575, é fundada, em Roma, a Congregação do Oratório por Filipe Neri, surgindo como mais uma resposta inovadora aos problemas espirituais e sociais que afetavam o clero e os fiéis da época. Estas características cativaram cada vez mais leigos e outros sacerdotes que se identificam com estes novos ideais de fé (Falcão, 2018, p. 180). Num período em que parte do clero era associado a práticas decadentes, ele propôs uma renovação que se inspirava na vida das primeiras comunidades cristãs. A Congregação foi constituída como uma sociedade de clérigos seculares que, não faziam votos solenes, mas optavam por viver de acordo com o espírito de simplicidade, devoção e confraternidade, mantendo-se ligados à vida laica, ambicionando a perfeição interior sem os compromissos formais das ordens religiosas, sendo, um ponto de atratividade para muitos que desejavam uma vida de fé comprometida, mas livre das estruturas tradicionais do monaquismo (Lehner, 2022, pp. 19-20). Em França, por exemplo, segundo Carlotti (2023), a Congregação do Oratório, fundada por Pierre de Bérulle em 1611, foi responsável pela restruturação do corpo eclesiástico francês, destacando-se, igualmente, na teologia, no ensino e na formação espiritual do clero secular. Já em Espanha, Fernández de la Cuesta (1999) é da opinião de que os oratorianos deram mais ênfase através da pregação, da ética moral e da assistência pastoral, ao promover uma renovação religiosa alinhada com os ideais da Reforma Católica. Ao mesmo tempo, através do seu carisma e dessa mesma pregação, conseguiram gerir conflitos com outras instituições ou proprietários muito frequentes à época (Correia, 2021, p. 48).

2. A introdução da Congregação do Oratório em Portugal

A fundação do Oratório em Portugal ocorreu num período de intensas transformações políticas e religiosas. Portugal tinha recentemente recuperado a sua independência, encerrando a sua união dinástica sob o domínio espanhol dos Filipes. Segundo Oliveira (2015, pp. 1289-1465), durante esses sessenta anos de domínio espanhol, diversas estruturas administrativas, sociais e religiosas deterioraram-se e a identidade nacional portuguesa sofreu um impacto profundo. O novo rei, Dom João IV, trabalhou para consolidar o Estado e garantir a soberania, mas isso não ocorreu sem resistência e conflitos, conhecidos como as Guerras da Restauração, que se prolongaram por quase trinta anos, desgastando ainda mais a fragilizada economia nacional, e sobrecarregando a população civil. A relação com o Papado foi comprometida, pois após décadas de domínio espanhol, Portugal procurou a sua independência, também em termos religiosos, o que envolvia controlar de forma mais independente os bens eclesiásticos e a nomeação dos seus líderes religiosos. Estas tensões com a Santa Sé tiveram consequências na disciplina e supervisão do clero português. Sem uma orientação consistente de Roma, e junto com o contexto de guerra e instabilidade, muitos clérigos relaxaram a observância dos seus deveres espirituais e morais, incorrendo em comportamentos que não condiziam com o modelo de virtude e castidade esperados (Gouveia, 1993, pp. 290-291).

É neste contexto de mudanças, que a Congregação do Oratório se funda em Portugal pela mão do padre Bartolomeu de Quental, em 1668, na cidade de Lisboa, protegida e apoiada pelo rei Dom Pedro II. Impressionado com o sucesso do Oratório em Itália e motivado pela sua própria visão reformadora, Quental introduziu a Congregação como um meio de revitalizar o clero e oferecer novas formas de evangelização. Como referiu Oliveira (1948, p. 314), «o estado regular, como hoje se torna por vida e não por espírito, padece muita relaxação». Estes irmãos estavam simplesmente ligados pela fraternidade, sem votos, e para nela entrar era necessário que tivessem posses financeiras, «para mostrar à sociedade envolvente que o novo instituto não constituiria mais um encargo para a comunidade» (Santos, 2001, p. 330). A necessidade de uma renovação que surgisse de dentro do clero era urgente e fundamental e os oratorianos conseguiram acompanhar essa mudança, acentuando um forte compromisso com a formação moral e espiritual.

3. A fundação da Casa do Oratório em Braga

Na época moderna, Braga consolidava-se como um dos principais centros religiosos de Portugal. Como sede da arquidiocese primacial, a cidade era governada pelo arcebispo, cuja autoridade espiritual e temporal abrangia vastos territórios. A presença de infraestruturas religiosas bem estabelecidas, incluindo a emblemática Sé de Braga, vários conventos e casas religiosas, oferecia uma base sólida para a expansão de projetos pastorais e educativos (Milheiro, 2003, pp. 92-94). Era uma cidade rica em instituições religiosas, que já promoviam uma vida espiritual vibrante e ofereciam serviços tanto aos habitantes da cidade, quanto aos das regiões vizinhas. Além disso, era um centro cultural relevante, onde habitava uma elite letrada composta por clérigos, aristocratas e burgueses, mas também de muitos fiéis de vários estratos sociais (Silva, 2011, pp. 14-19), já que era nesta cidade que se concentrava uma elevada ocupação populacional, comparativamente, com outras regiões do país (Durães, 2000, p. 258). Assim, a Congregação do Oratório encontrou em Braga o ambiente ideal para a sua instalação e desenvolvimento das suas atividades religiosas, na educação, na disseminação da cultura, costumes e boas práticas religiosas dando, através do seu exemplo, bons modos de vida aos demais clérigos que detinham à época, como nos diz Santos (1982, p. 114), uma imagem pouco lisonjeira.

Assim, a Congregação do Oratório chega a Braga no ano de 1686, introduzindo uma nova dinâmica de relevância religiosa nesta cidade (Peixoto, 2024, p.16). O cónego João de Meira Carrilho foi um dos principais responsáveis pela sua instalação, e não apenas pelo seu apoio financeiro substancial, mas também pelas suas motivações espirituais e experiências que adquiriu ao longo da sua vida. Oriundo de uma família de prestígio, era conhecido como um homem instruído e viajado (Araújo, 2017, pp. 66-67). Terá sido durante estas suas peregrinações, que teve contacto direto com o Oratório de São Filipe Neri em Roma. Segundo Santos (1982, p. 112), tendo sido que foi profundamente influenciado pelo carisma, abordagem inovadora, e ideais renovados, que permitiriam uma renovação espiritual e moral de que os seus domínios precisavam com urgência.

No final da sua vida, movido por um ardente desejo de alcançar a misericórdia divina e de garantir perdão dos seus pecados, Carrilho realizou uma generosa doação de 10 mil cruzados, uma quantia substancial para a época. Este gesto refletia também, a sua devoção: perpetuar o seu nome e deixar em Braga uma das mais prestigiadas instituições religiosas do país[1]. O sacerdote via na fundação do Oratório uma oportunidade de revitalizar a fé, fortalecer a formação espiritual do clero e proporcionar novas oportunidades de evangelização à população local. Reconhecendo a

[1] Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), Fundo monástico conventual. Congregação do Oratório, *Memórias da Congregaçam do Oratorio de Braga: para a Chronica geral das Congregaçoens*, *século XVIII,* Ms. 162, fls.1v-2v.

complexidade do projeto, procurou o apoio de figuras religiosas e para isso, contou com o auxílio do arcebispo Dom Luís de Sousa e do prepósito da Congregação do Porto, o padre Manuel Rodrigues, que o orientou e o ajudou a estruturar os passos necessários para esta fundação em Braga (Santos, 1982, p. 113).

4. Os primeiros passos do Oratório em Braga

A chegada dos padres José do Vale e Francisco Rodrigues a Braga, em janeiro de 1686, enviados pelo Oratório de Lisboa para estabelecer a Congregação do Oratório na cidade, foi marcada por vários desafios, tanto internos quanto externos. Este reduzido número de membros, que foi possível enviar para uma missão tão ambiciosa, revelou-se um obstáculo significativo, bem como a distância da casa-mãe que se encontrava em Lisboa e que, além disso, não dispunha de mais meios humanos para contribuir (Santos, 1982, pp. 114-115). Outra das suas prioridades consistia na necessidade de conquistar a confiança da população local, o que também poderia representar uma barreira e, por isso, era imprescindível que os novos oratorianos se destacassem pelas suas virtudes e iniciativas (Araújo, 2017, p. 68).

Para consolidar a sua presença em Braga, estes padres começaram por tomar medidas que conquistassem a confiança e a adesão da população local. Reconhecendo a importância de obter a aceitação do clero e da sociedade bracarenses, empenharam-se em ações estratégicas e caritativas que demonstrassem o valor e a missão que esta Congregação poderia trazer à cidade. Após obterem as autorizações civis e eclesiásticas necessárias para a sua instalação formal neste espaço geográfico (Marques, 2009, pp. 139-141), organizaram uma missão evangelizadora que durou oito dias, e durante esse período, percorreram as principais igrejas de Braga, administrando sacramentos, pregando sermões, práticas espirituais e exercícios de oração mental (Santos, 1989, p. 250). Este contacto direto com os fiéis foi essencial para criar laços com a população (Correia, 2021, p. 70). Além das atividades nas igrejas, os padres dirigiram-se às margens da sociedade, visitando os presos nas cadeias do Aljube e do Castelo, bem como os doentes do Hospital (Santos, 1982, p. 117). Estas ações de proximidade e dedicação ao bem-estar dos mais necessitados, rapidamente conquistaram a simpatia da população e atraíram a atenção de pessoas de diferentes estratos sociais. Em pouco tempo, os oratorianos começaram a ser vistos como figuras importantes na revitalização da vida religiosa da cidade, o que lhes garantiu um início promissor e consolidou a sua reputação entre os bracarenses (Paiva, 2000, p. 249). Através das missionações que desenvolviam, o impacto no contexto local tendeu a englobar uma troca de ações com as elites locais e o poder temporal, que influenciaram a resolução de alguns conflitos e a arrecadação de meios financeiros e humanos, que ajudaram na sua expansão e prestígio (Santos, 1982, pp. 250-252).

5. Os conflitos com a Mitra e os Beneditinos na obtenção do património

A escolha do local definitivo para a construção do templo envolveu uma análise cuidadosa das condições da cidade, como a centralidade, a acessibilidade para os fiéis e o potencial de expansão. José do Vale tinha ambições grandiosas para este templo, imaginando-o como um símbolo de afirmação do Oratório em Braga (Lopes et al., 2021, p.8). Este desejo reflete uma preocupação religiosa, mas também a intenção de estabelecer uma obra arquitetónica que marcasse a paisagem urbana e consolidasse a Congregação como uma instituição de prestígio na cidade[2]. A construção deste templo, demandaria recursos significativos, além de negociações com autoridades locais, civis e eclesiásticas e apoio contínuo de benfeitores. Após uma procura minuciosa, a escolha recaiu num conjunto de casas situadas na Praça de Santa Ana, local escolhido para a construção da igreja, do convento e da cerca. Porém, muitas das casas aí existentes estavam encapeladas e sob posse de vários enfiteutas[3], o que obrigou os padres a ultrapassar grandes obstáculos para as adquirir. Esse local era, à época, chamado de «Corredoira de St. Anna». Para todo este projeto era necessário comprar tanto o domínio direto[4] como o útil, para poderem usar aqueles terrenos e propriedades sem nenhum tipo de impedimento. Outra dificuldade, residia na necessidade do campo que existia nas traseiras dessas casas e «o senhor directo era não menos que o Cabbido de Braga»[5].

Em Braga, a influência da Mitra era sentida em praticamente todos os aspetos da vida urbana (Bandeira, 2006, p.22). Esta exercia grande controle sobre outras instituições da cidade, incluindo confrarias, mosteiros e a administração local (Bandeira, 2000, p. 81). A relação com essas entidades variava entre a cooperação e o conflito (Movellán, 2015, p. 211). Por um lado, colaborava com mosteiros e ordens religiosas na expansão da prática religiosa e na prestação de assistência social. Por outro lado, disputas por terras, dízimos e autoridade eram recorrentes, especialmente quando os interesses das ordens religiosas ou dos municípios entravam em choque com os seus (Silva, 2018, p. 26). Além do caso acima descrito, também se encontraram exemplos de queixas dos padres oratorianos, como:

[2] ADB, Fundo monástico conventual, *Memórias da Congregaçam*..., fl. 67.

[3] Segundo Bluteau (1712-1728, Vol.3, p. 63), esta é a definição para aqueles que por contrato tomam à sua responsabilidade propriedades com a obrigação de as melhorarem e explorarem, pagando um tributo ao seu proprietário. Este é o titular do designado «domínio útil» ou enfiteuta.

[4] Em Duarte (1998, p. 132), o verdadeiro proprietário do bem, sobre o qual o pode arrendar e receber rendas, previamente acordadas com o enfiteuta, chamado comummente à época de enfiteuse.

[5] ADB, Fundo monástico conventual, Congregação do Oratório de Braga, *Titulos dos Bens de Rais, que possuhe a Congregaçam do Oratorio de Braga*. Tomo Iº. Parte Iº. Freguezia de S. Jose de S. Lazaro. Egreja, Convento, e Cerca, fl. 1v.

> Não sei por que titulo pertence a Mitra ser directa Senhora da maior parte de todas as cazas desde a Quingosta da Palha até o Convento da Penha. He verdade que tem Tombo dellas, mas sem alguâ Legalidade; poes que nem forão citados os confrontantes, nem se julgarão por Licenças as védorias, etc, Não obstante, astá na posse de fazer Prazos conforme esse Tombo illegal, de receber foros, laudemios, etc[6].

Existia uma certa dualidade de cooperação e rivalidade que era uma marcada pela posição da Mitra na sociedade (Bandeira, 2011, p.8). Enquanto consolidava seu papel de agente centralizador e organizador da vida social e religiosa, o seu poder muitas vezes criava tensões com outras entidades, que procuravam preservar autonomia ou recursos (Bandeira, 2000, pp. 84-85), como o caso da Congregação do Oratório. A compra deste campo e dos seus domínios acabou por acontecer, mas:

> (...) depoes se comprou: comprarão-o, digo que ficando obrigados a pagar ao Cabbido 5 razas de pão meado, e hu capão ou 160 reis, por preço de 550 reis, excessivo na verdade, por avaloado por pessoas inteligentes valia ao momento 250 reis: a tanto obrigou os Padres a necessidade (...)[7].

Assim, podemos reconhecer que a Mitra soube aproveitar habilmente a necessidade do Oratório em adquirir o campo que desejavam para expandir as suas atividades. Reconhecendo a importância que os oratorianos atribuíam ao local, estes utilizaram a negociação como uma forma de consolidar a sua influência, impondo condições muito acima do valor, validando a sua posição de poder (Duarte, 1998, p. 141).

A presença da Congregação do Oratório em Braga, reputou-se pelas suas ações e carisma, mas não esteve isenta de tensões com outras instituições influentes da cidade, tal como acontecia em outras regiões (Movellán, 1994, p. 151). Para além das referidas disputas com a Mitra, os oratorianos enfrentaram conflitos, igualmente com os Beneditinos. A congregação era possuidora de um pedaço de terra anexo ao Casal de Entre-Portas. Aqui existiam duas casas e uma corte de animais, entre outros. Em 1761, o Oratório ainda não tinha conseguido adquirir o domínio direto destas propriedades, pois, segundo a descrição, «A 1ª Caza, contigua á Egreja, tem sido para esta Congregaçam, quasi desde o seu principio, hum seminario de demandas, e de inquietaçoens»[8]. Isto acontecia, pois subsistia uma capela ou morgado sobre este património, do qual era administrador:

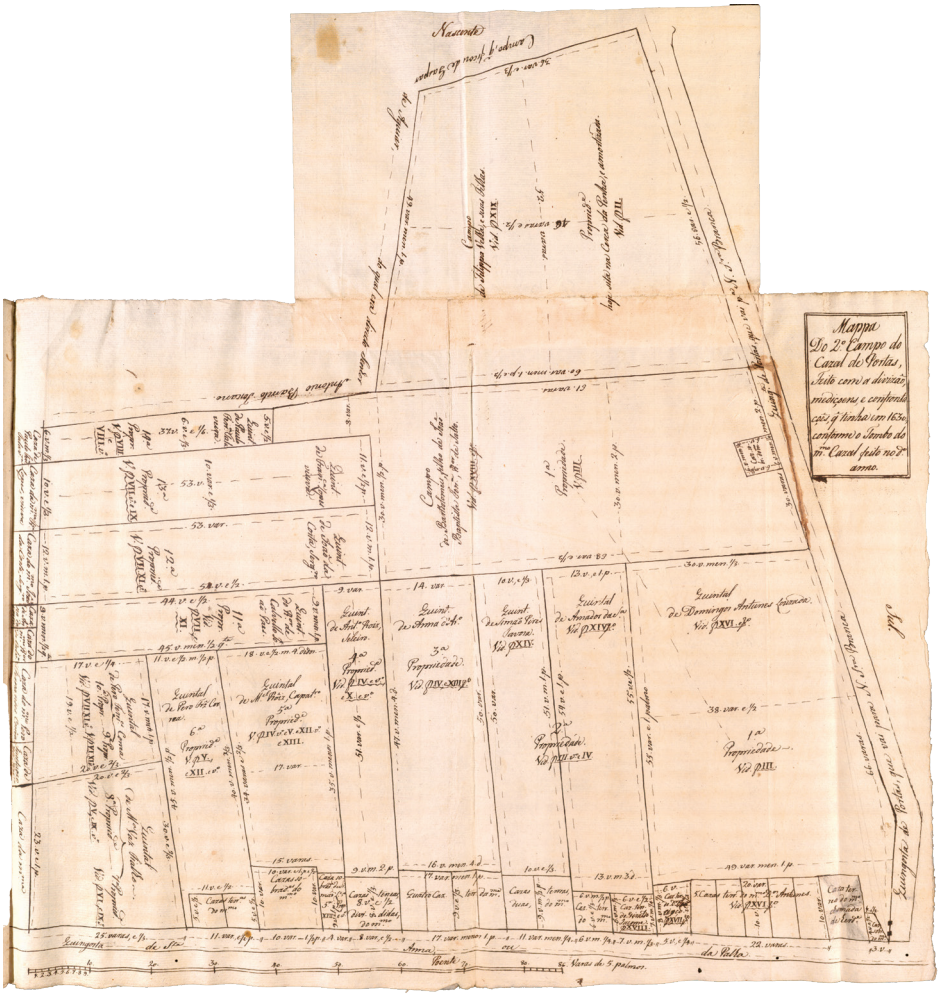
---

[6] ADB, Fundo monástico conventual, Congregação do Oratório de Braga, *Título Dos Bens de Rais, que possuhe a Congregação do Oratorio de Braga.* Tomo Iº. Parte IIª. Continuação da Freguezia de S. Jose e de S. Lazaro, fl, 1.

[7] ADB, Fundo monástico conventual, *Titulos dos Bens de Rais*, Parte Iº..., fl. IV.

[8] ADB, Fundo monástico conventual, *Titulos dos Bens de Rais*, Parte IIº..., fl. XXXIII v.

Figura 1. Mapa do segundo campo do casal de Portas feito com a divisão, medições e confrontações que tinha em 1630



Nota: Mapa referente às casas e propriedades compreendidas entre o lado do nascente da Quingosta da Palha e o Convento e cerca da Penha.
Fonte: ADB, Fundo monástico conventual, Congregação do Oratório de Braga, *Titulos dos Bens de Rais, que possuhe a Congregação do Oratorio de Braga. Tomo Iº. Parte IIª. Continuação da Freguezia de S. Jose de S. Lazaro*, não paginado [entre os fls. XIX e XX].

> (...) padre Mestre Doutor Frei Francisco da Graça Religiozo Beneditino, e Procurador Geral da sua Congregaçam nesta cidade (...) a oppozição que fez á obra da Egreja, como prejidicial ás sobreditas Cazas foi tão grande e chegou a termos taes, que o Serenissimo Senhor D. Gaspar, Arcebispo de Braga, tomou á sua conta (...)[9].

Este processo tramitou nos tribunais e principais entidades da época durante dois anos, terminando a 22 de junho de 1763, com a Congregação do Oratório a pagar uma grande quantia monetária em custas, sisas, pensões decursas e despesas para a compra do domínio direto dessas casas ao que se «sugeitarão os Padres para porem termo a hum letigio, que já parecia escandalozo.»[10] Poderemos associar estes conflitos a questões de jurisdição, administração de bens e influência na vida religiosa e cultural da cidade (Dias, 2000, p. 207). A Congregação do Oratório era caracterizada por um modelo inovador de vida clerical sem votos religiosos, muito centrada na educação, na formação do clero e na pregação (Santos, 2001, p. 330). Esta abordagem, certamente entrava em choque com a tradição monástica beneditina, marcada por uma vida de clausura, oração e trabalho. Outras Ordens poderiam ser aqui referidas, mas por não serem o nosso objeto de estudo, não serão mencionadas.

6. Aquisição das casas e os problemas decorrentes

Paralelamente aos conflitos institucionais, os oratorianos enfrentaram desafios, não só na aquisição dos terrenos, mas também nos edifícios necessários para a construção do seu templo e residência. Muitos dos imóveis do seu interesse pertenciam a enfiteutas, estavam emprazados e/ou subemprazados, e alguns incluíam sobre eles capelas. Era necessário adquirir, tanto o domínio direto como o útil, para que pudessem dispor deles como bem entendessem, acabando por, em determinados casos, gerar negociações longas e complexas, tais como os já analisados nos parágrafos anteriores. Em alguns casos, os oratorianos encontraram resistência de proprietários que relutavam em vender, motivados pelos seus vínculos a esses imóveis ou pela perceção do valor estratégico dessas propriedades. Para edificar a obra que ambicionavam, era necessário adquirir, além dos terrenos da Mitra e dos beneditinos, nove casas e seus quintais, encontrando-se todas seguidas umas às outras, e que «estendião-se de Nascente a Poente desde a Quingosta da Palha até o lado esquerdo inclusivamente»[11]. Todas acabariam por ser demolidas a fim de se pôr em prática o grandioso projeto.

---

[9] Ibidem.
[10] ADB, Fundo monástico conventual, *Titulos dos Bens de Rais*, Parte IIº..., fl. XXXIV.
[11] ADB, Fundo monástico conventual, *Titulos dos Bens de* Rais, Parte Iº..., fl. II.

A primeira casa foi adquirida a 7 de setembro de 1686 e, poucos dias depois, a 1 de outubro, o padre José do Vale e seus companheiros compraram a André Lopes Fonseca e sua mulher as três casas imediatamente a seguir. Para tomar posse das cinco casas seguintes, os ditos padres tiveram de se deslocar a Ponte de Lima, com o objetivo de contactarem com os seus legítimos proprietários e ajustarem a compra do domínio direto destas o que, ao fim de alguma negociação, realmente conseguiram a 25 de outubro desse mesmo ano. Apesar da rapidez com que se tornaram proprietários enfiteutas destas casas, os problemas não pararam de surgir com os emprazamentos sobre as quais todas detinham[12]. Muitas destas dificuldades demoraram algumas décadas a ser resolvidas, ficando a Congregação:

> (...) senhora dos domínios diecto e útil das 9 cazas, e do pedaço de campo, em cujos terrenos se acha fundada a Egreja, e Convento, que hoje tem, e em cujas compras/com preços e sizas que pagou pelos vendedores/empregou não menos que 4:992$010 reis e ½, quasi 12$500 cruzados, sem calcular os Laudemios que pagou nas compras das primeiras 4 cazas (6ª, 7ª, 8ª, e 9ª), e do pedaço de campo. Tanto como isto custou somente o terreno, que ocupa o edifício (...)[13].

A doação de 10 mil cruzados feita por João de Meira Carrilho à Congregação do Oratório de Braga, embora significativa, revelou-se insuficiente para cobrir os custos necessários à aquisição dos terrenos indispensáveis à construção do seu templo e residência. Deste modo, o legado do cónego, embora generoso e fundamental como base inicial, mostrou-se apenas como um ponto de partida, obrigando os oratorianos a procurar outras fontes de financiamento, para concretizar a sua ambição de erigir um templo à altura do impacto que desejavam causar na cidade (Santos, 1982, p. 119).

7. As demandas na edificação da igreja dos Congregados

Seis meses depois de se terem instalado na cidade de Braga e escolhido o local, fizeram algumas obras numa das casas, servindo assim de residência, e, também, uma adaptação provisória para a casa ser usada como igreja enquanto não iniciavam a construção do templo. Eram acomodações simples e minimamente toleráveis, a fim de que o Oratório pudesse funcionar e proporcionar os seus serviços religiosos à população (Marques, 2009, p. 144). Iniciaram, primeiramente e de raiz, a edificação do dormitório de dois andares, num dos campos já mencionados anteriormente, mas a igreja só começou a ser construída no ano de 1703 (Abreu, B. B., 2022, p. 79), com:

[12] ADB, Fundo monástico conventual, *Titulos dos Bens de Rais*, Parte I°..., fls. III-V v.
[13] Ibidem..., fl. VI.

> (...) 360 e tantos mil reis, lucro de hua Loteria, que para a obra fizeram certos devotos, 100$ reis, que deu para a 1ª pedra o Senhor arcebispo, D. João de Sousa, 50$ reis, que deu o Conego Diogo de Castro Coelho, e alguas esmolas, que se juntarão em hum peditorio, que se fez em virtude de hua Provisão do mesmo Senhor Arcebispo D. João de Sousa[14].

Entre os doadores destacaram-se nobres, clérigos e outros indivíduos, cujas contribuições foram fundamentais para avançar as obras de um projeto arquitetónico ímpar na cidade. Mas o elemento mais curioso desse esforço de arrecadação foi a organização de uma lotaria em 1703, um evento que antecede em quase um século os registos oficiais de lotarias em Portugal. Historicamente, a primeira lotaria nacional só seria autorizada em 1783 pela Rainha Dona Maria I, com o propósito de angariar fundos para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Dona Maria I, 1799, p. 563). A existência de uma outra em Braga em 1703, para fins religiosos, não apenas nos mostra a criatividade e determinação dos oratorianos em superar obstáculos financeiros, mas também sugere a utilização de práticas de arrecadação inovadoras e pouco documentadas no período. Este evento levanta questões interessantes sobre a evolução das lotarias em Portugal, indicando que práticas semelhantes poderiam já estar em uso, ainda que de forma pontual e sem regulamentação oficial.

A obra iniciou-se pela capela-mor, mas no ano «de 1717, se concluhiu até aos púlpitos. Então se resolverão os Padres a fechá-la, por se verem inteiramente destituhidos de recursos»[15]. Demoliram, então, a igreja inicial, que se encontrava dentro desta, ficando a obra, parcialmente construída e, assim, ficou o templo onde se celebraram os ofícios religiosos até o ano de 1761. Durante este período foi sendo interrompida várias vezes por falta de dinheiro e por alguns litígios causados pelos vizinhos que circundavam o oratório e a igreja. Um destes conflitos causado pelo vizinho da parte poente durou, pelo menos, quinze anos a ser resolvido. As obras voltaram a avançar, devido ao remanescente da herança de Dona Maria Eugénia da Silva, que o Cabido de Braga lhes ofereceu, depois de satisfeitos todos os seus legados. Filha e neta de fidalgos da Casa de Sua Majestade e senhores do «Solar de Fora», senhora de grande riqueza, deixa no seu testamento, em 1739, a sua alma por herdeira e legados. Depois de satisfeitas as suas vontades e pagas as suas dívidas, o restante deveria ser gasto em obras pias. Os seus testamenteiros entregaram os legados que ainda faltavam concretizar ao Cabido, que na época tinha o cónego João Pinheiro Leite, diretor do convento, que era irmão do padre Rodrigo José, congregado no oratório, «que foi o principal mentor desta applicação»[16].

Sabendo ele das grandes dificuldades que a Congregação atravessava, recebeu este legado com grande satisfação, comprometendo-se a rezar as missas instituídas

[14] ADB, Fundo monástico conventual, *Titulos dos Bens de Rais*, Parte Iº..., fl. VI.
[15] Ibidem..., fl. VI v.
[16] ADB, Fundo monástico conventual*, Memórias da Congregaçam*..., fls. 38-38v.

pela defunta e dar as esmolas que ainda estavam em falta, isto em 1756, dezassete anos depois da morte de Dona Maria Eugénia. Aceitaram os «padres com muito gosto as referidas obrigacoens; pois ainda satisfazendo as ditas, nos ficarião livres trinta mil cruzados, pouco menos»[17], grande fortuna que ajudaria imenso na construção da sua igreja. Mas rapidamente, perceberam que não foi de grande proveito pois, «ainda que desta applicação tiverão mais dano do que proveito, por ser de origem de infinitas demandas, e ultimamente não ter efeito pelas Leis Testamentarias d`el Rei D. José I»[18] (Lopes, 2008, pp. 141-145). Este caso ilustra-nos um bom exemplo de como nem sempre um legado economicamente elevado se traduz em benefícios concretos. A Congregação do Oratório, ao aceitar o legado de Dona Maria Eugénia, inicialmente via-o como uma oportunidade para aliviar as suas dificuldades financeiras e avançar com a construção da sua igreja. No entanto, os acontecimentos subsequentes poderão ser questionados se o Cabido, ao transferir este legado para a Congregação, por intermédio de influências familiares, é certo, poderia saber dos problemas associados à herança e da sua viabilidade questionável como um «bom negócio».

Verifica-se também que o processo para recuperar esses valores foi repleto de conflitos e questões jurídicas prolongadas, pois «nos moverão alguns sujeitos poderosos interessados nella que não bastante para vence-los o inexplicavel trabalho, (...) nossos Padres por espaço de muitos annos»[19]. O assunto tornou-se complicado, devido aos anos em que andaram em litígios, e que com o advento das leis testamentárias instituídas durante o reinado de Dom José I, sob a direção do marquês de Pombal, orientadas no sentido de restringir os privilégios das ordens religiosas (Abreu, 1999, pp. 199-200), acabaram por inviabilizar a recuperação de parte substancial deste legado. Este arrastar de resoluções fez com que a Congregação fosse privada de parte substancial de um benefício, transformando no que deveria ser uma fonte de alívio financeiro, numa sequência de disputas e prejuízos.

Como se não bastasse, além destes constrangimentos, «o demonio, que desde o principio desta fundaçam trabalhou Sempre pela impedir, buscou lá nos tesouros da sua malicia»[20] a oposição de um enfiteuta, que ainda existia à época em casas, junto às propriedades dos Congregados e exploradas por estes. Inicialmente, concordou com a obra, mas depois entrou em desacordo e ao qual foi necessário comprar o seu domínio útil por valores muito acima do seu custo. Além disso, foi necessário fazer sair a igreja do alinhamento das casas, nomeadamente 24 palmos a poente da marcação inicial, para que ficasse alinhada com o convento, mais uma vez os «vezinhos, que a isso se oppozerão»[21], sendo preciso um processo judicial para obter licença favorável, o que acabou por acontecer, e a obra avançasse.

[17] Ibidem.
[18] ADB, Fundo monástico conventual, *Titulos Dos Bens de Rais*, Parte I°..., fl. VI.
[19] ADB, Fundo monástico conventual, *Memórias da Congregaçam*..., fl. 161v.
[20] Ibidem..., fl. 33.
[21] ADB, Fundo monástico conventual, *Titulos Dos Bens de Rais,* Parte I°..., fl. VII.

Apesar de todos estes avanços e recuos, «seja como for o certo he que a aplicação da referida herança foi a causa, que nos moveo a entrar na grande empresa de acabar a obra»[22], e foi efetivamente o legado da Dona Maria Eugénia que deu a esperança e coragem ao Oratório para avançar de novo, com a construção do templo. É assim que no ano de 1767, a igreja é dada como «terminada», 63 anos depois de se ter principiado. Só a torre do lado nascente foi construída: «so ate a ultima cornija, em que deve assentar a Cupula da mesma Torre; e a outra que fica para o Poente, só athe a altura que foi necessário para segurar o grande arco do coro»[23].

Mas para chegar até aqui, não só com o que conseguiram da herança da Dona Maria Eugénia, foram necessárias outras importantes doações, neste caso concreto, feitas pelos próprios padres e irmãos oratorianos que, certamente ao presenciarem todas as dificuldades que a Congregação enfrentava, decidiram contribuir com as suas economias. As informações contidas nas fontes revelam, «importarão as suas esmolas perto de quatro mil cruzados»[24], sendo que só do padre João de Sousa, receberam o donativo de um conto de reis. Tudo somado, isto representou uma considerável soma em dinheiro, que em muito deve ter auxiliado as obras em curso.

8. Defeitos, erros e invasões

A construção da igreja da Congregação em Braga foi um empreendimento longo e desafiador, marcado por dificuldades financeiras e pela complexidade logística do projeto. Apesar do empenho incansável dos padres e da contribuição de diversas figuras influentes da cidade, a obra enfrentou inúmeros obstáculos, tanto pela limitação de recursos, quanto pela necessidade de negociar terrenos, propriedades e domínios, tentando, ao mesmo tempo, superar vários tipos de disputas legais. A edificação prolongou-se por várias décadas, consumindo avultadas quantias, oriundas principalmente de doações e esmolas de fiéis, sendo os principais contribuidores, os padres e irmãos da comunidade. Este esforço conjunto, unindo membros do clero e da elite local, levou à concretização de um espaço de culto que refletia a grandiosidade almejada pela Congregação.

Ainda assim, e apesar de todo o empenho, a igreja não foi completamente finalizada, ficando aquém do projeto idealizado, em que «ficou a Egreja com majestade, e formusura, mas com muitos defeitos, e defeitos substanciais»[25]. A seguir a esta afirmação, o redator detalha cada uma das imperfeições que identificou, apontando elementos que considerava deselegantes e inadequados à grandeza esperada. Esta

[22] Ibidem, *Memórias*..., fl. 33.
[23] Ibidem..., fl. 169.
[24] ADB, Fundo monástico conventual, *Titulos Dos Bens de Rais,* Parte I°..., fl. VII v.
[25] Ibidem..., fl. VII.

análise, embora austera, parece ter o propósito de evidenciar as falhas mais notórias, como uma crítica aos recursos despendidos, aos anos de obras, à má planificação e materiais usados[26]. Descrições como:

> (...) até a mesma Egreja se acabar de todo: e então se-lhe-fez hum estuque, mal feito em quanto á segurança, mas muito bom enquanto ao dezenho (...) aparecendo aqui hum estucador Italiano, chamado Angelo Fontana, natural de Roma segundo elle disia, fez em toda a Egreja o estuque, que agora se-vê, de muito trabalho, mas pouco gosto (...) tinha-se feito na Capella mor hum retábulo de perespectiva (como custumão dizer) muito bem feito; seguia inteiramente a architectura da Egreja, ainda que isto obrogou ao defeito de ficar o camarim muito alto, no 2º corpo. Para evitar este defeito, quando se fez o retábulo, que agora tem, prescindiu o Architecto da obra da mesma Egreja[27].

Embora austero, esse tipo de registo crítico sobre os critérios de avaliação estética em épocas passadas sobre como eram os conceitos de beleza, de funcionalidade e harmonia, permite-nos perceber as transformações arquitetónicas e o tipo de mudanças que ocorreram neste templo ao longo do tempo.

Embora os registos críticos sobre imperfeições estéticas tenham o seu valor, outros problemas igualmente significativos surgem na análise dos documentos e da gestão associada às obras e propriedades. Frequentemente, as descrições revelaram uma confusão generalizada quanto a questões práticas, como a identificação dos responsáveis por determinadas terras ou bens (Fafiães, 2015, p. 183). Surgiam dúvidas como: quem realmente herdara algo? Quem devia pagamentos e a quem? Que propriedades estavam em questão? Quem eram os seus reais usufrutuários? Quais eram as verdadeiras dimensões? Que bens pertenciam a esse imóvel? E se os foros correspondentes estavam a ser quitados de forma adequada às pessoas certas.

Esses erros administrativos e imprecisões evidenciam as dificuldades estruturais da época em fazer e manter registos claros e precisos, especialmente num contexto de heranças, prazos de vidas ou subemprazamentos complexos e com múltiplos intervenientes (Duarte, 1988, p. 115). As frequentes lacunas de informação ou contradições nos documentos geravam atrasos em projetos, conflitos e litígios, que muitas vezes se estendiam por anos. Apenas um excerto muito explicativo:

> (...) principiado a fazer a 2 de Janeiro de 1773, sendo Juiz do Tombo da Congregaçam Luiz Rodrigues Passos, neste 3º Tombo pouco ha que fiar, em quanto a elle se não fizerem alguas declarações, principalmente nos quintaes das Cazas do Campo de S. Anna, a cujo respeito há no dito Tombo muitos enganos, e confusões; o que se pode conhecer cotejando-o com os antigos (...)[28].

[26] Ibidem.
[27] Ibidem.
[28] ADB, Fundo monástico conventual, *Titulos dos Bens de Rais,* Parte Iº..., fl. X v.

A falta de padrões consistentes e de práticas rigorosas de catalogação gerava frequentes confusões, que se refletiam em litígios e atrasos na administração de propriedades. O excerto citado revela a dimensão dessas dificuldades, apontando especificamente, erros, enganos e omissões frequentes. A fonte apresenta diversos textos repletos de correções, tanto em relação às medidas das propriedades quanto aos nomes dos sucessivos proprietários diretos, oferecendo informações valiosas e úteis para a compreensão das sucessivas alterações e reorganizações administrativas das posses registadas. A comparação com documentos mais antigos, que se tentava fazer, à época, era necessária para corrigir as confusões, mas mesmo isso exigia um esforço meticuloso que nem sempre resultava em clareza completa. Este cenário demonstra não apenas a desorganização dos arquivos, mas também a ausência de mecanismos eficazes para corrigir ou prevenir tais problemas. A gestão de bens dependente de registos manuais e sujeitos à interpretação humana ficava vulnerável a erros que se perpetuavam ao longo das décadas, prejudicando tanto a manutenção de direitos como a execução de novos contratos, venda do património ou cobrança de impostos.

Essa desorganização administrativa teve um impacto ainda mais grave durante a invasão francesa de 1809, quando as dificuldades logísticas e a falta de clareza nos registos foram muitas deles, destruídos pela violência provocada pelas tropas napoleónicas. Tudo ocorreu no contexto da Segunda Invasão Francesa, comandada pelo marechal Soult (Marques,1989, p. 214). A cidade foi severamente afetada tanto por batalhas quanto por atrocidades cometidas pelas suas tropas. Apesar da bravura, a resistência não foi suficiente para impedir o avanço francês, que culminou na entrada em Braga. Durante a ocupação, a cidade sofreu destruições e saques, igrejas, conventos e propriedades foram alvos de pilhagem, com danos materiais e simbólicos profundos (Henrique, 2009, pp. 137-138). Foi o caso da Congregação em estudo; o seu templo conseguiu sobreviver a esta violência, mas já o seu património circundante não teve a mesma sorte:

> Mas em 20 de Março deste anno, pela manhã, dia fatal para Braga pela funesta invasão que nella fizeram os Franceses, forão as casas reduzidas a cinza, e quasi de todo arruinadas, não sei se casualmente, se de propozito. As circunstancias não permittirão hua pronta reedificação[29].

Após a retirada das tropas, a cidade estava profundamente marcada pela violência, morte e perda de importante património, tal como em outras cidades invadidas (Marques, 1989, pp. 215-216), e esse sentimento está refletido nas declarações que tivemos a oportunidade de ler.

[29] ADB, Fundo monástico conventual, *Titulos dos Bens de Rais*, Parte II°..., fl. XXXV.

Após as invasões francesas e os danos associados, a reconstrução e expansão da igreja enfrentaram desafios financeiros e administrativos, particularmente devido à extinção da Congregação do Oratório em 1834, no contexto da dissolução das ordens religiosas em Portugal. A igreja ficou inacabada por décadas, com a torre permanecendo como um símbolo da ambição não concretizada do projeto original. Apenas no século XX pela iniciativa de António Nogueira da Silva é que se revitalizaram os esforços para concluir a torre (Marques, 2009, p. 148).

Conclusão

A Congregação do Oratório de Braga desempenhou um papel significativo na história religiosa e cultural da cidade, mas a sua trajetória foi marcada por desafios e disputas. Desde a sua chegada e fundação, os oratorianos procuraram estabelecer-se e ter uma posição de destaque, tanto espiritual quanto física, junto da população bracarense. No entanto, a sua ambição encontrou obstáculos, como os conflitos patrimoniais que envolveram disputas complexas sobre a posse de terrenos e propriedades, essenciais para a sua expansão. A aquisição das casas necessárias para a construção do templo foi outro capítulo intrincado, repleto de dificuldades legais, negociações morosas e, por vezes, controvérsias que retardaram o progresso. A sua construção enfrentou várias demandas financeiras e administrativas que se prolongaram por décadas. Mesmo quando concluída, a igreja não escapou de críticas pela falta de coesão arquitetónica e erros estruturais. Além disso, os equívocos frequentes nos registos administrativos, associados a imprecisões sobre medidas, proprietários e obrigações financeiras, evidenciam um cenário de gestão desorganizada, próprio da época. Esse contexto foi agravado pela invasão francesa de 1809, que trouxe destruição à cidade e aos bens dos oratorianos, inserindo mais uma camada de dificuldade em uma história já repleta de desafios. A igreja só foi concluída com grande esforço devido à intervenção do comendador António Nogueira da Silva, em 1964, 130 anos depois de extinta e 261 anos desde o início da sua construção.

Fontes e Bibliografia

Abreu, B. B. (2022). *Modelação espacial na obra dos Congregados em Braga: Recursos geométricos e matemáticos na última campanha de obras do séc. XVIII* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho. https://hdl.handle.net/1822/80762

Abreu, L. (1999). *Memórias da Alma e do Corpo*. Edições Palimage.

Araújo, M. M. L. de (2017). *Enquanto o Mundo Durar: João de Meira Carrilho e o Legado Instituído na Misericórdia de Braga (Séculos XVII--XVIII)*. Santa Casa da Misericordia de Braga.

Bluteau, R. (1712-1728). *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico...: Autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V* (Vols. 1-8; 2 suplementos). Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu; Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva.

Bandeira, M. S. M. (2000). *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*. Edições Afrontamento.

Bandeira, M. S. (2006). Profiteri operam deo et urbi: De los 500 años de la obra urbana del arzobispo D. Diogo de Sousa (1505–1532) en Braga. *Revista de Estudos Euro [Regionais] Rexionais*, 1(1), 11–25. http://hdl.handle.net/1822/12814

Bandeira, M. S. (2011). A complexa relação entre as primeiras operações cadastrais e a cartografia urbana de meados do século XVIII: Desde o caso do Mappa das Ruas de Braga de 1750. Em *Primeiro Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica: Passado presente nos velhos mapas: conhecimento e poder*. Brasil, Paraty.

Carvalho, J. A. F. (2016). *Antes de Lutero: A Igreja e as Reformas Religiosas em Portugal no Século XV. Anseios e Limites*. Edições Afrontamento.

Carlotti, F.-X. (2023). Les affiliés à l'Oratoire de France: une nébuleuse entre silence et influence (XVIIIe siècle). In M.-M. de Cevins & C. Galland (Eds.), *Le salut par procuration: Jalons pour une histoire des confraternités ou affiliations régulières* (pp. 261-280). Presses Universitaires de Rennes.

Correia, C. C. (2021). *A Congregação do Oratório*. Edições Colibri.

Dona Maria I (1799). Decreto régio sobre a introdução das lotarias. Em A. Delgado da Silva (Org.), Collecção da legislação portugueza desde a última compilação das ordenações: Legislação de 1791 a 1801 (pp. 563-567). Typographia Maigrense.

Delumeau, J. (1973). *El catolicismo de Lutero a Voltaire* (M. Candel, Trad.). Editorial Labor.

Dias, G. J. A. C. (1993). O Mosteiro de Tibães e a reforma dos beneditinos portugueses no séc. XVI. *Revista de História*, 12, 95-134. http://hdl.handle.net/10216/13129.

Dias, G. J. A. C. (2000). Beneditinos. Em C. M. Azevedo (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Vol. I, pp. 202-208). Círculo de Leitores.

Duarte, L. M. (1998). Portugal do Renascimento à Crise Dinástica. Em J. Serrão & A. H. de Oliveira Marques (Dirs.), *Nova História de Portugal* (Vol. V, pp. 114-160). Editorial Presença.

Durães, M. (2000). *Herança e Sucessão. Leis, Práticas e Costumes no Termo de Braga (Séculos XVIII-XIX)* (Tomo I). [Tese de Doutoramento Policopiada, Universidade do Minho].

Gouveia, A. G. (1993). O enquadramento Pós--Tridentino e as vivências do religioso. Em J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal* (Vol. 4, pp. 290-301). Círculo de Leitores.

Fafiães, M. L. C. (2015). *Evolução Urbana de Braga na Época Moderna. Espaços públicos e periferia* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho. https://hdl.handle.net/1822/40793

Falcão, N. P. (2018). *Ecclesia Semper Reformada. A Congregação dos Lóios e a Reforma da Igreja (Itália, Portugal e África –1404-1580)*. Edições Afrontamento.

Fernández de la Cuesta, P. (1999). *La Congregación del Oratorio San Felipe Neri de Sevilla: gloria y glosa de tres siglos de historia, XVIII al XX*. Sevilha. Ediciones Guadalquivir.

Lehner, U. L. (2022). *The inner life of Catholic reform: From the Council of Trent to the Enlightenment*. Oxford University Press.

Lopes, Â., Gomes, G., Cabeleira, J., & Ralha, M. E. (2021). *O desenho da Capela de Nossa Senhora da Aparecida* (ed. Trilingue). Irmandade de Nossa Senhora das Dores e Santa Ana dos Congregados / Universidade do Minho. Repositório Institucional da Universidade do Minho. https://hdl.handle.net/1822/74622

Lopes, M. A. (2008). A Intervenção da Coroa nas Instituições de Protecção Social de 1750 a 1820. *Revista de História Social das Ideias*, 29, 131-176.

Matos, H. J. M. (2009). Os corregedores minhotos face às Invasões Francesas. Em *IV Congresso Histórico de Guimarães – Do Absolutismo ao Liberalismo* (pp. 133-154). Câmara Municipal de Guimarães.

Marques, J. F. (1989). *O clero nortenho e as invasões francesas: Patriotismo e resistência regional*. Revista de História, 9, 165-246.

Marques, J. (2009). Os Congregados de Braga, no contexto do Oratório Português. *Misericórdia de Braga*, nº 5, 133-180.

Milheiro, M. M. C. (2003). *Braga. A Cidade e a Festa no Século XVIII*. NEPS – Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Universidade do Minho.

Movellán, T. M. (1994). La capacidad del clero para apaciguar las disputas entre los campesinos montãneses del siglo XVIII. Em E. M. Ruiz & V. S. Grimón (Eds.), *Iglesia y Sociedad en el Antiguo Régimen* (Vol. 1, pp. 149-156). Universidad de Las Palmas de Gran Canaria.

Movellán, T. M. (2015). Usos de la justicia y arbitraje de los conflictos en el Antiguo Régimen: Experiencias en la Monarquía Hispánica. *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, 19, 209-235.

Oliveira, M. (1948). *História Eclesiástica de Portugal*. União Gráfica.

Oliveira, A. (2015). *Capítulos de História de Portugal (1580-1668)* (Vol. III). Palimage.

Paiva, J. P. (2000). As Missões Internas. Em C. M. Azevedo (Dir.), *História Religiosa de Portugal* (Vol. 2, pp. 239-250). Círculo de Leitores.

Peixoto, I. (2024). Espiritualidade e Devoção: as práticas testamentárias dos Oratorianos de Braga (séculos XII-XVIII) [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho. https://hdl.handle.net/1822/96127

Pina, M. I. P. C. (2011). *Os Lóios em Portugal: Origens e primórdios da Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista* [Tese de Doutoramento, FCSH Universidade Nova de Lisboa].

Santos, E. (1982). *O Oratório no Norte de Portugal*. Instituto Nacional de Investigação Científica.

Santos, E. (2001). Oratorianos. Em C. M. Azevedo (Dir.), *História Religiosa de Portugal* (Vol. 4, pp. 328-334). Círculo de Leitores.

Silva, R. M. A. (2011). *Casar com Deus: vivências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna* [Tese de Doutoramento, Universidade do Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho. https://hdl.handle.net/1822/19715.

Silva, H. R. (2018). O conflito como exercício de poder: notas sobre o Cabido da Sé do Porto (1683-1776). *Estudos de História Religiosa*, 25, 13-37.

Os legados pios perpétuos nas confrarias do Bom Jesus dos Santos Passos e das Santas Chagas de Braga: século XVIII

The pious perpetual legacies on the confraternities of *Bom Jesus dos Santos Passos e das Santas Chagas* of Braga: XVIII century

Norberto Tiago G. Ferraz
Investigador bolseiro
Lab2PT - Universidade do Minho
norberto.tiago1980@gmail.com
ORCID: 0000-0001-5270-5692

Bracara Augusta, 132 (2025), 183-197 | ISSN 0006-8640
DOI: https://doi.org/10.82564/revistabracaraaugusta.v72i132%20(145).11

Resumo // No século XVIII, na cidade de Braga, diversos fiéis preocupados com a libertação da sua alma das penas do Purgatório instituíram legados que previam a celebração de missas perpétuas com esse objetivo. Este artigo pretende analisar o perfil social das pessoas que, nas confrarias do Bom Jesus dos Santos Passos e na das Santas Chagas da Cividade, estabeleceram esses legados, bem como as características espirituais de que os mesmos eram constituídos.

Palavras-Chave:
Alma, Braga, Confrarias, Legados, Purgatório, Século XVIII.

Abstract // In the XVIII century in the city of Braga diverse woshippers, worried about the liberation of their souls from the punishments of Purgatory, instituted legacies that envisaged the celebration of perpetual masses with that purpose. This article wants to analise the social profile of the people that, in the brotherhoods of Bom Jesus dos Santos Passos and of Santas Chagas da Cividade established those legacies, as well as the spiritual characteristics of those same legacies.

Keywords:
Braga, Confraternities, Legacies, Purgatory, Soul, XVIII Century.

Este estudo inseriu-se num trabalho mais amplo de bolsa de doutoramento financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, sob o título «A morte e a salvação da Alma na Braga setecentista».

This study is part of a broader work of a doctorship grant financed by the Foundation for Science and Technology, under the title «Death and soul salvation in the Braga of XVIII century».

Introdução

A salvação da alma das penas do Purgatório era uma das preocupações espirituais mais presentes na mentalidade religiosa do catolicismo da Idade Moderna. Este lugar de purificação da alma após a morte não existia na teologia do cristianismo primitivo surgindo apenas já durante a Idade Média, no final do século XII. Nesse período, todavia, o Purgatório não tinha ainda a mesma relevância religiosa e social que os outros dois locais de destino da alma dos defuntos, o Paraíso e o Inferno. Considerava-se que seria um ponto de passagem no Além, para algumas almas que necessitavam de se libertarem e purificarem das culpas da vida terrena, como lembra Le Goff (1993, p. 385).

A reforma protestante do século XVI, no seu movimento de crítica ao cristianismo então vigente, viria contestar e negar qualquer validade religiosa do Purgatório. A resposta da Igreja Católica seria, a partir do Concílio de Trento, no sentido de aumentar e consolidar a sua importância: se até ali era um lugar de trânsito de certas almas, ele tornava-se desde então no local mais provável para onde as mesmas iriam após a morte, pois todos teriam sempre pecados e culpas na vida terrena que era necessário expiar. De facto, poucos teriam acesso quase imediato ao Paraíso. Por outro lado, conforme referem Binski (1996, pp. 24-25) e Raimundo (2007, p. 215) a condenação ao inferno estava destinada apenas para os que morressem em estado de pecado mortal, sem se confessarem e arrependerem antes da morte. O objetivo dos fiéis era agora pretender que esse tempo de permanência no Purgatório fosse encurtado e tal era possível através de orações públicas e privadas pelos defuntos, ou ainda pela celebração de missas em benefício das suas almas. Clérigos e leigos podiam deste modo contribuir para a libertação do Purgatório das almas dos mortos por quem pediam a Deus, como explicitam Araújo (2002, p. 286) e Ariès (1988, pp. 197-198).

É neste sentido que certos fiéis, querendo assegurar a salvação e libertação da sua alma estabeleceram legados pios perpétuos de celebração de missas em instituições como as confrarias, um facto igualmente constatado por Araújo (2016, pp. 186-187) e Black (1989, p. 122). O individuo doava bens de raiz ou uma quantia avultada em dinheiro à irmandade, a qual se comprometia a mandar celebrar missas em seu benefício. Estas eram pagas com os rendimentos dos bens de raiz, ou através dos juros provenientes do empréstimo do dinheiro a particulares que dele necessitassem, conforme explica Araújo (2001, p. 87) ou, ainda, Ramos (2015, pp. 333-355).

No século XVIII, época do apogeu barroco, existiam dezenas de confrarias nas paróquias da cidade de Braga com diversas denominações. O registo das suas atividades religiosas, sociais e económicas neste século é conservado nos seus importantes fundos documentais, tornando pertinente o seu estudo. Se algumas tinham como patronos Nossa Senhora e os Santos, outras, seguindo os ditames do Concílio de Trento, promoviam o culto das Almas do Purgatório, ou do Santíssimo Sacramento.

Por seu turno, havia igualmente irmandades que prestavam culto devocional a diversos aspetos ligados à paixão e morte de Cristo. É neste âmbito espiritual e religioso que se inserem a confrarias do Bom Jesus dos Santos Passos e a das Santas Chagas da Cividade.

Era a estas instituições que muitos bracarenses setecentistas aderiam, movidos pela piedade religiosa, mas também com o intuito de se integrarem num grupo social e espiritual de fiéis na comunidade e, ao mesmo tempo, receberem vantagens para as suas almas, pois as confrarias mandavam celebrar missas pelos seus irmãos defuntos, além de os acompanharem até à sua sepultura.

Não existem, até ao presente, estudos aprofundados sobre a história destas duas confrarias bracarenses da Idade Moderna. Os dados conhecidos atualmente permitem, ainda assim, tentar estabelecer alguns factos. A confraria das Santas Chagas estava localizada na igreja paroquial de São Tiago da Cividade, na qual tinha um altar para as suas celebrações. Não sabemos ainda a data da sua fundação. Existem maiores certezas, todavia, sobre o seu fim, que ocorreu em 1774, motivado provavelmente pelas dificuldades financeiras da irmandade. Esta foi então unida à irmandade de Santa Cruz[1].

Por seu turno, a irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos poderá ter sido fundada em finais do século XVI, quando se começou a construir o Convento e Igreja do Pópulo onde ficaria alocada ou, em alternativa, nas primeiras décadas do século XVII. Sabemos que já estava em funcionamento no ano de 1628 e tinha a seu cargo organizar e efetuar a Procissão dos Passos na Semana Santa, tornando-se numa das irmandades mais importantes da cidade na Época Moderna.

Esta irmandade viria a ter conflitos com a comunidade monástica da igreja onde estava inserida, que se traduziriam na mudança da sua sede para a Igreja de Santa Ana[2], em 1722. Não seria, todavia, a sua última sede. No ano de 1769, o arcebispo Dom Gaspar de Bragança ordenou que a irmandade se instalasse na capela da Senhora da Lapa, pois por questões urbanísticas deu ordem para a demolição da igreja de Santa Ana. Por fim, em 1771, o arcebispo bracarense interveio novamente, determinando que esta confraria se instalasse no templo de Santa Cruz, propriedade da irmandade do mesmo nome, com a qual se deveria igualmente unir, processo que decorreu entre 1771 e 1772. Não temos, até ao momento dados que nos indiquem o porquê desta união. A irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos não parecia estar com as dificuldades da sua congénere das Santas Chagas[3].

---

[1] Arquivo da Igreja de Santa Cruz (doravante AISC), Fundo da Confraria das Santas Chagas da Cividade, *Livro de Estatutos da Irmandade das Santas Chagas, 1761*, fl. 31.

[2] Esta igreja estava localizada no Campo de Santa Ana, atual zona da Avenida Central na cidade de Braga. AISC, Fundo da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, *Livro de termos de mesa e junta da irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1686-1740,* fls. 427-430.

[3] AISC, Fundo da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, *Livro de termos de mesa e junta da irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1686-1740,* fls. 427-430, 447v; *Livro de termos de mesa da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1740-1772,* fls. 627, 633, 687; *Reforma do contrato entre os religiosos do Pópulo e a Irmandade dos Santos Passos, 1706*, fls. 1-19.

Durante o século XVIII estas duas irmandades receberam legados pios perpétuos instituídos por diversos indivíduos que pretendiam sufragar espiritualmente as suas almas, procurando libertá-las das penas do Purgatório. Devemos assinalar que estes legados podiam ser estabelecidos ainda durante a vida da pessoa, mediante um contrato com a irmandade, ou, em alternativa, deixá-los destinados em testamento, havendo, como se percebe, a hipótese de a confraria recusar esse encargo se o não considerasse vantajoso.

O estudo das fontes documentais de ambas as irmandades baseou-se essencialmente nos livros de atas, bem como nos de missas dos legados. Ele revelou a existência de oito legados pios perpétuos recebidos pelo conjunto das duas instituições, sendo sete da parte da irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos e um pela confraria das Santas Chagas da Cividade.

Uma análise mais cuidada demonstrou igualmente que seis destes legados foram estabelecidos por via testamental e os restantes mediante um acordo contratual celebrado ainda em vida do seu instituidor[4]. Ou seja a maioria destes indivíduos estaria, portanto, confiante que as confrarias aceitariam os legados nas condições que deixavam prescritas nas suas últimas vontades, como também constatou Abreu (1999, p. 144). É possível que, em alguns destes casos, antes do falecimento dos instituidores, já tivesse existido um contacto prévio não formal entre ambas as partes, onde ficasse acordado o estabelecimento dos referidos legados pios perpétuos.

1. Perfil dos instituidores de legados

A primeira dimensão de análise que devemos ter em atenção é a caracterização do perfil social de cada um dos indivíduos que, durante o século XVIII, escolheram estas confrarias como as destinatárias dos legados que pretendiam instituir. Existiriam pessoas dos dois sexos? Quais eram as suas profissões? Eram indivíduos que viviam em Braga, ou também surgiram pessoas de fora da cidade que recorreram às irmandades bracarenses para poderem dar execução aos seus anseios espirituais?

Um ponto que devemos esclarecer é o de referir que, apesar de serem oito os legados identificados, são apenas sete os instituidores, pois um mesmo indivíduo estabeleceu, na irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, dois legados pios perpétuos. Feita esta ressalva inicial, constatámos, em primeiro lugar, que apenas uma destas pessoas era do sexo feminino, sendo os restantes homens. Provavelmente, a maior capacida-

[4] Embora num destes casos, certas especificidades do legado só viessem a ser aclaradas pelo testamento do referido instituidor. Sobre os legados, AISC, Fundo da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, *Livro de termos de mesa e junta da irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1686-1740,* fls. 663v, 716; *Livro de termos de mesa da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1740-1772,* fls. 121v, 475v-476, 477, 544v-545, 669; Fundo da Confraria das Santas Chagas da Cividade, *Livro dos termos de mesa da Irmandade das Santas Chagas da Cividade, 1658-1774*, fls. 283-287, 318v.

de económico-financeira destes últimos deve explicar tal facto, pois o estabelecimento dos legados pios perpétuos, especialmente aqueles de celebração de maior número de sufrágios, acarretava a aplicação de fundos monetários ou bens de raiz que não estava ao alcance de todos. Esta constatação remete-nos também de imediato para a posição socioeconómica de cada um dos instituidores estudados. Apesar de se tratar de um número reduzido de indivíduos, encontraremos algumas tendências a esse respeito?

Na verdade, metade dos oito legados identificados nas duas confrarias bracarenses foram estabelecidos por elementos do clero, os padres José Gomes em 1739, António Lopes da Silva em 1770, Manuel de Andrade Machado no ano de 1766 e o abade António Francisco Antunes, em 1742[5]. Este facto não parece suscetível de causar surpresa. Tratando-se de membros da Igreja, tendo a seu cargo a celebração dos atos religiosos e de culto católico, bem como da influência do pensamento dos fiéis no que dizia respeito à doutrina cristã, é compreensível que procurassem, por um lado, salvaguardar a salvação das suas almas, como também, por outro, apelar aos fiéis, através do seu exemplo, a que investissem no resgate das penas do Purgatório. De facto, de que valeria à Igreja Católica suscitar ao seu «rebanho» a necessidade de salvar a alma, se os seus próprios membros não tomassem essa iniciativa? Como demonstra Fernandes (2016, p. 27), reportando-se ao estabelecimento dos legados da Misericórdia de Penafiel, o clero local estava igualmente aí presente.

Devemos também ter em atenção que vários sacerdotes em Braga, na época, tinham o seu ganha-pão na celebração de missas perpétuas em favor das almas dos defuntos nos templos locais. Estes clérigos estavam, por isso, a par do funcionamento desta atividade espiritual religiosa pela salvação das almas, que lhes geravam dividendos financeiros. Os meios espirituais para alcançar a salvação eram, pois, geradores de uma atividade económica, como sublinham Marques (2000, p. 593) e, também, Penteado (1987, pp. 59-60). Na verdade, o padre António Lopes da Silva foi um dos presbíteros que, em vida, teve a seu cargo celebrar eucaristias perpétuas instituídas na irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos[6].

Dois legados foram criados por Manuel Vieira de Azevedo em 1746, o qual era mercador. O comércio era já então um setor importante na cidade, possibilitando o enriquecimento dos indivíduos que a ele se dedicavam. O facto deste homem ter deixado dois legados em simultâneo, no seu testamento, é demonstrativo da sua capacidade financeira, especialmente se atendermos, como adiante veremos, à periodicidade sufrágica determinada em cada um deles[7].

---

[5] AISC, Fundo da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, *Livro de termos de mesa e junta da irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1686-1740*, fl. 663v; *Livro de termos de mesa da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1740-1772,* fls. 544v-545, 669; Fundo da Confraria das Santas Chagas da Cividade, *Livro dos termos de mesa da Irmandade das Santas Chagas da Cividade, 1658-1774*, fls. 283v-285.

[6] AISC, Fundo da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, *Livro de termos de mesa da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1740-1772,* fl. 25.

[7] AISC, Fundo da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, *Livro das certidões das missas dos legados da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1755-176*4, fls. 5-76; *Livro de termos de mesa da irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1740-1772*, fls. 121v, 182v.

O perfil social dos dois últimos indivíduos analisados levanta-nos maiores dúvidas e questões. A única mulher presente neste estudo foi Custódia Correia de Carvalho, no ano de 1740. Dela sabemos que se tratava de uma «moça donzela», filha de João Carvalho, odreiro, e sua esposa, Ana Cerqueira. Ou seja, tratar-se-ia de uma mulher ainda jovem, filha de um indivíduo que não nos parece de condição social abastada, e a quem não é identificada a posse de bens avultados. Não sabemos, portanto, como lhe foi possível à época estabelecer um legado pio perpétuo o qual, como igualmente veremos, tinha também uma periodicidade celebrativa frequente, implicando um investimento maior[8].

Por fim, em relação a Manuel Pereira de Carvalho, em 1764, sabemos apenas que tinha emigrado para a então colónia do Brasil, seguindo o exemplo de muitos portugueses nessa centúria, que demandavam terras de Vera Cruz para enriquecer. No entanto, as fontes documentais não nos indicam a que atividade económica se dedicou, apenas que aí faleceu. É possível que fosse um homem de negócios, a exemplo do que sucedia com Domingos Rodrigues da Costa Braga, que, a partir da Bahia, contactou com Feliciano Rodrigues Zenha para agir como seu procurador em Braga, com o fim de estabelecer o legado determinado por Manuel Pereira de Carvalho. O uso de intermediários, a exemplo do que refere Magalhães (2013, p. 30) era, por vezes, inevitável. É provável que o referido Domingos Rodrigues fosse o testamenteiro[9].

Este facto direciona-nos finalmente para a proveniência destas pessoas. Como podemos já constatar, nem todos eram residentes em Braga. Manuel Pereira de Carvalho, para além de ter falecido na paróquia de Nossa Senhora da Abadia no arcebispado da Bahia, era natural da freguesia de S. Salvador de Ramalde, no Porto. Aparentemente não teria uma ligação direta com a cidade de Braga ou com a irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, que recebeu o seu legado. É possível que no testamento tivesse dado liberdade ao testamenteiro para escolher, em Portugal, a irmandade à qual seria atribuído o legado, e que o dito testamenteiro já tivesse recebido recusas anteriores, mas é uma mera suposição que colocamos.

O padre Manuel Andrade Machado parece ter sido sacerdote na freguesia de Gagos no concelho de Celorico de Basto. Este indivíduo poderia ser natural de Braga, ou estar a par do prestígio social e religioso da irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, justificando a sua escolha. Todavia, do mesmo modo, apenas podemos colocar hipóteses a esse respeito. Os restantes indivíduos eram todos residentes na cidade de Braga: o padre José Gomes e o mercador Manuel Vieira de Azevedo, na Rua do Souto, Custódia Correia de Carvalho, na Rua das Águas, o reverendo António Lopes da Silva

[8] AISC, Fundo da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, *Livro de termos de mesa e junta da irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1686-1740,* fl. 716.

[9] AISC, Fundo da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, *Livro de termos de mesa da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1740-1772,* fls. 475v-477.

do Campo de Santa Ana e o abade António Francisco Antunes da Rua da Fonte da Carcova, que provavelmente deixara a sua Igreja de Fragoso em Barcelos[10].

2. Periodicidade das celebrações perpétuas

Uma segunda dimensão em análise refere-se à periodicidade com que deviam ser celebrados os sufrágios determinados pelos seus instituidores. Na verdade, o número de missas em cada ano era variável. Os legados estabelecidos por Custódia Correia de Carvalho, Manuel Pereira de Carvalho e Manuel Vieira de Azevedo (quatro legados no total, pois relembramos que este último indivíduo instituiu dois em simultâneo) eram de uma missa quotidiana, ou seja, previam a celebração de uma eucaristia todos os dias, com exceção da sexta-feira santa. Esta periodicidade só era possível mediante um investimento bastante assinalável, pois implicavam o pagamento de cada missa diária ao padre capelão, mas eram frequentes na Época Moderna como constata Castro (2006, pp. 532-536)[11].

É esse aspeto que nos surpreende relativamente a Custódia Correia, pois o seu perfil social parece-nos *a priori* completamente oposto à possibilidade de estabelecer esta celebração de missas diárias «enquanto o mundo durasse». Se o mercador Manuel Vieira de Azevedo e o «brasileiro» Manuel Pereira de Carvalho terão certamente enriquecido ao longo da sua vida, de modo a terem esta capacidade, o mesmo não parece suceder com Custódia Correia, filha de um odreiro. Teria esta mulher alguém a «patrocinar» o legado, mas que preferiu ficar na «sombra?» É uma hipótese que podemos levantar.

O legado do Padre Manuel de Andrade Machado era de duas missas semanárias, ou seja, implicava a celebração de dois sufrágios, todas as semanas, em dias que não determinou e que deixou ao critério da irmandade, possibilitando-lhe deste modo maior flexibilidade celebrativa, factor que não era de menosprezar, quando as confrarias começavam a acumular crescentes encargos espirituais, conforme iam aceitando novos legados. Como demonstra Pereira (2005, p. 156) a celebração semanal de missas perpétuas estava também presente na Idade Moderna[12].

---

[10] AISC, Fundo da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, *Livro de termos de mesa e junta da irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1686-1740,* fls. 663v, 716; *Livro de termos de mesa da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1740-1772,* fls. 121v, 474v-475 ; *Livro de certidões das missas dos irmãos defuntos da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos e Santa Ana, 1752-1778,* fls. 508-536v; Fundo da Confraria das Santas Chagas da Cividade, *Livro dos termos de mesa da Irmandade das Santas Chagas da Cividade, 1658-1774,* fls. 285-287.

[11] AISC, Fundo da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, *Livro de termos de mesa e junta da irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1686-1740,* fl. 716*; Livro de termos de mesa da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1740-1772,* fls. 121v, 475v-476. Sobre legados quotidianos leia-se Castro (2006, pp. 532-536).

[12] AISC, Fundo da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, *Livro de termos de mesa da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1740-1772,* fls. 544v-545.

Este sacerdote não foi o único a estabelecer um legado que previa a realização de celebrações de um âmbito mais limitado do que as missas diárias mas, ainda assim, de forma constante e regular. O abade António Francisco Antunes deixou preceituada a celebração de 132 missas em cada ano. A confraria das Santas Chagas, que aceitou o legado, e talvez seguindo indicações prévias deste sacerdote, decidiu que 104 dessas missas teriam lugar de forma bissemanal, e as restantes 28 ao longo do ano, aparentemente sem data fixa. Contatamos, deste modo, uma certa preocupação com a necessidade de organizar o calendário das missas instituídas por legado, mas, novamente, sem abdicar de alguma flexibilidade na satisfação dos encargos espirituais[13].

Devemos realçar que a instituição deste legado sofreu algumas alterações em relação ao que inicialmente estava previsto. Na verdade, na primeira proposta que o referido abade fez à confraria das Santas Chagas, em fevereiro de 1742, apenas constava a celebração de duas missas semanárias. Dois meses mais tarde tomou então a decisão de o alargar a 132 missas anuais. Como vemos, parece ter havido uma reflexão por parte do clérigo, motivando a alteração do total de missas celebradas. Ele terá considerado dispor de meios financeiros para proceder a um tal acréscimo, que deve ter sido motivado pela vontade de alargar as intenções de almas que pretendia libertar do Purgatório, como veremos[14].

O padre José Gomes determinou que o seu legado corresponderia a metade de um legado de eucaristias quotidianas, mas acrescentado da celebração de três missas no dia de Natal e ainda de outras três missas distribuídas pelas três principais festas da Igreja Católica em cada ano. Uma análise das fontes documentais relativas aos compromissos sufrágicos da irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos permite-nos compreender de que forma este legado ficou organizado. Deste modo, em cada mês eram celebradas 15 missas, entre três a quatro por semana. No mês de dezembro eram acrescentadas, como vimos, três missas no dia de Natal, a exemplo do que sucedeu com outros instituidores de legados estudados por Garcia Fernández (1996, p. 286). Um estudo mais detalhado das fontes possibilitou igualmente saber em que dias festivos da Igreja tinham lugar as restantes três eucaristias: uma em dia de Todos-os-Santos, outra no domingo do Espírito Santo e uma terceira no dia de Páscoa[15].

Deste modo, a pessoa associava as suas aspirações espirituais a datas-chave no calendário católico: ao nascimento e ressurreição de Cristo, ao dia de comemoração de todos os santos que estavam na glória divina, à qual aspirava, e que era a antecâmara do dia de recordação de todos os defuntos e, finalmente, o domingo em que a terceira pessoa da Santíssima Trindade descera sobre os apóstolos. Nestes dias

[13] AISC, Fundo da Confraria das Santas Chagas da Cividade, *Livro dos termos de mesa da Irmandade das Santas Chagas da Cividade, 1658-1774*, fl. 318v.

[14] AISC, Fundo da Confraria das Santas Chagas da Cividade, *Livro dos termos de mesa da Irmandade das Santas Chagas da Cividade, 1658-1774*, fls. 283v-285, 286v-287.

[15] AISC, Fundo da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, *Livro das certidões das missas dos legados de Santa Ana, 1721-1737 e da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1726-1858*, fls. 487-493.

solenes de grande afluência dos fiéis aos templos, o instituidor não descuidara que a sua alma fosse relembrada através de missas celebradas nos altares do templo da irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos.

Um último legado, instituído pelo Padre António Lopes da Silva, era de cariz bem diferente. Este clérigo possuía uma imagem de Santo António e outra do Menino Jesus que deixara a duas sobrinhas. Após o falecimento de ambas, as imagens deveriam ser colocadas na capela de Nossa Senhora da Lapa, na qual, à época, estava alocada a irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos. Nos dias festivos de Santo António e do Menino Jesus, era vontade do sacerdote que a irmandade tivesse acesas duas velas junto às respetivas imagens, assinalando a data. Portanto a periodicidade seria provavelmente de dois dias, a 13 de junho, dia de Santo António e a 25 de dezembro, dia de Natal[16].

Este legado distingue-se dos restantes por não prever qualquer celebração de missas. Era vontade do testador que as suas imagens religiosas, às quais teria uma veneração pessoal, pudessem ter no futuro um destino certo associando-se a dois eventos festivos. Todavia não devemos excluir a hipótese de a sua intenção ter sido igualmente a de esperar que os fiéis, ao comparecerem na Igreja da Lapa nos dias referenciados, vissem as velas acesas junto às imagens e se lembrassem da sua alma e memória. Como refere Fernandes (2019, pp. 467-473), vários indivíduos escolhiam os dias festivos para a celebração dos seus legados pios.

O que acabámos de analisar a respeito da periodicidade e especificidade deste último legado leva-nos a questionar a dimensão seguinte: quais eram efetivamente as intenções espirituais que motivaram estes indivíduos? A salvação das suas próprias almas era o seu único propósito?

3. Intenções das celebrações perpétuas

Efetivamente, nos oito legados estudados, encontramos uma certa diversidade nas intenções espirituais manifestadas pelos seus instituidores. Não devemos, contudo, deixar de constatar uma expectável prevalência pela salvação da alma do próprio instituidor. Assim aconteceu com o legado instituído pelo padre José Gomes, como também por Manuel Pereira de Carvalho e por um dos legados instituídos pelo mercador Manuel Vieira de Azevedo: estes tinham somente por objetivo a celebração de missas para salvar a alma dos seus instituidores. O compromisso espiritual destas celebrações pias perpétuas focava-se na libertação exclusiva da alma de quem as estabelecera. Manifestava-se, desta forma, o desejo dos instituidores de, no mais breve

[16] AISC, Fundo da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, *Livro de termos de mesa da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1740-1772*, fl. 669.

espaço de tempo possível, purificarem as suas almas e alcançarem a graça divina no Paraíso[17].

No entanto, os restantes legados analisados, à exceção da especificidade que já referimos no que foi estabelecido pelo padre António Lopes da Silva, tinham um alcance de intenções mais alargado. O segundo legado do mercador Manuel Vieira de Azevedo, de missa diária, era variável ao longo do ano no que dizia respeito às suas intenções. Do mês de janeiro até ao mês de abril, todas as eucaristias celebradas eram em favor das almas dos seus pais e dos seus irmãos. Em seguida, os sufrágios do mês de maio até ao mês de outubro tinham por finalidade a salvação da alma dele instituidor. Finalmente, as missas dos meses de novembro e de dezembro pretendiam beneficiar a alma do Dr. João Alves Pereira.

Portanto, este indivíduo mostrava-se preocupado não só em salvar a sua alma, mas também as daqueles que foram o seu núcleo familiar mais próximo. Ele aspirava a reconstituir no Paraíso a sua família terrena, gozando da salvação eterna. Nada sabemos em concreto sobre a identidade do referido Dr. João Alves Pereira a quem este mercador da Rua do Souto destinou a intenção espiritual das missas dos meses de novembro e dezembro. Mas pensamos que não andaremos longe da verdade, se dissermos que seria alguém ligado ao instituidor por relações sociais próximas de amizade e possivelmente até de quem recebera algum benefício importante[18].

Por seu turno, o legado de duas missas semanárias do padre Manuel de Andrade Machado distribuía-se de forma equitativa: uma das celebrações era por sua alma, e a outra pelas de todos aqueles que estavam ainda retidos no Purgatório. Este sacerdote, para além de aspirar naturalmente à sua rápida salvação, pretendia abranger nesse desiderato as almas de todos aqueles que ainda tinham de se purificar para alcançar o Paraíso. Era uma forma de solidariedade espiritual. A glória eterna só faria sentido sendo vivida de forma comunitária, com todos os crentes em Cristo[19].

Todavia, não há qualquer dúvida que, entre os indivíduos analisados, o «prémio» de caridade espiritual desinteressada foi para Custódia Correia de Carvalho. Já tínhamos referido que esta moça donzela, filha de um odreiro, nos surpreendera ao estabelecer um legado de missas perpétuas diárias, pois era um avultado investimento, para o qual não conseguíamos encontrar base económica no seu perfil social. No entanto, podemos considerar ser essa surpresa ainda maior ao verificarmos que todas as missas instituídas por este legado, celebradas diariamente, tinham como único e

[17] AISC, Fundo da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, *Livro de termos de mesa da irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1686-1740,* fls. 672v-673; *Livro de termos de mesa da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1740-1772*, fls. 475v-476; *Livro das certidões das missas dos legados da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1764-1772*, fls. 331v-373.

[18] AISC, Fundo da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, *Livro das certidões das missas dos legados da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1764-1772*, fls. 331v-373.

[19] AISC, Fundo da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos*, Livro das certidões das missas dos legados da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1764-1772*, fls. 331v-373.

exclusivo fim o resgate de todas as almas do Purgatório! Aliás, o início da celebração dos sufrágios teria lugar logo após a aceitação do legado, ou seja, ainda em vida desta mulher[20].

Ou seja, a exemplo de outras mulheres da Idade Moderna dedicadas a Deus e à oração como refere Fleck (2021, pp. 151-152), Custódia Correia de Carvalho era certamente uma mulher bastante devota do culto religioso em favor das almas do Purgatório, aplicando um avultado investimento monetário para esse fim somente. As circunstâncias em que este facto ocorreu estão, no entanto, por explicar, pois as fontes documentais são omissas a esse respeito. Esta preocupação espiritual teria sido desenvolvida através de um contacto próximo desta mulher com os membros da igreja bracarense? Teria ela, entre os seus parentes mais próximos, indivíduos do clero local? Seriam estes homens a instrui-la no sentido de tomar a decisão de instituir um legado de missa diária em favor das almas do Purgatório em geral? E de onde lhe vieram os meios monetários para o fazer? São questões a que ainda não podemos dar respostas, justificando-se deste modo um estudo mais aprofundado sobre o perfil social desta mulher.

Como referimos anteriormente, o legado do abade António Francisco Antunes foi sendo ponderado e modificado ao longo de dois meses. Uma análise de todas as intenções determinadas por este homem para as 132 missas anuais que deixou instituídas pode ajudar-nos a perceber o porquê dessa reflexão. Na verdade, ele parece ter pensado longamente de forma a não deixar de fora ninguém das suas relações, tal foi o número de pessoas por intenção de quem deixou a celebração destas missas.

Uma parte destes sufrágios era de âmbito pessoal e familiar. Este homem determinou que 46 eucaristias anuais seriam pela salvação da sua alma e 30 pelas dos seus pais. Em seguida preceituou a celebração pelas almas das suas tias Maria Dias e Domingas Dias, de 16 missas por cada uma, num total de 32, portanto. Parece-nos ser claro que o instituidor teve uma relação de grande proximidade e afetividade com estas tias. É possível que as duas mulheres tenham ajudado a criar António Francisco Antunes, se este tivesse ficado órfão em tenra idade.

As intenções espirituais familiares não se circunscreviam aos parentes mencionados. Este sacerdote destinou oito missas por alma de Maria Simões, mãe das referidas tias, três por alma de André Dias, que talvez fosse o pai das mesmas, embora as fontes documentais não o refiram explicitamente, bem como quatro missas pelas obrigações das tias e três pelas obrigações dele mesmo testador. Para concluir o âmbito familiar dos sufrágios determinou a celebração de duas missas por alma do irmão Frei Domingos de São Francisco. Pensamos que as missas das «obrigações» poderiam ser em favor das almas de outros parentes por quem deviam pedir a Deus pela sua salvação. Como vemos, o abade António Francisco Antunes foi bastante de-

[20] AISC, Fundo da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, *Livro de termos de mesa da irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1686-1740*, fl. 716; *Livro de termos de mesa da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1740-1772*, fl. 7.

talhado nas intenções familiares das eucaristias que deixou instituídas, a exemplo de outro indivíduo na Misericórdia de Braga estudado por Castro (2006, p. 495).

Todavia este legado não se cingiu à família do referido abade. Ele deixou uma missa por alma de todos os seus verdadeiros amigos e benfeitores, tanto nas questões materiais como espirituais, bem como outra eucaristia por alma de todos aqueles que encomendassem a sua alma a Deus e pelas almas dos mestres que o haviam ensinado. O testador reconhecia a importância das suas relações sociais de amizade, dos que tinham beneficiado a sua situação socioeconómica, e espiritual, e ainda provavelmente dos mestres que no seminário o tinham conduzido até ao sacerdócio. Portanto, todo o meio social, religioso e afetivo da sua vida era merecedor do seu reconhecimento, e o instituidor pretendia reconstitui-lo no Além na forma mais breve possível. Para além disso, ao destinar que uma das missas, tinha como uma das intenções, todos aqueles que o encomendassem a Deus, este homem apelava a que qualquer pessoa que o conhecesse ou soubesse do legado orasse pela sua alma.

Por fim, António Francisco Antunes decidiu que uma missa seria por alma de Gabriel de Barros mercador da Rua do Souto, outra pela alma do seu testamenteiro o padre Manuel José Brandão Pereira, quando este falecesse, e uma terceira missa por qualquer pessoa que lhe fizesse «algum bem», nomeando em concreto os pais do testamenteiro. É possível que estas pessoas lhe tivessem feito «algum bem» de forma esporádica, ao contrário dos outros benfeitores que o teriam sido de forma mais contínua. Todavia, o abade António Francisco Antunes não quis esquecer ninguém neste legado, mostrando-se agradecido, e procurando corresponder espiritualmente[21].

Não sabemos qual a relação com Gabriel de Barros, mas talvez se tratasse de um amigo mais próximo. A missa em benefício do testamenteiro era certamente uma forma de o recompensar pelo trabalho na execução da sua última vontade. Curiosamente, o testamenteiro renunciou a esse benefício espiritual, comunicando à confraria das Santas Chagas, que a missa que se rezaria pela sua alma fosse antes em benefício da alma do testador falecido. O que podemos constatar é que este legado parece realmente ter passado por uma grande ponderação do referido abade António Francisco: as suas cláusulas espirituais foram delineadas de forma a que nenhuma pessoa das suas relações sociais e familiares fosse esquecida, numa aspiração à reconstituição destas ligações afetivas no Paraíso.

Devemos ainda salientar que os legados analisados foram todos instituídos tendo por base a doação às irmandades de quantias em numerário. Houve, todavia, uma situação singular com um dos legados estabelecidos por Manuel Vieira de Azevedo, no valor de três mil cruzados. O testamenteiro propôs, temporariamente, entregar os juros dos rendimentos de bens de raiz deixados pelo testador e que estavam de posse dele testamenteiro, para pagar as missas. Para maior segurança da irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, propôs igualmente hipotecar-lhe os mesmos bens.

[21] AISC, Fundo da Confraria das Santas Chagas da Cividade, *Livro dos termos de mesa da irmandade das Santas Chagas da Cividade, 1658-1774,* fl. 318v.

A confraria aceitou a proposta[22]. É possível que o instituidor não tivesse deixado logo disponíveis, na hora da morte, os referidos três mil cruzados.

A questão da base financeira que sustentou estes legados leva-nos ainda a uma última consideração. Sabemos que, ao longo do tempo, com a desvalorização da moeda, e aumento do custo das missas, os fundos monetários geravam juros insuficientes para dar cumprimento à satisfação de todas as eucaristias. Por outro lado, como lembra Abreu (1999, p. 302) a legislação pombalina de 1769 restringiu os gastos pios que era possível efetuar nos legados existentes, mas apenas naqueles fundados em bens de raiz, o que não foi o caso dos legados estudados. De facto, como refere Penteado (2000, pp. 462-464) na segunda metade do século XVIII várias irmandades viram-se confrontadas com esta situação, relativamente aos legados mais antigos, solicitando assim à Igreja que diminuísse os encargos pios inicialmente previstos pelos instituidores, pretensão que era geralmente atendida. Todavia, este cenário não chegou a colocar-se nos legados estudados, até à extinção de ambas as confrarias na década de 1770.

Conclusão

Os legados instituídos na irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos e na das Santas Chagas da Cividade são uma pequena amostra do investimento que foi efetuado pelos bracarenses do século XVIII com o objetivo de salvar as suas almas dos castigos do Purgatório. Como verificámos ao longo deste artigo, tal aspiração, em certos instituidores, estendeu-se a familiares, amigos e até a todas as almas do Purgatório sem distinção. O anseio pelo Paraíso traduzia-se, nestes casos, pelo desejo de recriação das convivências sociais deste mundo no Além. Através da celebração diária, semanal ou por diversos dias em cada ano, os crentes respondiam ao apelo da Igreja sobre a pertinência de cuidar da salvação: não foi deste modo uma surpresa que algumas das pessoas que estabeleceram legado fossem elementos do clero, mas o receio de uma longa estadia no Purgatório, motivou indivíduos de outros grupos sociais, com meios ao seu dispor para libertar as suas almas.

Por outro lado, ao determinarem a celebração de missas a título perpétuo, cremos que estes fiéis pretendiam manter um laço com o mundo dos vivos. É verdade que o momento da saída do Purgatório era apenas determinado por Deus. Mas uma vez alcançada a salvação das suas almas e de parentes e amigos, qual a intenção das missas destinadas por estes indivíduos? Custódia Correia de Carvalho, como vimos, decidira que as eucaristias perpétuas eram por todas as almas do Purgatório. Mas os restantes instituidores poderão ter igualmente pensado que a celebração dos sufrágios manteria presente no mundo dos vivos a sua memória e a daqueles que lhes eram próximos.

[22] AISC, Fundo da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, *Livro de termos de mesa da Irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1740-1772,* fl. 182v.

Bibliografia

Abreu. L. (1999). *Memórias da alma e do corpo: a Misericórdia de Setúbal na modernidade.* Palimage Editores.

Araújo, A. C. (2002). Corpos sociais, ritos e serviços religiosos numa comunidade rural. As confrarias de Gouveia na Época Moderna. *Revista Portuguesa de História,* Tomo XXV, 273-296.

Araújo, M. M. L. de (2001). *A confraria do Santíssimo Sacramento de Pico de Regalados (1731-1780)*. ATAHCA.

Araújo, M. M. L. de (2016). A festa dos fiéis defuntos na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII e XVIII). *CEPHIS,* 6, 183-200.

Ariés, P. (1988). *O homem perante a morte II – a morte asselvajada*. Publicações Europa-América.

Binski, P. (1996). *Medieval death ritual and representation.* Cornell University Press.

Black, C. F. (1989). *Italian confraternities in the sixteen century.* Cambridge University Press.

Castro, M. F. (2006). *A Misericórdia de Braga. Assistência material e espiritual.* Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Fernandes, P. S. (2016). Aliviar as almas e os corpos através da transmissão de bens para a Misericórdia de Penafiel. Em M. M. L. de Araújo (Coord). *A intemporalidade da Misericórdia. As Santas Casas portuguesas: espaços e tempos* (pp. 13-42). Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Fernandes, P. S. (2019). Salvar a alma, perpetuar o nome e fomentar o culto divino através da realização de festas religiosas. O legado do Dr. Manuel da Costa Velho, abade de Castelões de Cepeda, na segunda metade do século XVIII. *CEPHIS,* 9, 461-484.

Fleck, E. C. D. (2021). Sobre mulheres aficionadas à oração e à mortificação dos sentidos (Província jesuítica do Paraguai, séculos XVII e XVIII). Em M. M. L. de Araújo, C. Contente & A. Esteves (Coords.), *As mulheres nos caminhos da história* (pp. 142-158). Lab2PT.

García Fernández, M. (1996). *Los castellanos y la muerte, religiosidade y comportamientos coletivos en el Antiguo Regimen*. Junta de Castilla y Léon.

Le Goff, J. (1993). O *nascimento do Purgatório.* Editorial Estampa.

Magalhães. A. (2013). Vianenses no Brasil, «brasileiros» em Viana. Do sucesso económico ao reconhecimento local através da Santa Casa da Misericórdia (séculos XVII-XVIII. Em M. M. L. de Araújo, A. Esteves, J. A. Coelho & R. Franco (Coord.), *Os brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência* (pp. 17-34). CITCEM.

Marques, J. F. (2000). Rituais e manifestações de culto. Em C. Azevedo (Dir.), *História Religiosa de Portugal* (Vol.2, pp.517-601). Círculo de Leitores.

Penteado, P. (1987). As festas da Senhora da Nazaré nos séculos XVII e XVIII. *Cadernos do Noroeste*, 9, 35-66.

Penteado, P. (2000). Confrarias. Em C. Azevedo (Dir.), *Dicionário de História Religiosa* (pp. 459-470). Círculo de Leitores.

Pereira, M. D. S. (2005). A assistência à alma na Misericórdia de Ponte da Barca. *Noroeste. Revista de História*, 1, 137-166.

Raimundo, R. A. V. (2007). *Morte vivida e economia da salvação em Torres Novas (1670-1790).* Município de Torres Novas.

Ramos, M. O. (2015). *A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia de Arcos de Valdevez: caridade e espiritualidade*. Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez.

As práticas creditícias na Ordem Terceira de São Francisco em Braga entre os séculos XVIII e XIX

Credit practices in the Third Order of Saint Francis in Braga between the 18th and 19th centuries

Juliana de Mello Moraes
Professora do Departamento de História e Geografia
e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau
jmmoraes@furb.br
ORCID: 0000-0002-9419-1244

Bracara Augusta, 132 (2025), 199-212 | ISSN 0006-8640
DOI: https://doi.org/10.82564/revistabracaraaugusta.v72i132%20(145).10

Resumo // A prática creditícia era uma das atividades realizadas tanto nas associações religiosas quanto leigas no século XVIII. Muitas empenhavam-se em fazer render seus patrimônios por meio do fornecimento de crédito. Contudo, as estratégias utilizadas pelas diferentes instituições, visando ampliar seu cabedal, modificavam-se de acordo com as características inerentes aos seus administradores, a sociedade circundante e a disponibilidade financeira para essa prática. Nesse sentido, esta pesquisa analisa as práticas creditícias realizadas na Ordem Terceira de São Francisco de Braga, ao longo do século XVIII. O estudo contemplou o ritmo e os valores envolvidos nas movimentações financeiras, a distribuição e o perfil dos envolvidos nessa atividade, no intuito de avaliar as dinâmicas das práticas creditícias entre os irmãos terceiros franciscanos. A partir dos livros de receita e despesa, de contratos, de termos das reuniões dos gestores e de notas se atentou para os valores envolvidos e as características referentes à gestão financeira. Contatou-se que as práticas creditícias eram regulares e acompanharam a gestão financeira da instituição entre os séculos XVIII e XIX.

Palavras-Chave:
Braga, Crédito, Economia, Ordem Terceira de São Francisco.

Abstract // Credit practices were among the activities of both religious and secular associations in the 18th century. Many of these organisations sought to increase their assets by providing credit. However, the strategies employed by different institutions to expand their holdings varied depending on the characteristics of their administrators, the surrounding society, and the financial resources available for this practice. In this context, this research analises the credit practices of the Third Order of Saint Francis of Braga throughout the 18th century. The study examines the pace and value of financial transactions, their distribution, and the profile of those involved in this activity, to assess the dynamics of credit practices among the brothers of the Franciscan Third Order. The analysis is based on revenue and expense books, contracts, meeting minutes of the administrators, and notes, focusing on the amounts involved and the characteristics of financial management. It was found that credit practices were regular and aligned with the institution's financial management between the 18th and 19th centuries.

Keywords:
Braga, Credit, Economy, Third Order of Saint Francis.

Introdução

Durante o século XVIII, os empréstimos, tanto entre particulares ou instituições, mostravam-se bastante comuns (Rocha & Sousa, 2005, p. 224). O endividamento marcava o cotidiano de distintos grupos sociais tanto no meio rural quanto urbano.

Essa proliferação dos empréstimos, nas sociedades setecentistas em Portugal, revela-se nos inventários e testamentos, nos quais encontram-se, ao mesmo tempo, fornecimento de crédito e dívidas variadas para uma mesma pessoa. Portanto, solicitar empréstimos e fornecê-los seriam atividades comuns entre as populações da época.

Dentre as instituições fornecedoras de crédito, encontravam-se mosteiros, conventos, irmandades e Ordens Terceiras, as quais chegaram a possuir alguma representatividade entre os credores, na cidade de Lisboa, durante o Setecentos. Nesse sentido, «a Igreja, através das suas instituições, evidencia uma grande capacidade em movimentar crédito» (Amorim, 2006, p. 695).

Reconhecia-se a validade da prática creditícia nas associações religiosas ou leigas da época, as quais empenhavam-se em fazer render seus patrimônios por meio do fornecimento de crédito. Contudo, as estratégias utilizadas pelas distintas instituições visando ampliar seu cabedal modificavam-se de acordo com as características inerentes aos seus administradores, a sociedade circundante e as disponibilidades financeiras para essa prática, no decorrer do tempo.

O objetivo deste artigo consiste na análise das práticas creditícias da Ordem Terceira de São Francisco, de Braga, ao longo do século XVIII. A importância dessas práticas no cotidiano institucional, bem como para a economia na época justifica a escolha do tema.

As ordens terceiras franciscanas, tal como outras agremiações, utilizaram os empréstimos financeiros como forma de ampliar seus patrimônios, contudo ainda é pouco conhecida a gestão financeira relativa ao crédito nessas associações, como se verifica na historiografia portuguesa. Os estudos focam outros aspectos, destacando-se o perfil dos associados, a assistência ao corpo e a alma, bem como a gestão dos sodalícios (Barrico, 1895; Ferreira, 1967; Araújo, 2000, 2004; Moraes, 2010; Ferreira-Alves, 2012).

Para vislumbrar as práticas creditícias foram consultados dois corpos documentais. Tanto a documentação produzida no interior da instituição quanto os livros confecionados pelos escrivães dos cartórios de Braga foram consultados. Assim, utilizou-se os denominados Livros dos Contratos, confecionados pelo tesoureiro da Ordem Terceira, bem como os Livros de Receita e Despesa e os Livros de Termos, nos quais eram registadas as decisões tomadas pela mesa administrativa. Também foram consultados os Livros de Notas expedidos pelo tabelião da cidade, nos quais constam

outras movimentações creditícias envolvendo a Ordem Terceira franciscana. Esses corpos documentais permitiram verificar as práticas creditícias e o seu movimento no século XVIII.

1. O crédito e a Ordem Terceira de São Francisco bracarense

Inicialmente, é necessário destacar a importância da crença no purgatório, durante a idade moderna, como dinamizadora da obtenção de recursos financeiros e na construção do patrimônio das instituições religiosas. Foram os testadores de antanho exímios em aplicar seus bens na almejada salvação da alma, chegando inclusive a comprometer patrimônios familiares em prol do descanso eterno no paraíso (Faria, 1998, p. 260). Desse modo, os temores do Além-mundo favoreceram o crescimento e a difusão das associações de leigos e, consequentemente, promoveram a prática assistencial (espiritual e material) e o engrandecimento do culto em distintos locais (Abreu, 2000, p. 395). Entretanto, para incrementar e fazer render os legados recebidos algumas organizações se constituíram em provedoras de crédito

Diferentemente das confrarias ou irmandades, as quais se podem descrever como congregações de leigos constituídas em caráter formal, por meio da aprovação de uma autoridade eclesiástica competente, as ordens terceiras detinham um enquadramento jurídico diverso (Penteado, 2000, p. 459). Seus membros deveriam aspirar à perfeição evangélica, professando a regra, aprovada pela Santa Sé (Ribeiro, 1952, p. 459).

Portanto, as ordens terceiras franciscanas possuíam sua Regra aprovada pelo Pontífice Nicolau IV (1289), o que lhes proporcionava uma orgânica muito similar àquela das ordens regulares. Excetuando a necessidade de realizar os votos, os membros das ordens terceiras deveriam seguir a Regra, realizar o noviciado e, posteriormente, a profissão para adentrar ao sodalício. Seus membros poderiam usar o hábito religioso e, principalmente, dependiam diretamente da ordem religiosa a qual estavam vinculadas.

Durante os séculos XVII e XVIII, difundiram-se as ordens terceiras franciscanas em distintos locais tanto no reino quanto na América portuguesa. Esse crescimento numérico das associações seculares franciscanas refletia a sua valorização no contexto religioso da época, o que transparecia igualmente no recebimento de esmolas e legados dos fiéis.

Atividade bastante comum entre as instituições religiosas e leigas do período, o fornecimento de crédito sob a cobrança de juros visava obter rendimentos constantes, ampliando os montantes recebidos, por legados ou outras esmolas deixadas

as instituições (Rocha, 1998, s.p.). Esses empréstimos poderiam decorrer também devido a imposições dos testadores, os quais estabeleciam a prática creditícia como forma de prover os rendimentos necessários, ao total do legado, para obras caritativas ou para a execução dos ofícios fúnebres promovidos no decorrer do tempo.

Portanto, irmandades e ordens terceiras poderiam constituir-se em importantes credoras, disponibilizando grandes somas a terceiros (Penteado, 2000, p. 332). Situação que se verifica, por exemplo, na Santa Casa de Misericórdia lisboeta, uma das mais importantes credoras da nobreza (Monteiro, 1992, p. 263).

A questão financeira ocupava sobremaneira os gestores das agremiações, pois a materialização do culto, os sufrágios e outras cerimônias necessitavam de cabedais para sua realização. Igualmente, a prática assistencial, exercida tanto internamente quanto externamente, solicitava das instituições disposição financeira. A todas essas despesas, em algumas associações, ainda se agregavam a construção e manutenção de igreja própria, pagamento de funcionários, gastos judiciais (por variados motivos), entre outros.

A trajetória financeira das congregações de leigos, durante o período moderno, poderia variar de acordo com as oscilações econômicas gerais, mas também dependia diretamente do seu meio circundante. Portanto, as instituições refletiam o espaço socioeconómico onde se edificavam.

O fornecimento de crédito requeria dos gestores das associações cuidado referente à procedência do tomador e suas hipóteses de saldar tanto os juros como o montante total emprestado, implicando também a apresentação de fiadores e hipoteca por parte dos tomadores. Para certificar-se da veracidade das informações prestadas, os gestores das ordens terceiras, poderiam realizar uma investigação para confirmar os dados fornecidos pelo solicitante do crédito. A partir dos resultados obtidos com a inquirição sobre a vida do tomador e seus fiadores, os membros da mesa administrativa votavam para decidir se emprestariam ou não o valor requisitado[1]. Nos casos em que o solicitante do crédito fosse aprovado pela mesa realizava-se uma escritura notarial atestando a entrega do dinheiro e as condições do contrato.

Esse procedimento utilizado pela associação bracarense decorria em outras instituições. A Santa Casa de Misericórdia de Monção também requeria de seus devedores a realização de um contrato para o qual solicitavam fiadores. Porém, nem sempre os administradores da irmandade de Monção exigiam dos devedores as fianças necessárias. Essa displicência nas garantias do empréstimo de dinheiro a juro demonstrava a parca formalidade entre os envolvidos, evidenciando, paralelamente, a «dualidade de critérios» empregados nessas situações (Araújo, 2008, p. 173).

[1] Arquivo da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Braga (doravante AIOTB), *Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da cidade de Braga*, 1742, fl. 66.

Além da permissão da falta de garantias formais, os definidores podiam também interferir na cobrança dos juros. Após realizar o empréstimo, os tomadores deveriam pagar anualmente os juros estabelecidos no contrato. Contudo, alguns irmãos da Mesa administrativa intercediam a favor de devedores no intuito de promover a abstinência ou o atraso desse pagamento. O que decorria, muitas vezes, nas santas casas de misericórdia, chegando a impossibilitar a cobrança dos juros e montante total, devido a corrupção instalada na administração da irmandade.

Para tentar evitar essa situação, em 1722, diante da grande quantidade de juros vencidos sem pagamento, «que se não podia cobrar por cauza dos muitos pedidos e esperas»[2], os gestores da Ordem Terceira de Braga decidiram «que todo o irmão da dita meza pedia ou dece espera a quoalquer pessoa que devece juros os pagace por elle»[3].

Essa facilidade em obter empréstimos ou a negligência em pagar os juros impostos, por algumas pessoas, revela a forte permeabilidade das relações pessoais no gerenciamento do sodalício – e de seu patrimônio – demonstrando a existência dos favorecimentos, em detrimento das disposições estabelecidas, no interior das instituições no período moderno.

Mesmo ocorrendo situações de relapso por parte dos gestores da instituição bracarense em alguns empréstimos, desde 1742, havia disposições que intentavam minimizar as influências pessoais ou a aplicação de critérios dúbios na escolha dos tomadores. Nesse sentido, os irmãos proibiam a entrada de devedores ou seus familiares na mesa administrativa. Também, não permitiam entre os definidores «fiador da pessoa que o traz a juro ou abonador da mesma pessoa, ou de seus fiadores»[4]. Essas proibições deveriam garantir a impessoalidade nas atividades creditícias da associação.

O conjunto de medidas estabelecidas para assegurar os valores emprestados, com fiadores e hipotecas, não garantia completamente o recebimento tanto dos juros quanto do montante total. Ainda no começo do século XVIII, os irmãos responsáveis por conferir as contas do tesoureiro advertiram aos definidores que muitos fiadores dos contratos de dinheiro emprestado a juro eram falecidos, portanto deveriam exigir novos fiadores para «mayor segurança»[5].

As medidas visando minimizar os atrasos nos pagamentos dos juros não surtiram o efeito desejado. A falta de recebimento dos juros dificultava a administração do sodalício, pois escasseavam os cabedais para pagar os ofícios litúrgicos e outras necessidades cotidianas da associação. Portanto, em 1721, diante da alta taxa de inadimplência, os gestores da Ordem decidiram que «se passace mandado ezecutivo contra

[2] Ainda em 1726, os definidores ressaltavam o atraso no pagamento dos juros. AIOTB, *Livro 2º de Termos da Veneravel Ordem* 3ª, fls. 99, 133v.

[3] AIOTB, *Livro 2º de Termos da Veneravel Ordem* 3ª, fl. 99.

[4] AIOTB, *Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da cidade de Braga,* 1742, fl. 47.

[5] AIOTB, *Livro de receita e despesa do tezoureiro*, fl. 18v.

os ditos devedores»[6]. Essa lembrança dos atrasos, conciliada a necessidade de cobrar os juros, repetiu-se no decorrer dos anos. Em diversos momentos, os definidores destacaram a inadimplência dos tomadores no que se refere ao pagamento dos juros[7].

Apesar das possíveis dificuldades inerentes aos empréstimos financeiros, a Ordem secular quando recebia um legado ou pagamento do valor total de algum montante que estava emprestado rapidamente tornava a entregá-lo a novos tomadores. Os tesoureiros tinham obrigação de informar com a maior brevidade possível a disponibilização financeira do sodalício para novamente colocar os valores recebidos em empréstimos a juros. Caso fosse omisso nesse quesito, o tesoureiro ficava «sob pena de pagar à Ordem os juros dos mais dias»[8].

Desse modo, observa-se a urgência em angariar juros, fazendo render o dinheiro da instituição, independente das dificuldades ou possíveis perdas causadas por maus pagadores.

As atribulações decorridas dos empréstimos poderiam, inclusive, causar perdas ou diminuições no rendimento do sodalício. Por vezes, os definidores decidiam receber um valor menor daquele estabelecido para assegurar o dinheiro, evitando perdas maiores. Em 1768, acordaram com o fiador Antonio Peixoto de Castro o pagamento de 50$000 réis, para remissão de uma dívida que totalizava 59$235 réis[9].

Porém, se o descuido ou o perdão de parte da dívida aparecia em algumas ocasiões, em outros momentos o zelo dos definidores poderia impedir um empréstimo. Bento Soares solicitou 140 mil réis a mesa administrativa. Para isso apresentou fiadores e hipoteca, entretanto as informações obtidas pelos irmãos da Mesa indicaram que «hum dos fiadores Custodio Cerqueira o não querer fiar, sendo o melhor dos nomeyados, nem se nomeyar outro fiador em seu lugar»[10]. Esses desajustes aos critérios estabelecidos impediram o empréstimo do dinheiro por Bento Soares.

A taxa de juro mais utilizada pelos irmãos seculares foi a de 5%. Também, os gestores da Ordem Terceira carmelita, da cidade do Porto, cobravam esse valor de juros de seus devedores (Costa, 1999, p. 222). Não somente as ordens terceiras, mas outras instituições, como a Santa Casa de Misericórdia de Braga, igualavam-se na taxa cobrada pelo dinheiro emprestado (Castro, 2003, p. 588).

Porém, durante o século XVIII, a Ordem Terceira franciscana praticou também outras taxas. Em 1764, muitos pretensos tomadores ofereciam o pagamento de 4% de juros anuais à Ordem secular. Esse valor não agradava os irmãos da Mesa admi-

---

[6] AIOTB, *Livro 2º de Termos da Veneravel Ordem* 3ª, fl. 90.

[7] AIOTB, *Livro 3º de Termos da Veneravel Ordem* 3ª, fls. 17, 44, 81v; *Livro 4º de Termos da Veneravel Ordem* 3ª, fls. 71, 101v, 112; *Livro 5º de Termos da Veneravel Ordem* 3ª, fls. 26, 174, 206; *Livro 6º de Termos da Veneravel Ordem* 3ª, fls. 45, 261v, 271, 277, 302; *Livro 7º de Termos da Veneravel Ordem* 3ª, fls. 25, 87, 95, 102v, 168v, 186, 201v, 216v; *Livro 8º de Termos da Veneravel Ordem* 3ª, fls. 61v, 73v, 111v, 113, 120; *Livro 9º de Termos da Veneravel Ordem* 3ª, fl. 45, *Livro 11º de Termos da Veneravel Ordem* 3ª, fls. 22v, 24, 26, 65v.

[8] AIOTB, *Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da cidade de Braga,* 1742, fl. 87.

[9] AIOTB, *Livro 6º de Termos da Veneravel Ordem* 3ª, fl. 145v.

[10] AIOTB, *Livro 2º de Termos da Veneravel Ordem* 3ª, fl. 20.

nistrativa do período. Contudo, entre 1764 e 1771, pelos menos dois empréstimos foram realizados com a taxa de 4%[11].

Independente do maior ou menor rigor no fornecimento de crédito e na fixação das taxas de juros, a Ordem emprestou, desde finais do século XVII até início do século XIX, pelo menos 75.000$000 réis[12].

Esse total, porém, foi distribuído no decorrer do século XVIII, sendo os empréstimos de valores mais elevados realizados paralelamente aos períodos de entrada de novos legados. Essa movimentação evidencia a preferência do empréstimo como forma de rentabilizar os montantes recebidos. Igualmente, demonstra que os gestores da Ordem Terceira bracarense esforçavam-se para divulgar e, posteriormente, efetivar a prestação de crédito entre a população.

2. O perfil dos devedores

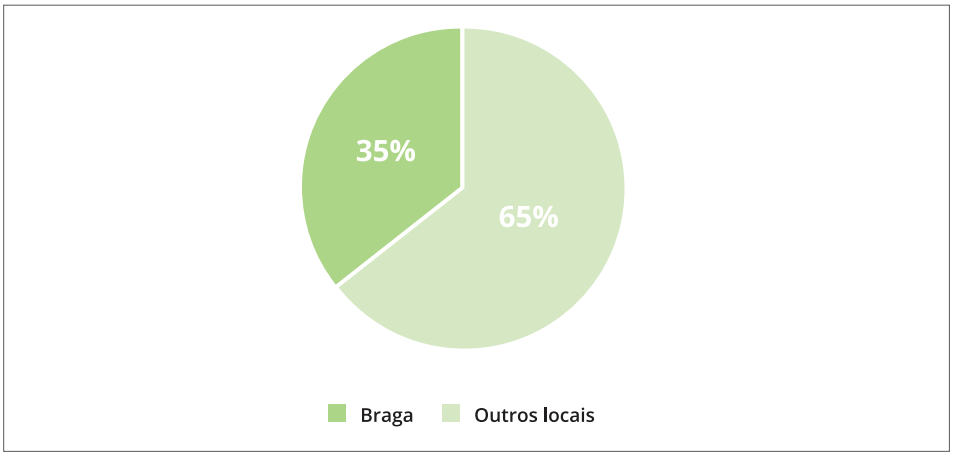
A atividade creditícia praticada pelas instituições religiosas implicava uma relação com a comunidade. Divulgar os cabedais disponíveis e selecionar os aptos a receber o crédito marcavam o cotidiano de diversas associações. Nesse sentido, conhecer os envolvidos nessa atividade mostra-se fundamental para verificar se havia algum tipo de estratégia ou de preferência na escolha dos tomadores. Igualmente, buscar conhecer os grupos socioprofissionais entre os devedores também é relevante, pois indica quem encontrava na Ordem secular uma fonte de crédito.

Entre as informações, muitas vezes, apontada consta a morada dos solicitantes. Para o conjunto total de 238 devedores, foram identificados os endereços de 215 pessoas.

[11] AIOTB, *Livro 6º de Termos da Veneravel Ordem* 3ª, fls. 17, 144v, 181.

[12] Esse valor foi calculado a partir das fontes consultadas, contudo não representa o volume total, visto nem todos os empréstimos terem recebido registo ou originarem contratos escritos. AIOTB, *Livro dos contratos da Veneravel Ordem Terceira de nosso serafico patriarcha são francisco desta cidade de Braga primaz*; *Livro de contratos de 1747-1784; Livro 2º de Termos da Veneravel Ordem* 3ª. Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB) *Livro de Notas* (1ª série), nº. 481, 482, 492, 520, 521, 524, 527, 530, 533, 534, 544, 548, 560, 583, 587, 590, 607, 630, 640, 670, 675.

Gráfico 1. Endereço dos devedores à Ordem Terceira de Braga, 1698-1810



Fonte: AIOTB, *Livro dos contratos da Veneravel Ordem Terceira de nosso serafico patriarcha são francisco desta cidade de Braga primaz*; *Livro de contratos de 1747-1784; Livro 2º de Termos da Veneravel Ordem* 3ª. ADB, *Livro de Notas* (1ª série), nº. 481, 482, 492, 520, 521, 524, 527, 530, 533, 534, 544, 548, 560, 583, 587, 590, 607, 630, 640, 670, 675.

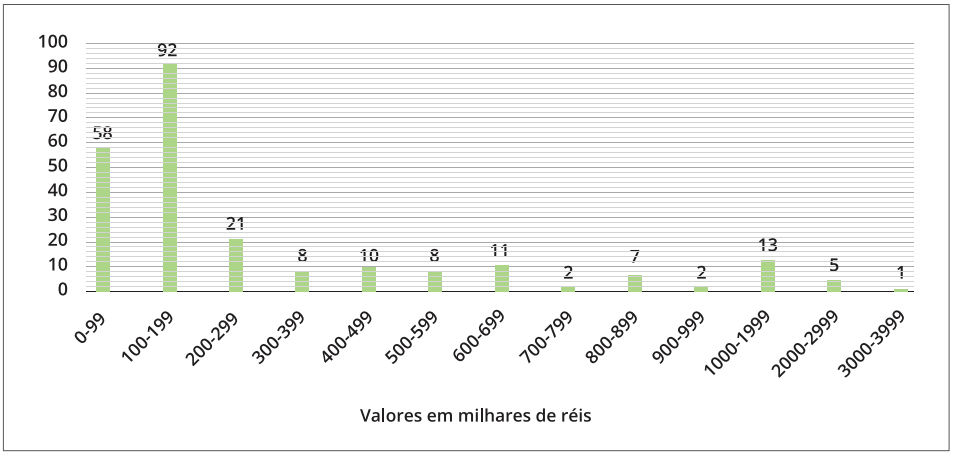
A maioria dos devedores à instituição vivia na cidade de Braga. Porém, 35% dos tomadores morava em áreas vizinhas à sede do Arcebispado, como as freguesias de Adaúfe ou Ferreiros. Das cidades próximas, somente Barcelos e Porto atraíram dois tomadores.

Nesse sentido, os irmãos terceiros, possivelmente, preferiam realizar empréstimos a pessoas que vivessem na cidade. Contudo, também minimizavam a sua área de influência visto possuírem maioritariamente relações de crédito com habitantes desse espaço.

A opção por fornecer crédito aos moradores de Braga também sugere o cuidado em garantir algum controle sobre as somas emprestadas. Nos casos de necessárias cobranças ou de processos judiciais, a distância entre o sodalício e o inadimplente ampliava os gastos, pois os deslocamentos para eventuais cobranças ou os custos de litígios judiciais encareciam em tais circunstâncias.

Apesar de fornecerem crédito aos moradores da comunidade e de localidades próximas, os montantes disponibilizados variavam consideravelmente.

Gráfico 2. Número de devedores por valor emprestado, 1698-1810



Fonte: A IOTB, *Livro dos contratos da Veneravel Ordem Terceira de nosso serafico patriarcha são francisco desta cidade de Braga primaz*; *Livro de contratos de 1747-1784; Livro 2º de Termos da Veneravel Ordem* 3ª. ADB, *Livro de Notas* (1ª série), nº. 481, 482, 492, 520, 521, 524, 527, 530, 533, 534, 544, 548, 560, 583, 587, 590, 607, 630, 640, 670, 675.

A maior parte dos empréstimos realizados pela Ordem secular não ultrapassou 500$000 réis, destacando-se aqueles que receberam entre 100$000 e 300$000 réis. Em Braga, no início do século XVIII, era possível adquirir uma casa na região central da cidade por 271 mil réis[13].

Esses valores evidenciam a preferência dos administradores da instituição em fornecer créditos elevados. Talvez a proximidade geográfica dos devedores em relação ao sodalício tenha favorecido essa opção, pois propiciava maior conhecimento e controle da vida dos tomadores.

Desse modo, os empréstimos concedidos pela instituição com valor até 499 mil réis representaram 79%, enquanto 13% dos tomadores requisitou entre 500 e 999 mil réis. Os restantes (8%) obtiveram crédito de um conto de réis ou mais[14].

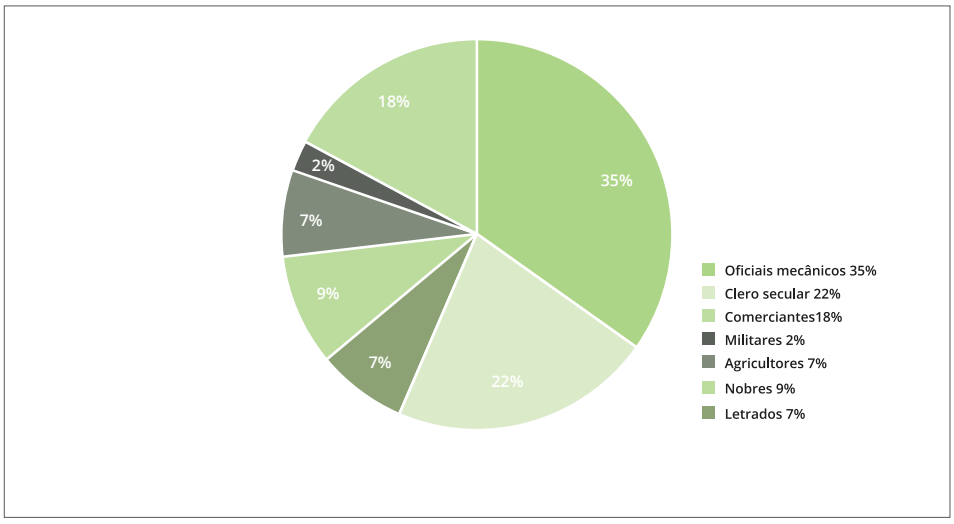
Os valores emprestados pela Ordem secular contrastam com aqueles encontrados para outras instituições da região. Em Ponte de Lima, 90,3% dos tomadores emprestavam até 100 mil réis e, somente, 3,2% solicitou mais de 500 mil réis. O montante reduzido dos empréstimos contrastava com o grande número de devedores à Santa Casa, sendo 843 entre 1674 e 1800 (Araújo, 2000, p. 484).

[13] Em 1707, a Ordem Terceira vendeu a José Barbosa uma casa na rua dos Chãos por 271 mil réis. IOTB, *Livro 2º de Termos da Veneravel Ordem* 3ª, fl. 11.

[14] AIOTB, *Livro dos contratos da Veneravel Ordem Terceira de nosso serafico patriarcha São Francisco desta cidade de Braga primaz*; *Livro de contratos de 1747-1784; Livro 2º de Termos da Veneravel Ordem* 3ª. ADB, *Livro de Notas* (1ª série), nº. 481, 482, 492, 520, 521, 524, 527, 530, 533, 534, 544, 548, 560, 583, 587, 590, 607, 630, 640, 670, 675.

Ao emprestar montantes mais elevados, a Ordem Terceira reduzia o número de devedores. Entre 1698-1810, foram identificados o total de 238 devedores. Para esse conjunto, somente 36% teve sua profissão descrita. Apesar de não representar a totalidade dos tomadores, observar as atividades desenvolvidas pelos devedores revela quais os grupos socioprofissionais que recorriam à instituição em busca de crédito.

Gráfico 3. Atividades profissionais dos devedores, Ordem Terceira franciscana, Braga, 1698-1810



Fonte: AIOTB, *Livro dos contratos da Veneravel Ordem Terceira de nosso serafico patriarcha São Francisco desta cidade de Braga primaz*; *Livro de contratos de 1747-1784; Livro 2º de Termos da Veneravel Ordem* 3ª. ADB, *Livro de Notas* (1ª série), nº. 481, 482, 492, 520, 521, 524, 527, 530, 533, 534, 544, 548, 560, 583, 587, 590, 607, 630, 640, 670, 675.

Entre os devedores da Ordem Terceira destacavam-se os oficiais mecânicos, os membros do clero secular e os comerciantes. Tanto os oficiais quantos os comerciantes englobavam pessoas de distintas atividades. Desse modo, alfaiate, armeiro, barbeiro, boticário, carpinteiro, confeiteiro, ferrador, imaginário, organista, ourives, padeiro, pintor, sapateiro, serralheiro, sirgueiro, tintureiro e vestimenteiro foram as profissões reconhecidas aos tomadores. Entre os comerciantes constava tratante, mercador e negociante. Para os integrantes do clero secular, alguns foram identificados como abades e um era cónego da Sé de Braga.

Essa diferenciação também se encontrava entre os letrados – descritos como escrivães, doutores e licenciados – enquanto que os agricultores foram todos denominados «lavradores», sendo o único grupo aparentemente homogêneo.

A nobreza, composta por fidalgos da Casa Real, em número reduzido (8 indivíduos), também solicitou crédito aos irmãos terceiros.

Somente um capitão-mor e um tenente-coronel compunham o grupo dos militares.

A presença majoritária de oficiais mecânicos, eclesiásticos e comerciantes está em consonância com os grupos mais destacados na cidade de Braga, de onde provinha a maioria dos devedores a instituição (Capela, 1988, p. 240).

Além dos endereços e das profissões, as quais revelaram a consonância entre a instituição e os moradores da cidade, também foi possível observar as razões pelas quais o dinheiro era solicitado. Em alguns apontamentos referentes às solicitações, eram, por vezes, mencionadas as motivações para o pedido de empréstimo.

Em 1752, o livreiro António Pedroso requisitou 250 mil réis a Ordem Terceira para comprar as «cazas em que vive»[15]. Também, João Manuel de Abreu emprestou 100 mil réis para adquirir «uma morada de cazas em que vive»[16]. A aquisição de imóvel, principalmente de casas, foi o motivo mais alegado entre os devedores[17].

Não somente a compra de imóveis motivava a realização de empréstimos, sendo a necessidade de dote outro motivo alegado. Dois solicitantes desejavam dotar suas irmãs para professarem em conventos. O primeiro pediu, em 1707, 400 mil réis[18] e o segundo, em 1715, emprestou 210 mil réis[19]. O valor médio dos dotes para entrada em conventos, durante o século XVIII, foi de 400 mil réis, porém em algumas situações havia quem pagasse valores mais altos ou mais baixos (Araújo, 2005, p. 113).

Desse modo, diversas razões motivavam a busca por empréstimos e os irmãos terceiros utilizaram seus recursos para ampliar o patrimônio institucional.

Conclusão

O fornecimento de crédito pela Ordem Terceira de Braga ocorria a partir de cuidados rigorosos com a veracidade das informações dos tomadores, além de fiadores e hipoteca. No entanto, havia falhas na cobrança e garantias, com gestores frequentemente permitindo favores pessoais ou interferindo na cobrança dos juros. Para melhorar a situação, em 1722, a Ordem de Braga instituiu regras mais rígidas, mas ainda assim os atrasos persistiam, prejudicando a administração das associações. Em 1742, proibiu-se que devedores ou seus familiares participassem da mesa administrativa, buscando maior impessoalidade.

---

[15] AIOTB, *Livro de contratos de 1747-1784*, fl. 11.

[16] AIOTB, *Livro de contratos*..., fl. 177.

[17] AIOTB, *Livro de contratos*..., fls. 11, 135v, 145v, 177, 180; *Livro dos contratos da Veneravel Ordem Terceira de nosso serafico patriarcha São Francisco desta cidade de Braga primaz*, fls. 4, 7, 41v.

[18] ADB, *Livro de Notas* (1ª série), nº. 521, fls. 15-17.

[19] AIOTB, *Livro de contratos*..., fl. 52.

Apesar das tentativas de assegurar o pagamento, como a exigência de fiadores e hipotecas, os gestores ainda enfrentavam dificuldades com a inadimplência. Em momentos críticos, algumas dívidas eram renegociadas, com redução do valor devido, como em 1768, mas, em outros, a falta de cumprimento das condições resultava na recusa de empréstimos. A taxa de juros mais comum era de 5%, e as ordens e outras instituições seguiam essa prática. No entanto, a necessidade de gerar juros fazia com que os recursos fossem rapidamente reinvestidos, mesmo diante das dificuldades enfrentadas com devedores inadimplentes.

Entre os devedores da Ordem Terceira destacavam-se os oficiais mecânicos, os membros do clero secular e os comerciantes. O que coincidia com o perfil dos moradores da cidade de Braga.

A partir desse estudo, observa-se as dinâmicas das práticas creditícias na Ordem Terceira franciscana de Braga e as especificidades em relação às instituições da região. Os valores elevados o número menor de devedores, sendo esses fundamentalmente moradores da cidade e áreas próximas, demonstram as escolhas dos gestores da instituição na época.

Fontes e Bibliografia

Abreu, L. (2000). Purgatório, Misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX). *Dynamis*, 20, 395-415.

Amorim, I. (2006). Património e crédito: Misericórdia e Carmelitas de Aveiro (séculos XVII-XVIII). *Análise Social*, 180, 693-729.

Araújo, A. S. (2000). Ordens Terceiras. Em C. M. Azevedo (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (vol. 3, pp. 348-355). Círculo de Leitores.

Araújo, M. M. L. (2008). *A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561-1810).* Barbosa e Xavier.

Araújo, M. M. L. (2000). *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*. Editora do Minho.

Araújo, M. M. L. (2005). Dotes de freiras no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Braga (século XVIII). *Noroeste. Revista de História*. 1, 113-136.

Araújo, M. M. L. (2004). Vestidos de cinzento: os irmãos terceiros franciscanos de Vila Viçosa, através dos Estatutos de 1686, *Revista de Cultura Callipole*. Callipole, 12, 47-60.

Barrico, J. S. (1895). *Noticia Historica da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia de S. Francisco da cidade de Coimbra e do seu Hospital e Asylo*. Tipografia de J. J. Reis Leitão.

Capela, J. V. (1988). O município de Braga de 1750 a 1834. *Bracara Augusta*, 91/92, 177-363.

Castro, M. F. (2003). *A Misericórdia de Braga*. Secção de Artes Gráficas das Oficinas de Trabalho.

Costa, P. C. O (1999). *Os terceiros carmelitas da cidade do Porto (1736-1786)* [Tese de Mestrado, Universidade do Minho]. Policopiada.

Faria, S. C. (1998). *A colônia em movimento*. Nova Fronteira.

Ferreira-Alves, N. M. (Coord.) (2012). *Os Franciscanos no Mundo Português II. As Veneráveis Ordens Terceiras de São Francisco*. CEPESE. Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Ferreira, J. A. P. (1967). Os majestosos andores da procissão de cinza. *Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto,* vol. XXIX, 5-63.

Monteiro, N. G. (1992). O endividamento aristocrático (1750-1832): alguns aspectos. *Análise Social*, vol. XXVII, 263-283.

Moraes, J. M. (2010). *Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e S. Paulo (1672-1822)*. [Tese de Doutoramento, Universidade do Minho]. Policopiada.

Penteado, P. (2000). Confrarias. Em C. M. Azevedo (Dir.), *História Religiosa de Portugal* (Vol. 2, pp. 323-334). Círculo de Leitores.

Penteado, P. (s.d.). Confrarias. Em C. M. Azevedo (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal.* (vol. A-C, pp. 459-470). Círculo de Leitores.

Ribeiro, B. (1952). *Os terceiros franciscanos portugueses. Sete séculos da sua história*. Tipografia Missões Franciscanas.

Rocha, M. M. (1998). *Crédito privado em perspectiva comparada (Séculos XVII-XIX)*. GHES. Documento de trabalho. Policopiado.

Rocha, M. M., & Sousa, R. M. (2005). Moeda e Crédito Em A. F. Silva & P. Lains (Eds.), *História Económica de Portugal* (vol. I: O século XVIII, pp. 209-236). Imprensa de Ciências Sociais.

Vender «gato por lebre»: a alimentação e os seus problemas em Braga no século XIX

Selling «a pig in a poke»: food and its problems in 19th century Braga

Inês Pimenta Fernandes Rodrigues
Mestre em História pela Universidade do Minho
inesfernandesrodrigues@gmail.com

Bracara Augusta, 132 (2025), 213-232 | ISSN 0006-8640
DOI: https://doi.org/10.82564/revistabracaraaugusta.v72i132%20(145).9

Resumo // O presente artigo aborda a alimentação em Braga no século XIX, realçando as falcatruas e as adulterações praticadas pelos produtores e vendedores que punham em risco a qualidade dos alimentos e, consequentemente, a saúde dos consumidores bracarenses. Produtos essenciais, como o pão, a carne, o peixe ou o vinho, eram, não raras vezes, vendidos como frescos quando já estavam estragados ou, então, eram manipulados, por exemplo, através da adição de ingredientes ou de substâncias que não faziam parte da sua composição e que podiam ser nocivos. Assim sendo, neste estudo, é desígnio compreender esta realidade e conhecer as providências sanitárias que foram tomadas pela Câmara Municipal de Braga e pelas restantes autoridades competentes para melhorar a qualidade dos alimentos.

Palavras-Chave:
Alimentação, Braga, Falcatruas, Medidas camarárias, Saúde Pública.

Abstract // This article examines food in 19th-century Braga, focusing on the fraud and adulteration carried out by producers and sellers, which jeopardised food quality and, consequently, the health of the city's consumers. Essential products such as bread, meat, fish and wine, were often sold as fresh when they had already gone off or were otherwise tampered with, for example, by adding ingredients or substances not originally part of their composition, some of which could be harmful. Therefore, this study, aims to understand this reality and examine the health measures implemented by Braga City Council and other competent authorities to improve food quality.

Keywords:
Braga, City Council measures, Food, Fraud, Public health.

Introdução

No século XIX, impulsionadas pela implantação do Liberalismo e pela proliferação de epidemias, desenvolveram-se várias disposições legislativas que se centravam na temática da saúde pública. A criação da Comissão de Saúde Pública, no início da década de vinte, marcou um passo importante na conceção da saúde como uma questão coletiva. Este órgão de administração, demonstrando uma preocupação crescente com a prevenção, defendia uma maior atenção e cuidado com o meio que rodeia a doença e, assim sendo, a qualidade dos alimentos e da água foram alvo de maior interesse (*Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, 13 de outubro, p. 2639). Outro relevante organismo de saúde foi criado em 1837 – o Conselho de Saúde Pública. Composto maioritariamente por profissionais de saúde, tinha um vasto leque de atribuições, entre as quais a fiscalização e a inspeção de todos os aspetos de saúde pública e a obrigação de mandar visitar as lojas de bebidas espirituosas, de víveres e de comestíveis (*Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no 1.º semestre de 1837*, pp. 29-31). A crescente estipulação de medidas sanitárias neste século reflete a transição de uma medicina focada no indivíduo para uma medicina de cariz social, onde o controlo e a vigilância da saúde pública se tornam elementos centrais, que todos devem seguir (Cosme, 2014, p. 50).

Competia às câmaras municipais elaborar posturas que visassem a melhoria das condições higiénicas das povoações. No entanto, apesar do incremento da saúde pública no século XIX, vários desafios continuavam a dificultar a implementação das medidas sanitárias. «Gato por lebre» é uma expressão usada ainda nos dias de hoje e que significa «ser enganado, regra geral, em relação à qualidade de alguma coisa» (Vale, 2015, p. 107). Em 1884, o jornal bracarense *O Commercio do Minho* deu a uma das suas notícias esse mesmo título, informando que a análise feita ao vinho presente em trinta pipas revelou que o líquido «não passava de uma beberagem de campeche, não contendo a minima porção de succo de uva» (6 de setembro, p. 3). Este caso, referente ao vinho e que refletia as fraudes a que a população de Braga estava sujeita, podia ser associado a muitos outros géneros alimentares que acabavam por chegar às mãos do consumidor num estado que podia, em última análise, perigar a sua vida.

Neste artigo, foi objetivo conhecer, em traços gerais, como era a alimentação dos portugueses no século XIX, mas particularizando o caso de Braga e destacando as trapaças praticadas pelos produtores e vendedores de alimentos. Procurou-se compreender, de igual forma, as diferenças no regime alimentar de pobres e ricos, o estado de conservação dos alimentos existentes na cidade e a fiscalização aos géneros alimentares feita pela Câmara Municipal e restantes autoridades competentes.

Com o intuito de conhecer a realidade bracarense da forma mais aproximada possível, foram lidas fontes manuscritas, nomeadamente os livros das atas da Câmara datados do século XIX, uma vez que aí se encontrava o registo das sessões

deliberativas do município, e consultaram-se periódicos locais do mesmo século. Por norma, a coleta de dados foi feita através da transcrição das informações mais relevantes que, mais tarde, foram trabalhadas com recurso a uma metodologia qualitativa, com a identificação de diferentes categorias temáticas.

1. A dieta alimentar dos portugueses

As carências alimentares da maior parte da população portuguesa eram, frequentemente, consequência de fatores adversos: epidemias, períodos de guerra e crises climatéricas, como épocas de secas prolongadas, chuvas incessantes ou de granizo. Estes fatores, mesmo que isolados, tinham um impacto significativo na subsistência das populações. Contudo, a sua ocorrência, em simultâneo, não deixava outro resultado que não fosse o aumento da fome e da miséria das classes mais desfavorecidas (Barbosa, 2001, p. 17).

A dieta alimentar dos portugueses diferia em função da classe social a que cada pessoa pertencia. A alimentação do povo era extremamente monótona, sendo centrada, principalmente, no consumo de cereais, sobretudo sob a forma de pão, acompanhados ocasionalmente por legumes e por algum peixe, do qual se destacava a sardinha. Quanto à carne, era um bem raro e, assim sendo, estava reservada a momentos especiais. Frutos e outros produtos frescos também eram consumidos de forma esporádica, o que tornava o regime alimentar do povo nutricionalmente desequilibrado e insuficiente em proteínas, vitaminas e sais minerais (Oliveira, 2010, p. 333). Esta carência nutricional debilitava o sistema imunitário, tornando estas pessoas mais suscetíveis a desenvolverem certas doenças, como o escorbuto, a disenteria, o tifo exantemático e a cólera (Sorcinelli, 1996, p. 374). A falta de diversidade alimentar agravava-lhes os problemas de saúde, visto que a repetição quase invariável dos mesmos alimentos, muitas vezes consumidos pouco frescos ou contaminados, aumentava o risco de padecerem de problemas digestivos e de infeções.

Contrastando com esta realidade marcada pela incerteza, as elites gozavam de uma alimentação variada e farta, onde a carne marcava constante presença, por ser considerada um símbolo de estatuto social. À mesa das classes mais abastadas e economicamente mais desafogadas tinham lugar iguarias, vinhos finos e sobremesas ricas em açúcar. Contudo, este excesso alimentar não estava isento de problemas, uma vez que, ao ingerirem poucas fibras e muitas proteínas, e comendo alimentos gordurosos e picantes, estavam um passo mais próximo de se verem a braços com enfermidades como a diabetes, a gota, a hipertensão e a arteriosclerose, a litíase, e doenças digestivas e renais (Ferreira, 1990, p. 185).

2. O pão

O pão era a principal base de sustento da população e, por isso, entrava na dieta alimentar de todos, desde as pessoas mais pobres às mais ricas. Não obstante, a qualidade do produto que teriam à disposição variava em função do seu poder económico. Quem tinha mais recursos poderia fruir de um pão de trigo, alvo, pequeno e cozido com a melhor farinha, que devia ser peneirada muitas vezes para retirar os farelos e as sêmeas. Já quem vivia numa situação mais precária teria de contentar-se, regra geral, com um pão escuro[1] e duro, composto por cereais como o milho, o centeio ou a cevada ou por uma mistura destes cereais. Segundo Henriques (1731, p. 93), médico do rei D. João V, o pão de milho era o mais usual na província de Entre Douro e Minho, embora o de centeio fosse o mais consumido em Portugal. Já o de cevada era o recurso da população em tempos de crise e de escassez, complementado pelo consumo de sucedâneos de pão, como a alfarroba, a castanha e a bolota (Veloso, 1992, p. 55). No segundo livro de culinária impresso em Portugal, Rigaud (1780, p. 319) referia que «As gentes do campo, e a pobre fazem pão de centeio, de trigo misturado com cevada, de milho, de arroz, de castanhas, e outros frutos, e raizes para se remediarem em tempos de fome, e carestia».

Quando o pão já estava demasiado duro, uma das opções era ensopá-lo em caldos. Este prato, constituído essencialmente por hortaliças e legumes secos, por vezes era engrossado com farinha de milho ou de centeio, dando origem a papas, que podiam ser acompanhadas com um pedaço de carne salgada (Gonçalves, 2010, p. 244) e que serviam para dar energia a quem tinha um trabalho desgastante em que a força física era essencial, para além de aquecerem o estômago das pessoas nos dias invernosos.

Sendo o pão um alimento essencial à sobrevivência e ao bem-estar da população, a sua qualidade tornava-se uma preocupação prioritária para as autoridades públicas. Práticas indevidas na sua produção, como a utilização de ingredientes de má qualidade ou a manipulação deliberada do seu peso e volume, poderiam afetar gravemente a saúde dos consumidores, sobretudo dos mais pobres e vulneráveis, uma vez que, sem acesso a uma das suas principais bases de sustento, ficariam mais propensos aos riscos da desnutrição, a terem graves carências nutricionais e a serem afligidos por doenças. Por isto mesmo, as câmaras municipais realizavam inspeções a padarias, celeiros, tabernas e outros locais de venda de pães e de grãos, procurando

[1] Em algumas das grandes obras literárias portuguesas, de autores renomados como Júlio Dinis ou Raul Brandão, o pão dos pobres é sempre referido como «pão negro», assim designado pela sua cor escura, mas igualmente pelo trabalho árduo que necessitava para ser adquirido, sendo o símbolo da luta diária das pessoas mais pobres pela subsistência (Cascão, 2011, p. 64).

garantir, de igual forma, que qualquer tentativa de adulteração fosse prontamente identificada e controlada (Rodrigues, 2022, p. 57).

Em Braga, este cuidado com o estado a que o pão chegava aos consumidores também foi bastante notório ao longo do século estudado. As posturas municipais denotavam estas preocupações. A título de exemplo, em 1864, determinava-se que os padeiros que falsificassem pão incorreriam na coima de 500 a 1000 réis, ficando sob a mesma pena os moleiros que alterassem as farinhas (*O Progresso*, 11 de novembro, p. 1). Todas as pessoas que, sofrendo de alguma doença contagiosa, cozessem pão ou o vendessem, ou moessem cereais, sujeitavam-se a ter de pagar uma multa que poderia ir de 2000 a 4000 réis. A acrescentar, quem vendesse ou transportasse o pão em panos ou toalhas que não estivessem bem lavados, ou que tivessem sido utilizados para outro uso, deveria pagar uma coima de 500 réis.

Figura 1. O fabrico do pão no século XVIII



Nota: Autor anónimo.
Fonte: © MeisterDrucke.

Estas posturas municipais bracarenses encontravam-se em consonância com a legislação promulgada ao longo do século XIX[2]. Contudo, apesar de várias providências, os periódicos locais davam conta de um cenário que não se coadunava com as normas impostas. O jornal *O Bracarense* (1869, 24 de agosto, p. 3) referia que a maioria dos padeiros da cidade estava a produzir e a vender pão de péssima qualidade. Isto acontecia porque os comerciantes, com o objetivo de tornar o alimento mais apetecível para os consumidores, aumentavam matreiramente o seu tamanho, usando na confeção «maior quantidade de fermento do que a necessaria» e deixando «levedar ou fermentar a massa até que o acido carbonico tenha levantado e fofado toda ella. Só depois d'isto é que procedem á cosedura». O resultado deste procedimento nefasto seria um pão que aparentava ser grande mas que, na realidade, tinha pouco peso, para além de ser «azedo» e de difícil digestão, o que prejudicava a saúde. Assim sendo, o jornal pedia à Câmara Municipal que aplicasse multas e penas legais a quem cometia estas fraudes e alertava o povo para que não comesse pão que fosse grande e desproporcionalmente leve.

Em tempo de epidemias, a atenção dedicada a aspetos de saúde pública, como a qualidade dos alimentos, aumentava substancialmente. Foi isto mesmo que se verificou quando a cólera se aproximou da cidade de Braga ou chegou mesmo a introduzir-se no seu território. Esta doença, frequentemente transmitida através da ingestão de água ou de alimentos contaminados por fezes ou vómitos de doentes (Gabino, 1984, p. 53), exigiu ações céleres das autoridades públicas. No que concerne ao pão, no ano de 1833, a Câmara Municipal de Braga, receando a invasão da cólera, que grassava no Porto, estipulou, através das posturas municipais, que quem vendesse pão, em grão ou cozido, tinha de tê-lo em perfeito estado de conservação e sem qualquer alteração que fosse prejudicial à saúde dos seus consumidores[3]. Esta maior preocupação com a fiscalização alimentar pôde ser, igualmente, percecionada, em 1885, quando pairou novamente a ameaça da cólera sobre Braga. Neste ano foram realizadas visitas sanitárias a algumas padarias com o objetivo de compreender que água estava a ser utilizada nesses estabelecimentos e como era aproveitada para o fabrico do pão. Os resultados foram motivo de grande inquietação:

[2] No Artigo 12.º do *Regulamento das Condições Hygienicas e de Laboração das Padarias* constava que «O transporte de pão será feito em cabazes perfeitamente limpos, e cobertos com pannos brancos e asseados, ou em carros apropriados a esse fim e convenientemente limpos e resguardados. Os operários que o transportarem andarão vestidos com o asseio devido.» (*Diário do Governo*, 13 de Setembro de 1899).

[3] Arquivo Municipal de Braga (doravante AMB), *Livro das Actas da Câmara, 1831-1834*, n.º 66, Cx. n.º 31, fl. 81v.

> Nas padarias já visitadas, averiguou sua excelencia que todas empregavam agua sem ser fervida, e, o que é mais grave ainda, agua de poços que tem proximo das casas e abertos em terreiros mal empedrados onde ha um constante deposito de detrictos apodrecidos. Accresce que todos estes poços tem a agua a pequena profundidade e são proximos a casas com latrinas, cavallariças e possilgas. Ora sendo os terrenos onde existem estes poços perfeitamente permiaveis, resulta que a agua empregada no pão é impregnada da immundicie que forçosamente se filtra das latrinas e possilgas proximas aos poços. (*O Commercio do Minho*, 7 de julho, p. 2).

Perante esta conjuntura alarmante, o governador civil de Braga ordenou que fossem intimados os proprietários das padarias para que deixassem de usar água contaminada na confeção do pão. Reconhecendo a gravidade da situação, também pediu para que a população fosse avisada, de modo a que evitasse comprar pão nas nove padarias envolvidas, enquanto não fossem apresentadas evidências de que estas tinham adotado práticas mais seguras e higiénicas (*O Commercio do Minho*, 7 de julho, p. 2).

3. Os legumes e as frutas

Os vegetais desempenhavam um papel fundamental na dieta das classes mais desfavorecidas. Durante a Idade Média, eram associados à pobreza, por estarem diretamente ligados à terra, ao mundo do solo e do subsolo. Não obstante, entre eles existia uma hierarquização. Eram consideradas menos nobres as plantas com bolbo comestível subterrâneo, como os alhos, as cebolas e as chalotas e, por isso, eram vistas como alimentos adequados à alimentação dos camponeses. Seguiam-se as plantas de raiz comestível, como as cenouras e os nabos e, num patamar mais elevado, plantas cujas folhas eram consumidas, como as couves e os espinafres (Grieco, 1996, p. 89). O topo da hierarquia ficava reservado à fruta, encarada como alimento de prestígio, uma vez que se encontrava mais distante do solo, normalmente em árvores. A elevação da fruta em relação à terra conferia-lhe uma aura de nobreza, sendo esse o motivo para ser preferida pelas camadas mais altas da sociedade, que se deliciavam com frutos como pêssegos, maçãs, peras, nêsperas e citrinos (Buescu, 2014, p. 151). No entanto, havia frutos que geravam desconfiança, como os morangos e os melões, por serem rasteiros e, portanto, eram considerados menos virtuosos, devido à sua proximidade com o solo (Veloso, 1992, pp. 52-53).

Este preconceito em relação aos vegetais foi mudando paulatinamente na Idade Moderna. Durante este período, verificou-se um crescente interesse pelos legumes e pela fruta. O uso do açúcar desempenhou aqui um papel crucial: adoçar os alimentos tornou-se uma prática comum, o que levou ao desenvolvimento de conservas de frutas, como o pêssego, a abóbora ou o alperce, bem como à preparação de geleias, compotas e doces de fruta, como a marmelada ou a cidrada (Gomes, 2014, p. 219).

Esta opção, para além de aprimorar o sabor dos alimentos, contribuía para a sua conservação, permitindo o seu consumo durante períodos muito mais prolongados. Os pratos adoçados começaram, a partir do século XVII, a ser acompanhados de bebidas açucaradas e a ser degustados após as refeições ou durante alguma refeição mais ligeira, como a merenda (Flandrin, 1996, p. 249).

A qualidade das frutas e dos legumes tornava-se uma grande preocupação em momentos de crises epidémicas, porque se entendia que, durante estes períodos, os alimentos inadequados ao consumo propiciavam o agravamento da saúde das pessoas mais debilitadas. Em Braga, no ano de 1855, com a cólera a atingir a cidade, as frutas verdes e mal amadurecidas foram apontadas como responsáveis por boa parte dos casos da doença. Ao serem ingeridas, causavam problemas como cólicas, diarreias e febres e, assim sendo, para evitar consequências ainda mais graves, tornava-se imprescindível a sua retirada dos postos de venda ao público (*O Commercio do Minho*, 1876, 3 de agosto, p. 2), através da adoção de medidas, como as da inutilização ou do enterro das mesmas.

A fiscalização a estes alimentos ganhava força nestes períodos de maior temor. A 13 de julho de 1886, receando que a cidade de Braga fosse invadida pela epidemia de cólera, que afligia a província de Valência, em Espanha, o administrador do concelho de Braga e o comissário de polícia realizaram um exame aos frutos vendidos na feira da cidade. Nestas ocasiões, tornava-se ainda mais perentório evitar as hortaliças «chocas e recosidas do sol» (*O Bracarense*, 1855, 21 de agosto, p. 2) e frutas secas com sinais de bolor. Adicionalmente, as práticas de preparação dos alimentos também estavam sob escrutínio. O consumo de legumes exigia precauções específicas para evitar problemas digestivos. Era recomendado que fossem cozidos em água potável, devidamente descascados e passados pela peneira, um processo que visava reduzir a sua natureza indigesta (*O Commercio do Minho*, 1886, 22 de julho, p. 2). Essas medidas demonstravam o esforço para educar a população acerca de práticas alimentares mais seguras, ainda que, em muitos casos, a implementação destas recomendações fosse limitada pelas condições precárias da época.

A imprensa local desempenhou um papel crucial ao denunciar a negligência das autoridades competentes, pressionando-as, por conseguinte, a atuar. Em 1866, o jornal *O Pantologo* fazia referência à fruta verde que todos os dias era vendida na Praça Municipal, sem que os vigias da Câmara cumprissem o código de posturas (19 de setembro, p. 1). Cerca de duas décadas depois, o problema parecia manter-se sem resolução: o jornal *O Commercio do Minho* alertava para a venda de «fruta podre e barata da Praça Municipal» (1885, 16 de junho, p. 3), apontando como principais vítimas as classes mais pobres, que, frequentemente, consumiam esses alimentos contaminados para saciar a fome. Em 1899, perante a ameaça da peste bubónica, que grassava no Porto, *O Progressista* (1 de setembro, p. 2) alertava a polícia para as más condições de limpeza da praça bracarense, motivadas em grande parte pelo facto de várias mulheres que aí vendiam melancias, pernoitarem no local em enxergas

imundas. Esta situação favorecia a acumulação de lixo e a propagação de focos de infeção, colocando em risco a saúde pública.

4. O peixe

O consumo de peixe desempenhava um papel fundamental na alimentação dos portugueses, atravessando todas as classes sociais, ainda que de formas distintas. Nas mesas das famílias mais pobres, predominavam espécies consideradas menos nobres, como a sardinha e o bacalhau, vistas como um dos pilares da dieta de quem vivia com poucos recursos, enquanto as famílias mais ricas podiam permitir-se a outros luxos, como o consumo de linguado e de lampreia (Braga, 2004, p. 45). A sardinha era amplamente consumida pelas camadas populares por ser um «alimento barato, inesgotável e saboroso» (Veloso, 1992, p. 270). Já o bacalhau, embora continuasse associado à pobreza, começou, a partir do século XIX, a ter um progressivo papel de destaque em pratos mais sofisticados e nas cozinhas das classes abastadas (Braga, 2004, p. 122).

Durante muito tempo, o peixe foi considerado inferior à carne, em parte devido à sua maior perecibilidade e por ser considerado menos nutritivo. Este preconceito colocava o pescado num patamar secundário e, por isso mesmo, o seu consumo aumentava exponencialmente em períodos específicos, como a Quaresma e o Advento, em que as regras religiosas incentivavam à abstinência de carne. Braga não participava diretamente no comércio marítimo e fluvial e, por isso, o peixe fresco era mais difícil de obter. No entanto, a sua relação próxima com alguns portos de mar, como os de Vila do Conde, Esposende e Viana do Castelo, permitia que o pescado chegasse à cidade de forma quase diária (Oliveira, 1985, p. 150).

Ao longo do século XIX, por inúmeras vezes a Câmara Municipal de Braga tomou providências concernentes ao peixe. Dispor de um alimento são era algo essencial e, assim sendo, nas posturas municipais de 1864, ficou estabelecido que era proibido expor peixe à venda em estado de putrefação completa ou principiada, sob a coima de 1000 a 5000 réis (*O Progresso*, 5 de dezembro, p. 1). Apesar das normas impostas, a realidade mostrava-se, frequentemente, pouco animadora. Não raras vezes, os vendedores enganavam os seus clientes, entregando-lhes peixe estragado como se estivesse em perfeito estado de conservação e, por isso mesmo, as notícias acerca deste tema eram habituais nos periódicos bracarenses, sobretudo em épocas de epidemias, porque aumentavam as inspeções sanitárias. A imprensa local denunciava, sobretudo em ocasiões de maior receio de surtos epidémicos, a atitude dos comerciantes, que ludibriavam o povo «a troco de baratezas» (*O Commercio do Minho*, 1884, 19 de agosto, p. 2), como aconteceu em 1884, numa mercearia de S. Victor, onde foram apreendidos 7150 quilos de bacalhau podre (*O Commercio do Minho*, 7 de outubro, p. 3).

Figura 2. A vendedora de sardinhas



Fonte: Henry L'Évêque (1814), *Costume of Portugal.*

5. A carne

Para a maioria das pessoas, a carne era um luxo do qual raramente poderiam desfrutar. Para um camponês, a criação de porcos poderia significar uma oportunidade de ter carne à mesa, mas isso não implicava um consumo regular. Normalmente, o porco era aproveitado ao máximo, sendo a carne salgada, especialmente o toucinho, cuidadosamente guardada para garantir sustento ao longo de vários meses (Veloso, 1992, p. 58). No entanto, para além do porco, a presença de outras carnes na dieta dos mais desfavorecidos era bastante rara. As galinhas criadas pelos camponeses, em vez de servirem para o seu consumo, eram quase sempre destinadas à venda nas feiras locais, representando uma fonte de rendimento importante (Fernandes, 2015, p. 343). Quanto à carne de vaca ou de vitela, esta também era incomum na dieta das pessoas mais pobres, reservando-se para ocasiões muito especiais, como os dias de festa, que proporcionavam a oportunidade de degustar este alimento (Flandrin,

1996, p. 200). Em oposição, o consumo de carne por parte dos ricos era muito mais variado e regular: embora preferissem aves, também comiam carnes de matadouro e de animais que caçavam, como coelhos, lebres, corços, gamos e veados (Veloso, 1992, pp. 42-44).

No decorrer do século XIX, a Câmara Municipal de Braga foi estabelecendo medidas para assegurar a salubridade dos matadouros e dos açougues. As fraudes associadas ao comércio de carne eram recorrentes, e várias práticas enganadoras foram identificadas ao longo do tempo, tanto referentes à venda de carne deteriorada, como se fosse fresca e apta para consumo, como concernentes a práticas de manipulação do peso da carne.

Devia ser dada especial atenção à venda de carne nos açougues, assegurando-se de que não estivesse já deteriorada. A 3 de março de 1843, o vereador fiscal de Braga alertou a Câmara Municipal para a venda de «carnes de rezes mortas por ocazião do entrudo à oito dias, e que mostravam acharemse corrompidos»[4], exigindo que fossem tomadas medidas para resolver a situação. Esta realidade era recorrente, de tal forma que, quase a findar o século, as queixas mantinham-se. Numa altura em que, em Braga, aumentavam as providências sanitárias devido à epidemia de peste bubónica que afligia o Porto, o jornal *O Progressista* afirmava que «está à venda, em varios estabelecimentos da cidade, carne de porco em mau estado, e que nos talhos se vende carne de vacca por carne de boi, suspeitando-se que, devido á falta de necessaria fiscalização, são abatidas rezes doentes» (1899, 28 de dezembro, p. 2).

Uma das maiores preocupações recaía nas miudezas das reses[5] que, por serem partes mais sensíveis à corrupção, apresentavam um risco acrescido. Estando já estragadas, em muitos casos eram passadas das cozinhas privadas para as pastelarias, onde eram reutilizadas na preparação de empadas e de outros alimentos, colocando em perigo a saúde dos consumidores, muitas vezes sem que estes se dessem conta. Este tipo de práticas levava a danos imediatos, sobretudo entre aqueles que viviam numa situação de maior precariedade e que, por isso, comiam o que era mais acessível à sua carteira (Laurioux, 1989, p. 30).

O problema tornava-se ainda mais grave quando os próprios responsáveis pelos estabelecimentos de abate ou de venda de carne eram apanhados em atos fraudulentos. Neste sentido, Soares (1818, p. 134) defendia que carniceiros, cortadores e marchantes não deveriam «ocupar os officios de cozinheiro, pasteleiro», nem «poderião vender ao publico carne preparada, como seja cosida, assada, em massas». A venda de carne deteriorada como se fosse de boa qualidade representava uma forma de engano deliberado ao consumidor, que pagava por um produto supostamente fresco e saudável, mas que recebia um alimento adulterado.

Os pareceres médicos também sublinhavam a importância de garantir a qualidade da carne durante o seu transporte. Recomendava-se, especialmente no verão, que

4. AMB, *Livro das Actas da Câmara, 1843*, n.º 72, Cx. n.º 33, fl. 23.

5 Reses são quaisquer quadrúpedes que, depois de abatidos, são usados para a alimentação humana. https://dicionario.priberam.org/reses

a condução das carnes dos matadouros até aos açougues fosse feita apenas durante a madrugada ou depois do pôr-do-sol e que as carnes estivessem sempre cobertas, para impedir que as moscas depositassem aí os seus ovos (Soares, 1818, p. 124). Contudo, nem sempre estas advertências eram seguidas. Em certas ocasiões, questões de abastecimento e pragmatismo sobrepunham-se às exigências sanitárias.

Em 1855, enquanto a cólera assolava a região de Braga, as preocupações com a saúde pública intensificaram-se, levando a uma maior fiscalização e regulamentação das práticas nos matadouros. A necessidade de garantir condições de higiene rigorosas nesses espaços tornou-se uma prioridade, dado o papel central que desempenhavam no abastecimento alimentar da população e o risco de propagação de doenças que lhes estava associado. A 10 de agosto, informou-se que seria fiscalizada a loja dos matadouros para saber se todos os utensílios usados pelos cortadores de carne estariam no maior asseio. O guarda do estabelecimento ficou responsável por fazer com que «se não despegem as tripas nas escadas do quintal, nem se deite a imundice pelas janelas fora porque se devem conservar limpas»[6], «que se não lavem tripas, nem imundice algua na pia do tanque»[7], ordenando, igualmente, que fossem lavadas as mesas onde se desfaziam as tripas e que se conservassem limpas as gamelas de sangrar. A acrescentar, o guarda deveria assegurar que não fossem mortos animais demasiado magros ou doentes e que o gado fosse bem sangrado, já que a carne de animais mal sangrados se deteriorava mais depressa. No entanto, apesar dos esforços, no ano seguinte ainda se verificavam falhas na aplicação destas normas. O jornal *O Moderado* (1856, 24 de setembro, p. 3) denunciava que as carnes verdes, ou seja, carnes de animais abatidos na véspera do consumo, sem qualquer conservação, continuavam a ser mal sangradas, acabando por ser vendidas e consumidas neste estado, o que prejudicava gravemente a saúde pública.

Em teoria, quem não cumprisse as normas impostas, pondo em risco a saúde dos consumidores, teria penalizações, como multas, penas de prisão ou até a proibição de exercer a profissão. Nesse sentido, a Câmara de Braga determinou que não seria permitido que «nenhuã pessoa corte em sua caza carne, e ficarão inabilitados para nûnca mais uzarem do mister neste dita Cidade e seu termo»[8], sob pena de prisão de seis meses e uma multa de 6.000 réis. Esta deliberação, estabelecida em 1649, foi reiterada ao longo dos séculos seguintes, uma vez que muitos marchantes insistiam em abater as reses nas suas próprias casas, desrespeitando a exigência de utilização exclusiva dos matadouros municipais.

O hábito de realizar abates em residências privadas acarretava sérias consequências para a saúde pública. Frequentemente, as condições em que estes processos decorriam eram deploráveis, uma vez que as casas eram «pequenas, mal arejadas, sem abundancia d'aguas, e muitissimo mal cuidadas eram um constante deposito de

[6] AMB, *Livro das Actas da Câmara, 1854-1855*, n.º 80, Cx. n.º 36, fl. 160v.
[7] AMB, *Livro das Actas da Câmara, 1854-1855*, n.º 80, Cx. n.º 36, fl. 160v.
[8] AMB, *Livro das Actas da Câmara, 1647-1651*, n.º 34, Cx. n.º 17, fls. 99v-100.

immundicia» (*O Pharol do Minho*, 1855, 23 de julho, p. 1), aumentando, por isso, a probabilidade de se transformarem em focos permanentes de infeção e de colocarem em risco a qualidade do alimento consumido.

Apesar das numerosas deliberações estabelecidas para regulamentar o corte e a venda de carne, principalmente em questões relacionadas com a higiene, o constante incumprimento dessas normas revelava um estado de grande desordem. Esta realidade era propiciada tanto pela negligência dos profissionais da alimentação, como pela apatia dos zeladores municipais, que pouco ou nada faziam para garantir o cumprimento do código de posturas. No século XIX, as infrações praticadas pelos carniceiros e pelos marchantes eram frequentemente denunciadas pela imprensa local. Os carniceiros recusavam-se a realizar os abates no matadouro público, desrespeitando as normas vigentes e os marchantes recorriam a fraudes para maximizar os lucros, vendendo carne de «péssima qualidade» (*O Bracarense*, 1866, 14 de agosto, p. 2), para além de continuarem a utilizar sistemas de pesagem antigos, que causavam prejuízos aos consumidores. Uma publicação de 1855 resumia as falhas destes profissionais: «matam o gado onde e quando querem; não sangram bem a carne; e vendem-na roubada, negra, e algumas vezes corrupta!» (*O Moderado*, 23 de julho, p. 1). Esta descrição comprova como a saúde pública era, não raras vezes, colocada em risco, tanto por descuido como por má-fé, por parte de quem deveria garantir a qualidade dos alimentos.

Medidas significativas que promovessem melhorias nas condições higiénicas eram tomadas, sobretudo, em situações de crise, como eram as epidemias, que traziam consigo uma maior necessidade de urgência. Em julho de 1855, no contexto da ameaça da cólera, foram empreendidas reformas no matadouro público da cidade de Braga, o que constituiu um passo fundamental para tentar conter a propagação da doença. Este estabelecimento, anteriormente negligenciado, foi reestruturado «com esmero e aceio» (*O Pharol do Minho*, 1855, 23 de julho, p. 1), tendo o arruinado aqueduto e o tanque do pátio de entrada sido restaurados para garantir o fornecimento de água. Em agosto de 1883, novamente temendo a invasão da cólera, novos esforços foram empreendidos com o intuito de melhorar as condições do matadouro público: ordenou-se a remoção de pilhas de estrume, acumuladas no exterior do edifício, para covas localizadas num campo afastado e foi planeada a construção de um poço, destinado a fornecer água para a lavagem do espaço, numa tentativa de resolver os persistentes problemas de higiene verificados (*O Commercio do Minho*, 1883, 18 de agosto, p. 3). Um ano depois, numa inspeção conjunta realizada pelo comissário de polícia e pelo subdelegado de saúde a diversos estabelecimentos públicos da cidade, os talhos foram considerados em bom estado, e as carnes aí expostas para venda foram avaliadas como tendo uma qualidade satisfatória. Contudo, o matadouro público voltou a ser alvo de críticas severas, devido aos maus cheiros provenientes do solo, que absorvia os líquidos dos animais abatidos, transformando o espaço num ambiente de grande insalubridade (*O Commercio do Minho*, 1884, 22 de julho, p. 3).

6. As bebidas: a água e o vinho

No que concerne às bebidas, a água era amplamente reconhecida como a «bebida universal» (Paiva, 1787, p. 46), dada a sua predominância no consumo diário das populações. Por este motivo, exigia-se que obedecesse a critérios rigorosos de pureza, sendo necessário que fosse «clara, e diafana, sem côr, sem cheiro, e sem sabor estranho» (Soares, 1818, p. 201) e que mantivesse «a sua transparencia ao contacto do ar» (Soares, 1818, p. 201). De igual modo, considerava-se ideal a água que «não fizer sensação de pêso no estomago, e intestinos, mas antes facilite a digestão» (Soares, 1818, p. 201). Não obstante, nem todos os meios de abastecimento de água correspondiam a estas exigências e, assim sendo, era especialmente recomendado que se evitasse o uso de águas provenientes de lagoas, lagos, tanques, cisternas e poços, por serem, frequentemente, consideradas insalubres e perigosas para a saúde (Soares, 1818, p. 201).

Apesar das normas estabelecidas para assegurar a qualidade da água, os problemas eram constantes. O funcionamento deficiente dos canos das fontes, aquedutos e chafarizes públicos, aliado à escassez de água que se fazia sentir durante grande parte do ano, obrigava muitas pessoas a recorrer a águas pouco limpas. Estas águas, de sabor desagradável, quase mornas nos meses mais quentes e onde, por vezes, os animais domésticos também bebiam, eram verdadeiros focos de infeção que comprometiam a saúde pública (Crespo, 1990, p. 243).

Na cidade de Braga, o tema da água era alvo de grande preocupação. Inúmeras notícias alertavam para as dificuldades enfrentadas pela população bracarense devido à escassez deste recurso essencial. Apesar de, ocasionalmente, surgirem deliberações camarárias com o objetivo de se proceder «aos reparos necessários às águas nos locais onde a sua distribuição estivesse comprometida»[9], o quotidiano mostrava uma realidade bem diferente. Sobretudo nos meses de verão, a abundância de água era extremamente limitada, prejudicando tanto as necessidades básicas das pessoas como as atividades agrícolas e industriais. Em setembro de 1883, a gravidade da situação foi sublinhada numa publicação do jornal *O Moderado*, que afirmava que a falta de chuva afetava profundamente os recursos hídricos da região: «Os poços, e as fontes estão a seccar, e os rios Ave e Cavado levam tão pouca agoa, que alguns moinhos (não todos) moem com dificuldade» (29 de setembro, p. 1).

Os problemas relacionados com o abastecimento de água eram recorrentes e, por isso, alvo de frequentes queixas. Em 1840, os residentes da Rua da Régua e do Campo da Senhora-a-Branca denunciavam o «mau estado em que se acha a fonte publica que naquele citio existe pela dificuldade que há em se tomar agoa limpa»[10]. Anos mais tarde, em 1860, o jornal *O Bracarense* relatava que o chafariz do Paço estava em

[9] AMB, *Livro das Actas da Câmara, 1820-1824*, n.º 62, Cx. n.º 30, fl. 44.
[10] AMB, *Livro das Actas da Câmara, 1840-1841*, n.º 70, Cx. n.º 33, fl. 49.

«completa secca» (24 de agosto, p. 4). O problema agravava-se nestes períodos, com a imprensa a não poupar críticas à inércia das autoridades locais. Em 1883, *O Commercio do Minho* ironizava ao afirmar que, sem medidas urgentes, «em um anno de estiagem terão seus habitantes de ir beber ao Cavado» (29 de setembro, p. 1).

Nas mesas portuguesas, em momentos em que a água não era a bebida escolhida para as refeições, surgiam como alternativas o vinho e a água-pé. Entre estas bebidas, o vinho destacava-se não só como complemento da alimentação, mas também como ingrediente indispensável na preparação de muitos pratos. Contudo, a sua presença variava de acordo com a classe social: para as elites, apenas os vinhos mais delicados, como os brancos ou os claretes, eram considerados apropriados, já que representavam sofisticação e bom gosto; e para as pessoas mais humildes, os vinhos tintos ou escuros eram os mais comuns, devido à sua robustez, acreditando-se que, por serem mais «fortes», ajudariam a restituir as forças após jornadas de trabalho árduo (Flandrin, 1996, pp. 202-203).

Figura 3. Braga – Fonte das Torres (1838)



Fonte: Arquivo Municipal de Sintra. Pintura de George Vivian.

Embora essencial no quotidiano, o vinho era também um dos produtos mais frequentemente adulterados em Braga. Os comerciantes, ao depararem-se com vinhos de qualidade inferior ou que começavam a azedar, recorriam a artifícios para disfarçar as suas falhas. Entre os métodos mais comuns, destacava-se, com o objetivo de lhes dar cor, a adição de «baga de sabugo, louro, medronhos, ginjas e cerejas pretas, amoras, campeche e gyrasol» (*O Commercio do Minho*, 1878, 24 de setembro, p. 2) e, para mascarar a sua acidez, a mistura de mel, açúcar ou vinhos mais doces (Franco, 1814, p. 215). Porém, em casos mais graves, utilizavam-se substâncias químicas, como pedra hume e compostos de chumbo, o que transformava o vinho adulterado num verdadeiro veneno para os consumidores, uma vez que os levaria a terem sintomas como dores de estômago, cólicas, marasmo e febre que poderiam culminar na sua morte (Franco, 1814, pp. 213-215). Estas práticas não só enganavam o cliente, como colocavam em risco a sua saúde, particularmente a dos trabalhadores manuais que dependiam do vinho como fonte de energia após os seus esforços diários.

Conclusão

Eram grandes as diferenças entre o regime alimentar dos ricos e dos pobres, refletindo desigualdades sociais e económicas, que se faziam sentir na mesa de cada estrato social. Enquanto as elites tinham acesso a uma dieta mais diversificada e equilibrada, composta, por exemplo, por carnes de qualidade superior, vinhos brancos, considerados mais delicados, e pão de trigo, as classes mais humildes tinham uma alimentação limitada e, muitas vezes, de baixa qualidade. O pão de mistura ou de centeio, mais barato e menos nutritivo, era o principal sustento dos mais pobres, sendo acompanhado por caldos ou por legumes, quando disponíveis. A carne, como era considerada um luxo, raramente entrava na dieta alimentar, a não ser pequenos pedaços de toucinho ou miudezas para adicionar algum sabor às refeições. O peixe, embora mais acessível em algumas ocasiões, resumia-se sobretudo à sardinha e ao bacalhau. Já os vinhos tintos, considerados robustos e apropriados para os trabalhadores braçais, eram muitas vezes adulterados, o que lhes retirava qualquer valor nutritivo.

Ao longo do século XIX, a alimentação em Portugal foi marcada por uma grande precariedade e incerteza, e Braga não era exceção. A qualidade dos alimentos estava longe de estar garantida e, consequentemente, as pessoas mais pobres enfrentavam maiores riscos associados à adulteração ou à deterioração dos alimentos. Quem vivia numa situação de maior vulnerabilidade deixava-se seduzir por produtos mais baratos, sendo ludibriada pelos vendedores que lhe vendiam um verdadeiro veneno que poderia ser fatal. Estas práticas fraudulentas tinham um impacto direto e profundamente negativo nas suas vidas, o que agravava as dificuldades de sobrevivência, num

contexto já marcado pela pobreza e pela instabilidade. A falta de acesso a alimentos sãos e nutritivos não só colocava em causa a subsistência das pessoas mais pobres, como também comprometia a sua resistência às doenças que assolavam a região.

Os periódicos bracarenses desempenharam um papel fundamental na denúncia das falcatruas praticadas e na sensibilização da população para os perigos que estas representavam. Funcionando como veículos de informação e de opinião, os jornais da época não se limitavam a relatar factos; assumiam, muitas vezes, uma postura crítica perante as autoridades municipais e os comerciantes, exigindo medidas mais rigorosas de fiscalização e de controlo. Destacavam-se pelo tom incisivo com que abordavam questões como a má qualidade do pão, a carne imprópria para consumo, ou os vinhos adulterados, chegando mesmo a classificar como crime as ações de quem colocava em risco a saúde pública.

A fiscalização municipal mostrava-se ineficaz, permitindo a perpetuação de práticas inadequadas nos mercados e nos restantes estabelecimentos de venda de géneros alimentícios da cidade. A falta de higienização nos locais de abate e venda, a má conservação dos alimentos e a ausência de mecanismos adequados de controlo tornavam a alimentação um desafio constante, especialmente para as classes mais desfavorecidas. Para além disto, as providências que visavam uma melhoria da higiene e da qualidade dos alimentos aumentavam substancialmente em períodos de epidemias, o que comprova que os esforços eram pontuais e que, portanto, a eficácia das medidas sanitárias era limitada.

Fontes e Bibliografia

Barbosa, M. H. V. (2001). *Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*. NEPS do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

O Bracarense, n.º 19, de 21 de agosto de 1855; n.º 518, de 24 de agosto de 1860; n.º 1293, de 14 de agosto de 1866; n.º 1737, de 24 de agosto de 1869.

Braga, I. D. (2004). *Do primeiro almoço à ceia. Estudos de História da Alimentação*. Colares Editora.

Buescu, A. I. (2014). Aspectos da mesa do rei entre a Idade Média e a Época Moderna. Em C. Soares., & I. Coutinho de Macedo (Coords.), *Ensaios sobre património luso-brasileiro* (pp. 141-164). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Cascão**,** R. (2011). À volta da mesa: sociabilidade e gastronomia. Em J. Mattoso (Dir.), *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea* (pp. 56-91). Círculo de Leitores e Temas e Debates.

Collecção de Leis e outros documentos officiais publicados no 1.º semestre de 1837, Sétima Série, Primeira parte, Imprensa Nacional, 1837.

O Commercio do Minho, n.º 840, de 24 de setembro de 1878; n.º 1563, de 18 de agosto de 1883; n.º 1580, de 29 de setembro de 1883; n.º 1699, de 22 de julho de 1884; n.º 1710, de 19 de agosto de 1884; n.º 1718, de 6 de setembro de 1884; n.º 1730, de 7 de outubro de 1884; n.º 1736, de 21 de outubro de 1884; n.º 1831, de 16 de junho de 1885; n.º 1838, de 7 de julho de 1885; n.º 1989, de 10 de julho de 1886; n.º 1994, de 22 de julho de 1886; n.º 2027, de 9 de outubro de 1886.

Cosme, J. (2014). A consciência sanitária em Portugal nos séculos XVIII-XIX. *CEM. Cultura, Espaço & Memória*, n.º 51, 45-62.

Crespo, J. (1990). *A História do Corpo*. Difel.

Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, n.º 199, 13 de outubro de 1821.

Diário do Governo, nº 206, 13 de setembro de 1899.

Fernandes, P. S. C. (2015). *O hospital da misericórdia de Penafiel (1600-1850)* [Tese de Doutoramento policopiada, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho. https://hdl.handle.net/1822/40782.

Ferreira, F. A. G. (1990). *História da saúde e dos serviços de Saúde em Portugal*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Flandrin, J.-L. (1996). Opções alimentares e arte culinária (séculos XVI-XVIII). Em J.-L, Flandrin., & M. Montanari (Dirs.), *História da Alimentação. Da Idade Média aos tempos actuais* (Vol. 2, pp. 237-259). Terramar.

Flandrin, J.-L. (1996). A alimentação camponesa em economia de subsistência. Em J.-L, Flandrin., & M. Montanari (Dirs.), *História da Alimentação. Da Idade Média aos tempos actuais* (Vol. 2, pp. 185-211). Terramar.

Franco, F. M. (1814). Elementos de Hygiene: ou dictames theoricos, e practicos para conservar a saude, e prolongar a vida. Typografia da Academia Real das Sciencias.

Gomes, J. P. (2014). Uma doce viagem: doces e conservas na correspondência de D. Vicente Nogueira com o Marquês de Niza (1647-1652). Em C. Soares., & I. Coutinho de Macedo (Coords.), *Ensaios sobre património luso-brasileiro* (pp. 213-259). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Gonçalves, I. (2010). A Alimentação. Em J. Mattoso (Dir.), *História da Vida Privada em Portugal: A Idade Média* (pp. 226-259). Círculo de Leitores.

Grieco, A. J. (1996). Alimentação e classes sociais no fim da Idade Média e no Renascimento. Em J.-L, Flandrin., & M. Montanari (Dirs.), *História da Alimentação. Da Idade Média aos tempos actuais* (Vol. 2, pp. 83-93). Terramar.

Henriques, F. F. (1731). *Ancora Medicinal para conservar a vida da saude*. Officina de Miguel Rodrigues.

Herrero, G. P. (1984). El Colera en Alpera y Bonete. Siglo XIX. *Al-Basit: Revista de Estudios Albacetenses*, n.º 13, 53-71. file:///C:/Users/In%C3%AAs%20Rodrigues/Downloads/DialnetElColeraEnAlperaYBonete-1319457.pdf.

Laurioux, B. (1989). *A Idade Média à mesa*. Publicações Europa-América, Lda.

O Moderado, n.º 303, de 24 de setembro de 1856; n.º 328, de 27 de dezembro de 1856; n.º 1580, de 29 de setembro de 1883.

Oliveira, A. (1985). Mercados a norte do Douro: algumas considerações sobre a história dos preços em Portugal e a importância dos mercados regionais (séculos XVII-XVIII). *Revista da Faculdade de Letras: História*, II série, vol. 2, 97-160. http://hdl.handle.net/10216/8338.

Oliveira, R. P. (2010). Para o estudo da alimentação no século XVIII: o agasalho dos prelados no decurso das visitas pastorais. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 10, n.º 1, 323-342.

Paiva, M. J. H. (1787). *Aviso ao Povo ou Summario dos Preceitos mais importantes, concernentes á creação das Crianças, ás differentes Profissões e Officios, aos Alimentos e Bebidas, ao Ar, ao Exercicio, ao Somno, aos Vestidos, á Intemperança, á Limpeza, ao Contagio, ás Paixões, ás Evacuações regulares, &c., que se devem observar para prevenir as enfermidades, conservar a saude, e prolongar a vida*. Officina Morazziana.

O Pantologo, n.º 36, de 19 de setembro de 1866.

O Pharol do Minho, n.º 150, de 23 de julho de 1855.

O Progressista, n.º 680, de 1 de setembro de 1899; n.º 712, de 28 de dezembro de 1899.

O Progresso, n.º 187, de 11 de novembro de 1864; n.º 194, de 5 de dezembro de 1864.

Rigaud, L. (1780). *Cozinheiro moderno, ou nova arte de cozinha*. Offic. Patriarc. de Francisco Luiz Ameno.

Rodrigues, I. P. F. (2022). *Limpar a cidade em tempo de crise: higiene e asseio em Braga (séculos XVII-XIX)* [Dissertação de Mestrado policopiada, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho. https://hdl.handle.net/1822/79522.

Soares, J. P. F. (1818). *Tratado de policia medica, no qual se comprehendem todas as materias, que podem servir para organizar hum regimento de policia de saude, para o interior do reino de Portugal*. Typografia da Academia Real das Sciencias.

Sorcinelli, P. (1996). A alimentação e a saúde. Em J.-L, Flandrin., & M. Montanari (Dirs.), *História da Alimentação. Da Idade Média aos tempos actuais* (Vol. 2, pp. 371-381). Terramar.

Vale, A. (2015). *Puxar a Brasa à Nossa Sardinha*. Manuscrito.

Veloso, C. (1992). *A alimentação em Portugal no século XVIII nos relatos dos viajantes estrangeiros*. Livraria Minerva.

A epidemia do medo: os surtos de cólera no Baixo Minho ao longo do século XIX

The epidemic of fear: cholera outbreaks in *Baixo Minho* throughout the 19th century

Sílvia Pinto
Doutoranda em História com projeto de doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com a referência UI/BD/151369/2021
Lab2PT - Universidade do Minho / IN2PAST
ORCID: 0000-0002-7183-4067

Bracara Augusta, 132 (2025), 233-249 | ISSN 0006-8640
DOI: https://doi.org/10.82564/revistabracaraaugusta.v72i132%20(145).12

Resumo // A presença da cólera na Europa, a partir do início do século XIX, provocou mudanças no campo da saúde, particularmente no domínio da saúde pública. Portugal não foi exceção, tendo também experimentado inovações nesta área. O terror causado pela doença, devido ao desconhecimento que lhe estava associado, era agravado pela atenção que lhe era dada pela imprensa. Apesar dos elevados níveis de analfabetismo, o conhecimento circulava através da leitura direta ou coletiva dos jornais, em locais públicos como os cafés, as tabernas ou mesmo durante as cerimónias religiosas.
O nosso trabalho centra-se essencialmente na análise de notícias, artigos de opinião e anúncios publicados na imprensa do Baixo Minho, em específico nas cidades de Braga e Guimarães, bem como nas medidas preventivas tomadas pelas autoridades locais no decorrer dos diferentes surtos de cólera que afetaram esta região do país. Além dos jornais, outra documentação foi alvo de análise, nomeadamente atas camarárias, teses médicas e monografias da época. Com base nestas fontes, pretendemos compreender os temas mais debatidos, identificar os conhecimentos científicos associados à doença, ligados às formas de tratamento e prevenção, bem como as alterações que esta doença provocou na saúde e higiene dos espaços públicos.

Palavras-Chave:
Baixo Minho, Cólera, Imprensa, Século XIX.

Abstract // The presence of cholera in Europe from the early 19th century led to significant changes in the health field, particularly in public health. Portugal was no exception and also witnessed innovations in this area. The terror caused by the disease, exacerbated by the ignorance surrounding it, was intensified by the attention it received from the press. Despite the high levels of illiteracy, knowledge circulated through the direct or collective reading of newspapers in public spaces such as cafés, taverns, or even during religious ceremonies.
Our work essentially focuses on the analysis of news, opinion articles, and advertisements published in the press of Baixo Minho, specifically in the cities of Braga and Guimarães, as well as the preventive measures implemented by local authorities during the different cholera outbreaks that affected this region of the country. In addition to the newspapers, other documents were analysed, including city council minutes, medical theses and monographs from that time. Based on these sources, we aim to understand the most debated topics, identify the scientific knowledge associated with the disease, linked to methods of treatment and prevention, as well as the changes that it brought to public health and hygiene in public spaces.

Keywords:
19th Century, Baixo Minho, Cholera, Press.

Este trabalho é apoiado através do Financiamento Plurianual do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), Ref.ª UIDB/04509/2020, financiado por fundos nacionais (PIDDAC) através da FCT/MCTES.

This work is supported by the Multiannual Funding of the Laboratory of Landscapes, Heritage and Territory (Lab2PT), Ref. UIDB/04509/2020, financed by national funds (PIDDAC) through FCT/MCTES.

Introdução

O século XIX ficou marcado pelos progressos industriais, pela urbanização e, em simultâneo, pelo surgimento de vários surtos epidémicos. Além das habituais epidemias como a febre amarela, varíola e peste, a Europa viu surgir pela primeira vez outras doenças epidémicas, como a cólera que rapidamente se manifestou por todo o mundo[1].

Em 1817, a doença abandonou o nicho indiano, região onde era endémica, e propagou-se por vários países asiáticos, como China, Filipinas e Japão, ao longo de seis anos, sendo este o primeiro surto mundial de cólera. No decorrer do período oitocentista, esta enfermidade alastrou-se pelo quadro geográfico global cerca de cinco vezes, quatro das quais atingiram o continente europeu (Pita, 2017, pp. 25-27).

A segunda vaga propagou-se entre 1826 e 1837, novamente com origem na Índia, atingindo, pela primeira vez, a Europa Ocidental (Esteves & Araújo, 2010, p. 184). Uma vez que a Europa apenas foi afetada pela cólera, de forma epidémica, a partir da segunda vaga mundial, essa conta como primeira vaga daquele continente (Pita, 2017, p. 27). Antes da chegada da moléstia a Portugal em 1833, a cólera marcou presença em países como Inglaterra, em meados de 1831, onde provocou, ao longo do século XIX, cerca de 130.000 vítimas mortais (Penón, 2007, p. 168) ou França em 1832, cujo número de mortes, para o mesmo período, ronda os 100.000 (Almeida, 2021, p. 2). No mesmo ano, verificaram-se casos da doença na Irlanda, de onde se expandiu para o continente norte americano, devido ao fluxo migratório (Santos, 1994, p. 183). Por sua vez, é a partir de Portugal que a doença chega a Espanha em 1833 (Penón, 2007, p. 170), mas também ao Brasil e a Cabo Verde, anos mais tarde (Esteves, 2017, p. 189).

Neste seguimento, o terceiro surto mundial ocorreu entre 1846 e 1862, o quarto entre 1864 e 1875, e a quinta vaga entre 1883 e 1897, havendo ainda menção ao seu aparecimento em 1899 (Svobodný, 2004, pp. 200-215; Baldwin, 2005, pp. 37-243; Pita, 2017, pp. 25-27).

A *cholera morbus* teve especial realce pelo número de mortes que provocou, mas sobretudo pelo desconhecido que lhe estava associado (Cascão, 1998, pp. 370-371). Na imprensa publicava-se com frequência notícias de temática diversa, onde se dava realce à geografia da doença, à mortalidade causada, à profilaxia, mas também à prevenção da enfermidade. A publicação diária ou semanal de notícias e o acompanha-

[1] A etimologia da palavra cólera resulta do vocábulo grego *chole*, que se refere à bílis, e do latim *morbus*, que significa enfermidade, ou seja, enfermidade da bílis. Esta doença surge de uma infeção intestinal aguda, causada pela bactéria *Vibrio cholerae*, presente em águas e alimentos contaminados por resíduos fecais, transmitindo-se pelos mesmos meios e entre pessoas infetadas (Valdéz, 2011, pp. 281-282).

mento assíduo destas, por parte de grande parte da população, contribuiu para o pânico criado pela doença no decorrer dos vários surtos ocorridos ao longo da centúria oitocentista (Almeida, 2011, 2013; Pinto & Esteves, 2024).

A presença da enfermidade no continente europeu, a partir dos inícios do século XIX, provocou mudanças no campo da medicina, particularmente no domínio da saúde pública (Snowden, 2019). Entendeu-se que, sem descurar a cura, a prioridade passava pela prevenção da cólera e de outras doenças epidémicas (Esteves, 2020, p. 148). No entanto, para prevenir e combater estas enfermidades, era necessária uma maior atuação por parte dos Estados europeus relativamente ao setor social. As descobertas de Robert Koch e Louis Pasteur também contribuíram para a maior preocupação com a saúde e higiene do indivíduo (Esteves & Pinto, 2021, p. 130). Portugal não foi exceção, tendo conhecido modificações nesta área, e, como resultado, as entidades administrativas e sanitárias do país organizaram um conjunto de reformas sociais e higienistas. Os apelos das instituições locais, para a limpeza das ruas e casas e para a higiene individual, eram uma constante sempre que novos surtos batiam às portas das cidades portuguesas.

A cólera atingiu o território português várias vezes ao longo do século XIX, ainda que de forma pouco homogénea, afetando de modo diferenciado as várias regiões do país. No geral, as zonas fronteiriças foram em todos os períodos epidemiológicos as mais afetadas. Numa primeira fase, as deliberações de confinamento e prevenção desenrolaram-se unicamente a nível coletivo, através da organização de cordões sanitários, da imposição de lazaretos e de postos de desinfeção nas áreas fronteiriças do país. No entanto, estes repercutiam elevados custos, tanto económicos como pessoais, e a sua eficácia foi dificultada devido ao incumprimento da população, pois entendiam ser uma medida que retirava o sustento dos homens que paravam os trabalhos para vigiarem as fronteiras, impossibilitando ainda a circulação de mercadores e vendedores, cujo sustento provinha da venda de produtos na zona raiana (Esteves, 2017, pp. 192-193)[2].

A região do Minho estava, no decorrer do período em estudo, associada a um certo atraso, suportado pela ruralidade e pobreza de grande parte da população. Neste sentido, pretendemos, através do presente trabalho, perceber qual o papel das entidades administrativas daquela área, no combate aos vários surtos coléricos ocorridos no decorrer de oitocentos. A análise e interpretação de fontes, como as atas e posturas camarárias, a imprensa, teses médicas e monografias do período, serviram de suporte para dar resposta aos restantes objetivos estabelecidos, que passam por identificar os conhecimentos científicos associados à doença e as formas de tratamento e prevenção, bem como as mudanças que provocou na salubridade

[2] Segundo Rui Cascão existiam, na época, profissões de alto risco, aquando da ocorrência de períodos de propagação das moléstias, entre elas: soldados, marinheiros, feirantes, barqueiros, mendigos e todo o tipo de viajantes e de indivíduos que andavam a deambular entre territórios distintos (Cascão, 1998, p. 371).

e na higiene dos espaços públicos, tendo como foco algumas das cidades do Baixo Minho, nomeadamente Braga e Guimarães.

A metodologia definida passou pelo uso do método qualitativo (Flick, 2005, pp. 12-13), com base na análise documental (Cellard, 2008, p. 295; Junior et al., 2021, pp. 36-51), que permitiu o cruzamento de informação das diversas fontes documentais selecionadas, de forma a perceber o contexto espacial e social da região e os modos de atuação, ou a tentativa de, por parte do Governo Civil da região, das Administrações dos concelhos e ainda das santa casas da misericórdia e das ordens terceiras das cidades já mencionadas.

1. A primeira vaga de cólera (1833-1836): o medo e as celebrações religiosas

Após a descoberta do vacilo da cólera, por John Snow, epidemiologista inglês, que associava a propagação da doença ao contacto da água contaminada e não à inalação de miasmas, presentes no ar que se respirava, o movimento higienista teve um papel de relevância, no que concerne à prevenção desta e das demais doenças epidémicas (Santos, 1994, pp. 82-83; Almeida, 2011, p. 1069; Nascimento, 2022, p. 58). Além da maior atenção que instituições administrativas e médicas deveriam dar ao indivíduo, a consciencialização dos mais necessitados, para a aquisição de hábitos de higiene pública e privada, ainda que de difícil interiorização, teve caráter fundamental para o combate às pestilências (Pinto, 2023, pp. 115-116).

Como já referido, depois de ter deixado o nicho indiano, por volta de 1817, a cólera acabou por chegar a Portugal em 1833, e foi revisitando o país várias vezes ao longo da contemporaneidade, nomeadamente nas décadas de 50, 60, 80 e 90 da centúria oitocentista (Almeida, 2021, p. 2; Esteves & Pinto, 2024, p. 8). O século XX foi também marcado pela presença da doença em território nacional, sendo o último surto presenciado em 1974 (Nascimento, 2022, p. 57). Ainda que a doença não tenha afetado com gravidade a área geográfica em estudo, no primeiro surto ocorrido, as diligências tomadas pelas autoridades locais foram visíveis desde 1832. Segundo nos refere Inês Rodrigues, a Administração do Concelho de Braga reuniu várias vezes entre os meses de abril e maio do mesmo ano, com o objetivo de deliberar um conjunto de medidas que assegurassem o melhor nível de limpeza possível das ruas e praças da cidade (Rodrigues, 2022, p. 89). Entre as diligências imperava a proibição de despejos de água suja no espaço público da cidade, bem como a restrição da circulação de animais. Além disto, os espaços de venda de bens alimentares como os açougues, as peixarias, as padarias e as tabernas deveriam assegurar a limpeza e asseio do interior dos seus espaços[3].

[3] Consulte-se Arquivo Municipal de Braga (doravante AMB), *Livro das Actas da Câmara, 1831-1834*, n.º 66, Cx. n.º 31, fl. 81v; AMB, *Livro das Actas da Câmara, 1831-1834*, n.º 66, Cx. n.º 31, fls. 81v-83v.

A tomada de medidas pela Administração do Concelho de Braga incentivou a cidade vizinha, Guimarães, a seguir-lhe o caminho traçado. Em abril de 1832, apelava-se para que se tivesse «as ruas, casas e outras mais coisas, muito limpas»[4]. Apesar das primeiras medidas preventivas, em 1833 surgem os primeiros doentes coléricos na cidade, tal como descreve João Lopes de Faria, na sua obra *Efemérides Vimaranenses*, relativamente aos dias 16 e 23 de agosto[5]. Luís de Pina confirma a situação e refere a presença da enfermidade no Hospital de S. Francisco, cujos doentes foram assistidos por padres, que consequentemente acabaram também vitimados pela moléstia (Pina, 1926, p. 291).

Neste seguimento, várias foram as providências tomadas pelo poder local vimaranense, que procuraram levar a população a adotar hábitos de salubridade pública e privada. Além disto, verificou-se um reforço na fiscalização dos estabelecimentos de consumo e nas medidas de limpeza dos espaços públicos, não sendo esquecido o estabelecimento de regras para funerais e cemitérios. A necessidade de construção de um cemitério longe do centro urbano foi reconhecida em sessão de vereação da Câmara Municipal de Guimarães, uma vez que à data acreditava-se na possibilidade de enfermidades, como a cólera, se propagarem através da inalação de odores provenientes de cadáveres infetados pela doença (Pita, 2017, p. 21). Outras diligências foram discutidas, incluindo a construção de uma cadeia limpa e arejada, que respeitasse as regras de higiene, para se evitar que a doença se disseminasse[6].

Apesar das deliberações sanitárias descritas, a ocorrência de surtos epidémicos era associada, com frequência, ao castigo divino, que deveria ser minimizado através do pedido de misericórdia em celebrações religiosas. Veja-se, a título de exemplo, as várias descrições feitas por João Lopes de Faria, que dão conta das procissões e preces religiosas organizadas em maio de 1832 e em junho de 1833 em Guimarães como forma de devoção para que a doença não invadisse a cidade (Tabela 1). A recorrência das celebrações religiosas apresenta-se também como fator demonstrativo do medo que se vivia naquela época, por uma doença cujo tratamento e forma de propagação se faziam acompanhar pelo desconhecido e pela incógnita.

[4] Faria, J. L., *Efemérides Vimaranenses*, 11 de abril de 1832 (https://www.csarmento.uminho.pt/site/s/archsms/item/191820).

[5] Faria, J. L., *Efemérides Vimaranenses*, 11 de abril de 1832 (https://www.csarmento.uminho.pt/site/s/archsms/item/191820).

[6] Na ata resultante da reunião de 13 de dezembro de 1834 sublinha-se a necessidade de se encontrar «(...) uma porção de terreno próprio para o cemitério, pondo-se assim termo ao uso prejudicial, por tantos motivos de enterrar os cadáveres nas igrejas, que até pela maior parte são pouco arejadas e muitas delas colocadas no centro mesmo da vila, que se recente pela consequência das exalações pestridas (...)». Menciona-se ainda «Outro não menos transcendente nem de menor urgência o da construção de uma cadeia, segura, limpa e arejada conforme os princípios da humanidade e justificação próprios de um povo civilizado que horroriza com muita razão, vendo as imundas, insalubres e asquerosas prisões que existem nesta considerável e populosa vila.» Consulte-se Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (doravante AMAP), *Atas das reuniões da Câmara Municipal de Guimarães, 1834-1836*, sessão de 13 de dezembro de 1834, fl. 88.

Tabela 1. Celebrações religiosas ocorridas em Guimarães, descritas na obra *Efemérides Vimaranenses*, aquando da propagação do primeiro surto de cólera em Portugal

Data	Efeméride
27 de maio de 1832	À noite, saiu o Cabido com o Senhor d'Agonia, em procissão pelas mesmas ruas por onde passa a do Corpo de Deus, por causa da cólera-morbus que já tinha feito bastantes estragos em bastantes países da Europa. À saída e entrada da procissão houve sermão e nos dias 25, 26 e 27 houve preces de manhã.
28 de maio de 1832	Hoje e nos dois dias seguintes houve preces na Misericórdia por causa da cólera-morbus, espécie de peste, que já havia grassado em algumas nações da Europa.
29 de maio de 1832	Segundo dia de preces na igreja da Misericórdia, por causa da cólera.
3 de junho de 1832	Na igreja de S. Sebastião há missa cantada com exposição, e de tarde devia (não pode por causa da dúvida) sair em procissão o santo padroeiro da dita igreja, por causa da cólera-morbus. Tinha havido preces nos três dias antecedentes, 31, 1 e 2.
6 de junho de 1832	Sai em procissão de penitência S. Sebastião, (já havia de sair no dia três deste mês, mas choveu) por causa da cólera morbus, peste, acompanhada pelas comunidades de S. Domingos e S. Francisco com suas Ordens Terceiras e muito povo. As preces continuaram em várias igrejas da vila.
11 de junho de 1832	Sendo o último dia de preces (por causa da cólera-morbus) que fizeram os religiosos de S. Domingos, a mesma comunidade saiu (das 11 para a meia noite) em procissão pelas ruas da vila, indo o Prior descalço.
14 de junho de 1832	Por causa da cólera-morbus, sai a Ordem Terceira de S. Francisco com o Senhor em procissão pelas ruas da vila, acompanhado por muito povo, pestes: tendo sermão à saída e entrada.
24 de junho de 1832	Por causa da cólera-morbus, sai à tarde em procissão pelas ruas da vila, a imagem de Nossa Senhora das Dores, dos Terceiros Dominicos.
17 de junho de 1833	Neste dia e nos seguintes há preces na igreja de S. Domingos por causa da cólera-morbus já manifestada em Valongo e em outras imediações do Porto (também se dizia que dentro da cidade do Porto e que dela tinha de lá saído).
29 de junho de 1833	Principia na Colegiada a haver ladainha a Nossa Senhora por causa da cólera, tendo precedido três dias de Preces.

Fonte: Faria, J. L. *Efemérides Vimaranenses*. (maio de 1832 e junho de 1833) Casa de Sarmento. https://www.csarmento.uminho.pt/site/s/archsms/item-set/107782.

2. O segundo surto colérico (1853-1856): medidas de prevenção

A segunda vaga de cólera em Portugal desenvolveu-se entre 1853 e 1856 (Almeida, 2011, pp. 1064-1066). Segundo nos refere o *Relatório da Epidemia de Cholera-morbus em Portugal nos anos de 1855-1856* (Conselho de Saúde Pública do Reino, 1858, p. 242), a doença apenas afetou as cidades de Braga, Guimarães, Esposende e Barcelos. A Tabela 2 apresenta-se como uma reprodução do Mapa n.º 52 exposto no *Relatório* em questão, que contém o número de doentes, de curados e de falecidos provocados pela cólera no ano de 1855.

Através da análise da Tabela 2, verificamos que Esposende foi fortemente atacada pela enfermidade, sendo a primeira da região baixo-minhota invadida pela doença. Em reunião da Administração do Concelho delegava-se, no dia 1 de setembro de 1855, um conjunto de obras a realizar no cemitério, destinado para o enterro das vítimas de cólera, uma vez que este não reunia as condições básicas de salubridade[7]. Apesar das melhorias apontadas para o cemitério, segundo nos refere Fátima Marília Capitão, devido à ausência de um edifício hospitalar na sede do concelho, o administrador de Esposende selecionou uma casa, na freguesia de Fão, onde foram colocadas 12 camas para o tratamento dos enfermos afetados pela cólera (Capitão, 2019, p. 39).

Tabela 2. Mapa estatístico da *Cholera-morbus* no distrito de Braga em 1855

Cidades Afetadas		Esposende[8]	Barcelos	Braga	Guimarães
Número de doentes	Masculino	129	29	116	13
	Feminino	221	19	200	15
	Total	**353**	**48**	**316**	**28**

[7] Arquivo Municipal de Esposende (doravante AME), Câmara Municipal de Esposende (doravante CMESP), *Atas da Câmara 1855-1857*, Sessão da Câmara Municipal de Esposende de 1 de setembro de 1855, fl. 16 (PT/AMEPS/CMEPS/CME/001/0022).

[8] Na tabela original, referente ao Mapa nº52 do *Relatório da Epidemia de Cholera-morbus em Portugal nos anos de 1855-1856*, existe também descrita a vila de Fão, além das mencionadas. No entanto, por pertencer ao concelho de Esposende apresentamos os dados de ambas em conjunto.

Cidades Afetadas			Esposende[8]	Barcelos	Braga	Guimarães
Resultado	Curados	Masculino	87	21	35	7
		Feminino	138	15	96	8
		Total	**225**	**39**	**161**	**15**
	Falecidos	Masculino	45	5	56	6
		Feminino	73	4	99	7
		Total	**118**	**9**	**155**	**13**
Datas		Início	10 de julho	14 de julho	27 de julho	10 de setembro
		Fim	8 de outubro	30 de setembro	1 de outubro	21 de outubro

Fonte: Conselho de Saúde Pública do Reino (1858). *Relatório da Epidemia de Cholera-morbus em Portugal nos anos de 1855-1856*. Imprensa Nacional, p. 247.

A ligação ao Divino, é, uma vez mais, destacada na fase final do surto colérico. A 1 de outubro de 1855, a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Esposende refere a necessidade da realização de uma cerimónia religiosa no Dia de Finados, no cemitério onde estavam enterradas as «vítimas de *cholera-morbus*, que flagelou esta população desde o dia 10 de julho a meados do mês de setembro (...)»[9]. Além disto, os mesários felicitaram os serviços prestados pelo farmacêutico José Xavier de Sousa, que prescreveu as receitas, abonadas pelos cofres da Misericórdia, para o tratamento dos doentes pobres atacados pela cólera[10].

Braga foi a segunda cidade baixo-minhota mais afetada pela doença ao longo do segundo surto. Ainda que o *Relatório* refira que o primeiro doente detetado na cidade datasse de 27 de julho de 1855, em junho, a imprensa local noticiava a gravidade da situação que se vivia no Hospital de S. Marcos (Araújo, 2021, p. 2). A 22 de junho de 1855, o jornal *O Bracarense* assinalava a carência de um hospital destinado única e exclusivamente para o tratamento dos doentes coléricos, uma vez que o Hospital de S. Marcos se encontrava sobrelotado e não dispunha dos recursos necessários para o tratamento da enfermidade. Além disto, alertava-se para a necessidade de criação de uma comissão de socorros, com vista à ajuda dos mais pobres, por serem os mais favoráveis à contração de doenças[11]. No mês seguinte, o *Pharol do Minho* anunciava o estado sanitário regular da cidade e referia que o hospital para coléricos reunia todas

[9] Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Esposende (doravante ASCMPSE), Mesa Administrativa, A*tas da Mesa (1853-1856)*, Sessão de 1 de outubro de 1855, fls. 30-30v.

[10] ASCMPSE, Mesa Administrativa, *Atas da Mesa (1853-1856)*, Sessão de 6 de outubro de 1855, fl. 31.

[11] Hemeroteca Digital da Biblioteca Pública de Braga (doravante HDBPB), S/t, *O Bracarense*, 22 de junho de 1855, nº3, p. 1.

as condições para o tratamento dos que padeciam daquela moléstia. A notícia dava ainda conhecimento da concessão de autorização dada aos boticários para a venda de medicação a pessoas pobres, sendo a despesa suportada pelo Governo Civil[12].

A forma como os enfermos eram assistidos no hospital era acompanhada assiduamente pelos jornais de Braga. Vários são os relatos da organização das enfermarias e da terapia feita aos coléricos da cidade[13]. O fim do surto é noticiado pelo *O Bracarense* em 12 de outubro de 1855[14] e, como consequência, o hospital provisório encerrou portas a 2 de novembro do mesmo ano, aquando da alta hospitalar das «duas últimas vítimas da doença»[15]. Na notícia é ainda divulgado o registo do número de doentes que deram entrada no hospital entre agosto de novembro. Através da leitura da Tabela 3, conclui-se que a epidemia afetou um número mais elevado de mulheres, num total de 94, em relação aos homens, com 40 internamentos, caraterística que pode ser explicada pelo registo demográfico da região minhota, onde o número de residentes femininas era maior do que os residentes masculinos[16] (Esteves & Pinto, 2024, pp. 11-12). Também a quantidade de mortes foi mais alta do que a soma dos doentes curados, totalizando-se 74 falecidos e 60 recuperados.

Tabela 3. Registo de doentes que deram entrada entre agosto e novembro de 1855 no hospital de coléricos de Braga

	Homens	Mulheres	Total
Curados	16	44	60
Falecidos	24	50	74
Total	**40**	**94**	

Fonte: HDBPB, Hospital para coléricos, *O Bracarense*, 2 de novembro de 1855, nº 34. p. 2.

Apesar do reduzido número de doentes registados no *Relatório de 1855-1856* para a cidade de Guimarães, as atas das sessões camarárias indicam uma situação de maior gravidade. O debate frequente entre a Administração do Concelho e os representantes da Santa Casa da Misericórdia e da Ordem Terceira de S. Francisco, desenvolvido entre os meses de junho e setembro, assinala uma das piores fases da cólera

[12] HDBPB, S/t, *Pharol do Minho*, 26 de julho de 1855, nº151, p. 3.
[13] HDBPB, Hospital para coléricos, *O Bracarense*, 28 de agosto de 1855, nº 21, p. 2.
[14] HDBPB, Cholera, *O Bracarense*, 12 de outubro de 1855, nº 34, p. 2.
[15] HDBPB, Hospital para coléricos, *O Bracarense*, 2 de novembro de 1855, nº 34, p. 2.
[16] O *Relatório da epidemia de cholera-morbus de Portugal dos anos de 1855 e 1856* apresenta o número de residentes, por sexo, naquele período nas cidades de Braga, Guimarães, Barcelos e Esposende, onde se pode verificar que o número de mulheres era bastante maior. Veja-se os valores apresentados: Braga, 23 454 mulheres e 16 881 homens; Barcelos 23 021 mulheres e 19 402 homens; Esposende 6 565 mulheres e 5 761 homens; Guimarães 21 256 mulheres e 17 749 homens (Conselho de Saúde Pública do Reino, 1858).

em Guimarães. Naquela época o cemitério do Hospital da Misericórdia estava sobrelotado, «pois além de ser pequeno, já não podia dar sepultura a mais alguns mortos, sendo grave ano de saúde publica, a qual como todos sabiam se achava em risco pelo flagelo da Cholera morbus, que desgraçadamente se achava nesta cidade»[17].

Face a isto, o administrador do Concelho e o provedor da Santa Casa da Misericórdia insistiam na necessidade de construir um novo cemitério, uma vez que os existentes eram insuficientes para o número de vítimas da doença. Foram novamente discutidas providências, incluídas no Código de Posturas, relacionadas com a limpeza da cidade, que previam, por exemplo, a proibição de estrumeiras, a presença de porcos em casa e a lavagem e caiação das habitações pelo menos três vezes no ano. Previa-se, ainda, a inspeção de locais de venda de produtos alimentares, como açougues, padarias e peixarias, bem como a proibição de despejos de água pela janela, prática ainda frequente. Estas medidas, vistas como essenciais para a salvaguarda da higiene pública, tinham caráter obrigatório e quem não cumprisse sujeitava-se ao pagamento de multas[18].

Por fim, foi ainda nomeada uma comissão de socorros para promover outras medidas sanitárias, nomeadamente a criação de um hospital para coléricos. De entre as opções dadas em sessão de janeiro de 1854, nomeadamente «duas casas da Rua Escura»[19] e a Casa das Lamelas, «por não se acharem ocupadas por seus donos e quase devolutas»[20], foi escolhida uma terceira opção, em junho de 1855, a casa de António Couto, conhecida por Casa dos Coutos, para abrigar o hospital colérico da cidade[21]. Segundo nos refere o padre António Ferreira Caldas, em seis dias o hospital dispunha de todos os materiais necessários, sendo doados por filantropos, e pelas instituições já referidas, camas, lençóis e medicamentos. Os doentes afetados pela cólera começaram a dar entrada em julho, sendo tratados até novembro do mesmo ano, quando a epidemia desvaneceu (Caldas, 1996, p. 8).

O segundo surto foi noticiado nos jornais vimaranenses, apenas na sua fase final, mais precisamente durante o ano de 1856. As notícias davam a indicação do aparecimento de algumas febres e outras doenças que se tornavam fatais[22], uma vez que a doença se estava a dirigir para a região norte, verificando-se o aumento de casos em setembro[23] e o seu enfraquecimento em regiões como Lisboa e Madeira[24].

---

[17] AMAP, *Atas das reuniões da Câmara Municipal de Guimarães*, 1853-1856, sessão de 27 de setembro de 1855, fl. 178.

[18] AMAP, *Atas das reuniões da Câmara Municipal de Guimarães, 1853-1856*, sessão de 27 de setembro de 1855, fl. 178.

[19] Rua Escura refere-se à atual Rua Gravador Molarinho (Pereira, 2021, p. 15).

[20] AMAP, *Atas das reuniões da Câmara Municipal de Guimarães, 1853-1856*, sessão de 5 de janeiro de 1854, fl. 5.

[21] AMAP, *Atas das reuniões da Câmara Municipal de Guimarães, 1853-1856*, sessão de 27 de junho de 1855, fl. 154.

[22] Hemeroteca da Sociedade Martins Sarmento (doravante HSMS), Saúde Pública, *A Tesoura de Guimarães*, 2 de setembro de 1856, nº 1, p. 3.

[23] HSMS, Cholera, *A Tesoura de Guimarães*, 9 de setembro de 1856, nº 3, p. 3.

[24] HSMS, Cholera, *A Tesoura de Guimarães*, 5 de setembro de 1856, nº 2, p. 2.

Apesar do alarme que se fazia notar através das resoluções aprovadas em reuniões camarárias, os jornais vimaranenses noticiavam, não raras vezes, o incumprimento da população face às medidas estabelecidas. O flagelo da cólera não resultou na alteração dos hábitos quotidianos da população vimaranense, e por isso não se verificaram períodos de total confinamento. A par da publicação de notícias com indicação dos cuidados a ter com esta doença epidémica, noticiava-se também o movimento das pessoas dentro e fora da cidade. Esta movimentação era retratada por diversos momentos de sociabilidade, entre eles as festas e romarias, mas também eventos festivos no passeio público e outros de cariz privado. A título de exemplo, veja-se a notícia publicada a 9 de setembro de 1856, no jornal *A Tesoura de Guimarães,* onde se refere a romaria em homenagem à Senhora de Porto d'Ave e a enchente de romeiros de Guimarães que saiam e voltavam à cidade. Na notícia é ainda notório, o tom crítico relativo ao ajuntamento e circulação de pessoas entre cidades, e sobretudo, no que concerne à «satisfação e contentamento com que esta gente do Minho, que habita nos campos, toca, canta e dança nas praças públicas», enquanto que nas regiões centro e sul do país os flagelos da «fome e peste» seriam uma realidade [25]. Neste sentido, não é descabido afirmar que, se por um lado, o terror do desconhecido era visível pela presença assídua em procissões e preces, por outro, estava latente também uma certa leviandade associada à falta de conhecimento das consequências da doença.

3. O regresso intermitente da cólera nas últimas décadas do século XIX

O caráter informativo das notícias publicadas nos jornais vimaranenses é alterado, de forma radical, aquando do novo surto de cólera ocorrido em 1865. Desta forma, denota-se que a informação sobre os meios de prevenção e tratamento da doença se faz acompanhar de maior detalhe[26]. Em agosto deste ano, o periódico *O Vimaranense* publicou uma notícia transcrita do *Jornal do Porto*, na qual se alertava para as diligências preventivas da enfermidade. Referia-se a conveniência da criação de «comissões sanitárias e de socorros (...) auxiliadas das corporações científicas, de benemerência e de todos os cidadãos que se queiram associar a uma causa tão meritória». A ação destas entidades nas zonas mais rurais é também destacada, sublinhando-se a necessidade do auxílio dos regedores e párocos, para a promoção «das medidas de salubridade e esclarecerem o povo com as indicações convenientes a premunir-se dos ataques epidémicos»[27].

[25] HSMS, Cholera, *A Tesoura de Guimarães*, 9 de setembro de 1856, nº 3, p. 3.
[26] HSMS, O Cholera, *A Tesoura de Guimarães*, 26 de agosto de 1865, nº 32, p. 2.
[27] HSMS, A epidemia, *O Vimaranense*, 25 de agosto de 1865, nº 511, p. 2.

O retorno da cólera a Portugal não tardou, e foi confirmada mais uma vez pelo jornal *Religião e Pátria* que noticia o momento em outubro de 1865. Segundo a notícia, Elvas foi a primeira cidade afetada pelo «terrível hospede». Também se apelou à limpeza e remoção dos vários focos de infeção existentes em Guimarães. Para a década de sessenta não existe nenhuma indicação da existência da doença na cidade[28].

Também em Braga várias foram as notícias sobre métodos de prevenção da doença. Em novembro de 1865 é publicado no jornal bracarense *A União Progressista* um artigo sobre as instruções higiénicas, aprovadas pelo Conselho de Saúde Pública do Reino, no qual se considerava que os excessos de qualquer tipo, ligados a rotinas desregradas e à ausência de alimentação saudável, constituíam algumas das causas da cólera. Neste edital é ainda enumerado um conjunto de medidas de prevenção, relativas à higienização da casa e do corpo. Abordam-se, ainda, instruções sobre a forma de tratamento caseiro, em caso de impossibilidade do acesso a cuidados médicos. Assim, o paciente devia ficar em repouso, com condições de conforto e a cama deveria ser aquecida por botijas de água ou sacos de areia quente. Além disso, devia proceder à ingestão de chá da Índia com uma colher de aguardente ou vinho do Porto, tudo bem quente para provocar suor ao enfermo. No mesmo documento, aconselhava-se a evitar curandeiros e charlatães e as substâncias por eles vendidas[29].

Outras receitas e formas de tratamento foram divulgadas regularmente pela imprensa. No periódico *O Bracarense* indica-se que aquando da apresentação dos primeiros sintomas, o enfermo deveria tomar, em pó ou misturado com açúcar, três grãos de flor de enxofre e três grãos de carvão. Além disto, o quarto onde repousava deveria ser desinfetado, através da queima de enxofre, tornando o tratamento eficaz de tal forma que, «os sintomas desapareciam rapidamente»[30].

Seguem-se outros surtos de cólera, nas décadas de 80 e de 90 do século XIX. Embora sem provocar vítimas entre a população vimaranense, a cólera foi tema presente na cidade. Por exemplo, em 1885, verificou-se a formação de uma comissão de socorros «destinada a angariar e distribuir donativos pelos necessitados»[31] e, novamente, a organização de procissões religiosas, invocando preces, para que a doença não afetasse a cidade[32]. Além disto, foi também criado um hospital provisório para

[28] HSMS, Cholera Morbus, *A Tesoura de Guimarães*, 25 de outubro de 1865, nº 47, p. 1.

[29] HDBPB, Instruções Práticas, *A União Progressista*, 11 de novembro de 1865, nº 18, pp. 1-2.

[30] HDBPB, Contra a Cholera, *O Bracarense,* 8 de novembro de 1865, nº 1159, p. 2.

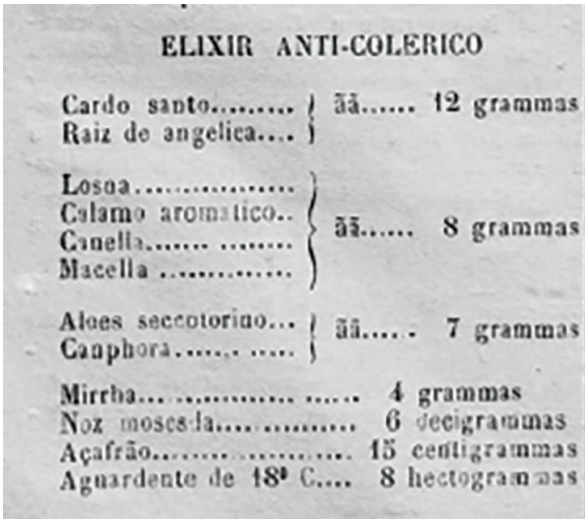
[31] Na obra *Efemérides Vimaranenses* refere-se que no dia 5 de agosto de 1885: «Reuniram-se na Câmara, juntamente com esta, os presidentes da Junta de Paróquias da cidade e resolveram a imediata organização de uma comissão de socorros destinadas a angariar e distribuir donativos pelos necessitados no caso da provável invasão de colérica.». Faria, J. L., *Efemérides Vimaranenses*, 5 de agosto de 1885, fl. 119v.

[32] Sobre as procissões diz-se nas *Efemérides Vimaranenses*: «Veio em procissão de penitência, por causa da cólera, da Igreja das Capuchas para a Colegiada, onde ficou até 17 de junho de 1886, a imagem da N. S. do Carmo da Penha.» e «Da igreja da Costa saem com as imagens do Bom Jesus, do S. Sebastião e de S. Jerónimo (...). Isto foi por causa da cólera». Faria, J. L., *Efemérides Vimaranenses*, 11 de agosto de 1885, fl. 136; 12 de agosto de 1885, fl. 141.

o tratamento de coléricos, na quinta da Atouguia, que acabou por não ser usado[33].

Já para Braga, houve registos de casos de doentes coléricos tanto em 1883 como em 1890. A imprensa da cidade manteve-se, mais uma vez, ativa, dando indicações sobre medidas de prevenção que se deviam focar na alimentação saudável e os cuidados com a higiene do corpo e o ambiente onde o indivíduo se inseria[34]. Apresentava-se, ainda, uma nova opção para o tratamento caseiro da doença, através da receita de um elixir, que incluía ingredientes como a canela, o açafrão ou até a água ardente (Figura 1). Realçava-se a estratégia de surtos anteriores, que visava afastar os doentes de cólera do Hospital de S. Marcos[35].

Figura 1. Receita de elixir para o tratamento da cólera da autoria do Dr. Lourenço de Almeida e Azevedo


ELIXIR ANTI-COLERICO

Cardo santo..... } āā..... 12 grammas
Raiz de angelica.... }

Losna..... }
Calamo aromatico.. } āā..... 8 grammas
Canella..... ..... }
Macella ..... }

Aloes seccotorino... } āā..... 7 grammas
Canphora..... ..... }

Mirrha..... ..... 4 grammas
Noz moscada..... 6 decigrammas
Açafrão..... 15 centigrammas
Aguardente de 18º C.... 8 hectogrammas

Fonte: HDBPB, O Tratamento da Cólera, *O Comércio do Minho*, 29 de julho de 1884, nº 1702, pp. 1-2.

Apesar dos dispositivos de prevenção associadas ao mantimento das condições de salubridade no espaço público e na higiene privada, notou-se uma resistência da população na interiorização dos mesmos. Obstáculos como a partilha dos espaços domésticos com elevado número de pessoas e até de animais, o uso de mezinhas, a resistência na procura de médicos em contraponto na procura de curandeiros e pessoas sem formação médica eram frequentes ao longo de cada um dos surtos. Esta relutância contribuiu para a presença da cólera em Portugal ao longo do século XX, tendo-se registado o último surto em 1974 (Almeida, 2021, p. 2).

[33] «Fica instalado o hospital para coléricos, na casa da quinta da Atouguia (má escolha porque os doentes que para lá fossem, teriam a impressão de irem para o cemitério) com 56 camas e a indispensável roupa para elas. Não foi utilizado, mas grande parte do material evaporou-se». Faria, J. L., *Efemérides Vimaranenses*, 22 de agosto de 1885, fl. 168v.

[34] HDBPB, Medidas sanitárias, *O Comércio do Minho*, 13 de abril de 1886, nº 1974, p. 3.

[35] HDBPB, O Tratamento da Cólera, *O Comércio do Minho*, 29 de julho de 1884, nº 1702, pp. 1-2.

Conclusão

Apesar do medo provocado pelas doenças epidémicas e pelo desconhecido que lhes estava associado, em particular pela cólera, verificou-se, no decorrer da contemporaneidade, o desenvolvimento do plano científico, justificado pela procura de meios para a prevenção e tratamento e também pelos progressos denotados na saúde pública e na medicina social.

Neste sentido, e como forma de conclusão, não é descabido afirmar que as diligências direcionadas para a educação e para a interiorização de hábitos de higiene privada e pública na população, assim como a criação de infraestruturas para combater as enfermidades, estiveram na lista de prioridades das autoridades sanitárias de Braga e de Guimarães durante a centúria oitocentista. Neste sentido, verifica-se que instituições como a Santa Casa da Misericórdia, ordens terceiras e comissões de socorros atuavam em conjunto e de forma homogénea em ambas as cidades. A participação destas entidades em reuniões camarárias denuncia o espírito colaborativo das mesmas e a delegação de tarefas entre campos de atuação distintos, refletidos nas áreas administrativa, social e médica.

Nas cidades em estudo, a gestão das normas sanitárias era feita pelo governador civil do distrito de Braga, que as transmitia aos administradores de cada concelho, permitindo a continuidade na tomada de medidas entre as cidades do mesmo distrito. Um exemplo dessa continuidade na prevenção de doenças epidémicas foi a formação de comissões de socorros e a instalação de hospitais em edifícios adaptados para o tratamento de doentes coléricos em ambas as cidades, durante a vaga de cólera na década de 50.

Observa-se ainda uma distinção na informação dada à população de cada uma das cidades durante a ocorrência de cada surto. Por exemplo, no surto do decénio de 30, a informação estava essencialmente ligada a normas de prevenção, expressas através da limpeza e adaptação dos espaços públicos. Já nas vagas epidémicas de 1865 e da década de 80, além dessas normas, destacava-se a divulgação de formas de tratamento da moléstia em casa, de modo a controlar os sintomas e obter uma cura rápida.

Fontes e Bibliografia

Almeida, M. A. P. (2013). *Saúde pública e higiene na imprensa diária em anos de epidemias, 1854-1918*. Colibri.

Almeida, M. A. P. (2011). A epidemia de cólera de 1853-1856 na imprensa portuguesa. *Manguinhos*, 18 (14), 1057-1071.

Almeida, M. A. P. (2021). As epidemias de cólera em Portugal 1833-1975. Em *Atlas de história de Portugal: Uma perspectiva geopolítica* (pp. 232-233). Sociedade Francisco Manuel dos Santos. http://hdl.handle.net/10071/26110.

Araújo, M. M. L. (2021). O medo de tratar no hospital de São Marcos de Braga em tempos de epidemias (séculos XVII a meados do século XIX). *Temperamentvm. Revista Internacional de Historia y Pensamiento Enfermero*, 17, 1-2.

Baldwin, P. (2005). *Contagion and the State in Europe (1830-1930)*. Cambridge University Press.

Caldas, P. A. F. (1996). Hospitais. Em *Guimarães. Apontamentos para a sua história* (2ª ed., pp. 1-8). CMG/SMS. https://www.csarmento.uminho.pt/site/s/arquivo-digital/item/93755#?c=&m=&s=&cv=.

Capitão, F. M. (2019). *O Hospital «Palácio» da Misericórdia de Esposende: Origens, vontades, dinâmicas (séculos XIX a inícios de XX)* [Dissertação de Mestrado em História e Património]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Cascão, R. (1998). Demografia e Sociedade. Em *A História de Portugal – o Liberalismo (1807-1890): Vol. V* (pp. 366-377). Editoral Estampa.

Cellard, A. (2008). A Análise Documental. Em *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 295-316). Editora Vozes.

Conselho de Saúde Pública do Reino. (1858). *Relatório da Epidemia de Cholera-morbus em Portugal nos anos de 1855-1856*. Imprensa Nacional.

Esteves, A. (2017). A cólera no norte de Portugal de oitocentos: Medos, providências e protagonistas. Em *Antiguos y nuevos desafios* (pp. 185-220). Alvarellos Editora.

Esteves, A. (2020). *As epidemias e a memória histórica* (pp. 147-172). https://doi.org/10.21814/uminho.ed.23.9.

Esteves, A. P. L., & Pinto, S. (2024). Epidemics in Minho between the 19th century and the first two decades of the 20th. *Revista de História Regional*, *29*, 1-30. https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.29.22410.

Esteves, A., & Pinto, S. (2021). Quando a morte espreita: As epidemias no Minho entre o século XIX e o século XX. *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, 6 (11), 128-150.

Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Monitor.

Junior, E., Oliveira, G., Santos, A., & Schnekenberg, G. (2021). Análise Documental como Percurso Metodológico na Pesquisa Qualitativa. *Cadernos da Fucamp*, 20 (44), 36-51.

Nascimento, E. (2022). *O olhar médico sobre as doenças, as epidemias e os problemas sanitários no Portugal de oitocentos (1855-1920)* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho. https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/79319.

Penón, J. A. (2007). El cólera de 1885 en España y la comarca de Andorra – Sierra Arcos. *Revista Andorra*, 6, 167-182.

Pereira, R. M. (2021). *Toponímia do centro Histórico de Guimarães: Evolução histórica* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho: Instituto de Ciências Sociais]. Repositório Institucional da Universidade do Minho. https://hdl.handle.net/1822/74736.

Pina, L. (1926). *Vimaranes. Materiais para a história da Medicina Portuguesa. Arqueologia. Antropologia. História*. Araújo & sobrinhos SUc.es.

Pinto, S. (2023). Tempos de epidemia em oitocento: As instituições sanitárias e políticas de higiene nas cidades de Braga e Guimarães. Em *Pequenas Cidades no Tempo. A saúde* (IEM – Instituto de Estudos Medievais; Câmara Municipal de Castelo de Vide; CHAM – Centro de Humanidades, pp. 113-126).

Pinto, S., & Esteves, A. (2024). The look of the portuguese periodical press on diseases and epidemics in Portugal in the first decades of the 20th century. *Diálogos*, 28 (1), 138-158. https://doi.org/10.4025/dialogos.v28i1.71902.

Pita, A. (2017). *A cólera em Lisboa (1833 e 1855/56): Emergência do poder médico e combate á epidemia no Hospital de São José e enfermarias auxiliares* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Nova de Lisboa.

Rodrigues, I. (2022). *Limpar a cidade em tempo de crise: Higiene e asseio em Braga (séculos XVII-XIX)* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/79522.

Santos, L. A. C. (1994). Um Século de Cólera: Itinerário do Medo. *PHYSIS − Revista de Saúde Coletiva*, *4*(1), 76-110.

Snowden, F. (2019). *Epidemics and Society: From the Black Death to the Present*. Yale University Press.

Svobodný, P. (2004). The Health of the Population and Health Policy in 19th century Bohemia: The Case of Asiatic Cholera (1830s-1900s). Em *European Health and Social Welfare Policies* (pp. 200-215). Compostela Group of Universities.

Valdéz, L. (2011). Cólera historia y actualidad. *Revista de Ciencias Médicas de Pinar del Río,* 15 (4), 280-294.

Entre luz e trevas: a iluminação pública na cidade e no distrito de Braga (da década de 1830 a 1956)

Between light and darkness: public lighting in the city and district of Braga (from the 1830s to 1956)

Maria João Pires Martins
Mestre em História Contemporânea pela Universidade do Minho
piresmariajoao@hotmail.com
ORCID: 0009-0009-6595-2487

Bracara Augusta, 132 (2025), 251-269 | ISSN 0006-8640
DOI: https://doi.org/10.82564/revistabracaraaugusta.v72i132%20(145).13

Resumo // O presente artigo estuda o desenvolvimento da iluminação pública no Baixo Minho entre o seu aparecimento, na década de 1830, até 1956, data em que foi realizada a última eletrificação de uma sede concelhia nesta circunscrição. O estudo baseia-se essencialmente em fontes locais, nomeadamente na imprensa periódica da região, mas também em outro tipo de documentação, produzida pelos governos locais. A investigação engloba os primórdios do estabelecimento deste melhoramento material, partindo, primeiramente, da sua aplicação por técnicas de combustão (óleos naturais, petróleo, gás de carvão e acetileno) e tratando, seguidamente, da transição para incandescência elétrica. Além de encetar a construção de uma cronologia de desenvolvimento da iluminação dos espaços públicos, o artigo mostra também a forma como o assunto era percecionado na opinião pública, as suas limitações e as particularidades da sua implementação neste território.

Palavras-Chave:
Baixo Minho, Braga, Combustão, Eletricidade, Iluminação pública, Obras públicas.

Abstract // This article studies the development of public lighting in *Baixo Minho*, from its introduction in the 1830s to 1956, the year when the final electrification of an urban area in this district was completed. The study is primarily based on local sources, namely the regional press, as well as other types of historical documentation, produced by local governments and relevant legislation. The research covers the early stages of this material improvement, beginning with the use of combustion techniques (natural oils, petroleum, coal gas and acetylene) and the subsequent transition to electricity. In addition to establishing a development timeline, the study also explores how the issue was perceived by the public, the limitations of this early improvements, and the characteristics of their implementation in this region.

Keywords:
Baixo Minho, Braga, Combustion, Electricity, Public works, Street lighting.

Introdução

A iluminação noturna dos espaços públicos, durante os primórdios da sua instalação, no século XIX e em inícios da centúria seguinte, era entendida como uma utilidade que contribuía para o progresso material e civilizacional das localidades. Entre outros aspetos, esta materialidade era concebida como um auxílio à manutenção da segurança noturna e como um instrumento facilitador de uma fruição temporalmente mais lata dos espaços públicos. Por essas razões, a iluminação artificial noturna era um melhoramento desejado e reivindicado pelas populações, e foi efetivamente dinamizado pelos poderes locais, maioritariamente nas zonas urbanas do distrito.

Embora esta comodidade tenha representado, na época em análise, um melhoramento relevante para a sociedade, a sua história encontra-se diminutamente tratada pela historiografia nacional. Joel Serrão (1962) foi certamente pioneiro nesta temática em Portugal. No entanto, os seus estudos minimizam a importância de parte dos sistemas de iluminação, nomeadamente os pré-elétricos e os que não operavam em rede. A atenção dada, essencialmente, a iluminações públicas urbanas e a sistemas em rede, é, contudo, uma tendência presente em outros países. Em Espanha, por exemplo, onde esta temática foi estudada de forma recorrente, as investigações versam especialmente esses aspetos. Em Portugal, a contrariar esta tendência, é de sublinhar o importante contributo de Bruno Cordovil da Silva Cordeiro (2006). Não obstante a parca produção sobre o assunto, o caso do Baixo Minho conta com algumas contribuições sobre a história da iluminação pública, nomeadamente na cidade de Braga (Simões, 1991/1992; Bandeira, 2001). O tema é ainda mencionado em algumas investigações, sobretudo locais, no restante distrito. Estava, contudo, em falta, uma visão de conjunto do distrito bracarense, que o estudo que agora se apresenta procura abordar.

A metodologia aplicada neste estudo seguiu uma vertente qualitativa, pela qual guiamos toda a sua construção. No que diz respeito à recolha de fontes, partimos de vários tipos de documentação, nomeadamente documentação produzida pela esfera local (sobretudo periódicos e atas camarárias) mas também legislação, que permitiu construir uma representação do conjunto.

O trabalho que agora se apresenta divide-se, essencialmente, em dois pontos: a iluminação por combustão, isto é, os primórdios pré-elétricos, e, seguidamente, a introdução da iluminação elétrica no distrito bracarense.

Em Portugal, até à época contemporânea, os quotidianos eram ritmados pelo compasso natural do dia e da noite. Conhecia-se unicamente, até então, e nas palavras de Serrão (1962), a *noite natural*, que simbolizava um impedimento inevitável à vida nos espaços públicos. Contrariamente, a *noite técnica*, introduzida timidamente na capital portuguesa ainda em finais do século XVIII, representava o início do fim

dessa realidade. A consolidação da noite técnica em Portugal, iluminada por outros métodos que não o luar, só terá lugar, contudo, nas centúrias seguintes. Em oitocentos a iluminação noturna cimenta a sua permanência na capital nacional e chega a outras zonas do país, enquanto evolui tecnicamente para outros métodos iluminantes. Se inicialmente são aplicados métodos por combustão, a vulgarização da iluminação dos espaços públicos, nomeadamente em espaços rurais, resulta da aplicação da eletricidade, que representa o culminar dos esforços iluminantes e o fim absoluto da noite natural.

1. A iluminação pública por combustão

A luz para iluminação (pública e privada) era inicialmente conseguida através de várias técnicas de combustão. Em algumas cidades europeias, o primeiro método aplicado na iluminação artificial dos espaços públicos foi o das velas, método desconhecido em Portugal neste contexto. A nível nacional, os óleos naturais (como o azeite, os óleos de peixe, o óleo de purgueira, etc.) foram a base dos métodos inicialmente adotados. No entanto, durante o século XIX e o século XX, novas matérias iluminantes foram empregues nesta iluminação, nomeadamente o petróleo, o gás de carvão e o acetileno (Cordeiro, 2006).

1.1. A iluminação pública por combustão na cidade de Braga

No Baixo Minho, em sintonia com o que se passava no restante país urbano (com exceção de Lisboa), o luar deixa de ter o domínio da iluminação dos espaços públicos a partir do século XIX. Ao que tudo indica, a cronologia inaugural do distrito bracarense vai seguir uma hierarquia relacionada com a urbanização (situação comum, já registada em outras regiões do país), sendo, certamente, a cidade de Braga a primeira urbe a adotar este melhoramento material.

Quanto à questão da data em que foi iniciado este serviço, Bandeira (2001, p. 342) refere que, em 1836, foi realizado um primeiro esforço para iluminar a cidade, se bem que o autor menciona a possibilidade da existência de iluminação noturna de forma «mais ou menos sistemática, mais ou menos disseminada» (Bandeira, 2001, p. 342) em datações anteriores. Cordeiro (2006, p. 177) refere, no entanto, o ano de 1843 como a possível inauguração, mas Bandeira (2001, p. 342) afirma que a luz chegou a Braga em 1847. Se considerarmos o ano de 1836 como o ponto de partida, a cidade bracarense poderá ter sido das primeiras cidades do país a estabelecer luz artificial pública. Antecede-lhe Lisboa (1780), Porto e Vila Nova de Gaia (1824), Évora

(1826), Angra do Heroísmo (1828) e Setúbal (1834), e acompanha-a, no mesmo ano, a cidade de Coimbra (Cordeiro, 2006, p. 177).

No que diz respeito às técnicas aplicadas no período de vigência da iluminação noturna por combustão, a cidade de Braga conheceu quatro métodos: óleos naturais, gás de carvão, petróleo e acetileno. O primeiro introduziu esta utilidade na cidade, na década de 1830, e terá permanecido até à introdução do gás manufaturado na década de 1850 (Cordeiro, 2006, pp. 87 e 177). Contudo, existem algumas menções ao uso de óleos naturais, nomeadamente óleo de peixe, posteriormente, como, por exemplo, em 1863. Quanto ao gás, a primeira menção a esta técnica acontece no início de 1856, quando se prevê a sua aplicação tanto para iluminação pública como privada da cidade. A sua inauguração só começou, contudo, dois anos depois, a 1 de julho de 1858 (Bandeira, 2001, pp. 343-345). Este sistema de iluminação diz respeito ao primeiro sistema em rede a ser aplicado na cidade, com canalizações subterrâneas, usual em zonas urbanas de maior dimensão. Este uso vai de encontro ao que aconteceu também na restante região minhota, uma vez que, ao que tudo indica, no Alto Minho, somente Viana do Castelo foi dotada por iluminação com este tipo de gás (Martins, 2024, p. 88). Bandeira (2001, p. 345) refere ainda que este sistema coexistiu tanto com o anterior, por óleos naturais, quanto com a eletricidade. Cordeiro (2006, p. 99) aponta ainda a sua reintrodução pontual no início de novecentos, devido a questões controversas com o fornecimento de eletricidade à cidade. Também Simões (1997, p. 153) menciona uma curta utilização do petróleo, no início de novecentos, e de acetileno, no ano de 1900, quando, sem abastecimento elétrico, a cidade volta aos antigos métodos iluminantes.

Este período de vigência da iluminação por combustão, não obstante ser um marco no desenvolvimento material da cidade, não deixou de representar um melhoramento que era imperfeito e que não satisfazia totalmente as necessidades da população bracarense. Esperava-se que a nova técnica, por incandescência elétrica, suprimisse todas as lacunas dos métodos anteriores.

1.2. A iluminação pública por combustão nas sedes concelhias do distrito

A iluminação noturna por técnicas de combustão diferiu notoriamente da capital de distrito para as restantes sedes concelhias, tanto em termos da cronologia de introdução e vigência, quanto no que diz respeito às matérias iluminantes empregues.

Guimarães acompanhou de perto os desenvolvimentos dados em Braga no campo da iluminação pública, mas a aplicação deu-se com traços dissemelhantes. A urbe vimaranense realizou a primeira arrematação para o fornecimento de iluminação em setembro de 1844, sendo a utilidade inaugurada a 15 de dezembro do mesmo ano.

Começou apenas com 30 candeeiros, aumentando para 50 no ano seguinte. Em 1881 contava com 239 unidades (Caldas, 1996, pp. 136-137). Era inicialmente previsto que esta iluminação fosse realizada a azeite, mas os candeeiros funcionaram, efetivamente, com óleo de purgueira. Sensivelmente 20 anos depois, a municipalidade projetava a mudança para um novo método, equacionando se adotaria uma iluminação a gás ou a petróleo. A escolha recaiu no petróleo, que vigorou a partir de 1864. Em 1890 a Câmara decide instalar iluminação a gás, mas nada é referido sobre a efetivação deste intento (Meireles, 2021, p. 483).

É provável que Barcelos tenha adotado iluminação artificial na década de 1850. São, pelo menos, conhecidos esforços por parte do poder camarário para essa realização, uma vez que, em 1855, a municipalidade vai requisitar à sua congénere lisbonense candeeiros de iluminação pública a azeite, que já não estavam em uso na capital (Cordeiro, 2006, p. 47). Não sabemos se estes candeeiros, e a iluminação, foram implementados neste ano, mas Barcelos fez certamente, ainda no século XIX, a transição para petróleo.

As restantes sedes concelhias conheceram igualmente a luz técnica ainda na centúria oitocentista, mas escapa-nos a certeza quanto às datas inaugurais. Contudo, no que diz respeito às técnicas aplicadas, notou-se igualmente algumas diferenças para com a sede distrital. Os métodos utilizados na iluminação destes espaços urbanos não parecem ter englobado qualquer tipo de técnica em rede, nomeadamente gás de carvão. No entanto, uma vez que a utilização de acetileno teve alguma representação na iluminação de algumas povoações urbanas do distrito (existiu, pelo menos, em Vila Nova de Famalicão e Póvoa de Lanhoso), deixamos em aberto a possibilidade da instalação deste gás com canalização, tal como aconteceu, por exemplo, no Alto Minho, em Ponte de Lima (Martins, 2024, p. 90). O petróleo parece ter sido, ao que conseguimos apurar, a técnica dominante, com uma maior expressão geográfica e temporal, o que vai de encontro à sua utilização a nível nacional (Cordeiro, 2006, p. 74).

1.3. A iluminação por combustão em zonas que não sedes concelhias

É certo que, durante os primórdios da iluminação pública, nomeadamente durante a vigência de técnicas iluminantes de combustão, o espaço iluminado abrangido dizia respeito a uma porção ínfima da globalidade do distrito em análise. A iluminação pública estava essencialmente circunscrita às sedes de concelho, mas nem mesmo as zonas urbanas estavam inteiramente iluminadas, pois esta utilidade tendia, inicialmente, a ser instalada apenas nas zonas centrais. A maioria do território permanecia entregue a uma escuridão que só a luz do luar aliviou por longos anos. Não obstante, encontramos referências esporádicas que revelam a existência, nestes

primórdios, de iluminação dos espaços públicos em outros pontos do distrito, que não sedes concelhias.

No concelho de Esposende, além da vila, também Fão e Apúlia tiveram iluminação nos seus espaços públicos por técnicas pré-elétricas. Em ambos os casos, a inauguração do melhoramento deu-se em agosto de 1896[1], sendo implementada luz por petróleo. O curioso é que, nas duas localidades, o desenvolvimento partiu da iniciativa de beneméritos locais. Em Fão o empreendimento ficou a dever-se a uma ação conjunta, por via de subscrição de vários beneméritos, alguns destes emigrados no Brasil[2]. A dinamização da iluminação pública por beneméritos locais é algo já conhecido, nomeadamente em outras localidades da região minhota. Em finais de oitocentos o mesmo aconteceu, por exemplo, em Paredes de Coura, no Alto Minho (Martins, 2022, p. 135).

Importa notar que Fão e Apúlia, como zonas de praia, eram, nesta época, espaços de cura e de veraneio. Este tipo de lugares, bem como os locais termais, foram identificados também no distrito vianense como umas das primeiras localidades que não sedes concelhias a verem os seus recintos públicos iluminados (Martins, 2024, p. 110). No distrito bracarense, além de Fão e Apúlia, conseguimos igualmente identificar a mesma dotação de iluminação por combustão em zonas termais. Em 1867, as Caldas das Taipas eram já servidas por 24 candeeiros, que funcionavam somente nos meses de maio e junho (Cachada, 2006, p. 146). Não sabemos que técnica estava empregue nestes primórdios, mas, no início do século XX, era certamente iluminada a acetileno[3]. Em março do mesmo ano, Vizela foi iluminada pela primeira vez a azeite, mas a iluminação só funcionava entre maio e outubro. Passados apenas quatro anos transita para outro método, o petróleo (Silva, 2013, p. 153). No entanto, se nesta data o petróleo é considerado uma melhoria face ao azeite, no início de novecentos a imprensa local considera-o uma técnica menor e ultrapassada.[4] Na impossibilidade de ser dotada de eletricidade, Vizela fará, em 1905, a transição para o gás acetileno (Silva, 2013, p. 153). Na década de 1880, também o Gerês tinha certamente iluminação pública (Moura, 2011, p. 274).

Além destas localidades, encontramos ainda menções à existência de iluminação nos espaços públicos em outros locais do distrito. Em Prado – que fora cabeça de concelho, passando, desde 1855, a integrar o concelho de Vila Verde – conhece-se a existência desta utilidade material desde, pelo menos, 1885[5], sendo que no início do século XX era servido de iluminação por acetileno (Azevedo, 1958, p. 156).

A iluminação pública por combustão foi, decisivamente, o início do fim do do-

[1] *O Povo Espozendense*, nº 212, de 9 agosto de 1896; nº 214, de 23 de agosto de 1896.
[2] *O Povo Espozendense*, nº 214, de 23 de agosto de 1896.
[3] *Echos de Vizella*, nº 11, de 27 de outubro de 1904.
[4] *Echos de Vizella*, nº 21, de 5 de fevereiro de 1905.
[5] *A Folha de Vila Verde*, nº 2, de 28 de junho de 1885.

mínio da noite natural no espaço público. No entanto, não representou o término absoluto desta realidade. As limitações destas técnicas – quer ao nível dos horários de funcionamento, dos diminutos espaços iluminados, da necessidade constante de manutenção e da insuficiência da luz emitida – fazem com que, a partir do final do século XIX e, maioritariamente, na centúria seguinte, os entusiasmos estejam voltados para outra técnica: a eletricidade.

2. A iluminação pública elétrica

A luz elétrica, inventada em inícios de oitocentos por Humphry Davy, não passou, durante muitos anos, de uma mera «curiosidade sem nenhuma aplicação prática!» (Bernardo, 2007, p. 151). A procura por melhores métodos de iluminação transformou-a numa funcionalidade que, comercializada e aplicada, a partir de finais da década de 1870, à iluminação dos recintos públicos citadinos da Europa e da América do Norte (Smil, 2021, p. 335), impôs, definitivamente, utilizando a expressão de Serrão (1962), a noite técnica.

Em Portugal, as primeiras experiências com iluminação elétrica surgem igualmente na década de 1870, nomeadamente em 1878, quando é realizada uma demonstração com arcos voltaicos em Cascais que, seguidamente, iluminaram, por alguns meses, a zona do Chiado. A primeira aplicação regular desta técnica na iluminação pública só teve lugar em 1889, quando a Câmara Municipal de Lisboa ilumina, com arcos voltaicos, a Avenida da Liberdade e a Praça dos Restauradores (Mariano, 1993, p. 100). Entretanto, até ao final da centúria oitocentista, somente cinco cidades conhecem a nova luz: Braga toma a liderança, em 1893, seguindo-lhe Vila Real (1894) (Gonçalves, 2019, p. 717), Funchal (1897), Guarda (1899) (Amaro & Martins, 2019, p. 472) e Faro (1899) (Cordeiro, 2006, p. 184).

2.1. A iluminação pública a eletricidade na cidade de Braga

Com a inauguração da iluminação pública a eletricidade em 1893, a cidade de Braga torna-se a segunda cidade do país a conhecer a incandescência elétrica. Tal como refere Cordeiro (2006, p. 91), a instalação de eletricidade em Braga, tal como em Vila Real, tem uma expressão de pioneirismo que vai além da datação, resumindo a sua perspetiva em dois argumentos: primeiramente, uma vez que em Lisboa a iluminação elétrica se remetia a um espaço limitado, é na cidade bracarense que esta consegue, pela primeira vez, uma expressão mais abrangente; em segundo lugar porque é aqui que se aplica, pela primeira vez, lâmpadas de incandescência, uma vez que

em Lisboa apenas estavam instalados arcos voltaicos. Ilídio Mariz Simões (1991/1992, p. 225) defende que os motivos para uma tão inicial introdução da eletricidade em Braga se prendiam com a insatisfação generalizada da iluminação a gás e com a vontade de modernizar a iluminação pública. Efetivamente a opinião pública denunciava há muito o mau funcionamento da iluminação a gás: «A iluminação pública é péssima; todos se queixam d'isto»[6]. Assim era descrita a iluminação da cidade quando, em 1891, tendo em conta o término do contrato da iluminação a gás, o poder camarário decide estudar novo contrato para a iluminação. Cremos que o conjunto destas três situações levou à introdução da iluminação elétrica nessa data.

Na cidade bracarense, o fornecimento é adjudicado a Augusto Laverré, vendendo este, posteriormente, a concessão à Sociedade de Electricidade do Norte de Portugal (SENP), do qual fazia parte[7]. O processo, contudo, não decorreu sem percalços e sem oposições ao contrato. Uma das vozes contrárias foi, compreensivelmente, a empresa do gás que, sentindo-se prejudicada, inicia uma querela judicial que se prolongou por alguns anos (Simões, 1991/1992, p. 230). As relações conflituosas entre estas duas técnicas iluminantes foi uma controvérsia comum, presente em outras cidades portuguesas (Matos, 2011).

Apesar das adversidades, a eletricidade vingou. A central produtora foi projetada para ser instalada no lugar da Furada, na freguesia de Vilar, concelho de Barcelos, a cerca de 10 quilómetros de Braga. Dada a proximidade com um curso de água, presumia-se que fosse uma central hidroelétrica, contudo, nos primeiros tempos a mesma funcionará de modo termoelétrico. Em 1893, com as obras concluídas, a empresa concessionária aproveitou os festejos de S. João para fazer uma estreia marcante (Simões, 1991/1992, p. 232). A inauguração foi entusiasticamente comemorada na cidade e comentada pelos jornais locais e da região, uma vez que, em todo o Minho, era a primeira vez que se admirava luz elétrica numa iluminação pública: «A gente do povo olhava estupefacta para tudo aquilo e não se cansava de exclamar: Parece Céu!»[8].

Não obstante o entusiasmo inicial para com a nova luz do progresso, cedo surgiram descontentamentos generalizados. Os motivos eram vários: a instalação estava incompleta, em alguns locais foi realizada de forma provisória e a central da Furada parecia não ter capacidade suficiente, o que levava a frequentes falhas de luz, que começaram a ocorrer logo em 1893 e prolongaram-se por toda a centúria oitocentista. Face a estes problemas, começou, então, um longo desentendimento entre a Câmara Municipal de Braga e a concessionária. O pico da discórdia aconteceu na viragem do século XIX para a centúria seguinte. Não sendo a questão solucionada, a empresa chega até a suprimir o fornecimento, voltando Braga aos tempos da noite natural e

[6] *Commercio do Minho*, nº 2663, de 20 de janeiro de 1891.
[7] *Diário do Governo*, nº 180, de 12 de agosto de 1892.
[8] *Commercio do Minho*, nº 3045, de 27 de julho de 1893.

da iluminação por técnicas de combustão. Só em 1902 a eletricidade foi restabelecida, mas as falhas de fornecimento permaneceram, até, pelo menos, 1913 (Simões, 1991/1992).

A partir de 1905 começa a ser equacionada uma nova possibilidade para a aplicação da energia elétrica em Braga: a tração elétrica. O projeto, embora ambicioso, só é posto em prática a partir de 1912, por iniciativa camarária, com a construção de uma central termoelétrica para fornecimento de energia. Num contexto de municipalização, que se alargava também aos serviços de abastecimento de água, surge a ideia da municipalização conjunta, onde se inclui o fornecimento da iluminação elétrica. No final de 1913 o projeto iniciava a sua concretização e a municipalidade passa a deter meios e formas para ser produtora e distribuidora tanto de gás como de energia elétrica. Com a Primeira Grande Guerra surgem, contudo, dificuldades de fornecimento, principalmente porque tratava-se de uma produtora termoelétrica, que requeria a aquisição de combustíveis. É neste contexto de dificuldades que surge um movimento, impulsionado por Lopes Gonçalves, que pugnará pela municipalização das Quedas de Lindoso, para assim conseguir energia elétrica de cariz hidroelétrico para a tração e iluminação da cidade de Braga (Simões, 1991/1992).

As Quedas de Lindoso, aproveitamento hidroelétrico edificado nas margens do rio Lima, no concelho de Ponte da Barca, estavam concessionadas desde 1907. A empresa concessionária, a espanhola Electra del Lima, apesar de ter iniciado de imediato as obras, demorou a concluí-las e, no ano de 1915, a central estava ainda longe de iniciar produção. Neste ano, noticiando-se que a empresa iria requerer, mais uma vez, a renovação da concessão, sem até ao momento ter dado resultados, iniciou-se, um pouco por toda a região minhota, em especial no Alto Minho, uma onda de contestação à concessionária espanhola. A controvérsia estendeu-se por toda a região e foi um dos assuntos mais comentados nos periódicos regionais. A Câmara Municipal de Braga viu, certamente, nesta situação, a resolução para os seus problemas, e encabeça, inicialmente, o movimento das municipalidades que pretendiam a municipalização do aproveitamento hidroelétrico de Lindoso. Os objetivos deste movimento eram óbvios: conseguir que o governo negasse a renovação da concessão à Electra del Lima e, de seguida, organizar uma federação de municípios para explorar as Quedas de Lindoso. A federação foi efetivamente formada, em 1915, mas não pela iniciativa do poder bracarense. Foram alguns municípios do Alto Minho, nomeadamente do vale do Rio Lima, que estabeleceram a federação, denominada Federação dos Municípios do Vale do Lima, no qual o poder camarário bracarense nunca participou. Não obstante os esforços, o assunto acaba por cair no esquecimento, continuando as Quedas de Lindoso nas mãos da antiga concessionária (Martins, 2021).

Entretanto, sem a municipalização do aproveitamento de Lindoso, e com a iluminação pública inserida nos Serviços Municipalizados, o funcionamento desta utilidade continuava com dificuldades. No sentido de resolver as adversidades, o poder ca-

marário tenta acordar com a SENP, em 1913, o fornecimento de energia hidroelétrica que, no entanto, só foi introduzida em 1917. Em 1919, a União Elétrica Portuguesa, que distribuía a energia produzida em Lindoso, consegue a adjudicação do abastecimento de eletricidade e de tração da cidade. Nesta data, a central de Lindoso ainda não produzia energia. No ano de 1922, quando começa a funcionar, chega finalmente a Braga a eletricidade produzida por este equipamento hidroelétrico. Tal como refere Simões (1991/1992, p. 277), a entrada da energia das Quedas de Lindoso na cidade marca o início de uma nova era. A produtora, o maior aproveitamento hidroelétrico do país até meados de novecentos, ditará o fim das inconstâncias que até então marcaram a história da eletricidade bracarense.

2.2. A iluminação pública elétrica no distrito de Braga

A introdução da eletricidade na iluminação dos espaços públicos das restantes sedes concelhias do distrito não foi tão imediata. Com exceção da cidade de Braga, a eletrificação das zonas urbanas do Baixo Minho concretizou-se ao longo de 53 anos, entre 1903 e 1956.

Nas restantes sedes concelhias a opinião pública ansiava igualmente pela instalação de eletricidade, enquanto se multiplicavam os descontentamentos com as técnicas por combustão, então vigentes. Exemplo disso é Guimarães, onde a opinião pública se mostrava claramente infeliz com a iluminação a petróleo[9]. Contudo, esta sede concelhia esperou até ao início do século XX para ver as suas aspirações, no que diz respeito a luz elétrica, efetivadas. Em 1901, quando em toda região minhota somente Braga tinha eletricidade, a Câmara de Guimarães decide adotar também esta técnica, adjudicando à firma inglesa Moon Longhlin & Cª o fornecimento[10], que de seguida passa para a Companhia da Luz Elétrica de Guimarães. A inauguração realizou-se a 16 de agosto de 1903. A novidade motivou uma receção entusiasmada e festiva dos vimaranenses e dos visitantes que assistiram à inauguração: «Há um grito uníssono, enorme, prolongado, um Ah! de imenso pasmo como no S. Torquato ante a primeira árvore de fogo»[11]. Apesar do entusiasmo com que foi recebido, o novo método iluminante gerou, pouco tempo depois, descontentamentos. Tal como em Braga, o serviço era precário, com frequentes falhas no fornecimento. Esta situação levou, em 1908, à transição do contrato para um novo concessionário, desta vez uma figura local, Bernardino Jordão[12], que desde 1906 geria a empresa e que, mais tarde, fundou a Empresa Hidroelétrica do Corvete (Jordão, 1959).

[9] *Independente*, nº 90, de 16 de agosto de 1903.
[10] *Diário do Governo*, nº 287, de 19 de dezembro de 1901.
[11] *Independente*, nº 91, de 23 de agosto de 1903.
[12] *Independente*, nº 357, de 3 de outubro de 1908.

Neste início da centúria novecentista, e até ao final do período monárquico, além de Guimarães, também Vila Nova de Famalicão conheceu a luz elétrica. Nesta vila, o início da iluminação elétrica está associado a propostas por parte de industriais, o que é compreensível, dado o desenvolvimento industrial no vale do rio Ave, onde se inseria geograficamente, e a eletrificação inicial destas indústrias. O processo para a eletrificação de Famalicão começa em 1907, recebendo a municipalidade, em ocasiões distintas, duas propostas, por duas indústrias. A concessão acabou adjudicada à fábrica A Boa Reguladora, em outubro de 1907, empresa que deteve a concessão até à década de 1950 (Alves, 2005, pp. 461-464). O concelho de Famalicão contou, no entanto, a partir da década de 1930, com uma distribuidora de eletricidade, que foi «(...) a mais bem-sucedida (...)» cooperativa elétrica, das que foram formadas até 1944 no país (Figueira, 2012, p. 145): tratou-se da Cooperativa Elétrica do Vale d'Este (Alves, 2000; Cordeiro, 2003).

Até ao início da Primeira República, a eletricidade como método iluminante aplicado às iluminações públicas urbanas estava ainda numa fase incipiente. Isto era igualmente visível na restante região do Minho, pois, até este ano, além das urbes já mencionadas, apenas Valença tinha introduzido eletricidade, importada de Espanha (Martins, 2024, p. 107). O mesmo acontecia no país, uma vez que somente 35 cidades tinham sistemas elétricos de iluminação pública (Figueira, 2012, p. 195). Na década seguinte, de 1910, já no período republicano, mais duas sedes concelhias bracarenses foram iluminadas a eletricidade. Fafe fê-lo em 1914 e Barcelos em 1917.

O caso de Fafe era, até então, singular no contexto regional, por se tratar de uma eletrificação com abastecimento por energia produzida por iniciativa pública, no caso, municipal. Apenas dois anos antes da inauguração do sistema elétrico de iluminação, em 1912, a Câmara Municipal decide construir, no Rio Vizela, uma central hidroelétrica, precisamente com a finalidade de atender à iluminação pública e privada (Costa, 2008, p. 91). O projeto ultrapassou diversas dificuldades e, depois de concluídas as obras, a central serviu efetivamente o seu propósito inicial: Fafe foi iluminado pela primeira vez a eletricidade a 5 de outubro de 1914 (Nogueira, 2016).

Em Barcelos, a situação foi distinta. O poder camarário barcelense estava interessado desde finais de oitocentos nesta nova técnica iluminante, uma vez que na sua circunscrição concelhia foi instalada uma produtora de eletricidade, por uma empresa privada, que alimentava a iluminação pública e privada da cidade de Braga desde 1893. Efetivamente, não só a municipalidade, mas também a opinião pública local pugnou pela dotação de eletricidade para a sua vila. Não obstante os esforços, nada será concretizado e o centro barcelense continuará a ser iluminado por petróleo até à década de 1910. Somente 24 anos depois de no seu concelho ter sido produzida pela primeira vez eletricidade, é que a então vila de Barcelos conseguiu ser iluminada por esta técnica. A 13 de novembro de 1917 inaugurava, finalmente, a iluminação pública por eletricidade, que era fornecida pela produtora instalada no seu concelho.

Na década seguinte, de 1920, mais quatro sedes concelhias fazem a transição de iluminação pública por técnicas de combustão para a incandescência elétrica: Esposende, Vila Verde, Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto. No entanto, antes destas vilas serem dotadas com a nova luz do progresso, Vizela, que, à época, não era sede concelhia, terá a sua iluminação dos espaços públicos eletrificada.

A possibilidade de instalar em Vizela luz elétrica data de finais de oitocentos. No ano de 1892, a Companhia de Banhos de Vizela demonstrou «a possibilidade de se rentabilizar a força motriz da turbina do parque termal» para a «iluminação pública e particular de Vizela» (Silva, 2013, p. 154). A questão acabou por não ser realizada, não obstante o fervor impresso nos jornais locais sobre a questão, principalmente pelo facto da eletricidade ser ainda, nesta data, um método inexplorado na iluminação pública do distrito. Este caso, embora não concretizado, demonstra que, tal como aconteceu nos antigos métodos iluminantes, os espaços termais eram locais propícios ao fomento primitivo deste melhoramento. Apesar de o plano não ter sido implementado, a eletricidade não foi esquecida. Nos anos seguintes o assunto continuou a ser comentado na imprensa local, nomeadamente quando surgiam propostas para a eletrificação desta localidade ou quando eram realizadas eletrificações em outros pontos do distrito. Em 1904, apenas um ano após a introdução na sua sede concelhia, em Guimarães, a opinião pública local acreditava, mais uma vez, que era possível a instalação de luz elétrica: «Que não é sonho nem utopia a ideia de iluminar Vizela pelo aperfeiçoado e limpo sistema da eletricidade»[13]. A concretização desta aspiração só aconteceu, contudo, muito tempo depois, no ano de 1920 (Silva, 2013, p. 154).

Somente na segunda metade da década de 1920 se deram novas inaugurações de iluminação elétrica. Esposende foi a primeira a adotar eletricidade, ainda durante a Ditadura Militar. As pretensões de Esposende datam, pelo menos, dos inícios de novecentos. No entanto, estas aspirações resultaram infrutíferas e, somente na década de 1920 o poder camarário esposendense decide dinamizar, por sua conta, a eletrificação local, contraindo, para tal, um empréstimo[14]. Disponibilizada a verba necessária, a Câmara Municipal de Esposende dá luz verde ao projeto, que incluía a construção de um núcleo produtor na própria zona urbana, de cariz termoelétrico, e o fornecimento de energia elétrica tanto à vila esposendense, quanto a Fão, então meramente uma localidade rural. É curioso notar que, tal como verificado em outros casos, como por exemplo em Vizela, esta inauguração precoce em ambiente rural diz respeito, mais uma vez, a uma zona de praias ou termas. Entre finais de 1926 e inícios do ano seguinte, têm início os trabalhos da construção da central e do estabelecimento da rede de distribuição. A 10 de julho do ano seguinte «Esposende e Fão pela primeira vez viram, embora numa noite de luar, a luz artificial mais linda que há no Mundo»[15].

[13] *Echos de Vizella*, nº 7, de 29 de setembro de 1904.
[14] *O Espozendense*, nº 970, de 13 de novembro de 1926.
[15] *O Espozendense*, nº 1002, de 28 de julho de 1927.

Quando neste ano é inaugurada a iluminação pública elétrica em Esposende, já a Câmara Municipal de Vila Verde trabalhava na eletrificação da sua sede concelhia. Contrariamente ao que aconteceu em Esposende, onde o poder local constrói a sua própria produtora, em Vila Verde o abastecimento será feito inicialmente pela energia das Quedas de Lindoso, por via de um acordo com a Câmara Municipal de Braga. A rede de baixa tensão fica, no entanto, a cargo do próprio poder municipal. A inauguração é feita em junho de 1928 (Figueira, 2012, p. 180).

A década de 1920 não termina sem antes duas sedes concelhias transitarem das antigas técnicas de combustão para a incandescência elétrica: Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto. A história da chegada da eletricidade a estas vilas é similar, uma vez que foram fornecidas pelo mesmo produtor, a central de Refojos, da Empresa Hidroelétrica de Basto, que fornecia também Mondim de Basto (no distrito de Vila Real). Foi graças a esta iniciativa privada que se inaugurou a luz elétrica em ambas as vilas: em Cabeceiras de Basto, em novembro de 1928, e em Celorico de Basto, no ano seguinte. Esta firma atravessou, contudo, algumas dificuldades, e, em 1932, foram criados os Serviços Federados da Região de Basto, uma parceria entre os três municípios, caso pioneiro em Portugal. A constituição de federações para produção e distribuição de eletricidade foi uma situação rara a nível nacional, onde prevaleceu, decididamente, uma atividade individualista por parte dos poderes locais (Figueira, 2012, p. 188). A nível regional esta federação poderá ser entendida como caso único, embora tenham existido tentativas, nomeadamente no Alto Minho, para o estabelecimento de uma federação, como anteriormente referimos (Martins, 2021, p. 113).

O distrito de Braga entrava na década de 1930 com nove sedes concelhias dotadas com energia elétrica, faltando ainda eletrificar quatro: Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Amares e Terras de Bouro. Destas, as primeiras três vão introduzir eletricidade pelo mesmo centro produtor, as Quedas de Ermal, no concelho de Vieira do Minho, que inicia a produção no final do ano de 1931.

Na Póvoa de Lanhoso, a iluminação pública era vista, há muito, como um infortúnio. A iluminação que vigorava desagradava fortemente a população, sendo frequentes as queixas na imprensa, nomeadamente pelas falhas, que deixavam, não raras vezes, a vila às escuras. Além disso, a demora em instalar eletricidade fazia com que a iluminação pública fosse entendida como um problema «grande entre os maiores»[16]. Vendo-se a luz ao fundo do túnel, o poder camarário local prepara-se, no final da década de 1920, para transitar das antigas técnicas para a eletricidade, o que só acontecerá graças à contração de um empréstimo[17]. Por estas razões, e também pela áurea de progresso e dinamismo que pairava em torno da energia elétrica, a inauguração, a 31 de janeiro de 1932, deu-se festivamente, com grandes demonstrações de regozijo[18].

Não demoraria muito até a terra que acolhia as Quedas de Ermal, Vieira do Mi-

[16] *Maria da Fonte*, nº 41, de 4 de agosto de 1929.
[17] *Maria da Fonte*, nº 52, de 20 de outubro de 1929.
[18] *Maria da Fonte*, nº 56, de 31 de janeiro de 1932.

nho, ver-se igualmente dotada de eletricidade. Em junho e julho de 1932 os trabalhos de instalação de luz elétrica já estavam a decorrer. No entanto, a inauguração só será realizada nos últimos meses do ano, na noite de 2 de outubro. O acontecimento foi festejado com fogo de artificio e música. Não foi esquecido o papel de Francisco José de Oliveira, um dos sócios da empresa concessionária do aproveitamento de Ermal, vieirense (Vieira, 2000, p. 114), que falecera, uns meses antes, sem conseguir ver concretizado «o seu sonho dourado – a inauguração da luz na sua terra»[19].

Após fornecer eletricidade para Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, a empresa do Ermal alarga a sua esfera de influência no distrito de Braga, desta vez para Amares. O poder local pugnava, pelo menos desde inícios de novecentos, pela instalação de energia elétrica, nomeadamente projetando, por sua própria iniciativa, a construção de um núcleo produtor. O intento, no entanto, não saiu do papel, e a rede elétrica só foi inaugurada a 23 de dezembro de 1934, fornecida pela concessionária de Ermal. Convém referir que, apesar da iluminação pública das zonas mais urbanas só ter transitado neste ano das antigas técnicas para eletricidade, a zona de Caldelas já conhecia, desde 1925, a energia elétrica, pois a Empresa das Águas Minero-Medicinais de Caldelas instalara no seu hotel, no balneário e na estrada que o servia, esta utilidade (Costa, 2012, p. 170).

A vila de Terras de Bouro foi a última sede concelhia do distrito a adotar iluminação pública elétrica, no ano de 1956. Nesta data, a urbe era, inclusive, das poucas sedes concelhias sem eletricidade no país (Figueira, 2012, p. 206). No entanto, na sua circunscrição concelhia já se conhecia os benefícios da eletrificação da iluminação noturna, pois o Gerês já estava dotado com tal melhoramento. Os primeiros indícios da eletricidade nesta localidade datam do início do século XX, pelas mãos de Emílio Biel. Biel adquiriu uma quinta nesta localidade e, em 1906, pediu autorização para estabelecer, nas suas propriedades, uma central para produção de eletricidade[20]. Este projeto foi, muito provavelmente, aprovado e efetivado, pois, dois anos depois, a *Ilustração Portugueza* noticiava que a povoação estava iluminada. A pequena central hidroelétrica será posteriormente adquirida pela Empresa Hoteleira do Gerês, ampliando-a e alargando o serviço de iluminação pública e privada (Moura, 2011, p. 274). Esta empresa detém a exploração da rede elétrica até 1958, quando a concessão é resgatada pela Câmara Municipal de Terras de Bouro (Figueira, 2012, p. 520).

Com a eletrificação de Terras de Bouro, ficou, nos últimos anos da década de 1950, concluída a eletrificação de todas as sedes concelhias do Baixo Minho. O panorama elétrico nas restantes povoações do distrito, nomeadamente as mais rurais, era, contudo, sobremaneira distinto das zonas urbanas. É certo que, como vimos anteriormente, algumas localidades rurais do distrito bracarense conheceram a luz elétrica precocemente, quando comparados ao panorama rural do país. Contudo, os territórios rurais, com uma expressão diminuta ao nível do consumo de eletricidade,

[19] *Commércio de Vieira*, nº 737, de 12 de outubro de 1932.
[20] *Diário do Governo*, nº 261, de 17 de novembro de 1906.

não eram atrativos para as empresas privadas, o que atrasava a sua eletrificação. Em 1940, 77%, da população portuguesa vivia sem qualquer ligação a uma rede elétrica.

No entanto, a realidade era completamente díspar entre distritos. No distrito de Braga, embora a esmagadora maioria (84,7%) da população estivesse, à data, sem qualquer ligação à eletricidade, esta circunscrição era, ainda assim, dos distritos com maior percentagem de população com acesso a uma rede elétrica (em 6º lugar, dos 18 distritos) (Cordeiro, 2006, p. 187). Ainda assim, a eletrificação rural no Baixo Minho era considerada um problema de difícil e demorada resolução. Contra esta conjuntura desfavorável batalharam as populações locais, através de vários meios, nomeadamente da imprensa periódica. Em alguns casos, as reivindicações das populações materializaram-se inclusive em ações concretas, pela sua própria iniciativa. Veja-se o caso, no distrito de Braga, da Cooperativa Elétrica do Vale d'Este, fundada em 1930, que efetivamente fomentou a eletrificação rural dos concelhos de Famalicão e Barcelos (Alves, 2000; Cordeiro, 2003). Não obstante estas iniciativas, as localidades rurais deste distrito, e do país, continuaram durante o século XX a fazer uso dos velhos métodos iluminantes por combustão para usufruir dos espaços públicos durante a noite.

Conclusão

A temática da iluminação pública foi um assunto debatido e tratado pela opinião pública, pelos poderes e pelas instituições locais, sendo um tema recorrentemente comentado e noticiado em toda a imprensa do distrito bracarense. A temática mostrava-se interessante porque, tal como outros melhoramentos materiais, a sua concretização poderia facilitar a vida das populações e contribuir para um usufruto mais cómodo, temporalmente mais extenso e mais seguro dos espaços públicos. Além disso, a iluminação era frequentemente associada a um ideal de progresso urbano, ao qual as urbes e demais áreas referidas se queriam associar. Por todas estas razões, a perspetiva da opinião pública local face a este desenvolvimento material foi sempre positiva, tomando até, por vezes, ações reivindicativas para a sua concretização ou melhoria, no qual a imprensa local tinha um papel fundamental.

O caso agora estudado para o distrito de Braga segue de uma forma muito próxima o desenvolvimento e as características que também notamos, em outros estudos, para o Alto Minho. Ao estabelecermos um quadro geral do desenvolvimento deste melhoramento no distrito bracarense foi possível verificar que a instalação de iluminação pública teve, tanto no caso das técnicas de combustão, como na eletricidade, uma evolução que passava, primeiramente, pela zona mais urbana do distrito, no caso, a cidade de Braga, espalhando-se posteriormente para as restantes sedes concelhias. Contudo, a iluminação pública foi aplicada também em outras localidades, que não se-

des concelhias. Em alguns casos, essas zonas tiveram, inclusive, este melhoramento, ou a sua transição para eletricidade, antes das próprias sedes.

Neste âmbito importa destacar as zonas de veraneio, nomeadamente localidades de praia ou dotadas de termas. A cronologia de desenvolvimento mostra, porém, a existência de ritmos de evolução muito distintos, que seriam ainda mais consideráveis se ao estudo adicionássemos as restantes zonas rurais do Baixo Minho. Em última análise, a questão da iluminação pública, embora perspetivada positivamente, constituiu, no século XIX e, ainda, durante o século XX, uma questão de diferenciação e de desigualdade, principalmente marcante entre os territórios rurais e as zonas urbanas do distrito.

Fontes e Bibliografia

Afonso, A. J. F. (2021). *Instituições Geresianas (1677-1944).* S. ed.

Alves, J. F. (2000). Cooperativismo e electrificação rural: a Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este. *Boletim Cultural da Câmara de Vila Nova de Famalicão*, 17, 11-81.

Alves, J. F. (2005). A indústria em Vila Nova de Famalicão. Uma perspectiva histórica. Em J. V. Capela, J. Marques, A. S. Costa & A. J. P. Silva (Coords.), *História de Vila Nova de Famalicão* (pp. 443-486). Quasi.

Amaro, P., & Martins, D. R. (2019). Transformações sociais e económicas na cidade da Guarda com a instalação da luz eléctrica. Em A. Ferreira & A. Marques (Coords.), *II Congresso Histórico Internacional As Cidades na História, Cidade Industrial*, 2017 (pp. 459-475). Câmara Municipal de Guimarães.

Azevedo, C. (1958). Monografia do Concelho *de Vila Verde*. Livraria Rainha.

Bandeira, M. S. M. (2001). *O Espaço Urbano de Braga. Obras públicas, urbanismo e planeamento (1790-1974). A cidade dos finais do Antigo Regime ao advento da II República* (Vol. I) [Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho. https://hdl.handle.net/1822/87602.

Bento, P. T. (2012). *Do Coura se fez luz. Hidroelectricidade, iluminação pública e política no Alto Minho (1906-1960)*. Edições Afrontamento.

Bernardino Jordão, Filhos & Cª. (1959). *A Electricidade em Guimarães (1909-1959).* Tipografia Progredior.

Bernardo, L. M. (2007). *Histórias da luz e das cores* (Vol. 2). Editora da Universidade do Porto.

Cachada, A. C. S. (2006). *Caldelas. Caldas das Taipas – Monografia e Roteiro turístico*. S. ed.

Caldas, A. (1996). *Guimarães. Apontamentos para a sua história.* Câmara Municipal de Guimarães.

Commércio de Vieira, nº 737, de 12 de outubro de 1932.

Commercio do Minho, nº 2663, 20 de janeiro de 1891; nº 3045, 27 julho 1893.

Cordeiro, B. C. S. (2006). *A iluminação pública em Lisboa e a problemática da história das técnicas* [Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. http://hdl.handle.net/10451/308.

Cordeiro, J. M. L. (2003). *Cooperativa Elétrica do Vale d'Este – Sete Décadas ao Serviço da Electrificação Rural (1930-2001)*. Cooperativa Elétrica do Vale d'Este.

Costa, A. F. (2012). *Uma comunidade rural minhota em inícios do século XX: a ação política e administrativa de Amares (1900 aos finais dos anos 30)* [Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho] Repositório Institucional da Universidade do Minho. https://hdl.handle.net/1822/23254.

Costa, F. S. (2008). A Central Hidroeletrica de Santa Rita: um contributo para a história da sua implantação. *D. Fafes: Revista Cultural*, 13/14, 83-97.

Diário do Governo, nº 148, 6 de julho de 1892.; nº 180, de 12 de agosto de 1892; nº 287, de 19 de dezembro de 1901; nº 261, de 17 de novembro de 1906.

Echos de Vizella, nº 7, de 29 de setembro de 1904; nº 11, de 27 de outubro de 1904; nº 21, de 5 de fevereiro de 1905.

O Espozendense, nº 970, de 13 de novembro de 1926; nº 1002, de 28 de julho de 1927.

Figueira, J. J. M. (2012). *O Estado na electrificação portuguesa. Da Lei de Electrificação do País à EDP (1945-1976)* [Tese de doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra]. Repositório científico da Universidade de Coimbra. https://hdl.handle.net/10316/23208.

*A Folha de Vila Verde***,** nº 2, de 28 de junho de 1885.

Gonçalves, G. V. (2019). A Central Hidroeletrica do Biel e a Cidade de Vila Real: Novas Tecnologias na Inventariação e Valorização do Património Industrial Português. Em H. Capel & M. Zaar (Coords.), *La electricidad y la transformación de la vida urbana y social* (pp. 715-729). Universidad de Barcelona.

Independente, nº 90, 16 de agosto de 1903; nº 91, de 23 de agosto de 1903; nº 357, de 3 de outubro de 1908.

Maria da Fonte, nº41, de 4 de agosto de 1929, nº 45, de 1 de setembro de 1929; nº 52, de 20 de outubro de 1929; nº 56, de 31 de janeiro de 1932; nº 101, de 19 de outubro de 1930.

Mariano, M. (1993). *História da Electricidade*. EDP.

Martins, M. J. P. (2021). Entre a esperança e a crítica: As discussões ao redor da Linha do Vale do Lima e do Aproveitamento Hidroelétrico de Lindoso (da 2ª metade de oitocentos à década de 1920). *Misericórdia de Braga*, 17, 101-128.

Martins, M. J. P. (2022). A transformação material de Paredes de Coura ao tempo do Conselheiro Miguel Dantas (1882-1895). *Estudos Regionais*, 16, 123-140.

Martins, M. J. P. (2024). *As obras públicas no Alto Minho: projetos e concretizações (1855-1926)* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade do Minho.

Matos, A. C. (2011). Urban gas and electricity networks in Portugal: competition and collaboration (1850-1926). *Quaderns d'historia de l'enginveria*, 12, 117-138.

Meireles, M. J. Q. (2021). *O património urbano de Guimarães nos séculos XIX-XX.* Casa da Memória Muralha.

Moura, A. (2011). *Memórias Geresianas. Figuras e Factos*. Edição Jornal Geresão.

Nogueira, P. R. (2016, junho, 17-19). *A Central Hidroeléctrica de Santa Rita e o advento da electricidade (Fafe, 1914)* [Comunicação oral]. III Internacional Congress on Industrial Heritage, Lisboa, Portugal.

O Povo Espozendense, nº 212, 9 agosto de 1896; nº 214, 23 de agosto de 1896.

Serrão, J. (1962). *Temas Oitocentistas II. Para a história de Portugal no século passado.* Portugália Editora.

Silva, J. E. C. (2013). *Vizela, Desenvolvimento e Antagonismos Políticos: As Disputas Autonómicas da Regeneração à República* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. https://hdl.handle.net/10216/72384.

Simões, I. M. (1991/1992). Os primórdios da electrificação em Braga. *Bracara Augusta*, 43 (94-95), 223-283.

Simões, I. M. (1997). *Pioneiros da electricidade em Portugal e outros estudos.* Museu de Electricidade.

Smil, V. (2021). *Energia e Civilização. Uma História.* Book Builders.

Vieira, J. C. A. (2000). *Vieira do Minho. Notícia Histórica e Descritiva*. Edição «O Jornal de Vieira».

A Regulação da Organização Corporativa Primária no Minho e Trás-os-Montes: narrativas de ação e omissão (1933-1948)

The Regulation of Primary Corporate Organisation in Minho and Trás-os-Montes: narratives of action and omission (1933-1948)

Natália Pereira
Professora do 3.º ciclo do Ensino Básico,
Lab2PT - Universidade do Minho / IN2PAST
nataliamm.pereira@hotmail.com
ORCID: 0000-0002-2944-8912

Jorge Mano Torres
Investigador
IHC - NOVA FCSH / IN2PAST
jorgemanotorres@hotmail.com
ORCID: 0000-0002-7866-9463

Bracara Augusta, 132 (2025), 271-292 | ISSN 0006-8640
DOI: https://doi.org/10.82564/revistabracaraaugusta.v72i132%20(145).14

Resumo // O presente artigo aborda a organização corporativa primária em Portugal durante a primeira fase do Estado Novo (1933-1948), focando-se nas regiões do Minho e Trás-os-Montes. Nele se explora a implementação da estrutura corporativa criada para regular as relações entre capital e trabalho, nomeadamente os organismos primários (sindicatos nacionais, casas do povo e grémios), sob forte controlo do Estado através do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. São destacadas as dificuldades operacionais desses organismos, que incluíam a falta de adesão voluntária, problemas administrativos e até oposição local, no seio de duas regiões marcadas pela sua ruralidade, com reflexos naturais na organização corporativa, caracterizada pela vasta rede de casas de povo, sobretudo no distrito de Braga. Para isso, recorreu-se à análise dos relatórios anuais/semestrais das delegações distritais da região em estudo, existentes a partir de 1936, nomeadamente da ação regulatória exercida pelos representantes do poder central no terreno.

Palavras-Chave:
Autoritarismo, Corporativismo, Estado Novo, Regulação, Trabalho.

Abstract // This examines the primary corporate organisation in Portugal during the early phase of *Estado Novo* (1933-1948), with a focus on the regions of *Minho* and *Trás-os-Montes*. It explores the implementation of the corporate structure established to regulate relations between capital and labour, focusing on primary bodies (national unions, People's Houses and guilds), all under strong state control through the National Institute of Labour and Welfare. The operational difficulties of these bodies are highlighted, including a lack of voluntary membership, administrative issues and even local opposition, within two regions marked by their rural character. These challenges had natural repercussions on the corporate organisation, particularly on the extensive network of People's Houses, especially in the district of Braga. To this end, the annual and semi-annual reports from the district delegations of the region under study, available from 1936 onwards, were analysed, with particularly focus on the regulatory actions taken by representatives of the central government at the local level.

Keywords:
Authoritarianism, Corporatism, Estado Novo, Labor, Regulation.

Introdução

Em setembro de 1933, foi promulgado o Estatuto do Trabalho Nacional [ETN], que definiu as bases da organização corporativa, integrando um conjunto de diplomas que criaram a estrutura corporativa do regime (Lucena, 1976, p. 180), culminando um período em que a edificação da ordem social e económica corporativa constituiu uma prioridade da agenda política (Ferreira & Pereira, 2016, p. 13).

O corporativismo português fora idealizado, pelos seus doutrinadores e pelos líderes do regime, como um corporativismo de associação, no qual o Estado teria apenas um papel de regulação (Rosas, 1986, p. 268). No entanto, a intervenção do Estado foi constante e cada vez mais presente, dando lugar, na prática, a um corporativismo estatal, parcial (Ferreira, 2008, p. 171) e subordinado: nenhum poder legislativo foi reconhecido à Câmara Corporativa, dotada apenas de poderes consultivos (Lucena, 1976, pp. 122-123). Esta, ainda que representasse as *forças vivas* da Nação, dependia da Assembleia Nacional e do próprio Governo (Santos, 2017, p. 152). A ausência de um espírito corporativo ou associativo na sociedade portuguesa retirava, de resto, o suporte à ideia de um corporativismo de associação (Santos, 2015, p. 68).

A organização corporativa terá constituído um meio para a obtenção de um equilíbrio e harmonia sociais (Cardoso, 2012, p. 102), atuando como instrumento de disciplina social, visando o controlo do movimento operário, através da proibição do sindicalismo livre e da greve, ou através da criação de organismos interclassistas, designadamente casas dos pescadores e casas de povo (CP) que, entregues ao patronato, lhe serviram como instrumentos de política laboral e salarial (Rosas, 2012b, p. 295).

Paralelamente, o corporativismo atuou também como instrumento de ordenação de uma economia dirigida/institucionalizada (apesar da ideia de economia autodirigida anunciada inicialmente), através dos organismos de coordenação económica e dos grémios obrigatórios, que garantiam ao Estado a coordenação e regulamentação das atividades económicas (Garrido, 2016, p. 94).

No conjunto legislativo anexo ao ETN incluía-se a legislação que regulava as relações do capital com o trabalho, os organismos corporativos primários: sindicatos nacionais (SN), abrangendo operários industriais e empregados dos serviços privados; CP e casas dos pescadores, integrando, respetivamente, trabalhadores e patrões da agricultura e das pescas; e grémios, estruturados em três grandes setores – lavoura, indústria e comércio, enquadrando corporativamente o patronato (Rosas, 2012a, p. 27).

A organização corporativa era tutelada pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP), descrito como o «supremo garante da disciplina social» (Rosas, 2019, p. 176), com um importante papel nas relações entre capital e trabalho, sobretudo, em matéria de negociação coletiva (Patriarca, 1995). Integrado no Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social (SECPS), na dependência direta do presidente do Conselho, o INTP tinha como função central a integração dos trabalhadores

e restantes elementos de produção na orgânica corporativa, tendo sido o seu principal agente de dinamização e fiscalização, com o objetivo de implementar no terreno o ideário corporativo preconizado pelo ETN (Valente, 1996, p. 486).

Os organismos com uma vertente económica estavam também dependentes de competências específicas atribuídas, inicialmente, ao Ministério do Comércio e da Indústria e, posteriormente, ao Ministério da Economia (Freire & Ferreira, 2016, p. 33). A organização patronal era assim essencialmente económica e a dos trabalhadores estritamente profissional (Sancho Izquierdo et al., 1937, p. 225).

Ainda que o estudo do corporativismo no Estado Novo tenha recebido, já no século XXI, um renovado interesse, sobretudo ao nível ideológico e doutrinário, o seu funcionamento prático e o seu impacto na sociedade só mais recentemente têm sido alvo de estudos que evidenciam as suas realizações práticas (Freire, 2012b; Garrido, 2012; Pereira, 2016; Torres, 2018).

Tendo em conta a dimensão e a abrangência da organização corporativa primária, interessa tentar perceber como aqueles organismos foram orientados e fiscalizados numa primeira fase da sua existência. Deste modo, ainda que indiretamente, pretende-se obter um vislumbre das realidades práticas que pautaram a vida destas instituições diretamente ligadas à população, junto da qual tiveram uma importância relevante.

Assim, a análise da regulação exercida sobre estes organismos pelos agentes do Estado, em particular as delegações distritais do INTP, constitui o catalisador para a abordagem à base da orgânica corporativa. O enfoque deste estudo incide nas regiões do Minho (Braga e Viana do Castelo) e de Trás-os-Montes (Bragança e Vila Real) e na organização corporativa aí implementada no período entre 1933 e 1948 (intervalo que, segundo Fátima Patriarca (1995, p.137), corresponde à primeira fase do corporativismo salazarista). Através da análise dos relatórios anuais/semestrais daquelas delegações pretende-se identificar, em linhas gerais, o panorama da organização corporativa regional, bem como a regulação a que esteve sujeita, apontando assim as questões mais problemáticas identificadas pelos agentes regulatórios e os mecanismos de atuação[1].

Estes relatórios, apesar de instituídos oficialmente apenas com o regulamento de 1942 do INTP, surgiram pela primeira vez em 1936, em resposta à ordem de serviço n.º 281 do secretário-geral do INTP. No entanto, não existiam diretrizes sobre a elaboração do relatório, e o que nele constava dependia daquilo que cada delegado entendia redigir. Nos primeiros relatórios são comuns a análise dos serviços internos das respetivas Delegações, da organização corporativa distrital, da fiscalização das condições do trabalho ou das ações de propaganda. Alguns, porém, limitavam-se a

[1] No âmbito deste artigo analisaram-se os seguintes relatórios das delegações do INTP: Braga – 1936, 1940, 1942, 1943 (1.º e 2.º semestres), 1947, 1948; Viana do Castelo – 1936, 1942, 1945, 1947; Vila Real – 1936, 1940, 1943, 1946, 1947, 1948; Bragança – 1936, 1940, 1942, 1945 (1.º e 2.º semestres), 1946, 1947, 1948.

fornecer um relatório síntese, quase telegráfico, de pouco mais de uma página, alguns apenas com dados estatísticos.

Apenas em 1948, com a ordem de serviço n.º 993 do diretor-geral do INTP é definida uma tabela de conteúdos dos relatórios.

1. A organização corporativa primária: uma caracterização

Os SN foram criados pelo DL n.º 23 050, de 23 de setembro de 1933, que definia as condições de funcionamento das organizações de trabalhadores urbanos, com restrições à sua implementação administrativa (a nível distrital e profissional), à ocupação dos cargos diretivos (sujeitos a aprovação governamental) ou à atividade política (Schmitter, 1999, pp. 118-119). A sua constituição dependia da aprovação dos Estatutos pelo SECPS, ficando na dependência direta do INTP. Inicialmente de carácter voluntário, em 1939 o governo decretou, através do DL n.º 29 931, a quotização obrigatória, mercê da falta de adesão voluntária dos trabalhadores, ficando o SECPS incumbido de definir a obrigatoriedade de quotização (Martinho, 2016, p. 193).

O DL n.º 23 051, da mesma data, autorizava a criação, em todas as freguesias rurais[2], das CP, organismos de cooperação social com fins de previdência, assistência, instrução e progressos locais[3], também na dependência do INTP e do SECPS. Estas enquadravam corporativamente os trabalhadores rurais, mas também os patrões, reflexo da visão do regime sobre os meios urbano e rural, que não antevia diferenças assinaláveis entre patrões e assalariados rurais, fosse pelo estatuto económico e social das populações rurais, pelas poucas ou nenhumas diferenças no nível de vida de assalariados e pequenos agricultores ou pela cultura interclassista, apoiada pela religião, que imperava no mundo rural (Lucena, 1976, p. 247).

A base da estrutura corporativa ficou concluída com os grémios, que enquadravam corporativamente o patronato de acordo com os três grandes setores económicos: lavoura, indústria e comércio. O DL n.º 23 049, também de 23 de setembro de 1933, lança os grémios obrigatórios, que conferiam ao Estado a possibilidade de ordenar a sua criação em qualquer daqueles setores, podendo impor a participação de todos os seus elementos, com a possibilidade de um controlo completo (ainda mais rigoroso do que aquele a que estavam sujeitos os SN) do processo decisório e decre-

[2] A partir de 1934, o DL n.º 23 618, de 1 de janeiro, é autorizada a criação de CP em localidades que, mesmo não sendo freguesias rurais, reuniam condições que aconselhassem e necessitassem da sua existência.

[3] Os fins das CP serão revistos em 1938, através do DL n.º 28 859 (que regulamenta o seu funcionamento), acrescentando-lhe a representação dos trabalhadores inscritos como sócios efetivos e o estudo e defesa dos interesses morais, económicos e sociais dos seus associados. Em 1940, é reforçada a componente de apoio aos progressos locais, visando o combate ao desemprego (DL n.º 30 710).

tar como legalmente vinculativas para todos os elementos as decisões de um grémio (Schmitter, 1999, pp. 122-123). Apesar destes terem constituído uma minoria na orgânica corporativa patronal, e de terem sido criados com carácter excecional (face à falta de espírito associativo do patronato) (Lucena, 1976, p. 271), foram aqueles com maior impacto nas atividades económicas que regulavam (Garrido, 2016, p. 121).

Em dezembro de 1934, o DL n.º 24 715 estabelece o regime jurídico da organização facultativa das atividades comerciais e industriais. Estas organizavam-se administrativamente a nível distrital (mais comum nos grémios da indústria) e a nível concelhio (maioria dos grémios do comércio retalhista misto); mais raros eram os grémios nacionais ou regionais.

Sujeitos à tutela do SECPS e à orientação e fiscalização do INTP, especialmente em matérias de trabalho e previdência social[4], seguiam a orientação do Governo, não estando, porém, sujeitos a um controlo tão apertado como os grémios obrigatórios.

Os seus interesses encontravam-se, também, subordinados aos da economia nacional, exigindo-se-lhes colaboração com o Estado e os organismos intermédios. Representando o ramo de comércio ou indústria onde atuavam (que deveriam disciplinar), destacavam-se entre os seus fins a negociação de convenções coletivas de trabalho com os SN (que obrigavam todas as empresas do ramo) e a colaboração na criação de instituições sindicais de previdência.

Em 1938, o DL n.º 29 232 regulava a integração na organização corporativa das associações patronais comerciais e industriais constituídas de acordo com o decreto de 9 de maio de 1891, ficando os grémios constituídos ao abrigo deste diploma sujeitos ao regime jurídico do DL n.º 24 715. As associações que reunissem condições para a integração na organização corporativa teriam de elaborar novos estatutos até 30 de junho de 1939, submetendo-os à aprovação do SECPS, sob pena de dissolução, sendo imediatamente dissolvidas as associações cuja atividade já se encontrasse organizada corporativamente (Torres, 2013, p. 27).

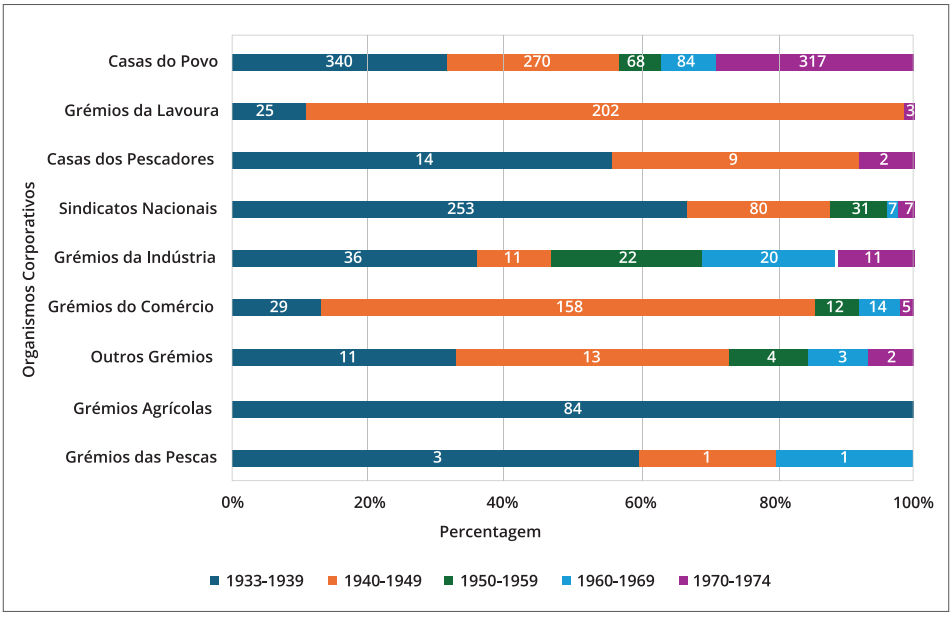
No setor agrícola, os primeiros grémios, previstos no DL n.º 23 049, visavam apenas determinadas culturas, com problemas identificados, e nos quais era necessário intervir (nomeadamente na vinicultura). Só em 1939 o Decreto n.º 29 494 regulamentava a constituição dos grémios da lavoura (lançados em 1937 pela Lei n.º 1 957), que representavam e agrupavam todos os produtores da área que abrangiam, independentemente das suas produções (Baptista, 1993, p. 352). À semelhança do que aconteceu no comércio e na indústria, a regulamentação destes organismos implicou a transformação das anteriores associações agrícolas, forçadas a adaptar-se à nova realidade associativa, sob pena de dissolução (Lucena, 2000, p. 126).

[4] Relativamente à sua ação técnica e económica, estavam sujeitos à orientação definida pelo Governo, através dos vários Ministérios que ordenavam superiormente as atividades económicas.

1.1. A malha corporativa primária: edificação e territorialização

Os primeiros organismos corporativos primários surgiram no final de 1933, com a criação de quatro CP e de 13 SN. Até abril de 1974 foram criados, no território continental português, 2254 organismos corporativos: 2152 organismos primários (72% dos quais constituídos até ao final de 1948); 90 organismos intermédios (73% criados depois de 1948) e 11 corporações (surgidas já na década de 1950) (Cardoso et al., 2013), como se pode verificar no Gráfico 1.

Gráfico 1. Distribuição do número de organismos corporativos primários em Portugal continental, por décadas (1933-1974)



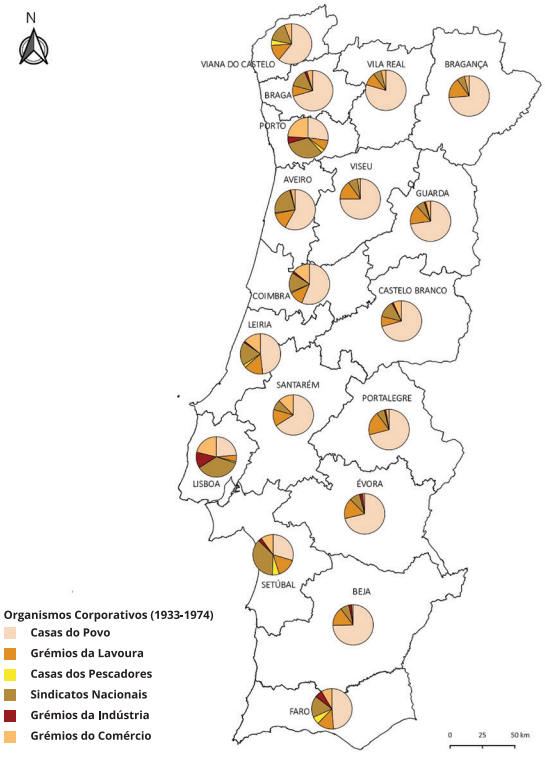
Fonte: *Boletim do INTP*, 1933-1974.

No caso dos grémios do comércio e da lavoura a sua constituição reflete a ação do legislador: os grémios obrigatórios, lançados em 1933, surgem na sua grande maioria (95%) ao longo dos sete anos seguintes; já os grémios facultativos, previstos desde 1934 e alvo de legislação decisiva (na conversão das associações de classe) em 1939, ganham maior força na década de 1940, com a criação de 72% da malha gremial (69% entre 1940-45).

No caso dos grémios da indústria e das CP, a implementação é realizada de forma mais faseada. No caso dos primeiros, ao longo das décadas de 1950 e 1960, verifica-se um crescimento significativo no número de organismos; em relação às CP, dá-se, nos primeiros anos da década de 1970, um relançamento em grande escala, decorrente da reorganização daqueles organismos promulgada em 1969 e da ação governamental, que procurava ampliar a cobertura da previdência (Freire, 2012a, p. 284).

A organização corporativa primária era dominada pelo setor rural (Mapa 1), com uma representação superior a 60% do total de organismos, reflexo da realidade social e económica que então se vivia. Dentre estes, destacavam-se as CP (1079), quer pela sua estrutura administrativa (abrangendo, na sua maioria, freguesias), quer pela própria estrutura social que lhes fora imputada. Além destas, contavam-se ainda grémios da lavoura (facultativos) e outros grémios agrícolas (obrigatórios). Os primeiros, com implantação concelhia, cobriam praticamente todo o território continental, tendo sido implementados 230 destes organismos. Dos restantes grémios do setor (84), circunscritos a zonas vinícolas, 99% atuavam naquele setor.

Mapa 1. Distribuição dos organismos primários, em Portugal Continental, por distritos, 1933-1974



Fonte: *Boletim do INTP*, 1933-74.

Os organismos rurais representaram, na grande maioria de Portugal Continental, mais de 50% da organização corporativa distrital, com exceção para os distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, que, a par de Braga e Aveiro, atraíram, entre 1930 e 1950, 60 a 65% da população ativa nas indústrias transformadoras, extrativa e dos transportes e comunicações (Rosas, 1993, p. 62), e onde os setores do comércio e indústria representavam 50% a 70% de todos os organismos.

Estes setores representavam, a nível nacional, 33% de todos os organismos, com maior incidência nos distritos do litoral, onde o setor comercial se encontrava organizado, maioritariamente, a nível concelhio, ao contrário do que se verificava no interior, em que a tendência

era de três organismos por distrito. Os concelhos de Lisboa, Porto e Coimbra, destacavam-se pela predominância dos grémios retalhistas diferenciados.

Os grémios da indústria não tiveram implementação nos distritos de Viana do Castelo, Viseu e Santarém e no interior Norte, ainda que estes se encontrassem enquadrados corporativamente através de grémios regionais e nacionais (sediados, maioritariamente, em Lisboa e Porto).

Já os SN tiveram uma ampla difusão a nível nacional, sendo o litoral a zona com maior preponderância, em especial os distritos de Lisboa[5], Porto e Setúbal, onde representavam, em média, 35% de todos os organismos primários (face à média nacional de 16%). Merecem igualmente destaque os distritos de Aveiro e de Braga, com mais de 20 SN cada, em concordância com o panorama da atratividade da população ativa na indústria.

O setor das pescas era constituído por cinco grémios de armadores de âmbito nacional (sediados em Lisboa) e pelas casas dos pescadores, instauradas ao longo da faixa costeira (com exceção para os distritos de Braga e de Beja), estando a maioria (48%), concentrada a Sul.

Existiram ainda um conjunto de grémios (33), a grande maioria facultativos, que representavam diferentes setores (como os transportes ou o turismo), dos quais 55% tinham âmbito nacional.

2. A representação corporativa primária no Minho e em Trás-os-Montes

As regiões do Minho (Braga e Viana do Castelo) e de Trás-os-Montes (Vila Real e Bragança) representaram 18% de todos os organismos corporativos primários instituídos em Portugal Continental, seguindo o padrão definido a nível nacional, com os organismos rurais a representarem mais de 75% (dos quais 72%, em média, eram CP).

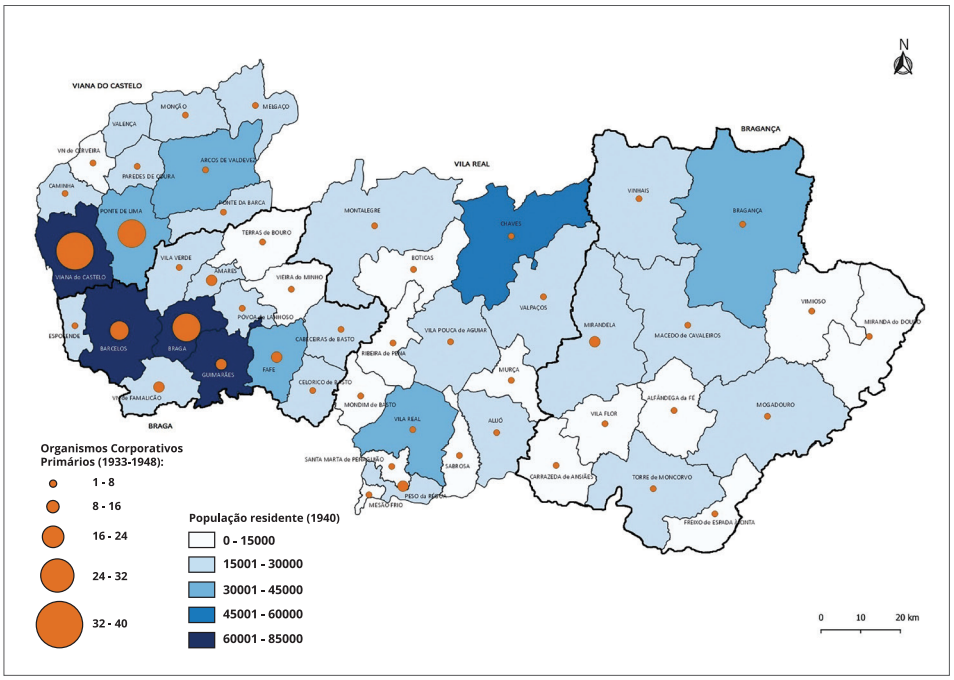
O arco temporal em análise situa-se entre 1933-48, a primeira fase do corporativismo português, segundo alguns autores. No final deste período grande parte da organização corporativa regional encontrava-se já constituída, com destaque para o distrito de Braga que, em 1948, contava já com 93% do que seria a sua rede corporativa (devido, sobretudo, às CP), enquanto nos restantes distritos, a média rondava os 67%. O caso bracarense é, de resto, excecional na construção da rede de CP, contrariando a tendência de que seria no Sul que se verificaria uma maior densidade na constituição deste tipo de organismos (Lucena, 1976, p. 248), para o que terá contri-

[5] À semelhança do verificado com os grémios, também em Lisboa estavam sediados mais de duas dezenas de SN com âmbito regional ou nacional.

buído o empenho do delegado do INTP, Noronha e Menezes, que veria as CP como organismos originais do corporativismo português, ao contrário dos restantes, que resultaram da conversão de associações já existentes (Ferreira & Pereira, 2016, p. 29).

Atendendo à distribuição dos organismos corporativos por concelho (Mapa 2), destaca-se Viana do Castelo (36), seguido pelos concelhos de Braga (31), Ponte de Lima (25) e Barcelos (22). Na região de Trás-os-Montes são os concelhos de Mirandela (11) e Peso da Régua (nove) aqueles com maior número de organismos, sendo a média da região de 3,8 organismos/concelho, face aos 9,7 registados no Minho.

Mapa 2. Distribuição dos organismos primários/população residente por concelhos nas regiões do Minho e Trás-os-Montes, 1933-1948



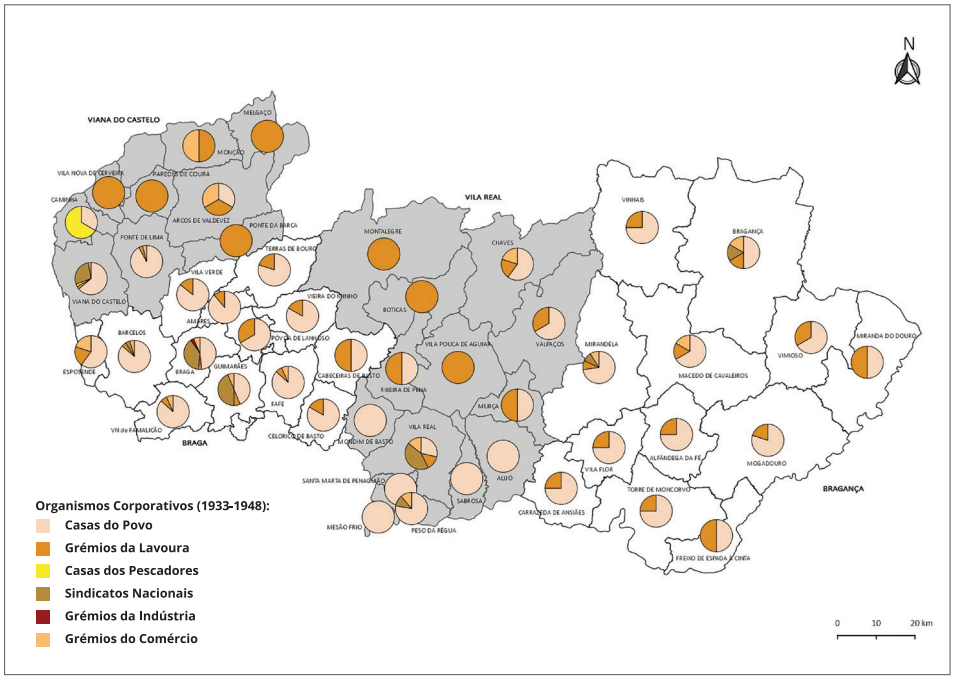
Fonte: *Boletim do INTP*, 1933-48; Instituto Nacional de Estatística, *VIII Recenseamento Geral da População*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1942.

A população por concelho poderia ser um fator para a constituição de organismos corporativos, no entanto, verifica-se que este não terá sido um critério, apesar de os concelhos mais populosos (Viana do Castelo, Braga, Guimarães e Barcelos) serem aqueles com maior número de organismos. Nos restantes concelhos, não se denotam diferenças significativas: a grande maioria conta apenas um a oito organismos, inclusive, no concelho mais populoso de Trás-os-Montes, Chaves (cinco orga-

nismos). Uma análise mais fina das dinâmicas corporativas regionais poderá trazer uma resposta sobre a forma como foi implementada a organização no terreno e da ausência de cobertura corporativa em várias zonas das regiões.

Analisando o tipo de organismos corporativos por concelhos (Mapa 3), é claro, mais uma vez, o domínio do setor rural. Dos 49 concelhos que compunham as regiões em análise, apenas 15 tinham organismos dos setores comercial e industrial e somente em dois (Caminha e Viana do Castelo) foram criadas casas dos pescadores.

Mapa 3. Distribuição do tipo de organismos primários nas regiões do Minho e de Trás-os-Montes por concelhos, 1933-1948



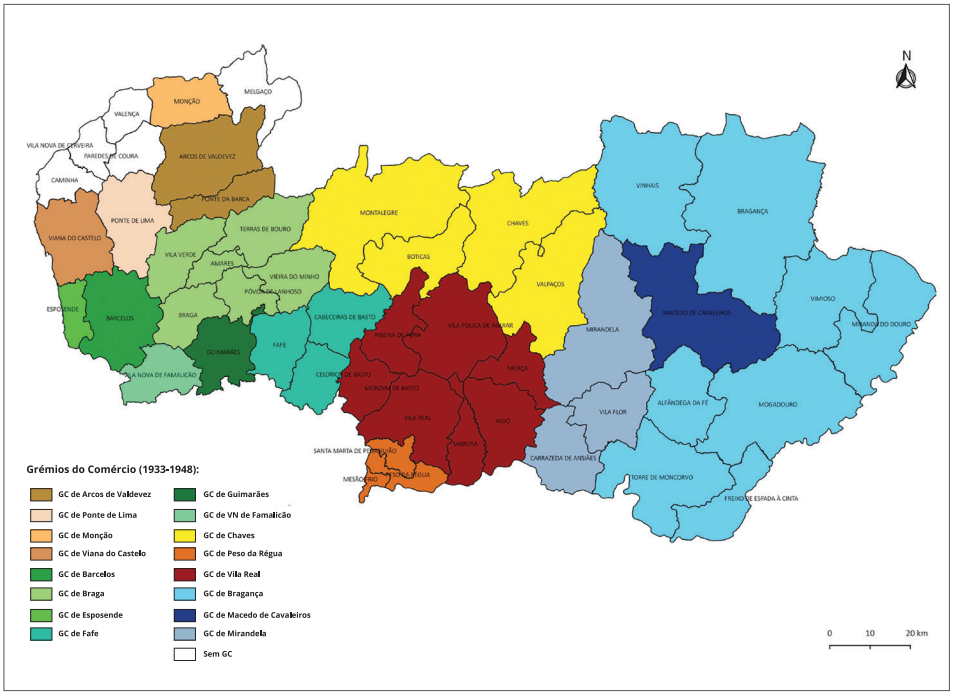
Fonte: *Boletim do INTP*, 1933-48.

Embora seja evidente um claro predomínio de CP, constata-se também a sua ausência em concelhos dos distritos de Viana do Castelo e de Vila Real. Curiosamente, na maioria desses concelhos tinham sido criados grémios da lavoura que deveriam funcionar em colaboração com as CP para o desenvolvimento social e económico das populações rurais. Por outro lado, alguns concelhos do sul do distrito de Vila Real contavam apenas com CP. No entanto, estes concelhos podiam estar abrangidos por grémios da lavoura de concelhos vizinhos, além de que era nessa zona do distrito que

estavam constituídos seis grémios de vinicultores, de âmbito concelhio, o que pode explicar a ausência de grémios da lavoura.

Em relação aos grémios do comércio, o Mapa 3 omite a cobertura sobre a região, uma vez que a maioria tinha carácter pluriconcelhio, estando sediados num concelho e abrangendo vários concelhos vizinhos. Assim, analisando a sua distribuição territorial (Mapa 4), destaca-se o carácter pluriconcelhio destes organismos, com algumas exceções a litoral e em Macedo de Cavaleiros.

Mapa 4. Distribuição dos grémios do comércio por concelho nas regiões do Minho e de Trás-os-Montes, 1933-1948



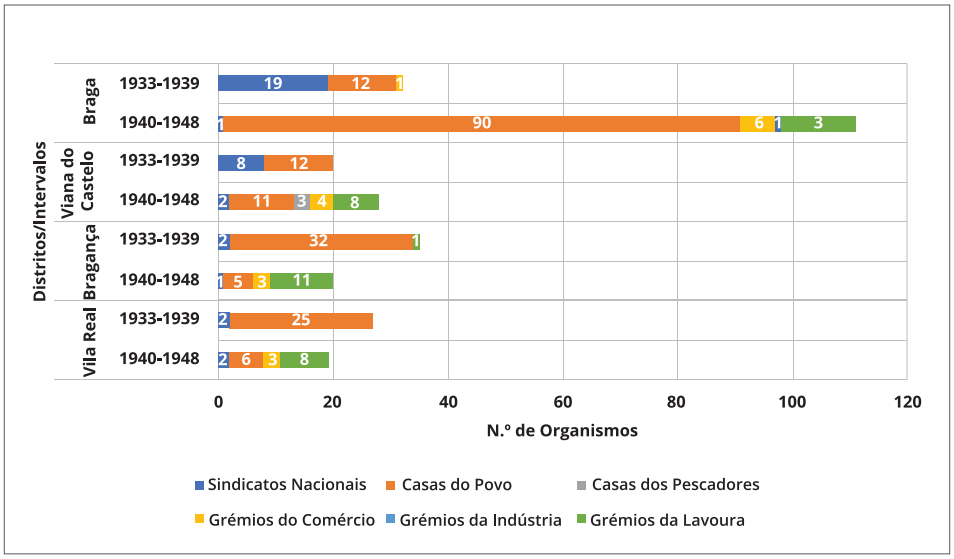
Fonte: *Boletim do INTP*, 1933-48.

A predominância dos grémios pluriconcelhios poderá ser explicada pelo número de comerciantes. Tendo em conta o número de associados destes organismos, é possível calcular a densidade social de cada grémio. Assim, o Grémio do Comércio de Bragança, por exemplo, com 919 sócios em 1947 e com uma área superior a 4000 quilómetros, apresentava uma densidade de 0,19 sócios/km^2. Já o Grémio de Braga, também pluriconcelhio, mas com uma área muito inferior (1124 km^2), contava com

0,70 associados por km². Estes números ganham outra expressão no caso de grémios concelhios, como os de Famalicão ou de Guimarães, com densidades na ordem dos 4,65 e 5,18 sócios/km², respetivamente. Importará ainda perceber de que forma as dinâmicas corporativas deste setor ditaram a sua implementação territorial e eventuais alterações a longo prazo.

Os SN abrangiam, naturalmente, todo o distrito onde estavam implementados. Sediados, regra geral, na sede do distrito, podiam, com autorização superior, instalar-se noutros concelhos, desde que o número e a importância dos profissionais da categoria o justificassem, o que se verificou nos distritos de Braga (12 sindicatos em Braga, sete em Guimarães e um em Barcelos), Vila Real (três em Vila Real e um no Peso da Régua) e Bragança (um em Bragança e outro em Mirandela).

Gráfico 2. Distribuição dos organismos corporativos primários por distritos e década de criação no Minho e em Trás-os-Montes, 1933-1948



Fonte: *Boletim do INTP*, 1933-48.

A implementação da orgânica corporativa, em termos temporais, procedeu-se com uma relativa homogeneidade – embora a diferentes escalas – em linha com o verificado no resto do país. Assim, é possível concluir que a criação de organismos corporativos primários ocorreu, no Minho, com maior preponderância na década de 1940, ao contrário do que sucedeu na região de Trás-os-Montes, em que o empenhamento corporativo foi mais expressivo nos anos 30 (Gráfico 2). O principal destaque

recai, mais uma vez, sobre as CP do distrito de Braga, cuja edificação entre 1940 e 1945 representa mesmo um terço de todos os organismos deste tipo que viriam a ser constituídos em Portugal Continental ao longo daquela década.

3. A orgânica corporativa no Minho e em Trás-os-Montes: mecanismos de regulação e orientação

Os organismos corporativos estavam sujeitos à tutela do INTP que, através de delegações distritais, difundia os princípios da nova doutrina social. Além destas, também a Inspeção dos Organismos Corporativos [IOC], criada em 1942, fiscalizava a sua ação e funcionamento. Aqueles com uma forte componente económica, estavam ainda sujeitos à orientação e fiscalização do Ministério da Economia[6].

As delegações estavam a cargo de delegados privativos cujas competências sobre a organização corporativa incidiam, inicialmente, na inspeção e assistência aos organismos. Em 1942, com a aprovação do primeiro regulamento do Instituto (Decreto n.º 32 593), as competências sobre a orgânica corporativa são profundamente explicitadas, constando, entre outras: a orientação e fiscalização da atividade; o estudo e apresentação superior dos processos de constituição, organização e funcionamento; o estudo e proposta de projetos de despachos de quotização obrigatória; a convocação da reunião dos produtores agrícolas, para classificação de sócios contribuintes das CP e fixação das quotas na ausência de grémios da lavoura ou na falta de acordo entre os dois organismos.

Os delegados tinham ainda a responsabilidade de elaborar relatórios semestrais/anuais onde deveriam discriminar a atividade da delegação, mas também dos organismos na sua dependência, incluindo informações estatísticas dos vários aspetos do seu funcionamento. Desta forma, o Estado exercia a fiscalização e a regulação da atividade daqueles organismos. Importará perceber que dinâmicas lhes estiveram subjacentes, ao nível da sua atividade interna, mas também da sua relação com o poder central e da forma como este procedeu à sua supervisão, orientação e disciplinação.

A constituição de um organismo, independentemente dos diferentes critérios definidos na legislação, dependia da aprovação do SECPS, mas era pelos delegados do INTP que o processo era revisto antes de ser submetido superiormente, sendo também aqueles os responsáveis por transmitirem a aprovação (ou não) aos interessados. De resto, os delegados eram, muitas das vezes, os principais impulsionadores da criação de novos organismos, quer por uma intervenção mais direta no processo de formação, quer pela própria iniciativa na sua constituição.

[6] A Direção Geral dos Serviços Agrícolas, por exemplo, mantinha um serviço de inspeção responsável pela fiscalização dos serviços administrativos dos organismos corporativos e de coordenação económica na dependência, inicialmente, do Ministério da Agricultura (DL n.º 27 207, art.º 30.º).

Em Viana do Castelo, por exemplo, Manuel Couto Viana, delegado em 1936, participou ativamente na constituição de vários organismos, realizando trabalhos preparatórios que envolveram o auxílio na redação de Estatutos ou a revisão de regulamentos internos de CP e SN.

A proliferação e desenvolvimento dos organismos foram também uma ferramenta para a sua afirmação junto das populações: no distrito de Braga, Noronha e Menezes, para fazer face à oposição às CP, adotou, em 1942, duas estratégias: o alargamento da área daquelas já constituídas; e a sua multiplicação, não só para aplacar as oposições[7], mas também para cimentar a sua posição.

Embora a documentação não nos permita aferir o resultado desta estratégia, constatamos um crescimento muito significativo no decorrer de 1943, com a criação de 46 CP, duplicando o número existente apenas dois anos antes. Até 1945, Noronha e Menezes viria a implementar 94% de todos estes organismos criados no distrito, tendo a grande maioria permanecido em funcionamento. Demonstrativo, por um lado, do provável sucesso da estratégia definida, mas também do empenho daquele na implementação da organização corporativa.

A legislação previa que a constituição dos organismos dependia, preferencialmente, da iniciativa dos interessados, mas atribuía também ao Governo e a outras entidades essa possibilidade. Não obstante, a prática demonstra que as delegações do INTP poderiam também opor-se à constituição de organismos, como se verificou no relatório anual de 1948 de Bragança. O delegado Arsénio Rodrigues da Silva, referindo-se à pretensão dos comerciantes de Vinhais na criação de um grémio do comércio, mostra-se relutante, não só pela condição do comércio local (pobre e reduzido), mas pela convicção de que esta seria, no fundo, uma maneira de evitar o pagamento de quotas ao Grémio do Comércio de Bragança.

Os organismos corporativos podiam ainda enfrentar suspensões, fusões ou até a extinção. A primeira estava apenas prevista para as CP[8] que passavam por crises económicas ou associativas, como sucedeu com a Casa do Povo de Sendim (Bragança), cujos associados provocaram distúrbios numa sessão nacionalista, levando à sua suspensão por seis meses e à exoneração dos corpos gerentes.

A fusão e a extinção eram consideradas quando um organismo se revelava inadequado ao cumprimento da sua função, nomeadamente na ausência de um universo associativo que legitimasse a sua existência, no desvio dos seus fins, quando se reve-

[7] A oposição à implementação da orgânica corporativa não se verificou apenas no distrito de Braga nem somente em relação às CP (ainda que a maioria dos casos reportados, se refira a estes organismos). De acordo com os relatórios analisados, no litoral (distrito de Braga), a oposição prendia-se com a hostilidade que algumas autoridades administrativas manifestavam relativamente às CP. Já nos distritos do interior, essas oposições tinham, sobretudo, motivações políticas, partindo do movimento oposicionista. No entanto, outros motivos mais corriqueiros acicatavam a oposição à organização corporativa, como a rivalidade entre concelhos ou o fervor clubista.

[8] *Diário do Governo*, I Série, DL n.º 23 051 (Art.º 27.º), de 23 de setembro de 1933.

lava incapaz ou ainda na existência de dois organismos muito semelhantes (não se justificando a existência de ambos).

O recurso a estes procedimentos verificava-se apenas em casos extremos, já que, muitas das vezes, a resposta aos problemas passava pela substituição dos corpos gerentes. Com esta ação, os agentes reguladores da organização corporativa procuravam imprimir uma nova dinâmica interna e recuperar o bom funcionamento dos organismos, já que a situação irregular era atribuída à ineficácia ou inaptidão dos dirigentes. Os dirigentes foram, de resto, um dos principais focos de atenção na regulação da orgânica corporativa, sujeitos a um controlo e fiscalização não só relativamente à sua idoneidade política e moral, mas também à sua ação e atividade no cumprimento dos cargos.

A importância dos dirigentes foi realçada por Almeida e Sousa e Noronha e Menezes, delegados distritais em 1940 em Bragança e Braga, respetivamente. O primeiro, ao referir-se às CP, afirmava que a definição dos seus destinos dependia dos dirigentes. Afirmação corroborada por Menezes, que considerava indispensáveis os dirigentes dedicados e responsáveis, capazes de lidar com as oposições e as hostilidades para a realização dos fins destes organismos.

A incapacidade dos dirigentes corporativos foi recorrente, levando os agentes regulatórios a tecer várias considerações sobre os mesmos e a envidar esforços para orientar e regular a sua ação. Muitos destes dirigentes, analfabetos até, estavam mal preparados e careciam de formação (necessitando de uma orientação e supervisão atenta), outros não tinham perfil para os cargos que ocupavam (fosse por incapacidade ou mesmo pelo seu carácter), a que se acrescentava a influência das elites locais, levando alguns a agir contra os organismos que serviam. No caso dos SN, por vezes, as represálias das entidades patronais forçavam um afastamento.

A falta de interesse dos dirigentes constituía outro entrave. Alguns afastavam-se da gestão e das necessidades da classe e dos organismos que dirigiam; outros, não aderindo ao ideário corporativo, dificultavam o desenvolvimento da orgânica corporativa; e outros ainda procuravam benefícios, esperando remunerações pelo cumprimento do cargo. Era manifesta a dificuldade em encontrar indivíduos capazes e interessados, como o revelam os delegados, forçados a manter dirigentes inaptos e desmotivados, cuja ação pouco ou nada contribuía para o sucesso dos organismos a que presidiam.

Ainda que não tenha sido possível concluir quais terão sido as respostas às situações envolvendo os corpos gerentes, uma vez que tal carece de um cruzamento com outras fontes, identificaram-se quatro mecanismos recorrentes: a suspensão (CP); a nomeação de uma comissão administrativa ou a substituição dos dirigentes; e, em situações menos gravosas, a repreensão e uma orientação mais atenta da sua atividade e do respetivo organismo.

A importância dos dirigentes para o bom funcionamento e para o desenvolvimento dos organismos que dirigiam era assim incontornável. Tendo presentes as

observações formuladas pelos delegados, sublinham-se algumas lacunas ao nível da gestão e do funcionamento internos de vários organismos, que passariam, sobretudo, pela escrita e contabilidade (cujas respostas habituais passavam por uma remodelação dos serviços internos, incluindo a contratação de pessoal especializado) e pela quotização.

O pagamento e a cobrança de quotas, especialmente nas CP, foram uma das problemáticas mais regulada. A fiscalização exercida pelas delegações do INTP traçava um panorama de desorganização e de desorientação, com práticas irregulares que visavam até o favorecimento pessoal[9]. No entanto, de acordo com alguns delegados, o próprio sistema de cobrança teria nascido defeituoso, avançando com propostas visando a otimização da cobrança e, consequentemente, do funcionamento dos organismos.

Destacaram-se as propostas que defendiam a cobrança através das secções de finanças, apresentadas pelos delegados de Bragança e Vila Real, em 1946 e 1947, respetivamente; a adoção do sistema de cobrança praticado pelos SN, imputando a transgressão às entidades patronais, avançada pelo delegado de Braga em 1943; ou a cobrança ao nível concelhio, com a instauração de uma comissão concelhia responsável pela mesma, sendo o valor cobrado distribuído pelas CP do concelho de acordo com a percentagem de cada freguesia/conjunto de freguesias nas contribuições prediais rústicas, proposta avançada pelo delegado de Viana do Castelo, em 1945. Estas propostas, porém, parecem nunca ter avançado, já que não se deteta qualquer alteração à legislação reguladora destes organismos, nem tão pouco os relatórios subsequentes demonstram mudanças.

A organização corporativa rural previa a realização de acordos de quotas entre as CP e o respetivo grémio da lavoura, que definiriam os valores de quotização dos sócios contribuintes das primeiras. Era assim atribuída aos grémios uma função social, já que o valor da quotização proveniente dos proprietários rurais (sócios protetores/contribuintes das casas) traria aqueles organismos mais possibilidades de realizarem os seus fins. No entanto, estes proprietários eram também, por vezes, os responsáveis pelo bloqueio à celebração de acordos, pois como alguns delegados referem, colocavam os seus interesses pessoais à frente das suas obrigações corporativas e sociais. Importa referir o papel dos delegados, na tentativa de conciliação e, na ausência de acordo, na definição do valor das quotas dos proprietários.

A legislação previa também que os grémios da lavoura estariam sujeitos à fiscalização e vigilância do INTP em relação à sua ação social e ao desenvolvimento da previdência, mas determinava igualmente que estes ficariam subordinados ao Ministério da Agricultura/Economia relativamente à sua orientação técnica e administrativa e à

[9] Entre as irregularidades identificadas contavam-se a recusa da assinatura de acordos de quotas entre grémios da lavoura e CP ou a exclusão de sócios devedores, por forma a evitar as dificuldades da cobrança. Os acordos de quotas ou a classificação de sócios foram alvo da regulação dos delegados, que para fazer face às transgressões, recorriam às execuções no Tribunal do Trabalho.

sua atividade económica. Apesar disso, a realidade terá sido muito diferente, de acordo com os relatórios consultados, já que aqueles organismos terão ficado sujeitos, sobretudo, à regulação exercida por aqueles Ministérios e pelos seus serviços. São recorrentes as queixas de vários delegados em relação aos grémios da lavoura, referindo, por um lado, a ausência de informação sobre o seu funcionamento e atividade, bem como a impossibilidade de exercerem sobre eles qualquer fiscalização e orientação. Esta circunstância teria consequências não só no prestígio do INTP, alvo de críticas derivadas do funcionamento daqueles organismos (consideradas infundadas, justamente por aqueles estarem fora da sua esfera da ação), mas também junto das CP, forçadas a ocupar-se com questões que seriam da responsabilidade dos grémios.

Tendo presente os fins e as competências que presidiam aos vários organismos corporativos, interessa também perceber de que forma a sua prossecução foi regulada pelos delegados (direta ou indiretamente), embora as referências relevantes se limitem à assistência e previdência e a convenções coletivas de trabalho. Nos setores do comércio e da indústria previa-se uma ligação entre grémios e SN, nomeadamente através da assinatura de convenções coletivas de trabalho. Funcionando o INTP como mediador das negociações, não são de estranhar as referências, nos relatórios, à regulação exercida pelos seus delegados, nem as semelhanças com a situação já relatada na lavoura: os grémios escudavam-se, ou recusavam-se a assinar quaisquer contratos. Ainda que não sejam claras as ações dos delegados, estes reconheciam os problemas e comprometiam-se a procurar a sua resolução e, eventualmente, algumas convenções coletivas acabariam por surgir ainda antes de 1948.

Já ao nível da assistência e previdência, a ação do INTP passava pelo controlo da atribuição de subsídios, regulando a distribuição de verbas e, em caso de irregularidades, retificando-as. Porém, nem todas as iniciativas deste tipo passavam pelos delegados, como na Casa do Povo de Vilarelhos (Bragança), que teria já em 1942 um serviço de assistência exemplar, dotado de várias valências que beneficiavam os seus associados, ainda que nada fosse comunicado à delegação, o que parecia não incomodar o delegado, já que muitas destas casas eram incapazes de oferecer uma assistência apelativa e relevante aos seus associados.

As lacunas e as irregularidades identificadas resultavam também da ausência de elementos informativos que permitissem avaliar as dinâmicas e o funcionamento interno dos organismos. Estes, obrigados a fornecer às delegações informações e estatísticas relacionadas com vários aspetos do seu funcionamento, não cumpriam, por vezes, com essa obrigação, prejudicando a sua regulação e orientação (ainda que não tenha sido possível perceber quais as consequências dessas faltas). Um cruzamento com outras fontes, como os relatórios da IOC, poderá desvendar o desfecho destas narrativas.

Ainda que os delegados tracem um panorama geral do funcionamento – positivo ou negativo – de todos os organismos sediados nos respetivos distritos, denota-se uma maior incidência relativamente às CP, com diversas referências a um acompa-

nhamento mais direto e presencial, através da realização de visitas esporádicas, sobretudo quando comparadas com as efetuadas a SN ou a grémios. Esta situação poder-se-á ter ficado a dever ao número destes organismos implementados na região, mas poderá também ter estado relacionado com a sua própria natureza, tendo merecido, desde sempre, uma atenção especial por parte das delegações, pela população que enquadravam corporativamente, pelos fins que deveriam realizar e pelo impacto que tinham no prestígio da organização corporativa.

Ainda assim, a regulação exercida sobre estas, em especial a prática de visitas, não foi uniforme, sublinhando-se o distrito de Bragança, onde as visitas tiveram uma menor incidência, o que se terá ficado a dever, de acordo com os delegados que passaram pelo distrito, às distâncias entre as CP e a sede do distrito (onde estava instalada a delegação), que obrigavam a deslocações longas, demoradas e dispendiosas, pouco práticas para os agentes responsáveis pela orientação e fiscalização da orgânica corporativa.

Conclusão

A rede de organismos corporativos instituída no Minho e em Trás-os-Montes refletia o quadro económico-social das regiões, onde predominava a agricultura e a indústria era escassa. Nesta área de cerca de 15 860 km^2 foram instituídos 18% (386) de todos os organismos corporativos primários criados, com especial destaque para as CP e para o distrito de Braga.

Estes organismos, que constituíam a base da pirâmide corporativa, estiveram sempre, até antes da sua oficialização, sujeitos a um apertado controlo do Estado (através das delegações do INTP, da IOC ou dos serviços dos Ministérios a que estavam sujeitos), de que aquele nunca pretendeu abdicar, procurando impor o ideário corporativo desde a sua origem.

Os delegados do INTP foram um dos meios através dos quais o Estado regulava a organização corporativa e, consequentemente, orientava e vigiava as populações que enquadrava corporativamente. Estes constituíam o elo entre o poder central e a província, responsáveis pela difusão e implementação da ideologia corporativa, bem como pelo desenvolvimento da sua organização.

O seu grau de ação não foi semelhante nos distritos analisados, verificando-se modelos mais ou menos interventivos, quer do ponto de vista do contacto estabelecido com os organismos que lhes cabia orientar e fiscalizar, quer do ponto de vista do envolvimento com a organização corporativa e da tomada de posições em relação ao seu desenvolvimento e aperfeiçoamento. A sua ação regulatória poderia, de resto, ser prejudicada pelos próprios organismos (que nem sempre cumpriam ou que até demonstravam resistências à orientação superior), mas também pela topografia das

regiões (que dificultava deslocações) e pela falta de meios e de financiamento, limitando o alcance dos delegados.

Visando a melhoria ou até a reestruturação do funcionamento dos organismos, alguns destes delegados formularam e apresentaram superiormente propostas, reveladoras do seu empenho enquanto agentes reguladores da orgânica corporativa e do seu grau de adesão ao regime. Verificava-se assim um interesse em colmatar as falhas identificadas, tendo como objetivo último um maior aperfeiçoamento das dinâmicas que presidiam à organização que supervisionavam.

Tendo presentes os relatórios anuais/semestrais consultados, observa-se uma maior incidência, por parte dos delegados e da sua ação regulatória, sobre três tópicos em particular: os corpos gerentes, a administração e a quotização, questões que foram alvo de uma intervenção mais constante e atenta. Destaca-se também a posição atribuída aos grémios da lavoura no seio da orgânica corporativa, nomeadamente o seu afastamento do INTP e dos delegados, que são unânimes na crítica à ausência de qualquer influência e possibilidade de intervenção junto daqueles.

Os relatórios traçavam assim a situação distrital a nível político, social e económico, dando conta da atividade dos organismos corporativos locais. Numa análise superficial sobressaem dois panoramas: a desorganização e as práticas irregulares que marcavam a sua existência, requerendo a intervenção dos delegados e da sua regulação, em ações, por vezes mais diretas e precisas ou atuando à distância, através de funcionários ao seu serviço e do envio de instruções e circulares. Ao mesmo tempo, demonstram também situações exemplares do bom funcionamento, de uma orgânica precisa e coordenada, com dirigentes empenhados e interessados no projeto corporativo. Importa referir que, embora esta fonte forneça informação muito relevante, é ainda assim incompleta para uma compreensão geral da orgânica corporativa e do papel destes agentes regulatórios. Interessará o cruzamento com outras fontes, que permitam acompanhar a ação reguladora exercida pelos delegados e de como esta se cruza com as práticas regulatórias levadas a cabo por outras instâncias (como a IOC), mas, também, de que modo a ação daquelas entidades foi recebida pelos organismos corporativos, tendo presentes os diferentes níveis de operacionalidade e a sua evolução.

Bibliografia

Baptista, F. O. (1993). *A Política Agrária do Estado Novo*. Edições Afrontamento.

Cardoso, J. L. (2012). Corporativismo, Instituições Políticas e Desempenho Económico. Em F. Rosas & Á. Garrido (Coord.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo* (pp. 101–120). Edições Almedina.

Cardoso, J. L., Ferreira, N. E., & Freire, D. (2013). *Base de Dados «Os organismos corporativos do Estado Novo»* [Dataset]. http://www.classifics.ics.ulisboa.pt/corporatism/pesquisa1.asp.

Ferreira, F. M., & Pereira, N. (2016). Propaganda e corporativização no terreno: Braga anos 30 e 40. Em F. M. Ferreira, F. A. Mendes, & N. Pereira (Coords.), *A Conquista Social do Território. Arquitetura e Corporativismo no Estado Novo Português* (pp. 13-38). Tenacitas.

Ferreira, N. E. (2008). O corporativismo e as instituições do salazarismo: A Câmara Corporativa (1935-1945). Em A. Costa Pinto & F. P. Martinho (orgs.), *O Corporativismo em Português*. Imprensa de Ciências Sociais.

Freire, D. (2012a). Estado Corporativo em Acção: Sociedade rural e construção da rede de Casas do Povo. Em F. Rosas & Á. Garrido (Eds.), Em *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo* (pp. 273-302). Edições Almedina.

Freire, D. (2012b). O Estado Corporativo em acção: Sociedade rural e construção da rede de Casas do Povo. Em F. Rosas & Á. Garrido (Eds.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo* (pp. 273-302). Edições Almedina.

Freire, D., & Ferreira, N. E. (2016). Construção do sistema corporativo em Portugal (1933-1974). Em F. M. Ferreira, F. A. Mendes, & J. M. Torres (Coords.), *Organizar o País de Alto a Baixo. Políticas de Edificação Corporativa no Estado Novo Português* (pp. 31-51). Tenacitas.

Garrido, Á. (2012). Assistência e Previdência no mar português. A ação social das Casas dos Pescadores (1933-1968). *Ler História*, 62, 7-29.

Garrido, Á. (2016). *Queremos uma economia nova! Estado Novo e Corporativismo*. Círculo de Leitores/Temas & Debates.

Lucena, M. (1976). *A evolução do sistema corporativo português. O Salazarismo: Vol. I*. Perspectivas & Realidades.

Lucena, M. (2000). Grémios. Em *Dicionário de História de Portugal* (pp. 125-134). Livraria Figueirinhas.

Martinho, F. P. (2016). Estado corporativo e organização do trabalho no Brasil e em Portugal (1930-1945). Em A. Costa Pinto & F. P. Martinho (Eds.), *A vaga corporativa: Corporativismo e ditaduras na Europa e América Latina* (pp. 173-197). Imprensa de Ciências Sociais.

Patriarca, F. (1995). *A questão social no salazarismo, 1930-1947*. Imprensa Nacional.

Pereira, N. (2016). Nós o Povo: As redes das Casas do Povo nos alinhamentos corporativos (1933-1974). *Oficina Do Historiador,* 9, 2, Article 2.

Rosas, F. (1986). *O Estado Novo nos anos trinta (1928-1938)*. Editorial Estampa.

Rosas, F. (1993). O Estado Novo. Em J. Mattoso, *História de Portugal: Vol. VII*. Editorial Estampa.

Rosas, F. (2012a). O Corporativismo enquanto regime. Em F. Rosas & Á. Garrido (Eds.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo* (pp. 17-47). Edições Almedina.

Rosas, F. (2012b). *Salazar e o poder: A arte de saber durar* (1ª ed). Tinta-da-China.

Rosas, F. (2019). *Salazar e os Fascismos*. Tinta-da-China.

Sancho Izquierdo, M., Prieto Castro, L., & Muñoz Casayús, A. (1937). *Corporatismo. Los movimientos nacionales contemporáneos. Causas y realizaciones*. Editorial Imperio.

Santos, P. B. (2015). O modelo político do Estado autoritário Português: A ideia corporativa na constitucionalização do regime (1931-1933). *Espacio Tiempo y Forma. Serie V, Historia Contemporánea*, 0 (27), 59-84.

Santos, P. B. (2017). Caminhos para a estabilidade autoritária em Portugal (1933-1974). *Aportes*, 93 (1), 141-181.

Schmitter, P. C. (1999). *Portugal: Do autoritarismo à democracia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade.

Torres, J. M. (2013). *Os comerciantes e o Grémio do Comércio de Guimarães. Dinâmicas associativas, corporativas e comerciais (1939-1969)* [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Minho.

Torres, J. M. (2018). Os agremiados, os contribuintes e o tecido comercial: Os Grémios do Comércio de Braga e Guimarães, 1944-1955. *Estudos do Século XX*, *18*, 75-95.

Valente, J. C. (1996). Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP). Em *Dicionário de História do Estado Novo* (Vol. 1, pp. 486-488). Círculo de Leitores.

Habitação e Marginalidade: Braga e os seus Bairros Sociais

Housing and Marginality: Braga and its Social Neighbourhoods

Paula Andreia Magalhães Grenha
Bolseira de Investigação
Lab2PT - Universidade do Minho
paulagrenha@gmail.com
ORCID: 0009-0008-9376-622X

Bracara Augusta, 132 (2025), 293-310 | ISSN 0006-8640
DOI: https://doi.org/10.82564/revistabracaraaugusta.v72i132%20(145).15

Resumo // A habitação situa-se no equilíbrio precário entre a necessidade basilar e as condições para dela usufruir condignamente. Os bairros sociais sobressaem como expressão dos apoios sociais à habitação, na premissa do acesso a condições dignas e justas de habitabilidade. Concebido como resposta utilitária, barata e imediata, em áreas geográfica e socialmente circunscritas, este modelo habitacional apartou os seus moradores do pleno direito à cidade. Neste artigo, na diacronia dos séculos XX e XXI, os bairros sociais são problematizados sociohistoricamente como latentes espaços de marginalidade, estabelecidos por entre a imputação social negativa, o capital económico, social e cultural das suas populações e a construção de uma história de identidade, memória e de representação individual e coletiva. Recorrendo a fontes legislativas, planos e relatórios de atividades de várias instituições, abordam-se os contextos sociopolíticos da génese e evolução dos bairros sociais em Portugal e na cidade de Braga, a caracterização sociodemográfica dos seus moradores e o percurso material e imaterial dos seus edifícios e das suas comunidades. São também exploradas as estratégias e projetos inclusivos em que estão envolvidas, assim como os desafios que enfrentam diariamente dentro e entre o seu bairro e o espaço urbano onde se inserem.

Palavras-Chave:
Arquivo urbano, Bairros Sociais, Braga, História do Tempo Presente, Marginalidade.

Abstract // Housing situates in a precarious balance between basic needs and the conditions to enjoy it with dignity. Social neighbourhoods stand out as an expression of social support for housing, based on the premise of access to decent and fair living conditions. Conceived as a utilitarian, cheap and immediate response, in geographically and socially circumscribed areas, this housing model separated its residents from the full right to the city. In this article, in the diachrony of the 20th and 21st centuries, social neighbourhoods are problematized sociohistorically as latent spaces of marginality, established amidst negative social imputation, the economic, social and cultural capital of their populations and the construction of a history of identity, memory and individual and collective representation. Using legislative sources, plans and activity reports from various institutions, the socio-political contexts of the genesis and evolution of social neighbourhoods in Portugal and in the city of Braga, the sociodemographic characterization of their residents and the material and immaterial path of their buildings and communities are addressed. The inclusive strategies and projects in which they are involved are also explored, as well as the challenges they face daily within and between their neighbourhood and the urban space where they are located.

Keywords:
Braga, History of the Present Time, Marginality, Social Neighbourhoods, Urban Archive.

Introdução

O que é a marginalidade, como se define nos seus múltiplos desdobramentos, quem detém nas suas categorias e atribuições e porque continua castradora da inclusão e nivelamento das sociedades? Neste sentido, a reflexão sobre a marginalidade exige novas perspetivas de observação e a contemplação de diferentes contextos e protagonistas para o conhecimento mais aturado das causas e efeitos da diferenciação que impõe.

Este artigo procura explorar as marginalidades no espaço urbano, sobretudo afetas à habitação social e especificamente aos bairros sociais em Portugal e na cidade de Braga (Grenha, 2024). Os bairros são testemunhas de um passado que se prolonga nas consequências do presente. É pela interpelação deste «arquivo urbano» que se procura conhecer os contornos da marginalidade que se entretecem nos bairros sociais, tanto na sua essencialidade prática, como na sua manifestação simbólica e percetiva. Sujeito ativo do processo histórico, o arquivo urbano, entalhado nos edifícios, projetos e infraestruturas da cidade (Burgum, 2022, pp. 512-517), é descoberto como um espaço de autoridade, quer pelo local onde se encontra, pelos materiais que acolhe ou pela evolução que apresenta, condicionando o diálogo entre aqueles que se encontra(ra)m na margem da exclusão e o historiador. Mas na conjugação com diferentes ciências sociais, a história faz o seu caminho de pesquisa por diversas formas de expressão, abrindo e contrapondo novas possibilidades e metodologias por entre os discursos oficiais. Plástico, o arquivo urbano expande-se assim ao achamento dos vestígios do passado nos locais mais inusitados ou em espacialidades tão surpreendentes quanto a flexibilidade e a capacidade de os repensar com um olhar aberto e crítico o permita. E na História do Tempo Presente, substrato cronológico deste estudo, aos dados recolhidos é possível acrescentar a história hoje vivida e testemunhada pelos agentes que integram os bairros sociais e, através dela, fazer uma aproximação à sua visão e perceção, elementos insubstituíveis que são na compreensão da multidimensionalidade inscrita nestes espaços habitacionais (Allier Montaño, 2018; Aróstegui Sánchez, 1996).

Solo de repartição política e social, ordenado e segmentado, o espaço urbano conta uma crónica de domínio e de relegação. Sob os imperativos da ordem e da acomodação, as suas populações e as suas edificações obedecem à subjugação e à compartimentação, disposições que assinalam a convenção e as suas margens. Entre elas, o contacto não é pacífico e estabelece-se por entre resistências e desistências, simbolizando a dicotomia entre a inclusão e a discriminação. Num quadro de simultaneidade da aceitação e da contestação, a cidade vê-se envolvida em processos contínuos de mobilização de recursos que assegurem a estabilidade e a resposta a múltiplos desafios urbanos. Entre estes, e essencial na configuração da cidade, a habitação prefigura-se como elemento chave nas dinâmicas e trajetos estabelecidos

no seu interior. Condicionada pela disponibilidade, acesso e qualidade, a casa de habitação, e com ela o espaço que ocupa no território urbano que a rodeia, é emblema de inserção socioeconómica. Direito inalienável, o direito à habitação é um ponto charneira na sociedade atual, tanto na capacidade de ser atendido para todos, como no significado identitário que assume e que atribui.

Os bairros sociais são aqui estudados como solução política e social de acesso à condignidade habitacional, dentro de um percurso complexo e mutável da história da habitação social em Portugal, entre o século XIX e a atualidade. Através da consulta de fontes impressas e de bibliografia especializada procura-se explorar e compreender a sua génese e evolução como resposta a sucessivos e diversos contextos sociais, culturais e político-institucionais, que envolveram diferentes atores e instituições. Da Monarquia à I República, do período da Ditadura Militar e do Estado Novo aos tempos da democracia após a Revolução do 25 de Abril de 1974, a habitação social é examinada como peão político, estratégia social e objeto de exigência popular, assim como são explorados os caminhos percorridos e revisitados que a consagraram em diferentes regimes habitacionais, instituídos por órgãos públicos, privados e cooperativos.

Observando os bairros sociais quanto à sua planificação, tipologia, localização territorial e temporal, analisa-se a sua idealização como fruto de legislação deliberadamente produzida para o combate à propagação imparável de construção ilegal e de habitação em condições precárias nas cidades. Estabelecida a afetação habitacional, estes foram particularmente notados como espaços redundantes de fragilidade socioeconómica, étnica e cultural, menosprezados que foram os percursos e as características socioculturais de populações diversas, reunidas em prédios densamente povoados, em áreas socialmente desamparadas.

Particularizando o caso da cidade de Braga, a história dos seus bairros sociais é analisada como solução habitacional para responder à persistente implantação de barracas na cidade e para restabelecer a adequabilidade habitacional a diferentes populações espalhadas pela sua extensão urbana. Investigam-se os contornos político-culturais que definiram a sua localização e implantação no pós-25 de Abril de 1974, assim como o perfil sociodemográfico dos seus moradores e o desenvolvimento de possíveis dinâmicas de rejeição/aceitação entre estes e a restante cidade. Interrogando a informação contida em diversos documentos oficiais, relatórios e planos de atividade, intenta-se conhecer e caracterizar a evolução dos bairros sociais de Braga, descobrindo as alterações morfológico-estruturais relacionadas com o seu edificado, equipamentos e espaços envolventes, concretizadas de acordo com as vicissitudes das conjunturas sociais, sanitárias e económicas, e produto de financiamentos e vontades diversas.

São também pesquisados os projetos e iniciativas de cariz sociopedagógico, cívico, cultural e recreativo desenvolvidos nos bairros, por intervenção de atores e entidades diversificadas. Juntando a arte à emancipação social, são perscrutadas as manifestações artísticas levadas a cabo dentro deles, processos coparticipativos que

lhes trazem novos públicos e atratividade, permitindo, ao mesmo tempo, a revitalização e usufruto melhorado de algumas das suas infraestruturas.

No confronto entre as informações obtidas e as reflexões que delas se evocam procura-se conhecer os bairros sociais de Braga e neles explorar expressões de marginalidade, tentando identificar as suas causas e os seus reflexos.

1. A habitação como expressão de marginalidade – os bairros sociais

Ao longo da vida, as pessoas vão ocupando ou construindo lugares dos quais pretendem assimilação, reconhecimento e valorização e a indelebilidade destes espaços significantes são olhados como inseparáveis da integração humana. Apartados deles, é-lhes retirada a cabal participação na sociedade, sendo associados e confinados ao desvio, à discordância com as normas sociais. Imposta a moldura, abre-se a porta à desconfiança e à segregação, onde as ações, os sentimentos e as decisões ecoam um espaço social sujeito às representações e às narrativas construídas. Sem molde de encaixe, surge o vazio e a inadequação, a margem, o «não-lugar» de ausências e de passagens (Augé, 2012).

O espaço urbano continua e é, cada vez mais, local de marginalidades. Sorvedouro de recursos económicos, sociais e políticos, é na incapacidade de uma gestão equidistante entre a proficuidade do território e a provisão suficiente aos seus cidadãos, que se geram espaços de diferença, de desequilíbrio e de demarcação social. Reiteradas no tempo, as linhas de separação delimitam estes espaços, cada vez mais emparedados em preconceito e degradação material, e onde camadas de memória são abafadas perante a transformação e opacificação de lugares identitários.

A habitação constitui um eixo primário de radicação humana, lugar de proteção e refúgio privado de relações, contexto de rotinas quotidianas, símbolo de hereditariedade material e cultural, mas também base de experimentação social e de suscetibilidade à transitoriedade. Sob leis, regulamentos e crivos de admissibilidade, os espaços de habitação são interpretados à medida da necessidade social, da vantagem económica ou da sustentabilidade territorial traçando, intencional ou passivamente, limites de acesso e de apropriação. No espaço da cidade, a habitação tornou-se fator indissociável de marginalização, quando são diferenciadas as áreas reservadas para aqueles que têm de se submeter à imposição económica. Apartados para as periferias e zonas urbanamente desinteressantes e rompidas as redes de comunicação intraurbanas, os que são para aí deslocados vêem-se coagidos à aceitação e à sentença do apoio social. Na dialética entre querer e poder na habitação, sucederam-se os episódios de subjugação e adaptação, mas também de emancipação, reclamação e conquista.

Conceito e construção prática de resposta a constrangimentos quantitativos e de restituição de condições dignas de habitabilidade àqueles cujas vidas são marcadas pela precariedade e pela insegurança, o bairro social constitui simbolicamente o reduto da sobrevivência. Pretendendo assegurar uma solução material condigna, a negligência e a discriminação sociocultural levaram-nos a integrar um dos grandes vetores de desigualdade e de diferenciação na cidade. Em conjuntos habitacionais iguais entre si, mas destacados no diagrama urbano em que se inserem, a morfologia dos bairros sociais gizou o objetivo da construção de casas baratas e utilitárias. Habitualmente situados em ecossistemas exauridos de vitalidade e frugais em equipamentos e serviços, distantes do circuito funcional da cidade, os bairros sociais integram os seus moradores em categorias e modalidades. Recorrentemente deparados com barreiras mentais que insistem na criminalização da pobreza e na associação com a violência e comportamentos aditivos, são-lhes frequentemente atribuídas apreciações de caráter racista ou xenófobo. Fonte de preconceito, imputação difamatória e de arredamento social, a marginalização territorial é determinante para manter e não deixar sair facilmente os seus ocupantes:

> (...) que esses lugares estejam ou não deteriorados, sejam ou não perigosos e a sua população seja ou não essencialmente composta de pobres, minorias e estrangeiros, tem pouca importância, no fim de contas: a crença preconceituosa de que assim são basta para engendrar consequências socialmente nocivas (...). (Wacquant, 2006, p. 29).

Mesmo integrando a malha urbana por inevitável crescimento das cidades, as barreiras físicas e aspiracionais continuam como paradoxal trincheira de proteção e acusação. Impondo narrativas e perceções, estreitado entre a escolha e a marginalização, o *archival turn* reconheceu o «arquivo», nas décadas de 1980-1990, como objeto de subordinação a ascendentes de poder, limitando a compreensão e a interpretação do passado e do presente. Mas dando agora voz às contra narrativas, pelo *participatory turn*, a cidade revê o guião oficial, empoderando os seus habitantes a intervir na construção da sua própria história, revendo ontologicamente a sua participação na cidade. Abrindo a possibilidade de rever e impugnar os processos identitários e as memórias que cimentaram a marginalização de várias das suas comunidades, é-lhes agora reconhecido o seu lugar e a sua pertença, refutando as posições e catalogações às quais foram reduzidos (Burgum, 2022, pp. 504-511). A problematização da marginalidade constitui-se como um campo aberto de discussão para pensar comportamentos e sentimentos que acompanham cada indivíduo nas relações que estabelece com os outros e consigo próprio, sendo fundamental questionar as categorias e as marcas, revisitá-las sob uma lente de interculturalidade e de continuidade, desconstruí-los, redimensioná-los, repensá-los no tempo e no espaço, encontrar os lugares críticos onde se movimentam.

Passando da imobilidade do que se pressupõe que a cidade é para a dinâmica do que a cidade poderá ser, expõem-se os seus múltiplos estratos históricos, ao mesmo tempo que se estipula um novo olhar analítico sobre o passado e se redefinem as aspirações para o há de vir, numa agilidade permanente entre Passado-Presente-Futuro.

2. Os bairros sociais na sua historicidade – as respostas político-sociais

A cidade redesenha-se, na transição do século XIX para o século XX, na voragem da evolução do movimento fabril. A engrenagem da industrialização instou a uma evolução sociodemográfica a uma escala sem precedentes, mas a promessa de um emprego assalariado e estável face à volatilidade da agricultura viu-se confrontada com a imprevisibilidade do valor do trabalho na indústria, conferindo às famílias uma instabilidade económica disputada entre a sobrevivência e a subserviência. Com o salário a extinguir-se na parca e monótona alimentação diária, as populações recém-urbanas instalavam-se em quartos alugados, em prédios devolutos e em barracas, coabitando com o acanhamento e com a falta de água, de saneamento básico e de luz.

No Porto, surgiram as «ilhas», exíguas casas térreas sobrelotadas, geminadas e enfileiradas atrás de casas elegantes das classes burguesas, e em Lisboa, um alojamento inicial anárquico em prédios antigos da cidade ou em edifícios rurais desocupados foi depois reestruturado em «pátios», conjuntos de casas viradas para um espaço comum, definindo quarteirões de habitações com dinâmicas próprias. As «vilas» constituíram bairros construídos pelos donos das fábricas para arrendamento aos seus trabalhadores, já mais incorporados na tessitura urbana (Cascão, 2011, pp. 30-34). Soluções pouco satisfatórias, contudo, na medida em que as rendas exigidas eram altas perante o salário auferido. A insalubridade, a subnutrição, o frio e a falta de vestuário nidificavam as condições de propagação de doenças que se alastravam pelas cidades, obrigando a um reconhecimento formal dos órgãos do poder da urgência de abordar a questão da habitação. Abstendo-se de uma participação direta no mercado da construção civil, a Monarquia Constitucional alocou essa incumbência aos próprios e aos donos das fábricas. A crise habitacional manteve-se na medida dos constrangimentos do setor da construção civil, de estrutura fragmentada e pouco especializada, onde a reduzida oferta de casas levava os operários a sujeitarem-se à disponibilidade e condições existentes.

A instauração da República a 5 de outubro de 1910 trouxe novas esperanças para a classe fabril que requeria melhores condições de vida, mas o espoletar dar Primeira Guerra Mundial instalou no país um contexto de grave situação económica. O Decre-

to n.º 4137, de 25 de abril de 1918 configurou o momento charneira da política pública de habitação. Na sequência de propostas legislativas anteriores, e deparando com uma situação de turbulência social extrema, o governo de Sidónio Pais verteu para lei a iniciativa pública de promoção privada na construção e venda de casas com preços e rendas baixas. No entanto, num período social e economicamente conturbado, a iniciativa privada esmoreceu e foi o Estado a avançar com a construção dos primeiros bairros sociais no Porto e em Lisboa.

Dentro da conjuntura político-social da Ditadura Militar, em 1928, o Governo relançou a promoção da habitação acessível, através da concessão de incentivos fiscais e de crédito facilitado a empresários privados. O Regime de Casas Económicas destinava-se a construir casas já de modelo plurifamiliar, ocupadas sob o regime de renda controlada (Almeida, 2019; Santos & Brito, 2019). O Estado Novo enforma a questão da habitação social no desígnio ideológico de adequação aos valores do regime. Descredibilizando os modelos habitacionais republicanos, a obtenção de uma casa individual impunha-se como salvaguarda dos valores do lar, à qual se acedia através da disciplina orçamental para a habilitação, seleção e manutenção da habitação. O Programa das Casas Económicas construiu pequenos bairros de casas individuais ou geminadas, com um ou dois andares e um jardim, harmonizados na morfologia e categoria de rendimentos dos moradores, pretendendo arredar a imagem de casas degradadas e sobrelotadas, estabelecendo um protagonismo ideológico edificado na forma e organização do espaço (Santos & Brito, 2019). O Programa de Casas de Renda Económica tentou responder a quem não possuía recursos para se tornar proprietário, com alterações à forma e à tipologia da habitação plurifamiliar, em prédios até quatro andares, e o Programa de Casas de Renda Limitada estipulou a construção de prédios de rendimento para arrendamento.

Nos anos de 1960, década da guerra colonial, de uma notória expansão industrial e de migração elevada para as cidades, ficou patente a escassez de oferta habitacional acessível, fruto de uma gestão deficitária das políticas públicas de habitação. Extensas áreas eram ocupadas precária e clandestinamente por casas improvisadas sem condições de habitabilidade, e no sentido de consolidar num único organismo a orientação do setor, foi criado em 1969 o Fundo de Fomento da Habitação (FFH), pretendendo-se uma concertação entre o desenvolvimento económico do país e uma política de habitação que envolvesse as necessidades de alojamento da sociedade.

No período que se seguiu à Revolução do 25 de Abril de 1974, auguravam-se alterações profundas na sociedade, onde se incluía o setor da habitação. Mas o choque entre as premissas de mudança e a instabilidade política existente, cedo defraudou a viabilidade de uma transformação significativa a breve trecho. Sob a influência da recessão económica mundial, o país encontrou-se subitamente num contexto de descolonização com o regresso de milhares de portugueses, aliado a um contínuo fluxo rural para as cidades, acentuando abruptamente a necessidade de arranjar estratégias de acomodação urbana. O país mostrava então um parque habitacional público

grandemente deficitário e semiabandonado, sem políticas de conservação e reconstrução e múltiplas campanhas populares multiplicavam-se na exigência de melhores casas e bairros.

O projeto SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local, criado no verão de 1974, estabeleceu-se como um projeto desburocratizado e inédito para reestruturar os bairros precários existentes, especialmente nas zonas urbanas de Lisboa, Porto e Setúbal, realçando o papel dos moradores na organização do seu espaço de habitação, assumindo escolhas de arquitetura e engenharia no cruzamento da funcionalidade com a estética. Mas por redireccionamento político e ideológico, as políticas de habitação públicas levaram ao encerramento precoce do programa.

De modo singular e progressista, a Constituição da República Portuguesa de 1976 consagrou o Direito à Habitação e a sua acessibilidade, destacando a importância de o setor público assegurar o direito à habitação. O Estado estendeu a sua ação de promoção direta construindo grandes empreitadas em altura que rapidamente reconfiguraram o perfil paisagístico das periferias dos grandes centros urbanos. Em 1987, a vontade do Estado se retrair das funções de proprietário ou senhorio de habitação social levou a que fosse criado o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), responsável pela gestão, conservação e promoção da venda do parque habitacional social público edificado, transferido do extinto FFH. Não estando nas melhores condições de preservação, foi dada preferência à sua venda aos respetivos inquilinos e à sua transferência aos municípios confrontando-os com a difícil tarefa de lidar com bairros degradados a necessitar de obras de fundo.

Entretanto, o recurso massivo à autoconstrução precária e à edificação de bairros de lata continuava nas áreas periurbanas das cidades, espaços estes que começaram a chamar a atenção pública e política, quer pela sua localização que se ia tornando privilegiada pelas potencialidades de expansão, quer pela fisionomia precária, inestética e indesejada que exibiam. Em 1993, o investimento público no Programa Especial de Realojamento (PER) levou à construção de casas sob custos controlados, em regime de renda apoiada, quer por iniciativa municipal direta, quer conciliada com a iniciativa privada (Allegra et al., 2017; Cachado, 2013). Com um esquema de financiamento rígido, o seu objetivo circunscreveu-se à resposta urgente a situações de carência habitacional localizadas, recorrendo à construção direta de bairros compactos e densamente povoados, arredados para locais isolados, com défice acentuado de equipamentos sociais, transportes e de espaços de usufruto comunitário (Allegra et al., 2017; Antunes, 2019; Cachado, 2013; Santos, Teles & Serra, 2014; Silva et al., 2023).

À entrada do século XXI, o fim dos regimes de crédito bonificado à habitação contrariou a tendência de aquisição de casa própria e permanente, medida estruturante da do Estado desde há duas décadas. O aumento do endividamento das famílias portuguesas e o crescimento do défice orçamental levou o XV Governo Constitucional a reorientar as políticas de habitação para a promoção do arrendamento, reabilitação

urbana e habitação social, sofrendo o impacto da crise das dívidas soberanas (2010-2015), da pandemia de Covid-19 (2020-2022) e da guerra na Ucrânia (Xerez, Rodrigues & Cardoso, 2018).

As políticas de habitação social desenvolvem-se atualmente ao abrigo do Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), municípios – principais detentores do parque habitacional público –, cooperativas de habitação e Instituições Particulares de Solidariedade Social. Cabendo ao IHRU o planeamento e coordenação de medidas políticas e financeiras relacionadas com a habitação, financia e supervisiona também os programas de habitação social. No documento estratégico Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), é visível a nova filosofia na génese e implementação das políticas públicas, havendo uma reorientação do objeto casa para o acesso à habitação. A Lei de Bases da Habitação foi aprovada, valorizando-se o papel de proximidade dos municípios na perceção das necessidades habitacionais mais prementes e das ferramentas disponíveis mais adequadas a mobilizar localmente. Os Planos Diretores Municipais e a Estratégia Local de Habitação são disso exemplos.

3. Os bairros sociais de Braga - génese e caracterização sociodemográfica

Os bairros sociais sustentaram a política de habitação social na cidade de Braga, nas décadas de 1970-1990, para atender ao realojamento de famílias em condições de vulnerabilidade económica. Com características diferentes, mas obedecendo a normativas quanto às soluções arquitetónicas, técnicas, estéticas e materiais empregadas, os bairros sociais construídos dispersaram-se pela cidade sob a responsabilidade do FFH, IGAPHE, Cooperativas de Habitação e da Câmara Municipal de Braga (CMB). Em finais da década de 1980, perante os incisivos efeitos urbanísticos e sociais advindos da sua construção, o município privilegiou os apoios ao arrendamento, adquirindo e recuperando apartamentos na cidade para os atribuir a famílias carenciadas. Neste contexto foi criada, em 1999, a BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga – E.M., com atribuições na gestão patrimonial, financeira e social do parque habitacional da empresa e dos fogos de habitação social adquiridos pelo município, apoiando o arrendamento e subarrendamento às famílias com maiores necessidades económicas. Depois de formalmente constituída, ficaram sob a gestão da BragaHabit o Bairro Social de Santa Tecla, o Bairro Social das Enguardas, o Bairro Social das Andorinhas, o Complexo Habitacional do Picoto e o Bairro Social Ponte dos Falcões (já extinto).

3.1. Bairro Social de Santa Tecla

Situado na freguesia de S. Vítor, nasceu em 1979 na Quinta de Santa Tecla, sob a responsabilidade do FFH, para realojar os moradores do antigo Bairro Operário de Santa Tecla e prover habitação condigna a ocupantes de barracas ilegais das zonas das Lajes e do Fujacal. Adquirido ao IGAPHE pela CMB em 1999, é constituído por quatro blocos de apartamentos, de tipologia T2 e T3, cada um com quatro andares. Atualmente encontra-se dentro do perímetro urbano e perto de várias áreas de comércio, serviços e escolas, mas demarca-se, geográfica e arquitetonicamente, pelos muros e edifícios contíguos entretanto construídos, fechando-o a toda a volta, exceto a Sul. Parte dos seus blocos cingem-se à visão das traseiras de outros edifícios, perdendo-se a amplitude visual essencial à conexão social dentro do bairro no seu conjunto, e do acesso deste com o mundo exterior. A área verde envolvente prevista perdeu espaço, espartilhada entre muros de casas e na sua utilização indevida, e a circulação resume-se a escassas vias automóveis e aos passeios sobranceiros à rua. Existe um campo de jogos no bairro e, próximo dele, a sul, o Complexo Residencial de Sta. Tecla da Universidade do Minho. Um estabelecimento social da Cruz Vermelha e a Casa de Culto da Congregação Cristã completam os equipamentos do bairro.

Em 2020, os dados da BragaHabit indicavam que no Bairro de Santa Tecla reside uma comunidade de 164 agregados familiares, constituída por cerca de 475 pessoas. 60% destas famílias são de etnia cigana, com os agregados familiares clássicos a constituir 43,2% da população. 51,7% da população apenas possui o 1º ciclo do ensino básico, com 24,6% a não ter qualquer habilitação e apenas 25% de pessoas a ter uma profissão assalariada (BragaHabit, 2020).

3.2. Bairro Social das Enguardas

Em S. Vítor, construído entre 1976 e 1979 pelo FFH, este bairro estende-se por um quarteirão residencial com sensibilidades distintas. O bairro social da BragaHabit constitui uma parte do edificado, projetado para o realojamento dos residentes do extinto Bairro Araújo Carandá. Alojando também populações que viviam em barracas e habitações precárias um pouco por toda a cidade, sobretudo pertencentes à etnia cigana, dentro do espaço do bairro existe ainda habitação social promovida pela antiga Caixa da Previdência, atualmente sob a gestão do IGFSS. Por precedência de chegada, e por afinidades culturais e sociais, as populações dentro do bairro ocupam áreas distintas. Com a Rua Senhor da Paz e a Travessa dos Congregados a estruturar a espacialidade e organização do bairro, este integra 11 blocos de quatro pisos, num total de 179 unidades, sendo cerca de metade das habitações propriedade da BragaHabit e as restantes de propriedade privada, de tipologia T2, T3 e T4. Os prédios, com rés do chão e três andares, são maioritariamente destinados à habitação,

contando ainda com lojas e instituições de índole associativa e social: a sede da Associação de Moradores, a sede do Sporting Clube Leões das Enguardas e o seu café, a sede da Associação Famílias onde funciona o Centro de Atividades de Tempos Livres para as crianças e uma oficina de sapateiro. Localizada numa das extremidades do bairro encontra-se a capela do Senhor da Paz, objeto de devoção da comunidade do extinto Bairro Araújo Carandá, trazido aquando do realojamento. Também o clube desportivo veio para o Bairro das Enguardas, alterando a sua designação de Leões do Carandá para Sporting Clube Leões das Enguardas.

Agora dentro do anel urbano da cidade, o bairro é atravessado por estradas e passeios permitindo a continuidade viária e pedonal com grandes áreas comerciais, serviços, escolas e um rinque desportivo. Apesar da configuração espacial aberta, a adstrição física e social das suas três populações a áreas diferenciadas imprime ao bairro matizes de ocupação distintas. Grande parte da população do antigo bairro do Carandá optou por comprar a casa para onde foi residir, tendo lá permanecido desde então. O perfil sociodemográfico do bairro revela, em 2020, que nele habitavam 195 pessoas, sendo 53% delas pertencentes à comunidade cigana (104 pessoas), e onde as suas 27 famílias constituíam 40% das famílias residentes. A família nuclear é a mais representada (30%). O analfabetismo atinge 10% da população, com 15% das pessoas apenas a saber ler e escrever. 43% da população estava desempregada e 22% reformada, sendo que apenas 11% exerciam uma profissão remunerada (BragaHabit, 2020).

3.3. Bairro Social das Andorinhas

Localizado na freguesia de S. Vicente, foi construído entre 1983 e 1986 pelo IGAPHE, no intuito de assegurar uma habitação condigna a quem não conseguia arrendar ou adquirir casa no mercado livre e melhorar as condições de habitação a populações provenientes de vários locais da cidade. O bairro é constituído por seis blocos com 32 prédios de apartamentos, sobretudo estruturados nas tipologias T3 e T4, albergando cerca de 230 fogos. Para além das frações habitacionais, outras são ocupadas com fins diversos, como a Associação Juvenil Aventura da Saúde (1986) e a Associação Ida e Volta (1996), que incidem, respetivamente, na inclusão e proteção da Natureza e na dinamização de um grupo de percussão, cabeçudos e gigantones. Estão lá também sediadas a Associação de Surdos de Braga e a creche da Associação Vicentina da Paróquia de S. Vicente. Um rinque polidesportivo, o Parque Street Workout, um parque infantil e outro para atividade física, além de uma pequena horta comunitária e várias áreas ajardinadas sem trânsito, integram o bairro. Neste mapa de espaços cabem ainda um café e um supermercado, a sede da Associação de Moradores e uma sala de apoio a atividades pedagógicas. Nascido numa área essencialmente rural, a sua localização é atualmente muito valorizada por se situar na área envolvente do Estádio

Municipal de Braga. Apesar de o bairro não constituir local de passagem habitual por estar limitado pela circular urbana da cidade e o acesso ser feito por ruas que passam por baixo dela, não existe um isolamento territorial face à cidade, tendo trânsito automóvel frequente e estando perto de escolas, da Junta de Freguesia, do Centro de Saúde, da Câmara e do Mercado Municipais.

O perfil sociodemográfico do bairro mostrava, em 2020, que nos apartamentos da BragaHabit residiam cerca de 394 pessoas, sendo 25 de etnia cigana. A família nuclear incluía 34,6% das pessoas, onde 8,6% dos moradores eram analfabetos e 9,2% não havia terminado o 1º ciclo do ensino básico. 30,2% deles encontrava-se sem trabalho (BragaHabit, 2020).

3.4. Complexo Habitacional do Picoto

Surgido em 1998, foi construído segundo um modelo habitacional anacrónico com os apoios sociais à habitação do município nos finais da década de 1990. A necessidade de realojar uma comunidade de famílias de etnia cigana proveniente do Parque da Ponte ou Largo da Floresta, onde vivia em barracas, e de libertar uma área privilegiada da cidade, levou a que, na união de freguesias de S. José de S. Lázaro e S. João do Souto, fosse construído um outro bairro social.

Constituído por sete edifícios de casas unifamiliares em banda, as casas acanhadas de dois andares, com escadas numerosas e estreitas entre divisões exíguas e a falta de espaços de convívio ou de lazer, mostraram pouca adaptabilidade aos agregados numerosos que as iam ocupar. A topografia acidentada do local, a humidade constante, as falhas recorrentes na eletricidade e o emprego de materiais baratos na construção contribuíram para uma degradação apreciável ao longo do tempo. Estes problemas aliam-se à existência de apenas uma via de acesso sem saída e sem contacto com outras urbanizações e com a frugal intervenção municipal no bairro.

O perfil sociodemográfico do bairro revela que, em 47 agregados familiares compostos por 153 pessoas, 150 são de etnia cigana. Se 18,4% das pessoas não têm qualquer nível habilitacional, 40,8% da comunidade possui o 1º ciclo do ensino básico. Este percurso escolar deficitário transparece na situação profissional dos moradores, onde apenas 8% da população trabalhava e 54,4% se encontrava desempregada (BragaHabit, 2020).

4. Percursos e desafios nos bairros sociais de Braga no século XXI

Ao longo do tempo, com caráter circunscrito e pontual, a gestão municipal encarregou-se de pequenas obras de reparação nos bairros, sendo que obras maiores de reabilitação do edificado e mobiliário urbano surgiram sobretudo, a partir de 2017, ao abrigo de financiamento comunitário, nacional e municipal. Deu-se então início a uma série de projetos e intervenções, com prioridade dada à regeneração dos Bairros Sociais de Santa Tecla e das Enguardas, equacionando objetivos futuros para o Complexo Habitacional do Picoto, com obras a efetuar quer no interior como no exterior das habitações. Ao abrigo da NGPH, nos finais de 2019 já se registaram algumas obras realizadas no Bairro Social das Enguardas e de Santa Tecla. Dentro de um contexto de pandemia, e a recuperar dos efeitos recessivos das medidas de austeridade, em 2020 deu-se continuidade a estas intervenções nos dois bairros. As obras de reabilitação térmica exterior nas Andorinhas adiaram-se para 2021, com a particularidade de necessitarem da coparticipação dos seus proprietários. Em finais desse ano, e num contexto de invasão da Ucrânia pela Rússia e de aplicação do PRR, aguardava-se o final da reabilitação integral de alguns prédios no Bairro Social das Enguardas e a manutenção do processo em Santa Tecla. Ao abrigo do Programa de Eficiência Energética fez-se também a reabilitação de várias frações do Bairro Social das Andorinhas que, em 2022, ao abrigo das candidaturas ao Programa 1º Direito, também sofreu obras de reabilitação do edificado em várias habitações. Quanto ao Bairro Social das Enguardas, foram aprovadas as candidaturas para a reabilitação de mais fogos e obras nos espaços públicos comuns. No Complexo Habitacional do Picoto fez-se uma proposta de reestruturação do bairro para 30 fogos e 111 pessoas. Atualmente as obras ainda decorrem nos bairros sociais de Braga.[1]

Mas um bairro social é muito mais do que um conjunto de edifícios. É um mapa conectivo onde a iniciativa e o voluntarismo determinam a entropia necessária à resolução das dificuldades, conduzindo à elaboração de projetos e ao contacto com os catalisadores sociais. Dinâmicas e proativas, as Associações de Moradores do Bairro das Andorinhas e das Enguardas são intermediários privilegiados com os órgãos de poder político e social, promotoras de candidaturas a projetos que visam a dinamização cultural do bairro. Com sede própria, dispõem de espaços para o convívio e desenvolvimento de atividades lúdicas e pedagógicas para diferentes faixas etárias.

Em complementaridade, com o apoio logístico e financeiro de parceiros locais, programas comunitários, nacionais e municipais, são vários os projetos socioculturais, cívicos e recreativos implementados nos bairros sociais de Braga que promovem a coordenação entre a reabilitação física dos espaços com a criatividade, cooperação

[1] Os processos de intervenção nos bairros sociais de Braga podem ser consultados no seguinte endereço: https://www.bragahabit.com/planos-atividades-investimento.

e proatividade dos seus moradores, em colaboração com artistas e ativistas, no sentido da inclusão participativa e da integração urbana e social. É o caso do Programa Escolhas, criado em 2001 sob a tutela da Secretaria de Estado da Igualdade e Migrações, que apoia projetos de integração educativa e profissional de crianças e jovens em contexto de vulnerabilidade socioeconómica. Ao seu abrigo decorreu o Projeto Geração Tecla E8G no Bairro Social de Santa Tecla e o Projeto T3tris no extinto Bairro Social Ponte dos Falcões e no Complexo Habitacional do Picoto, com atividades de âmbito escolar e pedagógico. Ao abrigo do Programa Bairros Saudáveis, programa nacional orientado para ações de cariz social criado em 2020, o projeto Crescer Comum abrangeu os moradores do Bairro de Santa Tecla, promovendo o respeito pelo espaço público e a aquisição de competências em termos de higiene, ambiente e hábitos alimentares. Por seu lado, o Projeto AS – Andorinhas Saudável, no Bairro Social das Andorinhas, permitiu a criação do Espaço AS, onde são desenvolvidas ações nas áreas da saúde, coesão social e luta contra o insucesso e abandono escolar precoce.

A 1ª edição do Programa Viva o Bairro! em 2023, uma iniciativa da CMB e dinamizado entre a BragaHabit, o Human Power Hub (incubadora social) e as Associações de Moradores, procurou aprofundar os laços de vizinhança, incrementar o bom usufruto do espaço público e incentivar a cidadania ativa na procura coletiva de soluções para os seus bairros. Nas Andorinhas, o projeto Viva às Andorinhas, proporcionou atividades lúdicas, desportivas e pedagógicas gratuitas aos moradores e uma nova sala de estudo com equipamentos informáticos. O projeto Sénior Feliz, Saudável e Seguro, vocacionado para os moradores mais velhos do Bairro das Enguardas, pretende dotá-los de competências nas áreas da segurança e prevenção da doença e da capacitação e entreajuda para a vida em comunidade, com aulas de ginástica semanais e disponibilização de equipamento médico e geriátrico. No Complexo Habitacional do Picoto, o projeto Escola de Música e Cidadania do Picoto disponibiliza atividades em torno da música às crianças e jovens**,** valorizando e integrando diferentes patrimónios culturais e tradições, sendo incentivadas a tocar um instrumento musical e a desenvolver competências de responsabilidade e compromisso.

Aliando a arte à inclusão, vários projetos preconizam a valorização patrimonial, o respeito pelo espaço comum e a afinidade emocional com o espaço de habitação. O Polidesportivo de São José, contíguo ao Bairro Social das Enguardas, local degradado e alvo de vandalismo e práticas ilícitas foi, no verão de 2020, transformado no maior campo de basquetebol icónico de rua da Europa. Concebido e dinamizado pelo artista de rua Contra, o projeto da Hoopers, em parceria com a CMB, e integrando a participação dos seus moradores, permitiu reavivar o espaço e a prática do basquetebol. Em abril de 2021, no âmbito do projeto M.A.P.A. (Movimento de Arte Pública Alternativo) – Artes Visuais, o centro artístico «A Casa ao Lado» dinamizou *workshops* de ilustração, pintura e impressão com 120 jovens do Bairro Social das Enguardas, culminando na conceção de murais na fachada da sede do Sporting Clube Leões das Enguardas e da Escola Básica das Enguardas. No Bairro Social de Santa Tecla, o artista

plástico The Caver foi convidado para fazer um mural num dos edifícios do bairro, subordinado ao mote «Braga, uma cidade autêntica». A obra intitula-se «Cigana».

Conclusão

Na história da habitação social, os bairros sociais perseguiram o objetivo da urgente reparação em detrimento da atempada previsão e coordenação social de respostas habitacionais exigidas pela população das cidades. O desafio de retorquir às reivindicações de habitação condigna objetivou-se em diferentes tipologias, apoios e entidades gestoras e, em 1976, adiantando-se a muitos países europeus, a Constituição da República Portuguesa consagrou o Direito à Habitação e a sua acessibilidade, integrando na formulação da habitação social diretrizes que já prescreviam o pleno direito à cidade. No virar para o século XXI, novas conformações nos apoios sociais materializaram-se na criação de novas instituições que, sistematizando uma política de alienação de património público aos seus inquilinos, consolidou o papel intermediário do Estado nos investimentos nacionais e europeus à habitação. A bonificação de créditos para aquisição de casa própria, aproveitada pelas classes médias, não facilitou o acesso à habitação às famílias com menores condições económicas, e o desvio desta política financeira em prol da revitalização dos regimes de arrendamento e da reabilitação do património imobiliário na cidade, mostraram a decisiva alteração da filosofia aplicada aos apoios sociais à habitação.

Sob distintas referências conjeturais, os bairros sociais foram-se definindo, entre as décadas de 1970 a 1990, em densos edificados urbanos de ocupação verticalizada, preterindo os ascendentes culturais e sociais das populações para lá deslocalizadas. Em construções de reduzida qualidade material e deficitária contextualização vivencial, e carecendo desde sempre de uma sustentada inserção socioterritorial e de um atento acompanhamento institucional, a relegação das suas comunidades evidenciou-se na composição de espaços estigmatizados, degradados e segregados da continuidade urbana.

Os bairros sociais de Braga, radialmente distribuídos pelas freguesias urbanas, concretizaram a edificação de áreas densamente povoadas, encerrando famílias de proveniências, ascendências culturais e características sociodemográficas diferenciadas em apartamentos atribuídos por critérios de precariedade social e económica. Com o passar dos anos, os pressupostos sociais da sua construção contrastaram com a segregação urbana que sentiram, constituindo espaços territorial e arquitetonicamente delimitados.

Contudo, sob contingentes sociais, económicos e sanitários exigentes, os bairros sociais foram-se adaptando e moldando as suas estratégias de luta para a superação dos desafios quotidianos. O desejo dos moradores da realização de obras profundas

que recapacitassem qualitativamente os bairros das necessárias condições de habitabilidade cumpriu-se na sua grande maioria, após décadas de intervenções pontuais num património já de si parco de condições materiais para resistir com sucesso à natural perecibilidade das construções. Por seu lado, redes de trabalho cooperante e produtivo entre os moradores e diversas instituições da cidade, deram origem a várias iniciativas desenvolvidas para e nos bairros sociais. Os projetos de índole formativa e sociocultural que foram e estão a ser executados em todos eles revelaram-se inesperadamente substantivos, com elevado alcance populacional e significativos resultados práticos, que impactam efetivamente no quotidiano dos seus moradores.

No entanto, o Bairro Social de Santa Tecla e, sobretudo, o Complexo Habitacional do Picoto estão liminarmente associados ao conceito de «ilhas», isolados territorial e socialmente, desde logo localizados em áreas de reduzida ou total inviabilização circulante e sem contacto com populações e experiências diversas.

Na sua singularidade, cada bairro estudado comporta a sua cronologia de marginalidade. Contudo, na observação de políticas e programas sociais de convergência coletiva ela perde o seu peso social e a sua bagagem difamatória e dá lugar às pessoas, aos sonhos e às vontades. Procurados como «não-lugares» de ausências, alguns dos bairros sociais revelam-se como surpreendentes «lugares» de reconhecimento e de nutrição de vidas autónomas e bem-sucedidas, libertadas dos constrangimentos de um passado que perdeu o seu ascendente marginalizador.

Sem um final escrito, a História do Tempo Presente permite ver os bairros sociais à luz dos pensamentos, ações e decisões do dia de hoje, observando aqueles estabelecidos no passado e dos quais se observam os seus efeitos. Na densidade de interdependências e relações, na transversalidade dos desafios e na complementaridade de visões e fontes de informação, os conceitos e as categorias da marginalidade são repensados e o arquivo urbano é desconstruído e problematizado. E é entre o passado reconstruído e o futuro desejado que se estabelece a necessária reflexão para a projeção de novas resoluções no âmbito das políticas sociais de apoio à habitação.

Bibliografia

Allegra, M., Tulumello, S., Falanga, R., Cachado, R., Ferreira A. C., Colombo A., & Alves, S. (2017). *Um novo PER? Realojamento e políticas de habitação em Portugal. Policy Brief 2017*. Observa – Observatório de Ambiente, Território e Sociedade. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Allier Montaño, E. (2018). Balance de la historia del tiempo presente. Creación y consolidación de un campo historiográfico. *Revista de Estudios Sociales, n.º* 65, 100-112.

Almeida, P. M. (2019). A questão habitacional em Portugal. Entre o final da Monarquia e a República. Em R. J. G. Ramos, V. B. Pereira, M. R. Moreira & S. D. Silva (Coords.). *Contexto Programa Projeto-Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação* (pp. 24-34). Universidade do Porto.

Antunes, G. (2019). Política de Habitação social em Portugal: de 1974 à atualidade. *Fórum Sociológico,* 34 (II *Série)*, 7-17.

Aróstegui Sánchez, J. (1998). Historia y Tempo Presente. Un nuevo horizonte de la historiografía contemporaneista. *Cuadernos de Historia Contemporánea, n.º* 20, 15-20.

Augé, M. (2012). *Não Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Papirus Editora.

BragaHabit. (2020). *Perfil Sociodemográfico do Bairro Social de Santa Tecla, do Bairro Social das Enguardas, do Bairro Social das Andorinhas e do Complexo Habitacional do Picoto.*

Burgum, S. (2022). This City Is An Archive: Squatting History and Urban Authority. *Journal of Urban History, vol.* 48 (3), 504-522.

Cachado, R. Á. (2013). O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. *Análise Social, n.º 206*, XLVIII (1º), 134-152.

Cascão, R. (2011). Modos de habitar. Em J. Mattoso (Dir.) & I. Vaquinhas (Coord.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea* (pp. 22-55). Círculo de Leitores.

Grenha, P. (2024). *A Marginalidade no Tempo Presente ou a Cidade como arquivo de segregação. Os Bairros Sociais de Braga entre 2000 e 2022* [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Minho.

Santos, A. C., Teles, N., & Serra, N. (2014). Finança e habitação em Portugal. Em *Cadernos do Observatório,* 2. Universidade de Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Santos, P. B., & Brito, J. M. B. (2019). Corporativismo e habitação económica em meio urbano em Portugal (1933-1974). Em R. J. G. Ramos, V. B. Pereira, M. R. Moreira & S. D. Silva (Coords.) *Contexto Programa Projeto – Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação* (pp.36-54). Universidade do Porto.

Silva, M. C., Ribeiro, F. B., Rodrigues, F. M., Baptista, L. V., Fontes, A. C., Jorge, A. R., & Cardoso, A. (2023). *Habitação e Habitat. Ilhas e Bairros Populares no Porto e em Braga*. Edições Húmus.

Wacquant, L. (2006). A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto,* 16, 27-39.

Xerez, R., Rodrigues, P. G., & Cardoso, F. D. (2018). A política de habitação em Portugal de 2002 a 2017. Em R. Agarez, (Ed.), *Habitação: Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal 1918-2018* (pp. 465-511). Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

RECENSÕES

Taín Guzmán, M., & Fra López, P. (Eds.) (2024). *Georgiana Goddard King y The way of Saint James (1920). La primera peregrinación erudita por el Camino de Santiago*. Akal. ISBN: 978-84-460-5549-5.

Domingo Luíz González Lopo
Universidad de Santiago de Compostela
domingoluis.gonzalez@usc.es

Bracara Augusta, 132 (2025), 313-314 | ISSN 0006-8640
DOI: https://doi.org/10.82564/revistabracaraaugusta.v72i132%20(145).16

La obra que hoy ve la luz, coordinada por dos reconocidos especialistas en el campo de la Historia del Arte y la Literatura norteamericana, se centra en el análisis de un libro que había estado demasiado tiempo relegado al ostracismo, los tres volúmenes de *The Way of Saint James* de la profesora norteamericana G. G. King, docente del Bryn Mawr College (Pennsylvania). Esta obra se gesta (1913-1917) y publica (1920) con un enfoque por entonces novedoso y original, el estudio de las raíces y el desarrollo del arte románico en el Camino Francés a Compostela, al tiempo que subrayaba la importancia de esta vía de peregrinación como lugar de encuentro e intercambio cultural, y, en este sentido, el título de pionera dada a la obra y a su autora resulta totalmente merecido.

No obstante, este libro, mientras fue perdiendo relevancia en la Historia del Arte, consecuencia de los avances de la investigación posterior, se revalorizó recientemente al convertirse en un interesante testimonio sobre uno de los capítulos todavía mal conocidos de la peregrinación a Santiago, su recuperación en el período que transcurre entre la llamada *«segunda inventio»* en 1879 y los años treinta.

En este libro, un total de ocho especialistas en campos diversos analizan la rica información que conserva en sus páginas el trabajo de G.G. King, situándolo en el contexto personal y temporal de la autora (G. Greenia); se aborda su trayectoria como profesora de Historia del Arte (P. Pita); se analiza la génesis y la financiación del proyecto gracias al apoyo de la Hispanic Society (P. Fra), así como su recorrido a través de los monumentos del románico español siguiendo la ruta de A. Picaud conservada en el Códice Calixtino, con sus geniales intuiciones y sus desaciertos, (F. J. Novo). A ello se une la importante información que ofrece para el conocimiento de las tradiciones y leyendas del Camino (M. F. Rodríguez), así como acerca de aspectos antropológicos, con especial atención al papel de la mujer en aquella sociedad, o comprender la figura de Santiago recurriendo a la historia comparada de las religiones, lo que demuestra su asombrosa erudición (M. Llinares). Las descripciones y comentarios acerca del paisaje que iba recorriendo entre Somport, donde inició su periplo, y Compostela, aunque en ocasiones genéricos y con un notable contenido poético, proporcionan a su obra innegable valor para la Geografía histórica (X. Santos Solla). Finalmente, es necesario destacar que la profesora King estuvo en Santiago durante el Año Santo de 1915 y participó en toda

una serie de ceremonias litúrgicas y civiles, que han permitido analizar las características de los jubileos a principios del siglo XX (M. Taín). Constituye también una inestimable aportación el rico apéndice gráfico, que recoge una selección de las fotografías que realizó la propia autora durante sus desplazamientos o su amiga y compañera en alguno de sus viajes, E. Hunn Lowber, que se conservan en el Bryn Mawr. De igual manera se reunieron en un apéndice bibliográfico las publicaciones de la autora y las obras que cita en su libro, debidamente organizadas, a diferencia de la forma caótica en que aparecían en el original, complementado todo ello con la relación de los trabajos de aquellos autores que citaron en los suyos las investigaciones de la profesora King. Todo ello es de gran utilidad, en primer lugar, para conocer el grado de influencia de su trabajo, también para asomarnos a las fuentes de su admirable erudición.

El trabajo de la profesora King suscitó un importante interés en el momento de su publicación y está detrás de otros proyectos que se acometieron de manera inmediata y para los que sirvió de guía, pero se sumió rápidamente en el olvido, en parte porque el Camino de Santiago vivió otro momento de marginación hasta los años sesenta como resultado del impacto de la Guerra Civil española, la II Guerra Mundial y sus consecuencias en la década de los cincuenta. A ello se debe sumar también el rápido avance posterior de la investigación en la Historia del Arte y, en parte, las críticas que recibió la autora por su estilo literario y la relación de sus peripecias durante el recorrido, que le llevó, según aquéllas, a apartarse del objetivo de elaborar un libro de contenido académico para especialistas para acabar derivando en un libro de viajes de difícil calificación. Pero en este sentido, no cabe duda de que fue también una pionera por recorrer un Camino entonces olvidado, pero que contribuyó a redescubrir y poner en valor. Por esto consideramos que los especialistas que la han enjuiciado no supieron apreciar aspectos fundamentales de su personalidad y su trayectoria vital, pues si bien se ha destacado su carácter de mujer luchadora por la emancipación femenina, creemos que no se ha relacionado suficientemente el contenido del libro con su actividad docente en una universidad femenina cuyo objetivo, además de formar profesionales en el campo de las humanidades, era el de educar mujeres autónomas frente al control tutelar masculino. De ahí, a nuestro juicio, el interés de la profesora King por hacer de su obra un instrumento eficazmente didáctico, pensando sin duda en sus clases de Historia del Arte y Literatura, pero también esforzándose por mostrar a sus alumnas lo que puede alcanzar una firme voluntad para salvar los múltiples obstáculos y prejuicios que por entonces condicionaban la existencia femenina, a los que se enfrentó en la España de la segunda década del siglo XX. Enfocándola desde esta óptica se entiende mejor la obra y a su autora, y lo fuera de lugar de algunas críticas de su época, hechas precisamente por evaluadores masculinos.

Se trata, por tanto, de una obra valiosa para el especialista y para el lector curioso, constituyendo un aporte destacado para el conocimiento del Camino y la peregrinación a Compostela, y que, además servirá, sin duda, de punto de partida para nuevas y enriquecedoras investigaciones.

Cruz, M. A. L. (2024). *Entre Marrocos e a Ásia: Caminhos e descaminhos da expansão marítima portuguesa*. Edições Húmus. ISBN: 978-989-755-979-2.

António Manuel Lázaro
Departamento de História ICS, Lab2PT, Universidade do Minho
amlazaro@ics.uminho.pt
ORCID: 0000-0003-4630-7123

Bracara Augusta, 132 (2025), 315-317 | ISSN 0006-8640
DOI: https://doi.org/10.82564/revistabracaraaugusta.v72i132%20(145).17

Maria Augusta Lima Cruz é uma investigadora cujo mérito e rigor são reconhecidos há muito tempo, tanto nos meios académicos como fora deles, com um percurso profissional que incluiu a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, instituições onde marcou profundamente, de inúmeros pontos de vista, muitos alunos e colegas, entre os quais me incluo.

O seu percurso académico começou em 1967, ano em que apresentou a sua dissertação de licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, intitulada *Os Portugueses em Azamor (1513-1541)*. Posteriormente, defendeu a sua dissertação de doutoramento em Estudos Portugueses, em 1987, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com uma tese intitulada *Diogo do Couto e a Década 8ª da Ásia*. Finalmente, realizou as provas de agregação em Estudos Portugueses/História da Expansão Portuguesa, na mesma instituição, em 1998.

A sua investigação, enquadrada no CHAM – Centro de Humanidades (Universidade Nova de Lisboa & Universidade dos Açores), encontra expressão em inúmeras comunicações, conferências, artigos e livros, entre os quais se destaca uma biografia de D. Sebastião, publicada em 2006 e reeditada em 2009, obra que lhe trouxe uma merecida notoriedade junto de um vasto público.

Mais recentemente, em 2024, publicou *Entre Marrocos e a Ásia: Caminhos e descaminhos da expansão marítima portuguesa*, obra que constitui o objeto desta recensão. Esta obra, uma coletânea de artigos, reúne textos até agora, na sua grande maioria, dispersos em atas de congressos, simpósios ou colóquios, nacionais e internacionais, catálogos de exposições e livros, publicados entre 1985 e 2021. Neste conjunto de artigos, num total de vinte, dois são inéditos, designadamente «A persistência de um sonho imperial Português – projectos e arbítrios de conquista no Norte de África» e «Uma Introdução à História Trágico-Marítima»; um corresponde à versão portuguesa de um texto publicado antes em inglês, agora com o título «Manuel Severim de Faria e a circulação, conservação e construção de saberes sobre a história da Índia Portuguesa e as culturas asiáticas»; um outro, intitulado «Os 'heróis de Mar' nas letras

portuguesas de Quinhentos», resultou da fusão de duas comunicações, publicadas em atas de colóquios, com uma conferência até agora inédita; cinco foram objeto de reformulação, designadamente «A viagem de Gonçalo Pereira Marramaque do Minho às Molucas ou os Itinerários da fidalguia Portuguesa no Oriente», «O assassínio do rei de Maluco – reabertura de um processo-crime», «Diogo do Couto (1542-1616) – O Porta-Voz da Índia Portuguesa», «As Vozes da Índia nas *Décadas da Ásia* de Diogo do Couto» e «Do discurso historiográfico de Couto aos trabalhos forçados do editor»; os restantes onze foram publicados conforme a edição original.

Como a autora explicita numa introdução clara e concisa, esta antologia abrange artigos que têm como *pano de fundo* duas áreas de incidência da expansão portuguesa, o Norte de África e o Oriente asiático, num período que se estende entre meados do século XV e o último quartel do século XVIII. Como a autora também assinala, no mesmo lugar, muito embora se tratem de áreas geográficas distantes e de uma mancha cronológica extensa, em qualquer caso tratavam-se de *terras de conquista*, ou seja, espaços marcados pelo conflito com outros povos, designadamente muçulmanos, o qual não pode deixar de «explicar em larga medida, comportamentos, vivências, modos de estar e, sobretudo, o registo que delas se guardou» (p. 9).

A estrutura desta antologia, organizada em cinco partes, define-se precisamente em torno de critérios geográficos, temporais e, por outro lado, contempla uma atenção particular à produção literária portuguesa, nomeadamente de natureza historiográfica, matéria que desde cedo constituiu um dos domínios de investigação da autora, com expressão na publicação das *Décadas 4.ª* e *8.ª*, de Diogo do Couto, entre inúmeros outros artigos sobre este autor e a sua obra, tal como em torno de outros cronistas do império. Assim, na primeira parte, intitulada «No Norte de África – Estratégias de Ocupação e Projectos», em três artigos, a autora debruça-se sucessivamente sobre Bentafufa (*Yahiā Ū Ta'fūft*), o renomado alcaide dos *mouros de pazes* das planícies meridionais de Marrocos nos inícios do século XVI; sobre os moradores de Azamor (*Azammūr*), ou seja, os habitantes cristãos aí fixados, entre 1513 e 1541 e, finalmente, sobre a persistência e significado do projeto expansionista português na região ao longo do século XVI. Na segunda, com o título «Nos Meandros da Ásia Marítima – Histórias de Vidas», em seis artigos, percorre as histórias de vida de degredados, renegados e mercenários, como João Machado, Diogo de Mesquita, frei António de Jesus ou o padre Cristóvão Ferreira, entre tantos outros marginais cujos nomes a memória não conservou, a par de alguns fidalgos, como, por exemplo, Gonçalo Pereira Marramaque, uma das figuras notáveis do seu tempo, repetidamente mencionado nas fontes quinhentistas. Na terceira, sob o título «Das Itinerâncias Marítimas», em três artigos, deambula entre heróis e vítimas das viagens marítimas empreendidas pelos portugueses ao longo do século XVI. Finalmente, nas duas últimas partes, intituladas «Nos Trilhos da Memória» e «Em Redor de Diogo do Couto», em oito artigos, não só aborda *as configurações da cronística do império*, entre o século XV e o século

XVIII, produzindo uma profunda reflexão sobre o assunto como, no caso de Diogo do Couto, fixa uma perspetiva atual do significado da sua vida e obra.

Enfim, esta antologia, no seu conjunto e em cada um dos seus artigos, revela-nos uma autora com uma notável capacidade analítica, sustentada por um claro domínio das fontes disponíveis e por uma vasta erudição, predicados que utiliza para abordar temáticas muito diversas, quase sempre complexas, com um distanciamento crítico e um discurso fluído. Deste modo, pode afirmar-se que *Entre Marrocos e a Ásia: Caminhos e descaminhos da expansão marítima portuguesa* se define como uma referência incontornável da historiografia da expansão portuguesa, contribuindo significativamente para a compreensão de múltiplas dimensões do fenómeno.

Torgal, L. R. (2024). *Vigias da Inquisição.* Temas e Debates. ISBN: 9789896448530.

Maria de Fátima Reis
Centro de História da Universidade de Lisboa
Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste/Academia Portuguesa da História
fatimareis@letras.ulisboa.pt
ORCID: 0000-0002-2999-2213

Bracara Augusta, 132 (2025), 318-319 | ISSN 0006-8640
https://doi.org/10.82564/revistabracaraaugusta.v72i132%20(145).18

O título, como explicita o autor na «História de um livro», remete para o esquema de vigilância da Inquisição para espreitar presos nas celas, os «buracos das vigias» ou «espreitadeiras» e os vigilantes ou «vigias», que observavam se o preso «judaizava» ou praticava rituais considerados heterodoxos. «Vigias» que compreendem os denunciantes ou «malsins», a «Igreja oficial» e o «Estado». Tendo por base o processo inquisitorial de Manuel Fernandes Vila Real, denunciado por dois franciscanos e outros presos, detido num «cárcere de vigia», inquirição «exemplar», o autor mostra a organização e actuação da Inquisição, «Estado dentro do Estado». «Vigiar… para punir», para «fazer prova» do crime do réu – culpas de judaísmo.

Luís Reis Torgal, professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras de Coimbra e académico honorário da Academia Portuguesa da História, esclarece que o livro, «construído para ser compreendido por todos os leitores e não apenas por especialistas», livre, pois, do aparato de referenciação ou citação ao longo do texto, salvaguardando, no final, o conveniente e alargado elenco documental e bibliográfico, resulta de uma investigação de décadas.

Dedicado a Ana Maria Osório e à memória de Ângela Gama, que nos anos 80 do século XX, colaboraram na transcrição do extenso processo da Inquisição de Lisboa, à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, actualmente disponível em representação digital, outros interesses de estudo foram deixando em suspenso a escrita sobre Manuel Fernandes Vila Real até 2023. Mudando a análise do Liberalismo e da Contrarrevolução para a ideologia política e a teoria do Estado na Restauração com o doutoramento (1978), o regresso às temáticas primevas e a atenção dada ao Estado Novo e à Oposição, assim como a exigência de outras funções, sem se afastar da época seiscentista, levaram à produção de uma ampla e consagrada obra, para reaver o tema da Inquisição, dos cristãos-novos e dos judeus.

As suas conhecidas reflexões sobre a História que (se) faz encontram expressão neste livro logo na introdução, tanto ao declarar, com propriedade, que tem «grande atualidade», mesmo atendendo ao desenvolvimento editorial sobre o assunto, como ao considerar as circunstâncias epocais e pessoais da escrita. Profundo conhecedor da história da cultura Moderna, na primeira parte do livro, rigorosa e pertinente, o autor começa por situar a Inquisição no período conturbado da Restauração, «Tempos de

'Glória' e de Tragédia», de vivas polémicas, em que o Santo Ofício alargava o alvo principal, judeus e cristãos-novos, a todas as práticas tidas por heréticas, para apresentar o «caso paradigmático» de Vila Real, «cristão-novo ou judeu (ou ambas as coisas)», por viver o mundo católico e o da «gente de nação». Recorda o autor traços biográficos de Vila Real, aprofundados no seu livro sobre a Restauração, para perceber o rigor da Inquisição ao tempo do «Portugal restaurado». Militar e financista, Vila Real partiu para França em 1638, onde deu apoio às embaixadas de Portugal, regressando em 1649, na comitiva do conde da Vidigueira, D. Vasco Luís da Gama. Agraciado por D. João IV com o título de «real cavaleiro fidalgo», pelos serviços prestados, indiciado de ter livros heréticos e de defender ideias contrárias à fé católica, a prisão em 1649 «revela bem», assim como a sentença em 1652, «as lutas entre os poderes, da Coroa e da Igreja» e o inequívoco peso do Santo Ofício.

Na segunda parte, o autor detém-se no exame cuidado do processo inquisitorial de Vila Real, norteado pelo normativo que conduziu todo o procedimento jurídico, o Regimento do Santo Ofício de 1640, não deixando de entrever neste código condutas de intolerância na afirmação de poder e de «pureza» da fé católica ou tridentina. Ao longo de seis capítulos, pela análise de sucessivas acusações e denúncias e da posição dos delatores, na Igreja ou na sociedade, revela-se a escrita e as ligações «perigosas» de Vila Real, a posse de livros julgados heréticos, a «outra cultura» do réu, a francesa, e a culpa de judaísmo. Nem o apoio que dera em França à causa da Restauração, invocada na «Declaração» que fizera em sua defesa, e as intrigas e inimizades referidas nas contraditas, o livrará do fim trágico, dada a «prova provada» de judeu, confirmada pela «Genealogia» e «secretamente» pela vigia. É a descoberta dos buracos das vigias dos cárceres, que veio a tapar, e o dano que causaria à Inquisição saber-se o «segredo das vigias», a razão da pena capital, executada a 1 de Dezembro de 1652, supondo o autor que foi «por garrote».

«Para concluir», o autor apresenta várias reflexões, «a propósito e... a despropósito», desde a justificação para na última parte da obra fazer uma narrativa interpretativa integral do processo de Vila Real, a contrapontos analíticos de «duas épocas diferentes» e de «duas justiças distintas», que o firme conhecimento da autoridade do Estado e da Igreja na época da Restauração e da polícia política do Estado Novo garantem que resulte bem. Não deixa o autor de ponderar sobre o antijudaísmo inquisitorial e o antissemitismo nazi e até de «falar do que neste tempo se passa...».

Segue-se uma «cronologia comentada» dos «passos» do processo inquisitorial de Vila Real, verdadeiro «diário judicial» dos três anos de prisão e ainda dos seus antecedentes, de iniludível mérito, que justamente o autor entende ser uma das partes «mais importantes» do livro para a compreensão do seu «final tão dramático».

Livro de relevante valência na historiografia nacional, incontornável na matéria, galardoado, em 2024, com o Prémio Fundação Eng.º António de Almeida – Joaquim Veríssimo Serrão – História, da Academia Portuguesa da História, aqui deixo gostosamente a oportunidade de felicitar o autor, que gentilmente me ofereceu um exemplar com a aposição do seu *ex libris* e dedicatória, em que lembra o nosso primeiro encontro, no Rio de Janeiro, em 1987, no Primeiro Congresso Internacional sobre a Inquisição.

Zozaya-Montes, M. (Coord.) (2023). *De la sociabilidad al patrimonio material e inmaterial*. Comares. ISBN: 978-84-1369-303-3.

Pilar Calvo Caballero
Universidad de Valladolid
pilar.calvo@uva.es
ORCID: 0000-0002-5273-399X

Bracara Augusta, 132 (2025), 320-321 | ISSN 0006-8640
DOI: https://doi.org/10.82564/revistabracaraaugusta.v72i132%20(145).19

La sociabilidad, tan vieja como potente perspectiva de investigación histórica impulsada por la historiografía francesa de manos de Maurice Agulhon, en los años sesenta del siglo XX, bifurcada en sociabilidad formal o asociacionismo y sociabilidad informal o de la vida cotidiana, no deja de ser fecunda por sus análisis transversales. A los clásicos objetos de estudio de las asociaciones: en sus variados fines (culturales, económicos, recreativos, religiosos, benéficos, deportivos…), en clave de clase, el asociacionismo de los abajo y los de arriba, popular y burgués, de sindicatos y organizaciones patronales, o atravesadas por su dimensión territorial, son divisorias simples que se rompen en multitud de casuísticas. Es así por inabarcable, especie de cajón de sastre, el talón de Aquiles de la sociabilidad, porque en su análisis cabe todo, imposible de delimitar la definición agulhoniana que aborda las relaciones de hombres y mujeres en grupos más o menos estables, sus formas, espacios y manifestaciones colectivas para captar la organización y las reglas que rigen las relaciones interpersonales en la vida cotidiana.

Aunque inabarcable, esfuerzos individuales y en equipo culminantes en coloquios y reflexiones sobre la sociabilidad llegaron a balances historiográficos desde la Historia, la Antropología y la Sociología. Se rastreó el patrón común tras una misma nomenclatura (círculos, sociedades, casinos, cofradías, cooperativas, sindicatos, liceos…); la sociabilidad como espacio para la política y la cultura política, la politización del mundo rural; la vida cotidiana en sus espacios y en el ocio. La sociabilidad como creadora de identidad, ciudadanía y vehículo de modernización figuran entre sus últimas líneas de análisis transversal.

María Zozaya, destacada especialista por sus más de veinte años dedicados a estudiar la sociabilidad, nos ofrece este colectivo que es reflexión ibérica sobre espacios y colectivos diversos, que es una nueva perspectiva que liga sociabilidad y patrimonio (material e inmaterial) de la vida cotidiana, sin monumentalidad, pero patrimonio que corre el peligro de desaparecer. Otro acierto es su marco cronológico diacrónico, desde la Edad Moderna a la Contemporaneidad (XVI-XX). Sus resultados los resume bien Paulo Pires do Vale en el prefacio. El primero, que es una contribución al estudio de las prácticas culturales, patrimonio vivo no valorado, olvidando que trasluce la base cultural de la construcción de la comunidad, que es producto y productor de sociabilidad y, por ende, espejo de la vida cotidiana de un tiempo y lugar. Y el segundo, atrapar en esa multipli-

cidad de estudios la diversidad de las voces e identidades que construyen una comunidad, una ciudadanía en torno a una cultura, a un patrimonio que no es monumental.

La obra se compone de diez y nueve capítulos, introducidos de la mano de María Zozaya con una reflexión historiográfica desde la Historia, la Sociología y la Antropología acerca de la construcción de la sociabilidad. El patrimonio privado (capítulos 1 al 6) y el público (7-14) son los ejes principales para indagar en la sociabilidad informal, complementados con una tercera parte (15-19) dedicada a la sociabilidad formal y sus espacios.

La primera parte, en torno a la sociabilidad informal privada, recorre sus prácticas en el ocio, con la inmersión en la noche preindustrial y moderna en Asturias entre 1784-1920 (Daniel Pérez Zapico) y la transmisión de la música popular desde los viejos espacios de la fuente y la taberna a la era de las NTIC (Leonor Zozaya-Montes y José Moltó); las prácticas religiosas, desde el hogar morisco en Almagro, bastión de resistencia cultural en vísperas de su expulsión en 1610 (Francos J. Moreno Díaz del Campo), a la oferta de exvotos fotográficos como práctica devocional en el Alentejo (Milene Russo Trindade). Los espacios y rituales elitistas del ocio, como el baile de las élites madrileñas del XIX (Guadalupe Mera), al naciente espectáculo de masas del cine mudo (Luis Guadano).

La segunda parte, centrada en los patrimonios cotidianos del espacio público, recorre el tiempo de ocio: desde la sociabilidad popular lisboeta a ras del barrio de Mouraria, la taberna y casas de fado, en una combinatoria de patrimonio material y memoria entre 1864-1946 (Maria Alexandre Lousada y Margarida Reis e Silva), a los espacios elitistas y burgueses. A saber: los primeros cafés barceloneses del XVIII (María Ángeles Pérez Samper), el italiano Teatro di Avellino (1817-1925), desde su estrella en el espacio urbano y de poder a su eclipse por la nueva sociabilidad de masas (Ermanno Battista), y el primer turismo de la salud, los balnearios como espacio de ocio y reposo para el cuidado del cuerpo en Alicante entre 1875-1930 (Inés Antón Dayas). Espacio interclasista del ocio y la fiesta, la corrida de toros andaluza es analizada en su ritual de gestos y significados (José Rodrigues dos Santos). Con el ocio, el espacio público de consumo de ferias y mercados de abastos, comparados los de Estremoz y San Francisco de Jaén (Sheila Palomares Alarcón); los de confinamiento, los sanatorios portugueses entre 1900-1950 (José Carlos Avelãs Nunes) o la ciudad propiamente, como espacio de urbanismo y modernidad a través del plano piloto de Brasilia de 1960 (Samira Bueno Chahin).

La tercera parte aborda la sociabilidad formal: el asociacionismo religioso de las cofradías españolas entre 1784-1836 (Miguel L. López-Guadalupe), de las sociedades recreativas de casinos, ateneos y centros catalanes como difusores de politización y educación entre 1836-1936 (Ramon Arnabat y Xavier Ferré) y cierran tres estudios que abordan la masonería en la implantación de su logias en el Madrid de 1901-1922 (Manuel Según Alonso), la anglosajona a través de sus huellas en la cerámica (Pelayo Jardón) o de las logias flotantes en los puertos (Yván Pozuelo).

En suma, es una obra que aporta y tiene su hilo conductor en el concepto de patrimonio cultural, que conciencia sobre la preservación de los bienes culturales de la vida cotidiana que no están amparados por las leyes de conservación y que lentamente desaparecen.

Oliveira, M. M. (2019). *Abrir «o Paço» à cidade*. UMinho Editora, LAB2PT. ISBN 978-989-8974-00-6.

João Cabeleira
Escola de Arquitetura, Arte e Design da Universidade do Minho
Lab2PT / IN2PAST
joaocoelho@eaad.uminho.pt
ORCID: 0000-0002-6800-8557

Bracara Augusta, 132 (2025), 322-324 | ISSN 0006-8640
DOI: https://doi.org/10.82564/revistabracaraaugusta.v72i132%20(145).20

O livro *Abrir o «Paço à Cidade»* sintetiza os trabalhos para a formulação de Proposta Base para intervenção no Paço Arquiepiscopal de Braga, conduzidos pela arquiteta Maria Manuel Oliveira a partir do Centro de Estudos da Escola de Arquitetura, Arte e Design da Universidade do Minho. Numa dupla edição pela UMinho editora e o Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), os seus conteúdos intersetam a revisão e colmatação de lacunas na leitura do edificado com a delineação de futuro para um conjunto que, atualmente, hospeda a Reitoria da Universidade do Minho e a Biblioteca Pública de Braga.

Organizado em quatro partes, a narrativa percorre o edifício do «Paço» desde a sua circunstância atual (identificando constrangimentos e oportunidades), passando pela evolução da pré-existência (de onde se destaca a análise da obra da Capela Palatina no século XVIII e as intervenções pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais nas décadas de 30 a 50 do século XX), a delineação de um Programa Base (na reformulação funcional da Biblioteca e Reitoria e instalação de Núcleo expositivo), até à identificação de necessidades para a programação de futura intervenção (aprofundamento de dados, especialidades, faseamento dos trabalhos e circuitos e ocupação futura dos espaços).

Uma sequência que, superando na sua componente analítica a mera estratigrafia do construído, incorpora a ideia de palimpsesto, explorando a intrincada sucessão de acumulações e inscrições, vertendo a formulação de Corboz (1983) à leitura do edificado e ao projeto. Emerge daí, um posicionamento do ato de projeto sedimentado numa dialética temporal, que permite clarificar ou restituir, por via de um olhar sensível e instruído, a vocação de espaços e respetiva vitalidade significante. Um articulado para o qual, aparte preceitos metodológicos no conhecimento profundo do existente e na inquieta procura de concordâncias entre os pressupostos do projeto e a circunstância sobre a qual se intervém, não existem soluções unívocas. Conforme expôs Solà-Morales (2001, p. 56),

> Embora a cultura académica tenha logrado criar procedimentos de intervenção de aplicação universal a partir da noção de estilo, e não obstante a cultura moderna tenha conseguido criar um sistema de fragmentos entremeados mediante o subje-

> tivismo psicológico, na situação atual é muito difícil reconhecer qualquer coisa além da natureza factual da obra concreta com que nos deparamos e devemos trabalhar, por um lado, e o sistema infinito de referências que povoa o imaginário coletivo da arquitetura por outro lado.

O assunto fundamental do livro é a proposição de futuro para o «Paço», através da formulação de Programa Base, a qual constitui uma oportunidade para indagar e reler a matéria construída incorporando, a par de estudos e sondagens anteriores, novos dados e cruzamentos. Transparece daqui a convicção do projeto de arquitetura como processo de investigação, tanto mais premente quando se trata da intervenção num exemplar detentor de uma história tão longa, densa e plena de reverberações na urbe e na sua comunidade.

Este binómio projeto/investigação condensa uma perspetiva holística da arquitetura, que é, aliás, condição orientadora deste e outros trabalhos desenvolvidos no âmbito da interação e prestação de serviços à sociedade pelo Centro de Estudos da Escola de Arquitetura, Arte e Design da Universidade do Minho, bem como nas atividades de investigação e formação que têm lugar na esfera da mesma Escola e sua Unidade de Investigação. Um binómio onde convergem múltiplas áreas de conhecimento, que a autora aponta relativamente às necessárias contribuições que robustecem tanto a análise como o projeto. Uma ação que, porém, não se afirma como final e absoluta, mas apenas como mais uma camada da *longue durée (*Braudel, 1958) do conjunto edificado, como aponta Capitel (1983, p. 34).

> A maioria das obras de arquitetura que sobrevivem a par daquelas em que intervém o restaurador são o produto de sucessivas ações, exigindo, além do mais, a própria vitalidade do monumento, que a ação continue, seja por via da conservação, ao ainda de maior vulto por abandono ou necessidade de mudança.

Sendo que a narrativa exposta se estabelece a partir do campo de indagação e proposição da arquitetura, esta encontra no desenho suporte metodológico propício à geração de sínteses. Agente do pensar e fazer disciplinar, a concretização autorizada pelo desenho na reflexão, proposição e comunicação, revela-se ao longo de todo o livro nas suas mais distintas modalidades antecipando, ao olhar do leitor, a abertura do «Paço».

É assim que por via do desenho, e no cruzamento atento de fontes, dados e a observação direta *in loco* de qualidades do edificado, se perspetiva a adequada articulação de funções, requisitos técnicos e a vocação dos espaços tendo em linha de conta quem os habita e quem os visita.

Contudo, e apesar do exposto, está ainda em suspenso a concretização do projeto para uma efetiva abertura do «Paço» à cidade, preconizando uma relação mais permeável e comprometida das instituições com o meio. Uma consideração que tor-

naria este edifício, mais do que a sede de órgãos de gestão da Universidade do Minho, num lugar de encontro entre pessoas, tempos e modalidades de conhecimento. Uma perspetiva distante de tendências conservadoras e cristalizadoras do património que congelam os lugares sob uma pretensa imagem ou solenidade anacrónica dos seus espaços.

Bibliografia

Braudel, F. (1958). La longue durée. *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, 13 nº 4, 725-753.

Capitel, A. (1983). El tapiz de Penélope: Apuntes sobre ideas de restauración e intervención arquitectónica. *Arquitectura: Revista del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid,* 244, 24-34.

Corboz, A. (1983). The Land as Palimpsest. *Diogenes*, 31 nº 121, 12-34.

Solà-Morales, I. (2001). Del Contraste a la analogia: transformaciones en la concepción de la Intervención arquitectónica. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico,* IX nº 37, 53-57.

Avaliadores externos / Outside Reviewers:
Alexandra Esteves · Ana Isabel Silva · Andoni Artola · Armando Malheiro · Aurélio de Oliveira
Águeda Garrido · Bruno Madeira · Carlos Faísca · Cláudia Rodrigues · Fátima Reis · Francisco Mendes
Helena Paula Carvalho · Helena Silva · José Manuel Cordeiro · Laurinda Abreu · Luís Carlos Amaral
Margarita Torremocha · Maria Antónia Lopes · Maria do Carmo Ribeiro · Maria José Pérez Álvarez
Ofelia Rey Castelao · Paulo Teodoro de Matos · Sara Pinto · Susana Serpa Silva · Susani Lemos

---

Impressão / Printing*:* Mota & Ferreira, Lda.
Tiragem / Print Run: 400 Exemplares
julho de 2025

//2025
132
BRAGA
SOA A FUTURO.
revistabracaraaugusta.cm-braga.pt